OBLIQPRESS

CLASSICS OF BRAZILIAN LITERATURE

HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

1953

DUAS PALAVRAS DE INTRODUÇÃO

AFONSO DE E. TAUNAY

AO APROXIMAR-SE a efeméride, quadricentenária, de 25 de janeiro de 1954, observaram-me diversos amigos que me caberia apresentar ao público uma súmula da história da Cidade de São Paulo, já que, desde largo lapso, vinha examinando detidamente os seculares anais do burgo de Manuel da Nóbrega evoluído em vila e cidade, para atingir o extraordinário vulto, que o consenso universal lhe reconhece, como dimensões e importância, civilização e progresso acelerado. E realmente trinta e cinco anos decorreram desde que encetei uma série de trabalhos dos quais resultou a publicação de extensa sequência de volumes baseados no exame pormenorizado dos fastos paulistanos, a partir da era quinhentista e dos próprios dias da fundação.

Em 1920 imprimi São Paulo nos Primeiros Anos, *em 1921* São Paulo no século XVI, *para depois dar a lume, até o corrente 1953, a* História Seiscentista da Vila de São Paulo, *a*História Setecentista da Vila de São Paulo, *a* História da Cidade de São Paulo no século XVIII *e a* História Colonial da Cidade de São Paulo no Século XIX.

Paralelamente a esta série de dezesseis volumes distribuídos pelas epígrafes citadas ainda imprimi sobre assuntos paulistanos Piratininga, Non ducor duco, *um livro estritamente ligado aos antecedentes da fundação piratiningana:* João Ramalho e Santo André da Borda do Campo, *além de diversas monografias especializadas como* Velho São

Paulo, *apresentação da iconografia vetusta paulistana:* História Antiga da Abadia de São Paulo; A Casa da Moeda de São Paulo, Primeira do Brasil, *além de muitos outros estudos, insertos nos* Anais do Museu Paulista. *Compondo estes diversos ensaios, vali-me principalmente da consulta acurada de enorme documentação ao meu dispor, procedente sobretudo dos arquivos municipais, estaduais e federal.*

Tive sempre em vista realizar trabalho essencialmente analítico, tentame que jamais se levara a cabo, coordenadamente, e, pelo menos, em tão larga escala.

Além destes tomos de obra contínua, abrangendo o lapso de 1554 a 1852, redigi em prossecução o exame dos fastos paulistanos relativos à era imperial, cujos originais já entreguei ao Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Paralelamente a estas publicações esforcei-me por evocar ao público visitante do Museu Paulista o passado da cidade de Manuel da Nóbrega, realizando em 1922 por ocasião das festas centenárias da nossa Independência nacional a primeira exposição jamais efetuada sobre tal assunto, apresentando em três grandes salas e num salão do edifício do Museu, além de várias centenas de peças de natureza variada, uma maqueta procurando dar ideia do que era a capital por ocasião do Sete de Setembro de 1822.

Da inspeção dos anais paulistanos e para a confecção deste volume resolvi destacar o que me pareceu essencial, a fim de dar aos meus leitores uma súmula dos fatos capitais balizadores da trajetória da urbe bimilhonar de nossos dias, a que vaticinou o venerável José de Anchieta a primazia, algum dia, entre as maiores aglomerações do nosso continente.

Procurei, ao mesmo tempo, reunir para a ilustração de minhas páginas o que de mais notável suponho existir da velha iconografia local, aliás

sobremodo pobre até a era da fotografia.

Aos prezados amigos Sr. José Alves Dias, que tanto me incitou à confecção deste livro e Sr. Gunter Klusemann, tão empenhado em lhe proporcionar a melhor apresentação gráfica, quero exprimir meus agradecimentos especiais oriundos da realização de um tentame que me trouxe a maior satisfação. É como que o complemento de uma obra a que procurei consagrar quanto me foi possível para o seu melhor desempenho em desvalioso mas honesto esforço.

São Paulo, 20 de agosto de 1953.

Capítulo I

OS PRIMEIROS POVOADORES DO LITORAL PAULISTA E DO PLANALTO PIRATININGANO. JOÃO RAMALHO E SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO. OS JESUÍTAS. A FUNDAÇÃO DETERMINADA POR MANUEL DA NÓBREGA. A MISSA DE 25 DE JANEIRO DE 1554. A EXTINÇÃO DE SANTO ANDRÉ. A REAÇÃO INDÍGENA. O ASSALTO DE 1562 E OS DIVERSOS SOBRESSALTOS DO SÉCULO XVI PROVOCADOS PELA AMEAÇA AUTÓCTONE

PARECE impossível determinar-se quem haja sido o primeiro europeu fixado na costa paulista e no lagamar santista.

De quantos, cujos nomes sobreviveram, imortal relevo a um coube pelos méritos excepcionais de civilizador e povoador: João Ramalho, que, talvez por volta de 1515, haja pisado em terra brasileira, não se sabe como nem por quê.

Outros brancos, assaz numerosos para o tempo, umas poucas dezenas talvez, quase todos portugueses, congregaram-se nas cercanias de São Vicente e mantiveram contato com D. Manuel I e D. João III, o que determinaria a expedição de Martim Afonso de Sousa e a consequente fundação oficial, da primeira povoação estável do Brasil, a de 22 de janeiro de 1532.

Desde anos morador de Serra Acima, na região de Piratininga, foi João Ramalho o grande agente do êxito da colonização que surgia.

Em 1536 encetou Brás Cubas as primeiras edificações de Santos.

Dos emigrados com Martim Afonso diversos galgaram a Serra de Paranapiacaba atraídos pelo clima e as vantagens rurais estabelecendo-se nos campos de Piratininga a exemplo e em torno de Ramalho.

Em 1549, instalou-se o Governo-Geral do Brasil. Em companhia do primeiro Governador chegaram Manuel da Nóbrega e os jesuítas missionários de quem era o chefe. Pouco depois para São Vicente partiu o Padre Leonardo Nunes, que em 1550 ali fundou o novo Colégio da Companhia, encetando com extraordinário vigor a obra catequística entre os numerosos gentios de Serra Acima.

Decidiu Nóbrega realizar uma fundação bem no interior das terras e assim criou a missão de Maniçoba, na região de Itu.

Em 1553, resolveu Tomé de Sousa conceder foral de vila a um arraial de João Ramalho na região piratiningana, ordenando que se elevasse em torno de uma ermida consagrada a Santo André. Efetivou- se tal ato sendo Ramalho nomeado capitão-mor e alcaide-mor do campo, do seu novo azemel.

Informado das condições que regiam o altiplano, Manuel da Nóbrega, que viera a São Vicente, entendeu que a missão de Maniçoba se achava muito afastada do mar, ordenando-lhe a transferência para perto do núcleo ramalhense.

Já em agosto de 1553 fixara tal resolução, escolhendo o local onde queria se erguesse o primeiro colégio da sua Companhia, fundado no interior das terras brasileiras.

Foi nesse local que o Padre Manuel de Paiva, superior da nova missão, celebrou a 25 de janeiro de 1554, a famosa missa evocadora da conversão do Apóstolo das Gentes, ato inicial da existência do pequenino arraial de São Paulo do Campo de Piratininga, vila em 1560 e cidade em 1711.

A esta cerimônia inesquecível realizada no local chamado o Pátio do Colégio, assistiu um noviço de vinte anos, a quem caberia o epíteto glorioso de Taumaturgo do Brasil e as honras dos altares: o venerável José de Anchieta.

Encetou São Paulo a vida protegida pelo amparo do morubixaba guaianás de Inhapuambuçu, homem do maior prestígio, Tibiriçá, o "guerreiro dos olhos encovados" já afeiçoado aos brancos pelas relações de sua filha, Isabel, com João Ramalho, de quem houvera vários filhos, contando já considerável descendência.

Aos invasores brancos e sobretudo aos jesuítas dedicava grande afeto outro tuxaua, Caiubi, cacique da taba de Jeribatiba.

Mais esquivo do que estes grandes chefes talvez se mostrasse Pequerobi, maioral de Ururaí, cuja filha, Antônia, era a mulher de Antônio Rodrigues, povoador de muito menor projeção do que seu grande companheiro de colonização.

Infatigáveis encetaram os jesuítas intensa obra de desbravamento e catequese, o que lhes trouxe conflitos com os vizinhos, a começar por João Ramalho, dominados como viviam eles pela mentalidade escravista avassaladora de todos os colonos da América. Ergueu-se o pequenino e tosco Colégio

inacino e, em torno desta *cellula mater* da magnífica metrópole hodierna, agruparam-se as choças de alguns brancos e suas progênies mamalucas.

Mas os índios xenófobos circunvizinhos, não viam com bons olhos o crescimento do vilarejo. Um próprio irmão de Tibiriçá, o cacique Araraí, mostrava-se sumamente infenso à permanência dos brancos em seu território.

Em março de 1560, chegando o terceiro Governador-Geral a São Vicente, expuseram-lhe os jesuítas a precariedade da posse do planalto.

Assim, em junho ordenou que todos os civilizados se transferissem para junto do arraial jesuítico extinguindo-se vila de Santo André da Borda do Campo, acertadíssima medida.

Encetou-se em 1560 a vida municipal de São Paulo do Campo de Piratininga sob as mais graves apreensões. A 20 de maio de 1561 pedia a Câmara da nova vila ao Governo-Geral, e com toda a instância, armas e reforço de povoadores à vista das contínuas e fortíssimas agressões dos índios à sua aldeia mal amparada pelas mais singelas e expugnáveis muralhas.

Em abril de 1562 agravou-se imenso a situação, sendo João Ramalho eleito pela Câmara e povo, capitão da gente de guerra que devia enfrentar os índios agressores.

Afinal, a 10 de julho de 1562, após cinco dias do maior sobressalto pela angustiosa espera, investiam os autóctones numa coligação de tribos guaranis, carijós e outros tupis, a que se deu o nome de Confederação dos Tamoios. Comandavam aos assaltantes Araraí e seu sobrinho Jaguanharo.

Terrível o embate, repelido graças à bravura dos assaltados, a quem comandavam João Ramalho e Tibiriçá e certamente à superioridade embora ainda não muito considerável, na época, das armas de fogo de tiro muito lento e pequeno raio de alcance.

Contra si tinham os sitiados a grande inferioridade do número de combatentes. Rechaçados os sitiantes com grandes perdas, reiteraram o ataque a 11 de julho com redobrado vigor. Viram-se, porém, completamente derrotados e tomados de pânico debandaram, perseguidos pelos vencedores; brancos e índios, fiéis aos seus abarés, que com a maior serenidade tanto haviam cooperado na defesa da praça.

Foi então que Nóbrega e Anchieta se ofereceram como parlamentares junto aos tamoios, permanecendo na praia de Iperoig, como reféns durante meses, até que se estabelecesse a paz entre brancos e gentios.

Tibiriçá que com inabalável firmeza recusara trair a causa dos seus caros missionários, viria a morrer naquele mesmo ano, no dia de Natal, muito chorado pelos jesuítas que o sepultaram no solo do seu igrejó.

Apesar do desafogo do triunfo, a situação de segurança de São Paulo foi, até quase os últimos anos do século XVI, muito delicada.

Em 1564 ocorreu novo e grande alarma, ante as correrias de índios hostis pelas vizinhanças da vila, cujo chefe militar continuava a ser João Ramalho.

Neste ano o formidável povoador afastou-se, da vila paulistana. Faleceu depois de 1580, octogenário avançado ao que parece.

As grandes vitórias de 1565, em Santos e São Vicente, e as de 1565–1567 obtidas por Mem e Estácio de Sá na Guanabara, trouxeram grande alívio aos paulistanos.

Em 1585 a expedição do Capitão-Mor Jerônimo Leitão destroçaria numerosas tribos do vale do Tietê. Mas em 1590 agravou-se novamente, e sobremaneira, a situação.

Várias tribos acamparam em Barueri com grande número de arcos e em certa ocasião fizeram uma incursão até Pinheiros onde queimaram a ermida local. Mas não se atreveram a avançar sobre a vila a que comandava Afonso Sardinha. Não se conhecem pormenores das ocorrências então havidas. Parece que o estado de alarma longamente durou.

Em outubro de 1593 narrava Sardinha em Câmara que o gentio parecia fugir para o Rio Grande (Paraná).

Depois desta época houve novos e violentos rebates de guerra, que perduraram assaz longamente como em 1594, ano em que, segundo Pedro Taques, esteve a vila cercada.

Capítulo II

O ISOLAMENTO QUINHENTISTA DE SÃO PAULO. A VILA MURADA. MELHORIA DE CONDIÇÕES CIVILIZADAS. MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS. A DEFICIÊNCIA DO APARELHAMENTO CIVILIZADO. PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO URBANA E DE UM COMÉRCIO RUDIMENTAR. ASPECTOS SOCIAIS. QUESTÕES SÉRIAS. DEPOIMENTOS QUINHENTISTAS SOBRE A VILA. A PRESENÇA DE D. FRANCISCO DE SOUSA. AS INICIATIVAS DESTE ILUSTRE GOVERNADOR-GERAL

ENTROU o século XVII numa situação de considerável desafogo em matéria de segurança.

Alcandorado em seu planalto, a menos de setenta quilômetros do mar, viveu São Paulo os anos quinhentistas quase ilhado do resto do Universo.

Nas páginas das atas da sua edilidade não ocorrem ecos externos até mesmo os dos sucessos extraordinários da monarquia. Nelas não encontramos um único da chacina de Alcácer-Quibir e da destruição da independência portuguesa! Nem sequer nelas se refletem acontecimentos graves, passado na vizinhança, como o ataque dos piratas ingleses a Santos.

Nos primeiros anos viveu a vila cercada de muros toscos, flanqueados de guaritas de atalaia, muros que desapareceram por completo em princípios do século XVII.

Os seus primeiros edifícios públicos eram tudo quanto havia de humilde. Entre eles avantajava-se o do Colégio. Em 1585 já era "casa bem acomodada com um corredor e oito cubículos ao lado da igreja".

Dispunha de oficinas bem instaladas.

As Ordenações do Reino regularam a vida municipal cuja Câmara se constituiu como as de Portugal. Faziam-se eleições, de renovamento anualmente, mas as vereações eram irregulares e escassas.

Já em 1575 estava em andamento a construção do primeiro paço municipal e o indefectível cárcere a ele anexo. – Tão má a sua construção que em 1583 começava a abater.

Consertado em 1586, estava em 1590 muito abalado pelos estragos causados pelo gado solto a pastar pela vila. Em 1594 teve de ser consertado. O pelourinho ergueu-se depois de 1586.

A primeira cadeia paulistana fixa só surgiu na era seiscentista.

Mandava a edilidade tomar provisoriamente a casa deste ou daquele morador, para nela encerrar os criminosos, como, em 1583, sucedia ao se declarar que o ergástulo anexo ao paço tinha "cumeira podre comida de bicho e caruncho".

Nem sequer dispunham os carcereiros de ferros de contenção.

A igreja do Colégio cujo orago era São Paulo, vinha a ser então o único templo da vila. Mas os paulistanos desejavam ter matriz.

Passados dos mais de trinta anos de fundação da vila cogitaram de edificar a "Hygreja Matriz", reza uma ata de 1588, com "Viguario e quagytor e hornamentos e sino e todo ho mais necessários ao culto devino".

A Câmara de 1589 alegava ao Governador-Geral do Brasil que a sua vila era passante de cento e cinquenta fogos e ia em aumento.

Precisava ter vigário! Em 1592 era este nomeado: o Padre Lourenço Dias Machado, vindo de Angola.

Findou o século XVI e a Matriz não se construiu.

Procissões se efetuavam regularmente. A princípio três principais: a de *Corpus Cristi*, a mais solene, a da Visitação de Nossa Senhora e a do Anjo Custódio do Reino.

Em 1594 estabeleceu-se na vila a segunda de suas "religiões" a Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Seis anos mais tarde Frei Mauro Teixeira, beneditino, fundaria um esboço de Cenóbio, obtendo uma concessão de terrenos que a Câmara doou à sua Ordem "até o fim do mundo".

Singelo, arqui-singelo o aparelhamento administrativo da vila.

O funcionalismo municipal reduzia-se a um escrivão, um porteiro, um alcaide e um carcereiro. Recorreram as câmaras diversas vezes ao expediente de obter funcionários à força como se deu em 1575, com certo Pêro Fernandes, constrangido a servir na portaria municipal com os vencimentos de cem réis mensais. Esta mesma Câmara de 1575 encontrou as maiores dificuldades em obter uma arca para a guarda de seu arquivo pois na vila, explicava o procurador João Fernandes, não havia carpinteiro que a pudesse fazer nem se acharia alguma a comprar.

Desde os anos quinhentistas revelaram as municipalidades paulistanas tendências marcantes de autonomia e independência que com os anos se tornariam cada vez mais veementes.

Assim as Atas registram sérios dissídios com os capitães-mores da Capitania e resistência a ordens e mandatos por eles expedidos e considerados inaceitáveis pelos senhores oficiais.

O mesmo se dava em relação a outras autoridades, estas régias, como os oficiais da Provedoria Real e os ouvidores.

Desde as primeiras décadas foram instituídos códigos de posturas encerrando uma série de providências sobre questões administrativas e policiais. Mas o grande *noli me tangere* da época enquadrava-se nos casos da questão servil, na oposição à entrega de índios mansos às aldeias de catequese jesuítica.

De nada valiam as ordens emanadas do Trono assegurando a liberdade dos autóctones como a lei de Évora, promulgada em 1570.

Eram as suas disposições burladas, diariamente, e o tráfego vermelho imperava em todo o Brasil. Às *encomiendas* castelhanas correspondiam os *serviços forros* portugueses dos índios "livres por lei de sua Majestade" e mantidos em ferrenho cativeiro, "depositados" em casa dos colonos.

Pouco numerosos, tímida oposição a este espírito coletivo, faziam os jesuítas, cuja atitude lhes valeria, já em 1611, graves ameaças de expulsão.

As receitas da novel edilidade só podiam ser as mais exíguas em terra semideserta onde tudo estava por se fazer. A documentação a tal respeito é, aliás, a mais sumária.

Provinham os recursos principais do arrendamento do suprimento de carne verde e das multas.

Em 1584 subiram as rendas municipais a dois mil e novecentos réis revelando-se um saldo de quinhentos réis.

Enorme a escassez de numerário. Em 1576 devendo a Câmara pagar vinte cruzados (cerca de dez mil rs.) declarava não poder fazê-lo em moeda de contado, que a esta não possuía, e sim em couros, toicinho, porcos e cera.

Tal a falta de dinheiro que, em 1592, pagava a Câmara vencimentos ao seu porteiro em palha. Como os cidadãos se queixassem de que os rendeiros da carne verde recusavam entregá-la a troco dos produtos da terra, exigindo moeda, frequentemente intervieram os poderes municipais obrigando os contratadores a trocar o seu gênero por algodão, cera e marmelada.

O escasso ouro obtido do flancos do Jaraguá mostrava-se insuficiente para o giro comercial.

O comércio, rudimentar, como só podia ser, fazia-se por meio de escambo. Em 1853 denunciava-se em Câmara que vinham à vila mascates vendendo fazenda por preço desconveniente com muito prejuízo da terra cuja moeda corrente consistia em mantimentos, carnes, cera e gado, bois, vacas e porcos, pano de algodão, resgate (escravos) "porquanto na vila não havia outra fazenda".

Apesar das dificuldades enormes impostas pela Serra do Mar, a expedição dos gêneros do planalto se fazia ativa por meio de carregadores índios.

Os principais gêneros exportados eram farinha de trigo, carne salgada, sobretudo de porco, e marmelada. Os trigais prosperavam, admiravelmente, em torno da vila onde também se plantava cevada e havia vinhedos dando abundante vinho. Já em fins do século XVI requisitavam os Governadores-Gerais farinhas como em 1592, D. Francisco de Sousa, a solicitar uma remessa de oitocentos alqueires para Pernambuco.

A marmelada foi objeto de grande comércio naqueles anos primevos. Gabriel Soares, em 1587, informava que era tanta, que a levavam a vender a outras capitanias.

Tomou a pecuária magnífico incremento. Relata Gabriel Soares ainda que os bois do planalto tinham "carnes muito gordas e gostosas".

Já em 1556 o padre Baltasar Fernandes assinalava a existência de muito gado vacum que vinha multiplicando-se, muito, e sem trabalho algum.

E Anchieta em 1585 dizia a seu Geral que São Paulo "terra de grandes campos era fertilíssima de muitos gados, de bois, porcos e cavalos".

A criação dos suínos também prosperava extraordinariamente.

Segundo Gabriel Soares os porcos paulistanos eram, em 1587, abundantíssimos e notáveis pelo tamanho, "animais de carnes muito gordas e saborosas, fazendo vantagens às das outras capitanias por provirem de terra mais fria".

Manadas de cavalos viviam errabundas pelos campos.

À noite, soltos pelas ruas da vila, transitavam bovinos e equinos.

Em 1598 o procurador Pedro Nunes denunciava que tais animais "faziam muitas perdas às casas e benfeitorias e se caíam muitas paredes".

Vinham as importações, sobretudo de Portugal e de Buenos Aires. Do Reino chegavam principalmente sal, panos, papel, medicamentos, objetos de ferro e aço; de Buenos Aires lãs, assim como alguns artigos da indústria europeia.

O açúcar, o grande gênero do Brasil dos três primeiros séculos, escasseava visto, como a frialdade do planalto e as geadas tornavam-se mortíferas à cana. Contava Fernão Cardim em 1585 que os paulistanos fabricavam açúcar rosado com rosas de Alexandria.

A rudimentar organização do trabalho modelava-se *servatis servandis* pela do Reino. Distribuíam-se os mesteirais pelos ofícios segundo as normas pátrias. Assim vemos surgir os diversos ofícios ou corporações com os respectivos juízes, bandeira e regimento: os dos sapateiros, alfaiates, tecelões, ferreiros, carpinteiros, oleiros. Havia por vezes acúmulo de funções. Assim os alfaiates eram às vezes, e ao mesmo tempo cabeleireiros e barbeiros.

Regiam-se as corporações operárias por uma série de normas tradicionais, por vezes seculares, consignadas no regimento de seus misteres.

E o abstruso sistema de pesos e medidas pelo qual deviam regular- se tinha de ser aferido pelos padrões municipais, eles próprios de autenticidade discutível numa era de balbúrdia de estalões.

Que poderia ser o urbanismo em arraialzinho tão desprovido ainda dos predicados da civilização? Absurdo procurar-se da documentação do tempo qualquer coordenação de medidas tendentes a legislar sobre tais assuntos, naquele conjunto de rudes casinhas implantadas no limiar do sertão.

Assim mesmo vemos, desde os primeiros anos, surgirem as demonstrações do senso da organização urbana por meio de providências sobre arruamentos e conservação das vias públicas

simples e estreitas veredas onde os veículos muito raros rodavam.

A atual rua de S. Bento era o delineamento principal da vila.

Já se assinalavam os dois outros rumos do famoso Triângulo de nossos dias. Ordenavam as Câmaras frequentemente que os moradores entupissem as covas que haviam mandado abrir no leito de tais vielas.

Desde os primeiros anos empenhou-se a Câmara em demarcar o seu rocio. Já em 1571 realizava tal aspiração. Dooulhe o donatário ao seu derredor um raio de posse dentro do alcance de cinco tiros de besta.

Mal satisfeita, obteve, em 1598, nova área de rocio melhor localizada.

Dentro dela fazia concessões. Doava prazos onde os moradores pudessem fazer quintal e benfeitorias.

Alegavam os requerentes, frequentemente, ter ajudado a defender a terra através de numerosos "perigos e frechadas". "E hora havendo respeito guasar na tera, etc." Estas concessões obrigavam os beneficiários ao pagamentos de foros à Câmara, quantias aliás mínimas.

Notam-se porém os primeiros indícios de futuro código de obras na decisão de 1594 pela qual a Câmara proibia que "ninguém armasse casa nem alicerçasse" sem sua permissão. E, fato, sobremodo curioso, proibia-se ao mesmo tempo sob grave multa o corte de pinheiros.

Em 1590 ia a vila tomando melhor aspecto. Às cobertas de sapé entremeavam-se os tetos de telha. E o Colégio já tinha certa aparência vultosa. Em 1594 Domingos Luís, o Carvoeiro levantava um correr de casas de dois pisos em frente à matriz.

Desde 1575 já Cristóvão Gonçalves tinha olaria a trabalhar com aplauso da Câmara pois "a dita telha era necessária por razão desta vila estar coberta de palha e correr risco por razão do fogo".

Provinha o abastecimento d'água dos poços quintaleiros e também, para fins de bebida, de nascentes brotando no recinto da vila, mananciais "que avião mister limpas" reclamavam os Procuradores, constantemente.

Em torno das fontes e lavadouros aglomeravam-se os escravos e o rapazio irrequieto. Aos malefícios do jogo procuravam os poderes públicos opor séria resistência. "Dar mesa de jogo e tavolagem nos dias de fazer" tornava os viciados passíveis de multa, determinava um termo de 1582.

Ao cair da noite ficava a vila imensa na treva, ao bater a bater sineta do Colégio o toque de abafar. Em 1590 proibia a Câmara: "negro nem branco tragua de noite foguo pela vila": "ninguém se entenderá de um vizinho hum para outros e fronteiro".

No respeito à hierarquia social residia uma das preocupações municipais. *Initium sapientiae timor regis* inculcavam as medidas de 7 de abril de 1588. "Nenhuma pessoa, de qualquer sorte e qualidade seja ousado de pôr boca a El Rey Nosso Senhor nem em suas justiças". Isto sob pena de fortíssima multa (1$000rs.)

cadeia e degredo por um ano no forte de Bertioga. Aos peões aplicar-se-iam como sobrecarga cem chibatadas vigorosas.

Corriam os tempos onde muito se levava a sério o brocardo milenar do *hospes hostis*. Assim a Câmara avocava a si o cuidado da vigilância dos forasteiros, exercida pelos alcaides. Em 1583 ordenava-se a prisão de uns tantos espanhóis que pretendiam incorporar se à comunidade paulistana e homens de atitudes suspeitas.

Em 1580 tomaram-se providências contra linguarudos e caluniadores "alguns homens que eram difamadores, sobretudo os que difamavam mulheres casadas e solteiras". Foram diversos destes maledicentes enxotados da república como "omês de roim boqua e anas bolenas".

A superintendência da polícia de costumes procurava pôr cobro às orgias e desordens de índios e brancos. Estavam estes expressamente proibidos de comparticiparem dos folguedos do gentio e das suas tapuiadas.

Além destas sumárias medidas policiais vemos outras de ordem higiênica. Em 1589 declarava a Câmara "estar a vila em piriguo de imundicies que era piriguo do povo" por ocasião de uma das terríveis epidemias das "begigas" dizimadoras das indefesas populações coloniais.

Na época das grandes festas e procissões ordenava os edis a roçada geral dos quintais e testadas. Em 1587 declarava o Procurador Afonso Dias que a "vila possuía mais matos que outra coisa".

Outra medida civilizadora, a de janeiro de 1599, – quando o Procurador Francisco Maldonado propôs o estabelecimento de, pelo menos, uma estalagem "é necessário que aja nesta vila quem venda cousas de comer e beber que viva por isso. E onde poudesem pousar os forasteiros".

Outra providência progressista: a perseguição aos lançadores de timbosadas e tinguisadas exterminadoras da rica ictiofauna local.

Em todo o século XVI não se constata a existência de clínico algum em São Paulo. Em 1597 instalava-se o primeiro serviço médico sanitário com a nomeação do barbeiro Antônio Roiz para juiz do ofício dos físicos. Era homem experimentado e examinado e não um daqueles empíricos que "na vila curavam feridas e faziam sangrias por toda a terra".

Tão pequeno lugarejo não comportava grande aparelhamento diferenciado de ordem administrativa e judicial.

Desde os primeiros anos temos ciência da presença de um notário "Taballião de notas do pubriquo e judisiall e da quamara e allmotaseria" como se qualificava João Fernandes, em 1562.

Acumulavam os tabeliães quinhentistas o cargo notarial com o de escrivães das Câmaras.

Em 1587 declarava-se que na vila não existia ainda um único exemplar do Livro das Ordenações do Reino.

Durante o século XVI não consta a vinda, a São Paulo, de nenhuma visita de autoridade judiciária superior, ouvidor ou juiz-de-fora. A sede da ouvidoria era São Vicente e depois Santos onde funcionava o foro, o que irritava sobremaneira os paulistanos. À vista de suas reclamações transferiu-a D. Francisco de Sousa, em 1598, para São Paulo onde o juiz regional despacharia as apelações e mais papéis forenses não só do lugar como das demais vilas da capitania.

Envolviam as transações, quase sempre, quantias mínimas, algumas patacas, alguns cruzados. Os saldamentos de contas compreendiam roupas, chapéus, pano, linha, armas e até dinheiro.

Uma morada de casas no ponto mais central da vila valia tanto quanto por exemplo uma espada, ou uma espingarda.

Grande desconforto reinava nas casas quinhentistas, muitos sumariamente mobiliadas, desprovidas desses objetos manufaturados comezinhos nas mais modestas moradas de nossos dias como coisas usuais da vida civilizada.

Pouca roupa de serventia pois sobremodo escasseava o pano.

Valia mais um vestido de fazenda europeia do que um prédio. Não nos esqueçamos porém de que, contemporaneamente, e nas mais ricas das cortes da Europa, possuir meia dúzia de camisas de linho constituía privilégio de ricos, que lenços e meias eram de uso recente. Entre os mais avantajados potentados europeus da época comia-se com os dedos e quase ninguém escovava os dentes.

Em ambiente tão singelo era natural que a vida dos primeiros paulistanos fosse a mais uniforme e tediosa.

A esta uniformidade só interrompiam, espaçadamente, os grandes acontecimentos familiares, nascimentos, esponsais, moléstias e falecimentos ou então a ocorrência de festas sacras.

Vivia a vila quase sempre erma. Nas vizinhanças das festividades públicas povoava-se com a chegada dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas circunvizinhos.

A vida fazendeira daqueles pequenos agricultores e pequenos criadores corria no ramerrão quotidiano do plantio e da colheita, do pastoreio e da contenção do pessoal servil.

O suprimento de carne a população fazia-se irregularmente e apesar da abundância dos bovinos. Frequentes as reclamações dos cidadãos às Câmaras ao alegarem "morrer de fome por não haver quem quisesse matar carne".

A 15 de janeiro de 1599 resolviam os edis "que se fizesse casa para açougue" onde se talhasse a carne "a fim de que esta não andasse a vender pelas ruas, de casa em casa, como até então fora de costume".

Via do mais áspero trânsito prendia São Paulo, alcandorado em seu planalto, ao litoral atlântico, ao mundo civilizado.

Era ela o Caminho do Mar, a mais gloriosa das estradas brasileiras como primeira via de penetração profunda nas terras continentais e por ter o seu leito sido o teatro do

episódio pelo qual o Brasil se elevou à categoria de nação independente.

O vencimento da muralha paranapiacabana exigia ingente esforço dos primeiros povoadores. No trilho angusto, cortado de resvaladouros, marginal de profundos despenhadeiros, subiam e desciam os homens "com trabalho e às vezes de gatinhas", informava Anchieta ao Geral da sua Companhia em 1585. Por tal estrada "podiam subir nenhuns animais".

A conserva de caminho, pontes e aterrados eram realizados pelo processo de requisição de serviços entre os moradores contribuindo cada qual como o número de escravos de que podia dispor.

Os principais depoimentos de visitantes da vila provêm nos do Padre Baltasar Fernandes em 1565, de José de Anchieta na *Informação para Nosso Padre* em1585 e a de Fernão Cardim em 1583.

Há ainda a arrolar o anônimo da *História dos Colégios*, de 1574.

Mas este último é muito menos informativo do que os demais.

Conta o Padre Fernandes que havia trigais em torno do arraial e muito gado vacum. - Grande mágoa ver-se "tanta e tão boa terra perdida por falta de gente". Em torno do Colégio de São Paulo existiam seis aldeias de índios da terra a fora umas tantas casinhas esparsas de moradores, cristãos uns e outros não.

Relatava Anchieta em 1585 na *Informação* que já a vila contaria 120 fogos de portugueses. Nela reinava a maior abundância de víveres, fabricava-se muita marmelada e muito vinho.

Consagrou Fernão Cardim muito maior número de páginas a São Paulo do que o seu confrade o Taumaturgo do Brasil. E a narrativa do que viu mostra quanto em trinta anos notavelmente se civilizara a vila. Impressionou-o o vulto da produção local do vinho e marmelada.

"Esta terra parece um novo Portugal"! exclamava entusiasmado. Nela reinava contudo grande deficiência de pano. O colégio já tinha aspecto vultoso e a sua igreja, embora pequena, dispunha de bons ornamentos.

Em fins do século XVI a São Paulo cercavam diversas aldeias de índios cristianizados e administrados pelos jesuítas.

Admirável obra de catequese e civilização desenvolviam os padres da Companhia entre esta gentilidade populosa e afeiçoável ao cristianismo. Admirável obra pontuada por sacrifícios de toda a espécie inclusive já pelo martírio de dois dos soldados de S. Inácio: Pêro Correia e João de Sousa.

A princípio existiam doze aldeias do gentio. Cinco haviam sido concentradas em Pinheiros e São Miguel.

A grande questão social, a única por assim dizer no Brasil quinhentista ou antes na América era a servil. Onde quer que os brancos se fixassem sua primeira preocupação vinha a ser a redução dos aborígines ao cativeiro, para os forçar à faina da agricultura e da mineração.

Fundada numa região de relativamente densa população autóctone não poderia São Paulo escapar a esta contingência da conquista.

Para o desenvolvimento da vila e do planalto vital imposição fazia com que o seu aparelhamento econômico dispusesse de trabalhadores agrícolas e de transportadores da produção local.

Submetiam-se muitos dos selvagens sem resistência e vinham até "oferecer-se de paz". E assim mesmo viam-se alvo da cobiça dos colonos que os apresavam desrespeitando as leis de Sua Majestade o que provocava protestos da edilidade, inócuos porque os próprios edis comungavam com as ideias dos denunciados seus republicanos.

Em fins do século XVI o movimento entradista, tais proporções tomara que a Câmara receava o despovoamento da vila proibindo aos moradores saíssem "ao encontro dos índios pelos caminhos".

As decisões régias resultavam letra morta. A tamanha distância da Corte e do alto de suas montanhas zombavam os paulistanos de cartas e alvarás régios que os contrariassem. Nem faziam grande conta da autoridade do Governador-Geral do Brasil.

Quando Jorge Correia o Capitão-mor da capitania ordenou a entrega das aldeias indiáticas aos jesuítas respontou-lhe a Câmara que lhe não registraria a provisão, a dizer-lhe: "Não sabe Vossa Mercê das coisas do Brasil, novamente vindo do Reino como é. Não tornou bem o ser da terra ainda."

Até 1600 não atingiria a população de São Paulo talvez a duas mil almas, entre brancos e escravos. Em 1583 declarava o procurador Álvaro Neto que a vila passava de cem moradores.

Em torno do vilarejo multiplicavam-se as fazendolas.

Já a certa distância se estabelecera Manuel Fernandes em Parnaíba, com os filhos, os três famosos povoadores, que, durante anos, foram os fronteiros mais profundamente entranhados no *hinterland* brasileiro.

Era D. Francisco de Sousa, senhor de Beringel, e sétimo Governador- Geral do Brasil, em 1591, personalidade certamente de invulgares dotes de inteligência e energia. Veio para o seu governo disposto a executar largo programa que visava sobretudo impulsionar as expedições da devassa do sertão e da descoberta de jazidas de metais nobres.

Profunda impressão causou aos seus governados em qualquer ponto do Brasil em que permaneceu.

Organizou em São Paulo verdadeiro departamento mineiro. À sua frente, em 1598 despachou Diogo Gonçalves Laço administrador de tal organização, acompanhado de dois técnicos prospectores, um mestre fundidor e mais duzentos índios para a laboração das minas. Era grande a expectativa dos vassalos em torno de sua chegada. Em princípios de 1599 apareceu em São Paulo acompanhado de vultoso séquito militar e civil.

Causou verdadeira revolução de costumes entre os seus governados de Piratininga como nos conta o nosso Heródoto, Frei Vicente do Salvador, a acrescentar "se se havia D. Francisco pagado da Bahia muito mais se pagou de São Paulo".

Modificou profundamente o aparelhamento administrativo da vila, dando-lhe outra amplidão, criando e provendo cargos, tornando a capital, de fato, da capitania vicentina, dela fazendo a sede do fórum regional.

Pouco após a chegada partiu para o sertão de Sorocaba e interessou- se pela mineração aurífera do Jaraguá. Despachou ao sertão a grande bandeira de André de Leão que em 1601 percorreu o vale do Paraíba e foi ter ao de São Francisco. Realizou nove meses de jornada de que há o precioso relato do holandês Jost ten Glimmer. Nada encontrou Leão aliás em matéria de jazigos preciosos.

Em 1602, expediu D. Francisco na mesma faina a Nicolau Barreto com algumas centenas de homens.

Voltou-se depois o pertinaz Governador-Geral para as "minas de ferro e aço" como ingenuamente relata o bom Pedro Taques.

Aproveitando a descoberta de Afonso Sardinha o protominerador do ouro no Brasil, no Jaraguá tentou fundar, em Ipanema, um centro siderúrgico e outro em Santo Amaro, o antigo Ibirapuera.

Em 1602 após um proconsulado de onze anos como nenhum de seus predecessores jamais tão longo tivera, foi em 1602 substituído no Governo-Geral por Diogo Botelho.

Continuou em São Paulo: À última hora faltou-lhe a coragem de desprender-se da terra paulista onde permaneceu por alguns anos, sempre ocupado com as pesquisas de minerais.

Capítulo III

O CONFLITO GRAVE ENTRE PAULISTANOS E JESUÍTAS EM 1612. MULTIPLICAÇÃO DAS ENTRADAS E CRESCENTE AVOLUMAMENTO DAS EXPEDIÇÕES BANDEIRANTES. A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DO SEU COLÉGIO DE SÃO PAULO. O EPISÓDIO DE AMADOR BUENO. A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO.

PRIMÓRDIOS DA GUERRA CIVIL DOS PIRES E CAMARGOS FOI O SÉCULO XVII por excelência, o do bandeirantismo, a que imprimiu D. Francisco de Sousa notável alento inicial. Voltando à Europa obteve de Filipe III a criação do governo autônomo do Sul, do qual foi investido em 1609. Pouco lhe caberia viver, ainda, porém, pois faleceu em 1611.

Já nesta época eram ásperos e persistentes os embates entre os apresadores de índios e os jesuítas. Sobretudo depois da promulgação da lei de 3 de julho de 1611 declarando os aborígines livres do cativeiro.

Motivou essa decisão o grande conflito de 1612 e viram-se ameaçados os inacianos da expulsão do seu colégio. Tiveram de dar garantias de que não contrariariam os propósitos dos descedores de índios.

Por mais que em mistificatório simulacro de obediência às leis da monar- quia se lançassem bandos sobre bandos proibindo a ida de armações ao Sertão multiplicaram-se as entradas.

Em 1614 surgiu em São Paulo o primeiro magistrado sindicante de tais ilegalidades e teve que se retirar intimidado ante a atividade dos bravios sindicados. O mesmo sucedeu a diversas outras autoridades.

Adensava-se a massa indígena apresada, em torno da vila. Localizava- se nas propriedades dos potentados em arcos, apesar do receio de um levante geral desta considerável população servil como, em 1620, quase irrompeu.

Encaminhavam-se os índios descidos às capitanias açucareiras do Norte, requisitadoras de braços e mais braços como, em 1626, ocorreria após a reconquista da Bahia sobre os holandeses.

E tudo isto se fazia sob as mais benévolas vistas dos mais altos delegados régios a começar pelos próprios Governadores-Gerais. Há, porém, a nosso ver, grande exageração de diversos autores antigos e modernos no cômputo da exportação das peças escravizadas.

Os paulistas cada vez mais aguerridos não só despachavam bandeiras ao sertão como socorros à sua própria costa, como em 1615 ao se repelir a esquadra holandesa de Joris Van Spielberg que tentou apossar-se de São Vicente e Santos e foi enfrentada pela coluna de Serra Acima comandada por Sebastião Preto.

Em julho de 1628 aparecia em S. Paulo D. Luís de Céspedes Xeria nomeado governador do Paraguai. Sua presença insólita grande estranheza trouxe aos paulistas de quem ao Rei disse horrores. Seriam, então, afirmou: uns quatrocentos homens capazes de pegar em armas.

A documentação espanhola que publicamos sobre este personagem deixa fora de dúvida que ele professava os mesmos sentimentos escravistas que os seus injuriados. Tudo faz crer que como rico senhor de engenho no Rio de Janeiro, viera comparticipar dos resultados da grande empresa escravista que Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares preparavam com o fim de arrasar os grandes aldeamentos guaranis jesuíticos estabelecidos ao sul do Paranapanema. Entretanto hipocritamente escrevia a Filipe IV que deixara "*aquella mala tierra com toda priessa*".

No segundo semestre de 1628 abalou de S. Paulo para o Sul a grande bandeira de Preto e Tavares que aniquilou as reduções do Guairá recolhendo com avultado comboio avaliado pelos autores jesuíticos em muitos milhares de cativos, o que nos parece exagerado.

Dois inacinos, os padres Mansillas e Mazzeta acompanharam os aprisionados e foram à Bahia pedir ao Governador-Geral, Diogo Luís de Oliveira, providências repressivas e reparadoras. Nada de prático obtiveram. Voltaram convencidos da conveniência tática do Delegado Régio que pró-forma mandou representante seu sindicar dos fatos de São Paulo. Viu-se este compelido a fugir desabaladamente.

A atitude dos padres da Companhia fez com que se acirrassem os sentimentos hostis da população paulista.

A Câmara de 1633, expeliu os inacinos da sua grande aldeia de Barueri. Já nesta ocasião haviam os paulistas expulsos das terras, ao oriente do rio Paraná, os espanhóis de Vila Rica, d'el Spiritu Santo, após assaz longo cerco e apesar de bravamente defendida a praça por D. Cristobal de Aresti, Bispo de Asunción.

Na mesma época foi Ciudad Real abandonada pelos seus colonos ante a investida das bandeiras.

Partiam de São Paulo expedições como as de Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Pais, para só falarmos das principais, em direção ao território hoje sul-rio-grandense, onde destruíram numerosas e avultadas aldeias da Companhia de Jesus. Reagiram os jesuítas auxiliados pelos espanhóis do Paraguai. Já atenciosamente haviam as bandeiras assolado o sul de Mato Grosso na região então chamada dos Itatins ali destruindo a cidade castelhana de Santiago de Xerez.

Sofreram porém sérios reveses em 1638 e 1641. Foram no primeiro milésimo batidos em Casapaguaçu, pelos catecúmenos dos inacinos e as forças do governador paraguaio, D. Pedro de Lugo. E em 1641 experimentaram catastrófica derrota às margens do Uruguai, em Mboré, quando os índios das reduções, comandados por seus padres, aniquilaram a grande expedição de Jerônimo Pedroso de Barros e Manuel Pires.

Para a Europa haviam partido dois jesuítas o ilustre Antônio Roiz de Montoya e Francisco Dias Tanho a solicitarem do Rei e do Papa providências contra os paulistas. Obtiveram de Urbano VIII a publicação de breve excomungando solenemente quantos cativassem índios.

Trouxe o conhecimento do decreto papal enormes tumultos no Rio de Janeiro e em Santos. Resolveram então os paulistanos e os moradores de diversas vilas da Capitania expulsar os inacinos do Colégio de São Paulo, o que se realizou a 13 de julho de 1640 num movimento irreprimível da população encabeçada pela sua edilidade e quase todos os mais notáveis dos seus repúblicos.

Alguns meses mais tarde soube-se em São Paulo da restauração da independência portuguesa a primeiro de dezembro de 1640 e deu isto motivo a um dos mais significativos e interessantes episódios da história não só brasileira como americana, o da aclamação de Amador Bueno.

Este incidente constitui a mais antiga manifestação do espírito nacional em terras do Novo Mundo, como bem observou o eminente publicista uruguaio Rodriguez Fabregat.

Posto em dúvida, levianamente, por escritores do século XIX que acusavam os dois primeiros historiadores de São Paulo, Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, de inventarem documentação inexistente tivemos a ensancha de provar tal desacerto revelando a existência das peças inquinadas de fantásticas.

É de sobra conhecido o que ocorreu na vila piratiningana em dia que, segundo Azevedo Marques, deve ter sido primeiro de abril de 1641.

Não querendo de todo serem súditos de D. João IV, que reputavam um vassalo rebelde a seu soberano, resolveram os espanhóis, residentes em São Paulo, provocar a secessão da região paulista do resto do Brasil esperando talvez anexá-lo às colônias espanholas limítrofes.

Chefiavam o movimento os dois irmãos Rendon de Quevedo que se lembraram de oferecer o trono do projetado reino paulista a seu sogro Amador Bueno da Ribeira, ele próprio filho de espanhol e homem do maior prol em sua república, pela inteligência e a fortuna, o passado de bandeirante, o casamento, os cargos ocupados.

Recusou o aclamado, terminantemente, a oferta a gritar em altos brados Viva El-Rei D. João IV, meu Rei e Senhor! E como se visse ameaçado de desacato pelos proclamadores entusiastas correu a refugiar-se no Mosteiro de São Bento pedindo a intervenção do Abade e seus monges.

Desceram à praça fronteira ao cenóbio o Prelado e sua comunidade procurando convencer os manifestantes de que deviam abandonar o intento que os congregara, tarefa em que os auxiliaram vários eclesiásticos prestigiosos e cidadãos de boa nota.

Arrependidos resolveram os manifestantes aderir ao movimento restaurador de primeiro de dezembro de 1640.

E assim foi D. João IV solenemente reconhecido soberano dos paulistas, a 3 de abril de 1641, num gesto esplêndido de solidariedade lusa do qual a unidade do Brasil imenso viria a valer-se pelo alargamento extraordinário de sua área.

Solene esta cerimônia em que o vereador mais velho, Paulo do Amaral, três vezes arvorou o pendão das quinas e castelos "dizendo em cada uma Real! Real! Real! por El-Rei Dom João, o Quarto de Portugal!

respondendo a cada uma destas vozes todos os circunstantes com mil vivas e júbilos", presentes o capitão-mor da capitania, os oficiais da Câmara Municipal, os prelados e superiores das Religiões, o vigário de São Paulo, vultosa clerezia e numerosos sertanistas dos mais ilustres como entre outros Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Pais. Em 1643 enviaram os paulistanos a Lisboa mais embaixadores especiais, Luís da Costa Cabral e

Baltasar de Borba Gato, encarregados de renovar a D. João IV as arras de sua fidelidade à coroa restaurada de sua grei.

Logo depois encetou-se em São Paulo longo período em que a vila ensanguentou uma série de acontecimentos perduradores dum lapso de vinte anos.

São os fatos compreendidos no que se chama o conflito entre os Pires e os Camargos, do nome de duas grandes famílias cuja inconciabilidade redundou em verdadeira guerra civil, à semelhança das lutas municipais assoladoras das cidades italianas medievais e das quais a mais conhecida é a dos Capuletti e Montecchi de Verona, por Shakespeare imortalizada.

O truncamento, a ausência da documentação não nos permitem redigir a narrativa da longa sequência de fatos violentos e sobremaneira obscuros. Numerosas são as hipóteses que se formularam a seu respeito. Pretendem alguns autores que se filia tal dissídio à expulsão dos jesuítas, outros à aclamação de Amador Bueno, suposições que nos parecem gratuitas.

Supomos que a longa luta, aliás intermitente, nasceu de mera rivalidade de chefes de clã sem motivo algum alheio ao personalismo e ao espírito de família e a tendência gregária tão profundamente humana e tão veemente nas pequenas aglomerações.

Segundo Taques, encetou-se o conflito, em 1640, numa verdadeira batalha causadora de muitas mortes e ferimentos e ocorrida nas ruas de São Paulo entre as duas parcialidades cujos chefes, Pedro Taques e Fernando de Camargo, alcunhado

o *Tigre*, empenharam-se em duelo singular, socorridos e secundados pelos seus sequazes.

No ano seguinte era Taques pelo contendor assassinado à falsa fé segundo relata a *Nobiliarquia Paulistana.*

Tal o desfecho de uma questão pessoal, mais que provavelmente, muito nas cordas dos potentados daquela população belicosíssima da qual dizia D. Luís de Céspedes ao Rei: "*Matan se y aguardan se en los camiños todos los dias.*"

Certo é que assassinando Pedro Taques, muitos dos seus partidários abandonaram São Paulo, indo morar em Parnaíba com o seu opulento irmão Guilherme Pompeu de Almeida, ao passo que o outro irmão, Lourenço Castanho Taques se acastelava no Ipiranga como um barão medieval em sua torre albarrã.

Debalde procurou um Salvador Correia de Sá e Benevides governador do Sul apaziguar os ânimos pedindo aos paulistas que se harmonizassem e lançassem ao Sertão à procura de minas.

Agravou-se a situação com a entrada em cena do novo vigário da Vila, o clérigo fluminense Domingos Gomes Albernaz que rixou enormemente com os seus paroquianos e as Câmaras. Sustentado pelo seu Prelado, Antônio de Mariz Loureiro, era visivelmente o agente em São Paulo das autoridades fluminenses propugnadoras da restituição dos jesuítas ao seu Colégio e sobretudo instigado por parte de Salvador Correia, nesse momento aos paulistas *persona ingratissima.*

Já em 1641 quisera intervir na pendência ameaçando aos paulistas com a sua presença acompanhado de força que os reduzisse a obediência.

Chegara a ir até Santos mas sabendo que os adversários entrincheirados ocupavam a serra resistira do intento.

Voltando à sede do seu governo lançara brados ásperos e ameaçadores contra os insubmissos vassalos.

Surgiu em São Paulo o Prelado e sua presença provocou manifestações as mais violentas. Precisou asilar-se no convento de São Francisco onde esteve cerca de vários dias até que o deixassem partir sendo com ele também expulso o vigário Albernaz. Em maio de 1646 lançava solene excomunhão às rebeldes ovelhas do planalto e a Câmara a ela reagiu em carta atrevidíssima acusando-o de escravo dos jesuítas.

Correram alguns anos agitadíssimos e de intranquilidade política não depondo as armas as fações que se digladiavam constantemente.

Capítulo IV

RECRUDESCÊNCIA DA GUERRA CIVIL. ACORDO ENTRE OS PAULISTANOS E OS JESUÍTAS REINTEGRADOS EM SEU COLÉGIO. A PACIFICAÇÃO DO CONDE DE ATOUGUIA. RENOVAMENTO DE HOSTILIDADES. O ACORDO DO OUVIDOR PORTUGAL

INESPERADAMENTE surgiu gravíssimo caso pessoal que promoveu a maior recrudescência de paixões, um crime passional cometido por Alberto Pires, filho de um dos maiores potentados da vila Salvador Pires, e de uma mulher de extraordinária energia e pugnacidade Inês Monteiro de Alvarenga, alcunhada a *Matrona.*

Matou a sua mulher, Leonor de Camargo Cabral, sob pretexto de adultério. Era ela sobrinha da grande irmandade dos Camargos, todos homens do maior prestígio e situação social.

Este caso é sobremodo obscuro e controvertido. Supõe Pedro Taques que o amante de Leonor seria seu concunhado Antônio Pedroso de Barros, grande sertanista e potentado em arcos a quem Alberto Pires também assassinou numa emboscada.

Mas a esta versão contradizem os documentos do inventário de Antônio Pedroso. Parece fora de dúvida que ele pereceu assassinado pelos seus índios rebelados. O que não padece contestação é o uxoricídio praticado por Alberto Pires.

Pretenderam os Camargos desforçar-se do assassino refugiado na fazenda materna. A esta puseram cerco e como ameaçassem arrasá- la, entregou-se o criminoso que conduzido a São Paulo partiu com destino à Bahia onde deveria ser julgado pela Relação do Estado do Brasil.

Separada do filho a Matrona também o seguiu via Parati para o Rio de Janeiro onde ao chegar soube que durante a travessia fora Alberto Pires atirado ao mar.

Voltando a São Paulo e violenta como era instigou os seus parentes a sanguinolento desforço.

E assim recrudesceram as operações bélicas da luta civil da qual aliás se originou a "catástrofe da destruição da casa de D. Inês Monteiro uma das maiores daquele tempo", escreve Pedro Taques.

Eram os principais caudilhos dos Pires o ancião João Pires, homem de grandes posses, Francisco Nunes de Siqueira, Fernão Dias Pais, Henrique da Cunha Lobo e Garcia Rodrigues Velho. E dos Camargos os irmãos Fernando de Camargo, o *Tigre,* e José Ortiz de Camargo além do ilustre sertanista Domingos Barbosa Calheiros.

Nomeado Ortiz ouvidor da Capitania, opuseram-se os Pires, a que tomasse posse do cargo. Em 1652 estavam os Camargos em maioria na Câmara e ele organizou a seu talante as listas dos pelouros para 1653. *Ex proprio marte* prorrogou os poderes da Câmara de 1652, e este procedimento, provocador de enormes protestos, levou o Ouvidor-Geral da Repartição do Sul, Dr. João Velho de Azevedo, a vir a São Paulo apoiado naturalmente pela parcialidade dos Pires.

Fugiram os Camargos e o magistrado arrombando a porta da Casa do Conselho procedeu à eleição da nova Câmara.

Partiram os irmãos Camargo para a Bahia a solicitar do Governador- Geral ordens para que se empossasse José Ortiz. Ao mesmo tempo enviava o Dr. Azevedo à Relação do Estado a devassa contra eles instaurada, relatório em que lhes fazia as mais graves acusações pedindo a aplicação das mais severas penas inclusive a capital e o confisco dos bens.

Encetou-se 1654 sob as maiores apreensões. A nova Câmara declarava-se solidária com a antecessora mas Ortiz conseguiu quanto desejava.

A 7 de fevereiro chegava a São Paulo acompanhado pelo Capitão- mor da Capitania.

Estava "a terra em perigo de se perder pelos tumultos que havia com o gentio em armas nesta vila" reza a ata deste dia.

Exigiu a Câmara que Ortiz exibisse a provisão do Governador-Geral e o acórdão da Relação que o reintegrava na Ouvidoria e esta exigência causou a mobilização de toda a geração Camargo.

Já nesta época porém houvera composição entre os paulistas e os jesuítas.

Salvador Correia, com o prestígio enormemente acrescido graças ao êxito de sua gloriosa jornada da recuperação de Angola, fora o agente deste apaziguamento. Entrara em

entendimento com os chefes Pires sobretudo com João Pires e Fernão Dias Pais e afinal conseguiu o acordo de 12 de maio de 1653 graças ao qual voltaram os exilados ao seu colégio mediante a formal promessa de não acoitarem os índios fugidos aos moradores nem publicarem o breve papal de Urbano VIII.

No ano seguinte prestava o Padre Provincial Simão de Vasconcelos assinalado serviço aos paulistas tomando a iniciativa de impedir novo e sangrento choque entre as facções em luta, iniciativa da qual resultou o acordo de 9 de fevereiro de 1654. Conseguiu que se desse posse da ouvidoria a Ortiz "conservando-se tudo sem alteração quanto ao governo municipal". Comprometia-se o novo ouvidor a não se intrometer no que deixara e dispusera o Ouvidor João Velho.

Mas não cumpriu o prometido, ao que parece, e como perdesse o apoio do Governo Geral com a saída do Conde de Castelo Melhor foi substituído por um Miguel de Quevedo e Vasconcelos.

Era este muito ligado aos Pires. Reacendeu-se a luta da qual não temos senão muito escassos e obscuros pormenores.

A ela se enxertou a pendência com o vigário Albernaz que em 1655 via-se pela segunda vez deposto.

Em fins de 1654 enviava D. João IV à Câmara uma carta régia aplaudindo o que fizera o Ouvidor Azevedo e censurando a proteção do Conde de Castelo Melhor a Ortiz. E a decisão real provocou como de esperar o mais intenso júbilo por parte dos Pires.

Até agora não se descobriram relatos capazes de dar nítida ideia dos acontecimentos que ensanguentaram São Paulo e suas cercanias naqueles milésimos sombrios. Cremos que uma intervenção eclesiástica promoveu mais uma tentativa de pacificação da qual resultou a ida à Bahia de representantes de ambos os partidos a fim de se entenderem com o novo Governador-Geral, o Conde de Atouguia. Por parte dos Camargos partiu Ortiz, pela dos Pires, Francisco Nunes de Siqueira, homem para o tempo e o meio, muito ilustrado, "bom gramático latino, bastantemente instruído na lição dos livros forenses, com bom aplauso entre os doutos".

Desta embaixada decorreu a famosa portaria de 24 de novembro de 1655 concedendo geral anistia. Suspendendo-se os trâmites da devassa do Dr. Velho, ajustou-se que os roéis dos pelouros fossem organizados por três partidários dos Pires e outros tantos dos contrários.

Estes organizadores da chapa não seriam os "cabeças de bando e sim homens dos mais zelosos e timoratos".

A constituição das futuras Câmaras Municipais se faria de modo que nelas houvesse sempre um juiz e um vereador de cada um *O mais velho documento iconográfico paulistano ocorrente no mapa de D. Luís de Céspedes Xeria (1627)* dos partidos em luta, um vereador e o Procurador do Conselho por parte dos neutros.

Foi a provisão do Conde de Atouguia recebida com grandes manifestações de júbilo em São Paulo e o Rei muito encareceu a decisão do seu Delegado no Governo-Geral.

Pedira este aos paulistas que esquecessem o passado e voltassem à concórdia. E neste sentido escreveu numerosas cartas aos principais repúblicos e especialmente à *Matrona* de

cuja atitude dizia a D. João IV: "Não é justo que por a porfia de uma só mulher, que era a parte mais obstinada, padecesse toda uma capitania."

Mostrou-se Inês Monteiro de Alvarenga irredutível em seu rancor.

Ameaçada foi com a devassa de um desembargador sindicante que saberia reduzir-lhe a intransigência.

Sofrera a *Matrona* além de tudo enormes danos materiais durante a guerra civil e exigia que os Camargos a indenizassem.

A Atouguia em 1656 sucedeu no Governo-Geral Francisco Barreto de Meneses que à Câmara felicitou pela paz pedindo-lhe organizasse uma expedição destinada a reprimir as correrias dos índios do sertão baiano. Aos sertanistas de tal conduta acenou com as vantagens da escravização dos índios apresados.

Esta expedição, organizou-se com efeito sob o comando de dois sertanistas notáveis, ambos chefes dos mais prestigiosos da facção dos Camargos, Domingos Barbosa Calheiros e Fernando de Camargo.

Em outubro de 1658 chegou a Salvador onde entrou em campanha que aliás teve deplorável desfecho.

Neste milésimo recrudesceram notavelmente os tumultos em São Paulo por mais que Francisco Barreto procurasse apaziguar os ânimos.

Em 1659 agravou-se a situação. Digladiavam-se as duas facções terrivelmente. Estava agora à testa dos Pires Fernão Dias Pais a enfrentar José Ortiz de Camargo. Aflito falava Barreto em ir pessoalmente acomodar o sanguinolento dissídio e incumbiu o Dr. Pedro de Mustre Portugal, Ouvidor-Geral da Repartição do Sul de proceder a nova tentativa de paz.

Estavam porém, ao que parece, ambos os partidos exaustos e assim pôde o magistrado conseguir o apaziguamento definitivo a 1º de janeiro de 1660. Assinaram os dois grandes chefes solene termo de deposição das armas e promessa, como bons vassalos de Sua Majestade e a bem da conservação de sua República, de desistirem de quaisquer contendas.

Deram-se as mãos em presença do Ouvidor.

Daí decorreria longo período de paz entre os paulistanos que voltaram as atividades para as empresas sertanistas.

As referências fragmentárias da documentação tornam evidente que a longa guerra civil foi sobremodo sanguinosa, quase arruinando a vila. Mas os fatos que a elas se prendem estão muito mal esclarecidos, ainda, pela falta de provas que talvez possam vir, abundantes até, dos arquivos portugueses.

Em fins daquele mesmo ano de 1660 ocorrera em São Paulo sério movimento de revolta contra Salvador Correia de Sá e Benevides que anunciara a sua ida à vila, como seu governador que era. Pediu o povo amotinado à Câmara que o impedisse de fazer tal visita por se tratar de autoridade inimiga da capital dos paulistas. Corria entre os índios que ele vinha promulgar a lei de sua libertação absoluta o que já motivara um princípio de

revolta, movimento do qual decorrera o assassinato de vários brancos.

Não se intimidou porém o famoso cabo-de-guerra. De Santos lançou bando anistiando os que o hostilizavam e subiu a São Paulo onde, com a maior habilidade, conseguiu desarmar os adversários.

Por tal forma captou as boas graças dos paulistas que estes lhe prestaram todo o apoio contra os que no Rio de Janeiro se haviam insurgido contra a sua autoridade em movimento dentro em pouco cruelmente reprimido.

Capítulo V

DECRÉSCIMO DE ATUAÇÃO DAS BANDEIRAS DEVIDO À GUERRA CIVIL. AS GRANDES CAMPANHAS DO SERTANISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII. SÃO PAULO E A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO.

NOVAS QUESTÕES A PROPÓSITO DA LIBERDADE DOS ÍNDIOS PREJUDICARA muito a contenda dos Pires e Camargos, à atuação das bandeiras, sobretudo na década de 1650 a 1660. No final do decênio anterior vira São Paulo partir Antônio Raposo Tavares para o seu prodigioso *raid* continental de 1618 a 1651. Com algumas dezenas de homens embrenhou-se no território mato-grossense, atingindo, pelo Madeira, o Amazonas, remontado até as terras de Quito e depois descido a Belém do Pará. Assim realizaria o mais notável dos périplos continentais até então efetuado em qualquer parte do mundo e jamais sobrepujado.

Entre as façanhas bélicas dos paulistas até então levadas a cabo convém recordar os valiosos socorros por eles prestados contra os holandeses. Sobretudo da infeliz expedição naval do Conde da Torre em cuja esquadra embarcou em 1610 um terço formado em São Paulo, apesar da tentativa de motim de feitio sebastianista contra tal recruta. Esta tropa comandada por Antônio Raposo Tavares destacou-se na penosa jornada chamada da Retirada do Cabo de São Roque. Mais tarde novo socorro partiria de São Paulo em defesa da Bahia sob o comando de Antônio Pereira de Azevedo e pelas águas do São Francisco abaixo.

Em 1651 assinalava-se na mesopotâmia Argentina a bandeira de Domingos Barbosa Calheiros que esteve às portas de Corrientes e causou aos espanhóis o maior receio por constar que visava atacar Buenos Aires, tentativa aliás malograda e sobre a qual há obscura documentação.

Depois de 1660, o número das entradas notáveis cresce consideravelmente.

Citam-se as de Fernão Dias Pais na Apucarana, a de Luís Pedroso de Barros, que morreu em pleno Peru, a de Lourenço Castanho Taques ao sertão dos cataguases, hoje território de Minas Gerais, as de Sebastião Pais de Barros e Pascoal Pais de Araújo ao Alto Tocantins; o grande *raid* de 1676 de Francisco Pedroso Xavier ao norte do Paraguai e sul de Mato Grosso, as campanhas de Luís Castanho de Almeida e Antônio Soares Pais, no centro de Goiás, e a enorme jornada de Domingos Jorge Velho, indo, em 1662, estabelecer-se no Piauí, na confluência do Parnaíba e do Poti.

Acompanhou-o, mais ou menos contemporaneamente, Francisco Dias de Siqueira, o *Apuçá*, devassador de terras maranhenses.

Lembremos ainda os grades *raids* de Manuel de Campos Bicudo ao sul de Mato Grosso, de seu filho Antônio Pires de Campos, o primeiro *Pai Pirá*, em terras mato-grossenses e goianas, de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, em enorme área dos mesmos dois estados atuais do Centro, a de Manuel Dias da Silva no Paraguai e em território hoje argentino, etc.

Uma das maiores campanhas do sertanismo organizadas em São Paulo, na última metade do século XVII foi a que comandou

Estêvão Ribeiro Baião Parente, a chamado do Governo do Brasil, levando em seu estado-maior dois bandeirantes dos de maior prol, seu filho João Amaro Maciel Parente e Brás de Arzão, bandeira esta que se desforrou, do modo mais completo, do fracasso da expedição de Domingos Barbosa Calheiros.

Coisa que durante todo o século XVII sobremodo mal impressionava os portugueses era o fato de que no Brasil se não descobriam metais nobres quando na América espanhola saíam enormes jorros de prata e menores de ouro para os cofres dos tesouros dos Áustrias.

Descobriu-se, no território vicentino, o pequenino filão aurífero do Jaraguá na contiguidade de São Paulo e mais umas pequenas faisqueiras de rendimento minúsculo no litoral sul paulista; por Iguape, Cananeia e Paranaguá.

No reinado de Afonso recrudesceu a ânsia pela pesquisa de metais e pedras preciosas.

Dela decorreram as fracassadas expedições de João Correia de Sá e Agostinho Barbalho Bezerra em busca de esmeraldas. Para o seu bom êxito recorreu o monarca instantaneamente à Câmara de São Paulo e a cinco dos mais notáveis sertanistas da época residentes na vila piratiningana a fim de que procurassem, do melhor modo, auxiliar tal desiderato.

E tanto a Câmara quanto os vassalos, particularmente, trataram do melhor modo possível de socorrer aos expedicionários fornecendo- lhes carnes, cereais, pano e armas.

Deposto Afonso VI, o infeliz monarca degenerado, seu irmão o Príncipe Regente D. Pedro fixou as bases de sua política no

Brasil em dois pontos principais: na incentivação da pesquisa de metais, e pedras preciosas e na dilatação da fronteira da colônia às margens do Prata.

Como delegado régio veio ao Brasil o Visconde de Barbacena, com instruções especiais para estimular, com toda a intensidade, as explorações minerais.

Tal a reputação dos paulistas que o Príncipe enviou cartas autografadas a doze dos principais sertanistas a quem proporcionou a "incomparável honra" da interpelação direta de seu soberano convidando-os ao emprego do seu real serviço e de seus esforços que oportunamente "seriam presentes a real memória" como no tempo, tanto se dizia.

Entre os convocados alguns gozavam do maior renome como Fernão Dias Pais, Francisco Dias Velho, Lourenço Castanho Taques.

Quatro anos governou Barbacena falecido em 1675. Quer nos parecer que a este Governador-Geral se deve o mais longínquo emprego, até hoje divulgado, do adjetivo *paulista*ocorrente numa ordem expedida a 27 de julho de 1671. O gentílico deve ter se generalizado rapidamente.

Na documentação municipal de São Paulo aparece pela primeira vez em ata de 27 de janeiro de 1695. *Sertanista* vemo-lo a 31 de dezembro de 1678.

Bandeira é empregada pelo Governo interino, sucessor de Barbacena, a 20 de fevereiro de 1677, a relatar que os índios do vale do São Francisco haviam "degolado várias *bandeiras*de paulistas. Uma consulta do Conselho Ultramarino, em 1676,

relativa a Sebastião Pais de Barros e à sua expedição fala de sua "*bandeira*" "como eles (os paulistas) lhe chamavam".

Da palavra *bandeirante* o mais longínquo emprego que lhe conhecemos é muito mais recente.Vemo-lo num documento assinado pelo Capitão-General Conde d'Alva em 1740. Impressa parece ter sido pela primeira vez, em 1817, por Aires de Casal.

Os espanhóis não empregavam o gentílico *paulista* e sim *português de San Pablo.* Aos sertanistas às vezes chamavam *sertonistas* ou *sertones.*

Designando-se a si próprios chamavam-se os bandeirantes "calções de couro", nome que figura em nossa toponímia nacional em rio e serra de Goiás.

No São Paulo do terceiro quartel do século XVII ninguém teria maior prestígio e importância do que Fernão Dias Pais, pelo número de arcos de que dispunha e vulto dos cabedais.

Era-lhe a fé de ofício a mais notável. Depois de sertanizar largamente no Rio Grande do Sul, em 1610 e à testa de uma coluna paulistana, batera-se com os holandeses que tentavam apossar-se de Santos e São Vicente e repelira brilhantemente tal assalto. Mais tarde como vimos fora o grande agente de reconciliação com os jesuítas e à sua custa reedificara o mosteiro de São Bento. Chefe principal da facção dos Pires durante a guerra civil, mostrara grande espírito cívico em atender aos reclamos pacificadores do ouvidor Portugal.

Em 1660 voltava à lide da selva. Para ele se dirigiram naturalmente todas as atenções de Barbacena. Incitou-o a que

aceitasse a incumbência da grande expedição ao sertão dos Cataguases, na serra de Sabarabussu.

Partisse em busca das tão procuradas e jamais encontradas esmeraldas de que haviam trazido indícios às expedições já mais que seculares dos exploradores do século XVI.

Devia ir por conta própria e os esforços de sua bandeira se conjugariam oportunamente aos de outra de procedência oficial, a fim de se averiguar o que haveria realmente de exato nas notícias sobre as maravilhas da lendária serra, a miragem antiga dos sertanistas.

Anuiu o grande "calção de couro" ao apelo régio, e preparou uma expedição cujos gastos lhe comprometeram imenso a fortuna. E a 21 de julho de 1674 arrancou de São Paulo à testa de grande estado-maior em que figuravam homens do maior valor como Matias Cardoso de Almeida, Manuel de Borba Gato, Antônio Gonçalves Figueira. E de volumosa mesnada de peões serviçais e administrados. Contava sessenta e seis anos de idade e do Sertão jamais voltaria.

No mesmo ano chegava à Bahia o espanhol D. Rodrigo de Castel Blanco, fidalgo espanhol que se inculcava grande técnico em matéria de prospecção de minas com larga prática de mineração peruana.

Verificaria, por ordem régia, o que de exato haveria em matéria de jazidas argentíferas em Itabaiana. Assim o fez desenganando o Visconde de Barbacena da atoarda corrente sobre as riquezas de tais depósitos. Depois de chegar à mesma conclusão sobre as jazidas de Paranaguá partiu o "bruxula" (prospetor) para São Paulo, onde chegou a 2 de julho de 1680 a fim de dar cumprimento à terceira incumbência de sua

comissão a de se reunir a Fernão Dias Pais nos desertos da bacia do São Francisco.

Para organizar tal expedição fez, aliás a tanto cabalmente autorizado pelo Príncipe Regente, vultosas requisições, à Câmara, de índios e mantimentos. Afinal depois de vencer grandes tropeços partiu em demandada do ponto onde devia Fernão Dias Pais estar acampado. Mas este já era falecido quando em junho de 1681 surgiu no arraial de São Pedro do Paraopeba. Encontrou-se porém com o filho do magno bandeirante, o ilustre Garcia Rodrigues Pais, que lhe entregou as turmalinas encontradas pelo pai e tidas como esmeraldas. E pouco depois regressou a São Paulo em piedosa romaria do amor filial trazendo os ossos de seu pai que levou a sepultar em seu jazigo de São Bento.

Sabe-se aliás que Castel Blanco, não muito depois, pereceria numa rixa com Manuel de Borba Gato, em agosto de 1682.

Nos últimos vinte anos do século XVII viu-se a Câmara de São Paulo frequentemente instada pelo Governo-Geral a fim de que promovesse e organizasse expedições punitivas dos índios que assolavam o Nordeste, sobretudo o Rio Grande do Norte e a Paraíba. O recente êxito da campanha de Estêvão Baião instigava fortemente tal apelo.

Reiteradamente em 1687 e 1688 o Governador-Geral Matias da Cunha, lembrava à edilidade paulistana que só graças ao valor e experiência dos paulistas "conseguiria alcançar-se um fim semelhante à grande glória de sua vitória sobre as nações que tiranizavam a Bahia".

Daí decorreria a entrada em campanha de um dos maiores sertanistas de seu tempo, Matias Cardoso de Almeida, com cujas

forças se conjugou a expedição de comando de Domingos Jorge Velho saída das terras deste no Piauí.

Morrendo Matias da Cunha em 1688 voltaria o novo Governador- Geral, o Arcebispo Dom Frei Manuel de Ressurreição, a tratar com a Câmara de São Paulo. E em termos os mais laudatórios apelou para a gente de Piratininga "acostumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sedes e inclemências dos climas dos tempos, para fazer incomparável serviço a Sua Majestade".

Quatro grandes cabos-de-tropa de São Paulo destacaram-se na áspera campanha a que se chamou a *Guerra dos Bárbaros* e durou mais de decênio acabando pela derrota completa dos bravos índios do Nordeste.

Matias Cardoso de Almeida, Domingos Jorge Velho, Manuel Álvares de Morais Navarro e João Amaro Maciel Parente. Intercorrentemente acabaria Domingos Jorge com a república quilombola dos Palmares.

E se o Arcebispo relatar a D. Pedro II, que bastara o valor e a fama dos paulistas para que os Bárbaros perdessem a insolência tomando a guerra outro semblante numerosos foram os depoimentos de autoridades atestando quanto à presença dos sertanistas do sul se devera a vitória completa sobre o terrível inimigo.

Estas campanhas refletiram-se notavelmente no cenário municipal paulistano quer por causa do arrolamento de homens para as colunas dos cabos-de-tropa quer por causa do fornecimento de víveres destinados às forças, sobretudo quanto às de Morais Navarro.

O segundo dos grandes escopos da política de D. Pedro II consistia na afirmação da posse territorial portuguesa à margem setentrional do Prata por meio de uma fundação militar. Era esta aspiração, mais que secular, de Portugal.

Base preciosa, insubstituível, de abastecimento de homens e víveres bem sabia a Coroa que em São Paulo a encontraria. E assim a empresa encetou-se sob o maior sigilo, em 1678, quando o Rei pediu a Fernão Dias Pais e a outros vassalos de prol dessem o maior auxílio a D. Manuel Lôbo "num negócio do serviço real". E tal socorro veio a tornar-se sobremodo pesado aos paulistanos.

Subiu a São Paulo o tenente-general Jorge Soares de Macedo a recrutar sertanistas e índios e angariar dinheiro e mantimentos para a expedição do governador fluminense D. Manuel Lobo e de Brás de Arzão. E conseguiu arrolar este cabo de renome, organizando-se uma coluna de trezentos índios das aldeias. Diversos dos grandes potentados do planalto concorreram, como Fernão Pais de Barros, seu irmão Pedro Vaz de Barros e outros, com elevadas quantias entrando a Câmara de São Paulo com mais de dois contos (soma para a época enorme) em espécie além de muitas armas.

Levou Macedo três mil alqueires de farinha de trigo, trezentas arrobas de carnes salgadas, cem alqueires de feijão, oito mil varas (8.800m) de pano de algodão, e muitas armas, etc.

Ninguém ignora o que resultou da primeira Colônia do Sacramento, expugnada pelos espanhóis em 1681. Dos trezentos índios de Brás de Arzão só voltaram a São Paulo nove! Quase contemporaneamente firmavam as bandeiras reduto muito mais sólido no sul do Mato Grosso com o estabelecimento de

uma base à margem de Mboteteú, hoje Miranda, o campo entrincheirado de Pascoal Moreira Cabral, apoiado por grande flotilha e canoas navegadoras deste rio e do Paraguai.

Já muitos anos antes do reinado de D. Pedro II caminhava o povoamento para o Sul visando atingir as margens do Prata, fundando- se Paranaguá (em 1647), Curitiba (1654) e São Francisco do Sul (1642). Desterro fora em 1662 o alvo da tentativa colonizadora de Francisco Dias Velho sinistramente malograda um quarto do século mais tarde.

A política de D. Pedro II determinaria ainda a fundação de Laguna pelos Brito Peixoto pai e filho nova base de progressão meridional, da qual decorreria a conquista do Rio Grande do Sul.

Se a todas estas empresas não se associou a vila de São Paulo pelos seus poderes, indiretamente o fez, pelos seus filhos a quem coadjuvavam brilhantemente mas em plano inferior os do núcleo vizinho de Parnaíba e para o fim do século os de Itu e Sorocaba. Os de Taubaté entrariam em cena destacadamente na última década do século XVII.

Com o alargamento da área varrida pelas bandeiras tornaram- se cada vez mais instantes as requisições dos índios das aldeias em torno de São Paulo. Daí novas questões por vezes ásperas com os jesuítas incansáveis em defender os aborígines.

Em 1677 estiveram eles por um triz a serem novamente expulsos da vila quando constou que o Governador fluminense Matias da Cunha, a quem instigavam, promovia a libertação geral dos indígenas.

A lei do Príncipe Regente de abril de 1680 trouxe, como reflexo, violenta manifestação de ameaça contra a Companhia, em março de 1682 seguida de outras demonstrações ainda mais sérias em julho seguinte e em janeiro de 1683. Pensaram os jesuítas em abandonar de vez o seu Colégio. Mas, serenados os ânimos, deu-se a composição de 8 de março de 1685. Autorizados a permanecer, prometeram pelo seu Provincial não contrariar o movimento entradista contanto que os índios descidos do Sertão fossem logo catequizados. Assim mesmo em junho de 1687 estiveram novamente ameaçados de expulsão.

A 27 de janeiro de 1694 negociou o Padre Gusmão um *modus vivendi.*

Ao Provincial apresentou a Câmara o "papel das dúvidas dos moradores" motivador do famoso parecer de Antônio Vieira, tão acerbo contra os paulistas, acusados de manter em cativeiro ilegal milheiros de aborígines sob a hipócrita denominação de administrados. Só no termo da vila viviam mais de quatrocentos beneficiários do ilegal sistema, conculcador de recente carta régia de D. Pedro II, datada de 1691.

Determinou-se que fossem os autóctones subtraídos à administração de particulares passando a viver em aldeias sob a guarda dos párocos e administradores nomeados pela Coroa.

Poderiam prestar serviços mas sempre como assalariados, recebendo estipêndio em pano de algodão. Seriam estes serviços prestados num período máximo de quatro a seis meses. O resto do ano trabalhariam para si sob a vigilância das suas autoridades especiais.

Ficaria isto letra morta porém até que o Governador Artur de Sá e Meneses procurasse dar ao caso novo feitio.

Entrementes expedia D. Pedro II a carta régia de 19 de fevereiro de 1696. Em virtude de tal decreto deveriam formar-se aldeias em terras demarcadas para as roças e fábricas dos índios, sendo vedados aos moradores lavrar nestas áreas. Cada aldeia disporia de igreja e presbitério.

Ficavam os aldeados obrigados a trabalhar para os seus administradores, uma semana sim e outra não, recebendo salário.

Nas entradas ao sertão não se poderia recrutar, no máximo, senão metade dos índios válidos e pelo prazo máximo de três a quatro meses, devendo os índios receber salário pelos dias de ausência garantido por seus párocos. Não poderiam as índias ausentar-se das aldeias, salvo em companhia dos maridos, pais e irmãos, mas sempre assalariadas.

Proibidos, expressamente ficavam casamentos entre índios e escravos negros e mulatos.

Pediu Artur de Sá a D. Pedro II que para os índios vizinhos de São Paulo instituísse o real padroado sobre as suas aldeias e solicitou ainda que de todos os modos se procurasse dar-lhes párocos falando correntemente a língua geral.

Naquela ocasião dizia Antônio Vieira que em São Paulo eram todos os moradores bilíngues havendo até muitos que não falavam nem compreendiam o português, sobretudo quanto às mulheres cuja linguagem era o tupi.

Empenhou-se Artur de Sá em repovoar as antigas aldeias e conseguiu bastante em tal sentido.

Para superintender a nova organização nomeou homem de ótima reputação, Isidro Tinoco de Sá. Dentro em pouco nas aldeias recentemente semidesertas de Pinheiros, Barueri, São Miguel, Guarulhos, havia 1.031 índios de ambos os sexos.

Revelando estas preocupações filantrópicas demonstrava o delegado régio mentalidade muito superior à da maioria dos homens de seu tempo.

Capítulo VI

O GOVERNO MUNICIPAL NO SÉCULO XVII. O FUNCIONALISMO. A POLÍCIA. ECOS DA GUERRA CIVIL. INTERFERÊNCIA DE OUVIDORES NA VIDA MUNICIPAL. CONCORDÂNCIA DE VISTAS DOS PARTIDOS EM FAVOR DO ACORDO DO CONDE DE ATOUGUIA. AMEAÇAS DE NOVOS DISTÚRBIOS.

ILEGALIDADES NA SEQÜÊNCIA das *Atas* seiscentistas ocorrem a cada passo as alusões à ausência dos oficiais das Câmaras, ou por se acharem no Sertão, ou por enfermos, ou ainda por ocupados em apreensão dos quilombolas ou cuidando de seus negócios.

As reuniões dos camaristas vinham a ser muito irregulares.

Ora avultava o seu número ora minguava muito. Os acontecimentos do mundo exterior muito raramente começaram a repercutir em São Paulo.

Nenhum eco se reflete nas *Atas* da deposição de D. Afonso VI! Os sucessos da Guerra da Restauração de longe em longe ecoaram no plenário municipal.

Causa surpresa, no meio de tanto silêncio, que se haja nas *Atas* falado das pazes com a Holanda quando nada nelas se encontra acerca do final da invasão batava.

Os Reis escreviam diretamente à Câmara e faziam-no, às vezes, aos particulares pedindo-lhes quase sempre dessem todo o favor à pesquisa de minas.

A correspondência dos donatários também era a mais escassa.

Os ouvidores-gerais em suas correições deixaram inscritas instruções e decisões por vezes muito extensas.

Sob o ponto de vista político recomendavam que as câmaras se defendessem do modo mais enérgico das tentativas de invasão de suas atribuições por parte das autoridades superiores da Capitania, civis e sobretudo eclesiásticas. Esforçavam-se por moralizar o processo eleitoral de transmissão de poderes.

O funcionalismo municipal apresentava-se minúsculo, ignorante e desidioso. Os escrivães ignaríssimos redigiam as atas municipais do modo mais solecístico os carcereiros, alcaides e porteiros viviam a cada passo a se substituir sobretudo os primeiros.

Dos recursos financeiros das municipalidades quase não temos elementos de avaliação. A todo o momento viviam os cofres municipais exaustos, sobretudo depois que sobre os vassalos desabou o peso das quotas para eles fixada como contribuições ao pagamento da indenização de guerra aos holandeses e do dote da infanta D. Catarina, rainha da Inglaterra.

A maior parcela da receita municipal procedia do *subsídio*, imposto lançado sobre o consumo de vinhos, aguardente e azeites.

Ocorreu por volta de 1680 nova e áspera agravação da situação financeira quando o Príncipe Regente lançou a vila a contribuir largamente para as despesas da jornada prospetora de D. Rodrigo de Castel Blanco ao sertão e o preparo da expedição militar para a fundação da Colônia do Sacramento.

As informações positivas sobre a arrecadação municipal vêm a ser as mais sumárias. Assim se sabe que em 1666 conseguira realizar cem mil réis.

Eram os *subsídios*, postos em hasta pública por prazos maiores e menores mas geralmente por triênios. Queixam-se numerosos termos de vereança do "desfraldo" causado por contrabandistas.

Em fins do século XVII tão escasso o patrimônio municipal que nem dispunha de um sino para rebate.

Aliás em toda a Capitania vinham os dízimos reais a ser os mais exíguos e ainda assim os feirantes às suas praças procuravam constantemente obter-lhes a arrematação intimidando os concorrentes, comparecendo às licitações acompanhadas de grande quantidade de sequazes.

Em 1666 havia caído os dízimos reais de 15 a 6 mil cruzados.

Entre as causas deste decréscimo figurava a da presença contínua de verdadeiras flotilhas de piratas nas costas do Sul do Brasil obrigando os moradores de Serra Acima a frequentes corridas ao litoral em defesa de Santos e São Vicente. Para

remediar essa situação criou Artur de Sá guarnição fixa, de linha, em Santos.

Ao mesmo tempo deu organização consentânea às forças militares do planalto, criando terços de ordenanças e auxiliares.

As correições dos ouvidores-gerais encerram extensas providências relativas a medidas policiais.

Referem-se sobretudo ao regimento do cárcere municipal, edifício cujas paredes eram as mais arrombáveis e a cada passo arrombadas.

Também nelas vemos decisões sobre a vigilância de forasteiros, desertores, escravos e índios rixentos, jogadores, beberrões, bailarinos de batuques, etc.

Procuravam os magistrados impedir os conflitos constantemente renovados pelas ruas e estradas entre os séquitos dos potentados em arcos. Multiplicavam-se os atentados e tem-se a impressão de que deveria reinar grande insegurança entre as populações seiscentistas, fato aliás extensivo a todo o Brasil se não ao mundo regido pelo absolutismo e os preconceitos de casta.

Reinava grande condescendência para com os indivíduos delituosos como viviam os ouvidores-gerais a apontar. Primavam os atos de violência sobre os demais. Pouco apontam as correições a necessidade de repressão de atentados à propriedade.

Em fins de 1661, com a iminente eleição renovadora da Câmara recearam os paulistanos, amigos da paz, que se repetissem os terríveis dissídios da década transata. Graças à atitude do Ouvidor Antônio Lopes de Medeiros, foi isto evitado. No dia de Natal, convocou a Câmara, e os chefes dos partidos. A representar o seu ilustre cunhado, Fernão Dias Pais, cabeça do Partido Pires, compareceu Francisco Dias Velho, o sertanista eminente que tanto se notabilizaria pelas tentativas de colonização de Santa Catarina e o trágico fim. Também concorreu ao chamado José Ortiz de Camargo, chefiando parentes e partidários.

A todos, exortou o magistrado a que procedessem às eleições, segundo dispunham "as leis de Sua Majestade". Abrissem mão das leis excepcionais, resultantes da recente guerra civil. Mas não foi de todo atendido. Decidiram os instados que tudo continuaria a ser regulado pelo alvará do Conde de Atouguia "por ser o que mais convinha ao serviço de Deus e de Sua Majestade".

Duas eram então as facções em luta "uma pela parte da família de Inês Monteiro e de outra os da família dos Camargos".

Esta alusão ao nome e à atuação da famosa *Matrona*, é nova demonstração do papel notabilíssimo, representado por esta mulher varonil, tão em desacordo com as ideias e a feição de seu tempo.

A Medeiros responsabilizou Dias Velho veementemente.

"Estava a terra quieta e no entanto pretendia S. Mercê reacender a cizânia.

Se perseverasse em tão mau caminho 'avia de aver por ele todas as disenzois, dúvidas e alterasois deste povo e mortes que sucedesen'."

Não teve Medeiros remédio senão afixar quartel convocando para o ato a que devia assistir a "nobreza he mais povo da vila".

Reunindo os seus partidários, José Ortiz de Camargo "como cabeça dos Camargos a quem competia a metade da eleição" e João Pires Monteiro "cabesa dos pyres a quem competia a outra metade" verberaram ambos a "malysia" do juiz.

Intimaram-no a que executasse ordens emanadas do ouvidor-geral da "Sydade do Rio de Janeiro". Afirmara Medeiros que o não faria.

Ordenou a Câmara que se em ata consignasse quanto ela "reprovava o danado ânimo do Ouvidor" que pretendia reacender a guerra civil!

Resolveram então os dois chefes de partido consultar o "Senhor Prelado he mais povo" (sic).

Quem seria este Senhor Prelado?! É o que não nos dizem os documentos. Quiçá o do Rio de Janeiro.

Certo é que preponderou o seu voto reza a ata suplementar de 15 de março de 1662. Reunidos os "oficiais camaristas com as duas cabeças de pyres he camargos; he por eles todos de com u conformidade, foi asentado; con voto *partiycular; do sñr. prelado; he*

pera quyetasão de todo este povo; aseñtarão ficasse a eleysão sostada; ate a vyñda do sor, ouvidor-geral, pera q. ele a fasa coñ justisa como dele se espera; por evitar roiñas he deseñsois que o caso esta prometendo".

Aliás um ato de Salvador Correia, de janeiro de 1662, determinou que se obedecesse *in totum* aos termos do acordo Atouguia.

Passou-se o ano de 1662 e nenhuma providência corrigiu a anômala situação municipal, criada por Medeiros, tenaz em seus propósitos.

Veio o Ano-Bom de 1663 e não se procedeu a eleisão alguma nem o Ouvidor- Geral se dignou aparecer a presidir a renovação dos poderes da vila.

Na sessão de 3 de fevereiro de 1663 declarava o Procurador: "era bem que fizessem aviso ao ouvydor geral viesse o mais cedo que pudesse a fazer a eleisão visto os oficiais da Câmara servirem a perto de três anos e pelas desensoens que havia entre os moradores".

No ano seguinte, de 1664, restabeleceram-se as antigas normas a que viera interromper tão inesperado hiato.

Dão-nos os documentos ideia de que havia em São Paulo muitos indivíduos de relevo infensos ao acordo do Conde de Atouguia.

A questão do renovamento da Câmara em 1665 causou novamente grandes apreensões. Na sessão de 8 de agosto o

Procurador do Conselho requereu aos seus parceiros que se consultasse ao ouvidor-geral.

Decidisse S. Sª se o processo eleitoral deveria correr segundo o disposto pelo Conde de Atouguia ou segundo a Ordenação de Sua Majestade.

Firmou-se porém o acordo nas normas habituais da vida política paulistana.

Esteve a Câmara de 1671 com as suas ideias de prorrogar *ex-próprio Marte* o seu mandato, a exemplo do que fizera a antecessora de havia dez anos.

Chegou-lhe porém a resposta do ouvidor-geral, à consulta que se lhe fizera em tal sentido.

Desejava presidir a eleição da nova edilidade e ordenava que ela não se procedesse sem a sua presença.

Chegou o fim do ano e o magistrado não apareceu.

Era ótimo o ensejo. Baseada na proibição que lhe fora notificada podia a Câmara escusar-se de proceder à nova eleição. Foi o que quis fazer, tendo, porém, de recuar ante um pronunciamento da opinião pública.

"Parte dos homens bons do povo", a 26 de dezembro, foi à presença do juiz ordinário buscá-lo em casa interpelando-o porque não queriam ele e seus parceiros, dar cumprimento ao

que "mandava Sua Majestade em suas reais leis? Fizessem eleição como era uso e costume".

Obedeceu o juiz e reuniu a edilidade.

Explicaram os oficiais aos seus intimadores, mais de cinquenta dos principais homens bons da vila, os motivos que os levavam a assim agir: o acatamento às ordens do Ouvidor-Geral da Repartição do Sul.

Mas os reclamantes declararam não se conformar com tal decisão.

Por mais que se escusasse a Câmara nada obteve. Levantou-se furiosa grita "que se começasse logo a eleição!".

Intimidaram-se os oficiais e o processo eleitoral correu regularmente.

Mas no fim do ano renovaram-se as dificuldades. As deficiências dos termos parecem indicar-nos que em 1676 pretendeu a Câmara abolir as normas do alvará do Conde de Atouguia. Recuou, porém, ante o protesto feito pessoalmente por Fernão de Camargo que exibiu provisão passada pelo Governo-Geral do Brasil.

A 27 de dezembro de 1679, compareceu perante o corpo municipal, Francisco Nunes de Siqueira. Protestou o "Pai da Pátria" contra as fraudes que dizia terem presidido à confecção dos pelouros. Era o procurador do seu partido, o dos Pires.

Requeria que se queimassem os pelouros e se fizessem outros "por não causar dúvidas nem duvidados (sic) nas duas famílias".

E assim se liquidou o caso, assinando o termo no livro das atas "por evitar tumultos" os principais Camargos, e vários chefes dos Pires.

Anunciou-se logo depois a nova eleição e novo e grave incidente surgiu.

Fernando de Camargo, o filho do *Tigre*, alçou a voz contra o que se estava fazendo. "Não achava motivos para que se houvesse de queimar uma eleição feita com as solenidades que Sua Alteza mandava."

Assim entendia reclamar contra tal ilegalidade, "absurdo que não permitiriam Sua Alteza nem Deus" (sic).

Causou tal proposta verdadeira indignação.

Amotinou-se o povo.

"Foram várias pessoas a casa do Procurador do Conselho e com ameaças e palavras escandalosas o trouxeram para a casa do Conselho" fazendo o mesmo ao Juiz ordinário e aos demais vereadores. Tocaram os amotinados a rebate "o sino do povo" e com ameaças exigiram que se procedesse a nova eleição. Desacatados foram os membros da edilidade a quem se arrebataram a pauta e os pelouros. Reagindo, quis o Procurador do Conselho que a Câmara recorresse, não mais só ao Desembargador Sindicante e Ouvidor-Geral como ao próprio Príncipe Regente, requerendo severo inquérito para justo

castigo dos cabeças daqueles que contra ela haviam feito "tantas violências e temeridades".

Protestou *in solidum* não transmitir os poderes até que as mais altas autoridades do Estado do Brasil decidissem a questão.

Do Ouvidor-Geral da Repartição do Sul obteve a mais decidida proteção.

Assim, negou-se formalmente a mandar proceder às eleições do renovamento.

Passou o dia do Ano-Bom e correram os primeiros meses do ano.

Ninguém ousou perturbar o governo dos camaristas prorrogadores dos próprios poderes.

Dando-lhe mão forte mandou-lhes o Ouvidor-Geral peremptória carta de diligência. Nela se cominava a pena de desterro a Francisco Nunes de Siqueira. Se acaso não se retirar recomendava o ouvidor "o prendereis e a bom recado o remetereis a cadeia da cidade do Rio de Janeiro".

Depois destes incidentes transcorreu um período de calma.

Mas já em 1687, houve grave caso denunciador de novas perturbações políticas.

Reuniram-se no dia do Ano-Bom, os oficiais que iam deixar o mandato para na forma da lei se abrir um dos pelouros. Acharam o cofre com as duas fechaduras danificadas e assim resolveram iniciar inquérito.

Os dois juízes transatos e um terceiro, Pedro de Camargo Ortiz, declararam que a seu ver, podia-se, com toda a legalidade, abrir os pelouros, apesar dos vestígios iniludíveis do arrombamento. Assim também pensaram diversos homens bons presentes à sessão. Resolveu-se que o caso seria relatado ao Corregedor da Comarca.

Mas ocorreu aí inesperado incidente. Rompeu-se o sinete de um dos pelouros, em lugar de nomes neles se continham "palavras desonestas" e o mesmo se deu com o segundo. Haviam, pois, sido, os pelouros legítimos subtraídos. Assim declarou a Câmara expirante que continuaria no poder até que o corregedor se pronunciasse.

Doze dias mais tarde, recebia do ouvidor da capitania aplausos à conduta.

Mas o Ouvidor-Geral fluminense sob as fórmulas severas de uma carta de diligência, em nome de El-Rei, deu a entender que os autores do furto dos pelouros haviam agido com a conivência da Câmara que visava por meio de fraudulento subterfúgio prorrogar o próprio mandato.

"Convém que logo largueis as varas aos juízes que foram no ano de 1625 e os mais oficiais" observou o magistrado. E o fizessem logo, e sob graves penas. Iria a São Paulo abrir rigorosa devassa sobre tão feio caso.

A 9 de maio de 1687 a Câmara de 1685, ressuscitada, declarava pedir ao novo Ouvidor-Geral recém-chegado ao Rio, mandasse proceder a nova eleição. Mas com a vagarosidade dos tempos coloniais, correram meses e meses e nada se decidiu.

Esse novo Ouvidor-Geral, Dr. Tomé de Almeida e Oliveira, demorou-se um trimestre na vila e resolveu que se não fizessem eleições antes do fim do ano, acenando com uma multa de vinte mil réis, a pena de dois anos de degredo em África e a inabilitação "para nunca mais entrar nas eleições nem no serviço de Sua Majestade" a quem acaso pretendesse perturbar os novos comícios.

Tomou, então, diversas províncias para impedir novas fraudes eleitorais. Ordenou que no arquivo municipal houvesse um livro para o lançamento de todos os pleitos.

Não ocorreu mais ilegalidade alguma a dirimir ao se transmitirem os poderes municipais em São Paulo, desde a vinda providencial do Ouvidor Oliveira, ate o século XVIII. Fizera o bom juiz verdadeiro benefício àqueles vassalos de S. Majestade tão belicosos e turbulentos.

Capítulo VII

SÃO PAULO ELEVADA A CAPITAL DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE. REAÇÃO DA CÂMARA DE SÃO VICENTE. TRIUNFO DOS VICENTINOS. DEPLORÁVEIS MEDIDAS FINANCEIRAS DA METRÓPOLE. REAÇÃO DOS PAULISTANOS. OS TERRÍVEIS MOTINS DA MOEDA

CORREU, em 1679, um dos principais incidentes do intrincado e interminável processo: Monsanto-Vimieiro entre os donatários das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro.

Ficou o Conde de Monsanto (que já então tinha o título de Marquês de Cascais), "não só sem as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, como também sem as vilas situadas nelas e nos seus fundos".

Pouco depois, porém, novo trâmite judiciário reintegrava o Marquês, na posse de suas vilas.

A 22 de março de 1681 estava ele em condições de lançar uma provisão instituindo São Paulo cabeça da sua capitania vicentina.

Era certamente um desforço tomado dos vicentinos que haviam tido a fraqueza de se submeter à intimação dos adversários. Bem frisantes são os termos da carta em que o Donatário anunciava aos paulistanos a sua gratidão pela defesa de seus direitos.

Ao ter conhecimento da provisão escreveu o Capitão-Mor Diogo Pinto do Rego, a 17 de julho de 1682, carta à Câmara paulistana felicitando-a e achando perfeitamente razoável "que a preferisse o Marquês às mais vilas da sua Capitania como fizera".

Respondeu-lhe a Câmara que estava pronta a lhe dar posse de Capitão-mor da Capitania de São Vicente e achava-se satisfeitíssima com a ideia de ver a sua vila elevada a Capital.

Ser-lhe-ia porém, o eminente predicado acerbamente disputado pelos vicentinos.

Grandes demonstrações de regozijo público ocorreram na vila, agraciada.

Noticiaram os camaristas o fausto sucesso ao Governador-Geral do Brasil, e em termos da mais viva satisfação.

Resolveram os camaristas de São Vicente interpor recurso ao Governador-Geral e o Marquês das Minas dirigiu-se aos oficiais da Câmara de São Paulo, reprovando-lhes o procedimento.

"O fundamento que Vossas Mercês têm, desta regalia, é uma provisão do donatário que não tem poder nem jurisdição para isso, tocando só a Sua Majestade esta divisão, e parece de razão e de justiça que devem Vossas Mercês ceder de sua opinião, ficando como sempre, a Capitania de São Vicente (a vila) como cabeça."

Havia, porém, arrebentado áspero conflito entre a Câmara Paulista e o novo capitão-mor da Capitania Pedro Taques de Almeida.

Recusou-se a edilidade a tê-lo como capitão-mor, protestando não acatar a resolução do Supremo Tribunal do Estado que dera ganho de causa à pretensão de São Vicente.

Recorreu Taques ao Governador-Geral que lhe passou nova patente, categórica.

Era, aliás, o novo capitão-mor partidário da conservação da Capital em São Vicente, visto como entendia dever acatar-se a decisão do tribunal superior do País.

Os camaristas paulistanos a princípio irredutíveis na pretensão acabaram respeitando a ordem do Governo-Geral. Assim resolveram dar posse a Pedro Taques.

A 17 de março de 1688 respondiam ao Marquês explicando-lhe que agiram lentamente antes de obedecer porque uma devassa pelos camaristas de 1684 aberta contra Taques prosseguira. Como se lhe verificasse a improcedência não tinham posto dúvida alguma em aceitar o novo capitão-mor.

E assim continuou São Vicente senhora de suas antigas prerrogativas, mal grado a má vontade de seu Donatário! É o que asseveram as palavras categóricas do Ouvidor-Geral, Dr. Tomé de Almeida Oliveira, em sua correção de 30 de dezembro de 1687 ao ordenar que em São Paulo se vendesse pelas medidas de vara e côvado da vila de São Vicente "cabeça destas capitanias".

Continuaria, pois, São Vicente a ser a capital da capitania até a aquisição desta feita pela Coroa a 22 de outubro de 1709.

Era a vida econômica dos colonos seiscentistas perturbada ou antes flagelada por uma série de medidas administrativas ineptas e odiosas.

Às extorsões do regime tributário, organizado sobre bases, as mais absurdas, vinham agravar os privilégios.

A princípio não havia dinheiro senão nas capitais e esse mesmo só nas mãos dos homens ricos e dos grandes traficantes. No interior não se conhecia moeda, praticamente.

Recorreu o Governo ao expediente de diminuir o peso das moedas sem prejuízo do valor nominal.

A especulação do cerceio tornou-se, porém, vício geral. No intuito de atalhá-la valia-se a metrópole do recurso de ir aumentando o valor dos padrões do mesmo peso. O processo nada melhorou. Estabeleceu- se em seguida que moeda alguma de prata e de ouro pudesse circular sem orla e serrilha. Eram todas estas providências inúteis para remediar os males de que se queixavam os colonos.

Imensa falta de numerário continuara a existir em São Paulo no decorrer da era seiscentista.

Em milésimo que se supõe haja sido 1645 estabeleceu Salvador Correia de Sá e Benevides uma Casa da Moeda na vila

a fim de cunhar o ouro das pequenas faisqueiras dos arredores como as do Jaraguá e Vuturuna assim como as de Iguape e Cananeia e ainda as de Paranaguá.

Teve esta oficina, a primeira do Brasil por ordem cronológica, efêmera duração. Pensamos que já em 1655 não mais existisse. Perdeu- se até a lembrança de sua existência que a argúcia de Capistrano de Abreu veio a aventar ao comentar alusões à fatura de moedas de ouro, fabricadas em São Paulo e chamadas São Vicentes por provirem de jazigos auríferos vicentinos.

Acompanhando o fio da meada tivemos o ensejo de descobrir a mais categórica e abundante documentação comprobatória da existência da Casa da Moeda paulistana. Documentação não só local como extrapaulista e extrabrasileira.

Uma memória que a tal propósito redigimos valeu o estudo acurado de uma autoridade como a de Severino Sombra que abundou no sentido de dar toda a força às nossas conclusões. Vozes dissonantes, nascidas de chicana inveterada e sobretudo da má-fé têm querido, a todo o transe, contestar a nossa assertiva prestigiada pela análise de Sombra.

Mas as várias descobertas que ultimamente nos têm valido a pesquisa dos arquivos portugueses, cada vez mais vêm reforçar as nossas afirmações do modo mais peremptório.

No terceiro quartel do século cada vez mais grave se tornou a escassez do meio circulante nos maiores centros produtores e comerciais do Brasil.

Traziam as frotas, anualmente, ou quase, por que às vezes falhavam, maltas de comissários, que vendiam as fazendas e mais artigos necessários à população levando o açúcar, o tabaco e mais gêneros da terra. Para o fim do século notou-se que os comissários continuavam a vir com os carregamentos, mas não queriam mercadorias em retorno, exigindo dinheiro de contado.

Várias medidas, todas improfícuas, tomaram-se para impedir esta sangria funestíssima.

A 7 de julho de 1662 passou Afonso VI regimento ao Vice-Rei Conde de Óbidos para que levantasse o valor intrínseco na moeda do Brasil de 25% nas de prata e 12 e meio nas de ouro.

É incrível realmente que em pleno século XVII praticassem os reis de Portugal as normas ilusórias dos soberanos medievais moedeiros falsos.

A Lei de 4 de agosto de 1688 fixou o grão de ouro em vintém, a oitava em mil e quinhentos.

A notícia do levantamento da moeda chegou a São Paulo em agosto de 1690. Alvoroçou-se o povo, invadiu a Câmara, e impôs aos vereadores que a pataca de quatro oitavas e meia valesse oitocentos réis, a pataca simples quatrocentos réis, etc.

Recusaram os oficiais a princípio a aceitar tal ultimato o que motivou a ira popular "com vozes e descomposta avendo-se descomedidamente contra o Senado desta Câmara" e ameaçando recorrer às armas.

Então diz o escrivão municipal: Suas Mercês para evitarem danos, ruínas e inquietação sem que os senadores pudessem aquietar a fúria popular, resolveram o requerimento.

Em São Paulo escrevia o Governador-Geral, Câmara Coutinho, a D. Pedro II: "não só não se deu execução a baixa da moeda, mas não a *Combate de bandeirantes e índios Apud original de J. B. Debret* quiseram aceitar nem me responderam". Em outra ocasião afirmou: "a vila de São Paulo já há muitos anos que é república de per si, sem observância de lei nenhuma assim divina como humana".

Exigiram os populares que se proibisse ao comércio alterar o preço das utilidades.

Compreende-se bem quanto era penosa a situação dos comerciantes ante a instabilidade dos valores.

Não queria, porém, o povo saber de tal e com a injustiça habitual das multidões via-se sempre roubado, desabafando-se em explosões violentas. Como a que se deu, pouco depois, a 3 de agosto de 1692, dia em que ocorreu um dos mais pitorescos motins seiscentistas de São Paulo, época fértil em pronunciamentos.

Em 23 de janeiro de 1693, foi a turba adiante; à vista da confusão resultante da falta de trocos, levantou novamente o valor do dinheiro miúdo acima do que decidira três anos antes.

A falta extraordinária de moeda divisionária era desde sempre, aliás, dos maiores flagelos do Brasil.

Em 23 de janeiro de 1694 pediu a Câmara a Manuel Peixoto da Mota, Capitão-mor, instruções sobre a ordem régia acerca da baixa da moeda, sendo publicada a lei a ela referente.

Na algaravia terrível do escrivão municipal ocorrem pormenores interessantes sobre o motim então ocorrido.

Afixado o edital rompeu formidável pronunciamento hostil: "acudiu um grande concurso tomando armas ofensivas e defensivas".

Curiosos os gritos sediciosos dos manifestantes: "morressem os oficiais da Câmera por baixar o dinheiro! E em prejuízo de tão grande povo! (sic)".

Em 1695 começaria a vigorar em todo o Brasil curso do dinheiro cunhado na nova Casa da Moeda da Bahia. O povo pelos seus procuradores, a 7 de abril, declarou manter a sua atitude de protestante até a nova ordem real ou "haver dinheiro novo para se poder trocar".

Já ia o Governo de D. Pedro II muito adiantado, quando uma política menos inepta foi adotada para solver o caso gravíssimo da escassez de numerário e a crise financeira pavorosa que dela decorria. Desde muito era a suprema aspiração dos povos da Colônia terem moeda própria.

A 2 de junho de 1692, assinalava Câmara Coutinho quando o arrocho financeiro, imposto pela inépcia do governo metropolitano, assolava o Brasil.

A Lei de 8 de março de 1694, que fundou a casa da moeda na Bahia, desde o princípio reconhecia a necessidade no dinheiro provincial.

Com exação comenta Capistrano: "A notícia da lei que criava a casa da moeda da Bahia, instituía a moeda provincial, pouco modificou a situação; ainda três anos depois a exaltação persistia rubra em São Paulo."

Apareceram muitos especuladores açambarcando a moeda divisionária.

Para se avaliar quanto era grave em São Paulo a questão do meio circulante quase provocando nova guerra civil (se é que não trouxe muitos embates sanguinolentos de que não restam documentos) basta notar quanto na década de 1690 a 1700 foram escassas as vereanças e quanto nelas figuram, com vultoso contingente, as atas referentes a motins.

Armava-se tempestade que ia provocar formidáveis conflitos.

Um truste da moeda se formara dispondo os açambarcadores de elementos de força para a defesa de incabíveis pretensões.

Na sessão de 18 de janeiro de 1697, pedia o Procurador Antônio Rodrigues de Medeiros inquérito para se averiguar se a Câmara passada realmente cumprira a ordem de S. Majestade sobre o curso legal.

Foi aceito o requerimento, por toda a Câmara, exceto pelo Juiz Pedro Ortiz de Camargo, homem violentíssimo e facinoroso.

Foi certamente o provocador da formidável arruaça no dia seguinte.

À frente do Paço Municipal apareceu novamente a turba querendo impor o levantamento da moeda "com armas na mão assim de fogo como espadas e gimtio com arcos e flechas".

A Ortiz fazia grande resistência ao procurador a quem apoiavam o segundo Juiz, e os três vereadores.

Tremendo tumulto ocorreu. Ao povo "replicaram o Procurador do Conselho e os mais oficiais, uma e muitas vezes" que guardariam a ordem de Sua Majestade e lhe haveriam de dar cumprimento. Por vezes estiveram os reclamantes a "levar a escala a casa do conselho". Requereram aos oficiais "uma e muitas vezes" que levantasse a moeda e estes lhes responderam que "não levantavam a moeda".

Alguns espíritos conciliadores aventaram a ideia de se recorrer à mediação dos prelados das religiões e os revoltosos responderam "que não tinham necessidade de que viessem prelados para o que lhes convinha a eles senão que se levantasse a moeda, senão que morreriam todos".

Afinal se fez composição. Admitiu a Câmara "por não haver mortes" que momentaneamente se desse novo curso à moeda.

Mas, a 20 de maio de 1697, seguinte, triunfava o partido obediente às ordens régias; dava-se baixa ao dinheiro. De *Corpus Christi*, 6 de junho em diante, vigoraria o novo curso.

Continuavam os ódios porém a fermentar. Ao partido legalista, vencedor, contrariava o temível filho de José de Ortiz Camargo.

Estavam as duas parcialidades "divididas para se darem batalha" como diria a carta régia de 22 de outubro de 1698.

Os que lhes faziam frente contavam sobretudo com apoio do novo delegado régio fluminense, Artur de Sá e Meneses, chamado instantemente a São Paulo.

Chegou a audácia de Pedro Ortiz a mandar dizer ao Capitão-General "era escusado querer ele vir a São Paulo porque os paulistas se sabiam muito bem governar". Assim "ficasse no Rio, com a sua infantaria".

E tal o seu descomedimento de palavras, e dos seus principais sequazes, que Artur de Sá relataria ao Rei: "proferiram coisas que por indignidades as não faço presentes a Vossa Majestade".

Entendeu o Governador mais prudente não viajar por Santos e sim pela estrada de Parati a Guaratinguetá.

Chegando a São Paulo lá encontrou enorme novidade.

Fora Pedro Ortiz agredido a tiros, em pleno dia, pelo ilustre sertanista Gaspar de Godói Colaço.

Duas balas lhe vararam o corpo indo ele cair agonizante ao pé do pelourinho.

Tão justo achou Sá a supressão de Camargo que conferiu ao seu assassino a patente de tenente-general.

Viria para o fim do século XVII a descoberta das minas dos "Cataguás" com sua enorme produção aurífera produzir pela desorganização do trabalho, sobretudo, formidável crise econômica e financeira em todo o Brasil e especialmente na região Paulista.

Acautelando os interesses superiores da Coroa surgiram logo vários atos régios, dispondo sobre o valor do ouro e o estabelecimento de novas casas de moeda e cobrança dos quintos.

O mais antigo é a carta régia de 15 de janeiro de 1699.

Nela dizia D. Pedro II: resolvera que o ouro em São Paulo tivesse o mesmo valor que nas demais capitanias do Brasil, sendo de toda a conveniência para evitar descaminhos dos quintos, que se fundasse casa da moeda na vila, que, como vimos, seria a sua segunda.

Mas o que aos paulistanos e paulistas trazia então a mais penosa crise econômica, com enorme exageração dos preços das utilidades, vinha sobretudo a ser a completa perturbação das normas de vida provocada pelo êxodo, para as regiões auríferas, de sua população válida masculina, livre e de condição servil quase que em massa.

Capítulo VIII

A JUSTIÇA. MAUS JUÍZES. O COFRE DOS ÓRFÃOS. A POLÍCIA. MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS. RECURSOS MÉDICOS. AS EPIDEMIAS. A ECONOMIA PAULISTANA SEISCENTISTA. A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA RURAL E URBANA. O REGIME SERVIL DOS INDÍGENAS

NAS SOCIEDADES primitivas é a repressão ao crime a cada passo defeituoso, se não ineficiente. Era o que acontecia no Brasil seiscentista onde os ouvidores-gerais verberavam a impunidade reinante em toda a parte a ponto de, como lembrava o Dr. João Velho de Azevedo, em 1653, servirem os cargos mais importantes da Capitania "homens culpados em casos capitais".

Os juízes sindicantes, aliás frequentemente ouvidos pelos governadores-gerais, mostravam a maior tolerância dando livramento a muitos criminosos, sobretudo a indivíduos de posses, merecedores de indulgências de magistrados inescrupulosos. Outra condescendência incrível: a que permitia a soltura de indivíduos, por vezes réus dos mais graves crimes, dando-se-lhe a vila por menagem o que levava os ouvidores Castelo Branco e Rocha Pita a proibir terminantemente tal abuso.

Assim a justiça de São Paulo vivia na maior balbúrdia. Artur de Sá conseguiu que D. Pedro II criasse a ouvidoria local em 1700, a primeira comarca instituída em território paulista. Mas o primeiro ouvidor que nela serviu, o Dr. Peleja, deixou a pior

das reputações de venalidade e avidez. A do seu sucessor, o Dr. Saraiva, muito melhor também não seria.

O juízo de órfãos sempre tão cobiçado tinha então o maior relevo. Era o estabelecimento bancário único da época e o seu titular o grande fornecedor de capitais a ganho. Em 1664 declarava-se em Câmara que no cofre dos órfãos existiam em moeda e valores dezesseis mil cruzados (entre 6:400$ e 8:000$) A gerência de tais bens corria irregularmente declaravam repetidamente os ouvidores corregedores.

O aparelhamento forense da vila vinha a ser então o mais deficiente.

Em 1678 proclamava a Câmara a necessidade de existência de mais um ofício notarial. O único tabelião em exercício não dava vazão ao movimento das transações. Os ouvidores observavam aliás que nos livros tabelionais reinava grande desordem e confusão.

A intromissão constante das autoridades eclesiásticas na administração civil, sob a forma de intimações do seu juízo ou da alegação de isenções e privilégios, motivava contínuos conflitos. E os ouvidores concitavam os poderes municipais a defenderem, de todos os modos, a jurisdição real.

O primeiro bispo do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão, demorou-se longamente em São Paulo onde se mostrou muito exigente de dinheiro o que provocou a denúncia do Ouvidor-Geral.

Em matéria policial a atuação das autoridades mostrava-se frouxa. Não havia a perseguição de homiziados nas vizinhanças

da vila, quando ocorriam alarmes de guerra, rebate à costa ou as "ocasiões" do real serviço. Ainda em 1673 decretou-se anistia em favor de quantos quisessem arrolar-se na grande bandeira esmeraldina de Fernão Dias Pais. O intenso sentimento de fé religiosa reinante na população seiscentista reflete-se nos termos dos testamentos, sem exceção, nos apelos à misericórdia divina, à interseção de Nossa Senhora e dos santos, nos legados pios, ou instituição de missas perenes e outras demonstrações similares.

As festividades do culto externo as mais repetidas eram as procissões oficiais.

Em fins do século XVII contavam-se três: a de *Corpus Christi*, da Visitação de Nossa Senhora e a do Anjo Custódio do Reino.

Fala-nos a documentação, de longe em longe, de ofícios excepcionais como, por exemplo, os das exéquias de Dom João IV e de D.

Afonso VI.

Fundações religiosas importantes no São Paulo seiscentista só ocorreram duas: a do Convento dos Franciscanos iniciada em 1639 e a do cenóbio carmelita feminino de Santa Teresa em 1685, o primeiro da Capitania criado pelo Bispo Alarcão. Fez-se porém a reconstrução completa do Colégio em muito maiores proporções e a do Mosteiro de São Bento, igualmente muito avantajado, graças à generosidade de Fernão Dias Pais.

A acusação lançada pelos jesuítas de que São Paulo era núcleo onde existia larga percentagem de judeus parece-nos

infundada à vista dos documentos municipais. Seria pelo contrário esta proporção muito pequena até.

A região piratiningana não foi, como aliás o Rio de Janeiro, atingida pelas visitações do Santo Ofício que se circunscreveram à Bahia e a Pernambuco. Nem assistiu a inquirições anti-semíticas rigorosas como as que procedeu o Bispo D. Frei Francisco de Jerônimo no Rio de Janeiro.

As condições de vida dos paulistanos seiscentistas, sob o ponto de vista de defesa da existência não diferiam das dos outros brasileiros, embora não dispusessem eles dos recursos médicos dos centros maiores mais ao norte.

Muito poucos os clínicos moradores na vila e anos e anos passavam sem que um só ali estivesse presente. Recorriam os povos à prática dos barbeiros sangradores e dos "médicos idiotas", valendo-se dos recursos da botica do Colégio.

Como surtos epidêmicos os documentos do tempo referem-se frequentemente aos de varíola e uma vez ou outra aos de sarampo.

Terríveis foram muitas destas epidemias variólicas que levaram em diversas ocasiões as Câmaras a estabelecer cordões sanitários no Cubatão e no Alto da Serra e a proibir as comunicações com o litoral.

A epidemia pavorosa da *bicha,* a febre amarela que atingiu a Bahia e Pernambuco, não se propagou ao Sul. Referência seiscentista à lepra nos séculos XVI e XVII ainda não foram divulgadas.

A economia paulistana estudada à luz dos inventários seiscentistas revela-nos quão pequena era a riqueza pública do planalto.

Como de esperar nele não ocorrendo nenhum artigo valioso de exportação não permitia esta circunstância a acumulação de capitais.

E não nos esqueçamos de quanto as ásperas condições geográficas não permitiam vultosa saída dos gêneros de Serra Acima, impossibilitados de escoarem abundantes pelas agruras da Paranapiacaba.

Ilhada como se achava, supria-se São Paulo largamente a si própria, produzindo cereais em grande escala – sobretudo trigo, milho e feijão – algodão, lã, um pouco de açúcar, marmelos. Como indústria só oferecia rústicos panos de algodão, grosseiros tecidos de lã, chapéus de feltro, rudimentar cerâmica. A pecuária ainda não estava muito desenvolvida, os rebanhos bovinos, as manadas equinas, os plantéis de ovinos não apresentam proporções avantajadas. A criação de bois, esta era incomparavelmente menos importante do que a do Norte e Nordeste. Em meados do século XVII um rebanho de cem cabeças era coisa vultosa.

Muito natural, pois, em região de tanta terra e tão pouca gente pouco valesse a propriedade imobiliária em desproporção enorme com os preços das utilidades.

Os próprios prédios urbanos pouco significavam numa época em que eram o fruto do labor escravo e quando não se fazia conta do emprego do tempo.

Construções rudes de taipas de mão, pisos de terra, salvo quanto a alguns cômodos, cobertura de madeiramento, toscamente falquejado, provindo de essências magníficas por assim dizer a mão era o que se oferecia. Um vestido de seda ou de veludo valia quase tanto quanto uma casa mediana seiscentista.

As propriedades rurais circundantes da vila não constituíam geralmente latifúndios como os entendemos hoje.

Dentro da área de raio relativamente restrito localizavam-se as fazendas modestas e os sítios dos grandes batedores do sertão, quiçá numa superfície de três mil quilômetros quadrados, enquadrados pela matéria e o campo deserto.

Às aldeias índias atribuíram os reis largas áreas pouco a pouco invadidas pelos brancos apossadores da desprotegida propriedade indígena.

Sobre a valia da terra predominava a casa grande. Nas avaliações dos primeiros tempos não é a terra por assim dizer computada.

Às casas rurais acompanhavam as olarias e toscas oficinas de carpintaria, ferraria, selaria, sapataria. A fiação e tecelagem se reservavam às mulheres.

Nos prédios urbanos escassos se apresentavam o mobiliário constante de toscos catres e tamboretes, raras cadeiras de estados e algumas rasas, mal ajambrados bufetes e vastas e rudes arcas. E o aparelhamento da casa vinha a ser o mais

sumário em matéria de louça, trem de cozinha, serviços de mesa como em todo o Brasil se dava até o século XIX.

A centripetação do tempo era, aliás, toda para o campo. Vivia a vila fechada e deserta, só se movimentando por ocasião das grandes solenidades religiosas.

O mobiliário, o apetrechamento da casa urbana mostrava-se em geral inferior ao da casa rural.

Entre os sofismas de que lançavam mão os detentores do gentio, livre por ordem régia, criou-se com o correr dos anos, a distinção entre os serviços forros e os de obrigação.

Os atos jurídicos não mais falam, como nos primeiros anos, em negros do gentio da terra, que passam a gente forra, serviços obrigatórios, peças forras serviçais.

Para o fim do século XVII, a coisa se modifica. Surgem os índios administrados dos grandes *landlords* aos quais a cada passo se refere Pedro Taques.

É a perfeita adaptação do regime da *encomienda* espanhola, tratado com a maior benevolência pelas autoridades régias.

"Sem o interesse do serviço dos índios, alega o linhagista, aliás com carradas de razões, não teriam feito os paulistas tão dilatadas e pasmosas jornadas pelo sertão."

Além dos serviços eufemisticamente intitulados forros, havia os agregados, gente "não obrigada", índios adquiridos,

apaniguados, que em troca de alimentação e da sumária vestimenta, davam o trabalho.

Meio de incorporação destes homens livres ao núcleo escravo, era a promoção de seu casamento com os cativos. Conta esta praxe protestam pertinazmente os jesuítas. Não havia melhor meio para angariar futuros escravos, dependentes da condição do ventre materno, do que a instigação de tais uniões nunca realizadas entre mulheres livres e homens cativos.

Uma vez ou outra se dava a agregação espontânea de algum grupo de índios cansados da vida incerta e precária da mata, para se acolherem à organização fazendária do potentado em arcos, rudimentar, mas muito mais previdente do que a do nomadismo do silvícola.

Tal o caso dos índios de André Fernandes que sua viúva alegou se haverem incorporado às glebas do marido só pelo bom tratamento que ele sabia dispensar ao gentio.

Não era por qualquer sertanista que os índios se deixavam dominar. De tal evidentes provas numerosas alusões dos inventários.

Nada mais significativo do que certa passagem do de Pedro Dias Leite, irmão do Governador das Esmeraldas.

Neste processo não se menciona a partilha da gente da terra "por estar ela ausente e não obedecer senão ao Capitão Fernão Dias Pais".

Muitos devem ter sido os levantes de índios ocasionadores de mortes dos brancos; mas os documentos pouco os mencionam. Assim se referem, aliás, sem os precisar, a fatos sobrevindos em torno de 1640, e depois, aí com dados positivos, como em 1660, à revolta que vitimou vários homens de prol.

Apesar da vigilância exercida em torno dos cativos nascidos na selva, tão abertas as estradas do sertão que os índios deviam a cada passo fugir das fazendas.

Com o tempo ninguém mais se preocupou em fixar a agregação tribal dos cativos. Fala-se em "negros de cabelo corredio" em "serviços obrigatórios, de grande parda", etc.

Há aliás cruzamentos frequentes entre estes selvagens como, por exemplo, quando o inventário de Henrique da Cunha nos fala de pés largos casados com temininós.

Entre diversas tribos ocorriam inextinguíveis ódios. Assim, os documentos se referem ao perigo de se acomodarem juntos carijós e pés largos, carijós e guaianás.

A escravização do índio mostra-se de tal forma imperiosa, que não há inventário, por pobre que seja, onde se não arrolem peças representantes do "remédio principal que nesta terra tem os órfãos"; a "propriedade mais proveitosa nesta terra", e outras fórmulas deste jaez.

O número de administradores avulta à medida do avanço do século XVII. A curva do seu gráfico acompanha a da expansão bandeirante.

Se Manuel Preto, por volta de 1630, possuía perto de mil cativos em Nossa Senhora do Ó, este número era absolutamente excepcional.

Vários dos maiores bandeirantes como Antônio Raposo Tavares e André Fernandes deixaram pequenas escravaturas.

Para os meados do século apareceram espólios com centenas de serviços. O de Antônio Pedroso de Barros acusa quinhentas peças. O irmão de Antônio, Pedro Vaz Guaçu, domina um rebanho de 1.200 cabeças.

Fernão Dias Pais, antes da insensata e grandiosa jornada esmeraldina, deveria contar vários milhares.

O número de arcos para o potentado não constituía somente motivo de opulência. Representava também elemento de prestígio e segurança, sobretudo nos anos de guerra civil.

Às escravaturas dizimavam, a cada passo, as moléstias dos civilizados.

Em 1654 tremenda epidemia dizimou os míseros rebanhos vermelhos.

No século XVI um moço tamoio "dos novos" se avalia em seis mil réis; uma moça, também tamoia, em doze cruzados (4$800) e uma velha da mesma nação cota-se por cinco mil réis.

No inventário de João do Prado (1596) inscreve-se uma série de valores. Roque, escravo tamoio, se merca por 16 mil réis,

uma carijó solteira atinge 15 mil réis e Leonor, negra da terra, com cinquenta anos de idade, apenas alcança nove.

Uma bugrinha de cinco anos chega a 2$000, outra de 15 anos a 7$000, uma pequena de 6 a 3$000, ao passo que um curumi de 4 se paga a 12$000.

Curumis e cunhantãs pouco valem, em geral, assim como gente velha.

Uma média de 15 a 16 mil réis como que vigora para as peças da terra, no primeiro quartel do século XVII. Há, porém preços excepcionais, uma tamoia por 27$000 e um negro da mesma nação por 20 mil réis em 1612.

Os africanos pouco surgem nos arrolamentos dos inventários dos dois primeiros séculos. Sempre por preços bem mais elevados.

Já nos anos quinhentistas a alguns importava Afonso Sardinha possuidor de um navio na carreira de Angola.

Citam os inventários alguns nomes caracterizados da procedência africana dos escravos: angolas, benguelas etc.

Mas poucos são os tapanhunos, certamente também introduzidos do Norte do Brasil, onde havia empórios de africanos.

Em 1612 negocia-se uma crioula de Guiné por 25 mil réis.

Neste mesmo ano Diogo e Lucrécia, casal africano, e um filho pequeno, são vendidos por 40 mil réis numa transação em que Antônio pés-largos se quota a 12.

Já em 1613 atinge Isabel, africana, o alto preço de 38 mil réis, tendo sido avaliada por 24.

Geralmente em todo o século XVII, a percentagem de pretos nas escravaturas vem a ser muito reduzida. Curiosa e típica exceção encontramos no do opulento Antônio de Azevedo Sá, em 1681. Nos quatro contos de réis de seu espólio, os escravos de origem africana andam por um conto de réis.

Nesta época a média por escravo se mantinha em torno de cinquenta mil réis.

Para o fim do século é notável a valorização dos africanos, que atingem enormes preços quando os reclamos da mineração do ouro se fazem sentir. Chega a valer o escravo (quando ensinado em ofício) 250$000. Pretinhos de dez meses se quotam a 8 mil réis; aos dois anos já vale o molecote 30$000. Negro velho, provavelmente semi-imprestável, 25.

Mas que são estes preços perto dos que atingem os africanos nos territórios das Minas, segundo o depoimento de Antonil? "Por um negro bem-feito, valente e ladino, trezentas oitavas de ouro! Perto de 450 mil réis. Um crioulo mulato, de partes, bom oficial, atinge quinhentas oitavas."

Nada mais pitoresco do que um tópico da tabela de peças citadas pelo ilustre jesuíta quando depois de referir que uma negra "ladina", cozinheira era paga a 350 oitavas, perto de

quinhentos mil réis, uma mulata "de partes" se negociava a seiscentas, ou mais, oitavas, novecentos mil réis do tempo.

De quanto se atribui ainda pequeno valor às lavouras rudimentares do tempo, vem-nos os *Inventários* pejados de exemplos.

Consideráveis devem ter sido as duas roças deixadas por Henrique da Cunha em 1623, uma avaliada em 26 mil réis, outra "que ia a três anos, com uma casa de palha por barrar (barrear), por 24 mil réis".

Capítulo IX

TRIGAIS PAULISTANOS. ESPECULAÇÕES E EXPLORAÇÕES COMERCIAIS. INDÚSTRIA ALGODOEIRA. VINHEDOS. CANAVIAIS. MANDIOCAIS. A MARMELADA E SUA EXPORTAÇÃO. A PECUÁRIA. CONFLITOS ENTRE CRIADORES. TRÁFICO DE COURAMA. O FORNECIMENTO DE CARNE VERDE À VILA E SUAS CONTÍNUAS IRREGULARIDADES

NO ALTIPLANO paulista, rijamente enregelado por um frio durante meses forte e contínuo, a ponto de, no século XVI, causar a morte a índios extraviados na mata, como narram os jesuítas quinhentistas, e ao gado solto no campo, no século XVIII, como afirma Pedro Taques; na planura piratiningana, permitiam as baixas temperaturas, hoje muito atenuadas graças ao enorme desflorestamento, o vigoroso vicejar da gramínea essencial à raça branca.

Lavouras grandes de trigo rodeavam a vila, em princípios do século XVII, conta-nos Frei Vicente do Salvador.

Embora dominado pela obsessão eldoradomaníaca, queria D.

Francisco de Sousa que São Paulo possuísse considerável triticultura.

Nos inventários numerosíssimas são as alusões a trigais.

A 10 de abril de 1610 tomou a Câmara medida da mais salutar previdência: fossem os moradores "apramtar bacelos e semear muito trigo a bem da terra". A importação de vinho empobrecia muito a vila, afirmava o Procurador Francisco da Gama.

Parece que tal decisão foi contudo mal acolhida. É o que se depreende da sibilinidade do termo de 20 de março de 1610.

Presentes em *meeting* cinquenta homens bons, decidiu-se que não houvesse "obrigação nem sujeição". "Cada hu pramtasse" o que lhe parecesse.

Alguns destes plantadores tiveram colheitas fartas. Pedro Taques gaba imenso as de Amador Bueno. No inventário de Diogo Coutinho de Melo surge uma tulha de 400 alqueires avaliados a 100 réis.

Variam os preços do trigo, largamente com flutuações notáveis, se não por vezes enormes, de quatro vinténs a 500 réis o alqueire.

Moinhos e monjolos construíram-se numerosos em torno de São Paulo, desde os primeiros anos.

Deviam os primeiros ser bem rudimentares que os tempos não os comportavam aperfeiçoados.

Em 1638 o de Antônio Furtado de Vasconcelos, hidráulico, se avaliou em 30 mil réis, isto mesmo "por estar danificado".

Alguns inventários mencionam "rodas de farinha de guerra", e outros "prensas de dois e mais fusos".

Aos moleiros, impunha a Câmara em dezembro de 1612, a taxa fixa da cobrança de um alqueire em grão, de seis que lhes trouxessem a moer. Em 1614, condenava a edilidade a ganância dos senhores de moinhos, que abusivamente estavam a tirar dos lavradores um quarto das colheitas.

Bom negócio o dos senhores moleiros!

Trazia-os a Câmara vigiados, porém: a 9 de fevereiro de 1619, decretava que "os senhores de moinhos não levassem mais de maquia que de oito alqueires um, a saber que sete pagassem para o dono do trigo e um ao dono do moinho".

Alarmados, reuniram-se os "industriais" ameaçados e alguns deles, mais tarde, representaram à Câmara "contra tão severa medida".

"Não se atreviam moer de oito alqueires um, visto as despesas que tinham com ferreiro e oficial de carpinteiro e outros gastos que eles tinham."

Reconsiderado o ato baixou a municipalidade a proporção exigida: seria um alqueire por sete. Em compensação, prometeram os moleiros usar de toda a lisura nas relações com o público – coisa difícil, "no entender do dito povo".

Assim se obrigariam a ter pessoas de confiança nos moinhos e medidas "afiladas".

Continuaram os abusos, elevou-se a maquia numerosas vezes, apesar dos protestos da Câmara.

Exploravam, igualmente, os padeiros a paciência do bom povo. Em dezembro de 1623, representava o Procurador Luís Furtado contra tais extorsões: "Havia muito trigo na terra" e, no entanto, "o pão que vendia a este povo nas vendagens era pequeno".

Intimou a Câmara aos padeiros, que o padrão de padaria fosse de "arrátel e meio por pão, sob pena de confisco da mercadoria e quinhentos réis de multa".

Em outubro de 1627 elevava-se este padrão a dois arráteis, "visto haver muito perigo irem por diante as novidades de trigo".

Enigmático despacho, que não sabemos como interpretar; que seriam estas temidas novidades?

Daí, talvez, um decréscimo de produção; precisou a Câmara de 1631 recorrer ao expediente violento da "fintação de seiscentos alqueires de trigo, para sustento do povo, entre os principais lavradores".

Havia, entre estes, verdadeiro desânimo: para que produzirem, quando os mercadores de Santos e os da vila se mancomunavam para lhes comprar as farinhas pelo preço irrisório de 200 réis a arroba, não aceitando, aliás, o gênero em pagamento de dívidas? Ora, só de carreto pagavam de São Paulo a Santos, 240 réis, doze vinténs! Recorrendo os

desprotegidos lavradores à Câmara, enérgico acudiu em sua defesa o poder municipal, proibindo que se fizesse "pagamento algum com farinha a menos de pataca e pataca acima".

Em 1659, dizia o termo de 12 de abril não haver "hum pam na villa"! Verdade é que os moleiros e padeiros estavam em luta com os almotacéis que, defendendo os direitos dos cidadãos, achavam a farinha de qualidade inferior e o padrão do pão muito exíguo.

Subira desde algum tempo o preço da vida, por motivo da guerra civil.

Pouco se plantara e o milho andava caríssimo. Tamanha escassez fazia a Câmara proibir a exportação para Santos de carnes, couro e marmelada, proibição, aliás, revogada pouco depois, "visto ser tudo uma só capitania."

Em 1663, verberava o Procurador Pêro Vaz Muniz o estado de coisas; grande dano recebia o povo nos gêneros que lhe vendiam "por lh'as porém em prezos ezurbitantes". Em 1670, desesperado, movia- se o pólo "enganado e defraldado com as grandes ezurbitâncias dos continuados e esisebidos presos que cada dia levantavam os mercadores he homes que de mar em fora vinham assistir na vila do porto de Santos, como geralmente prejudicavam esta villa he totalmente destroíam todos estes moradores" .

Era a eterna queixa dos produtores, contra os intermediários, essa inconciliável situação entre o homem da terra e o da mercancia, a secular exploração do trabalho de Ceres pela astúcia, a falta de escrúpulo de Mercúrio como se diria naqueles anos de gongorismo espevitado.

Esta questão de exploração dos agricultores do plantio pelos mercadores de Santos encontra ecos nos inventários e testamentos seiscentistas.

Em 1667, Maria Leite da Silva, mãe de Fernão Dias Pais, relatava em cédula testamentária que enviara "uma carregação de farinhas de trigo ao Rio de Janeiro, porque em Santos não valiam nada".

Prosperava a lavoura algodoeira no planalto. Chegara mesmo a ter desenvolvimento notável, pois corria o pano como numerário entre as principais drogas da terra.

Vêm os inventários cheios de referências a algodoais e aos frutos de suas colheitas.

Como termo médio de preço podemos tomar a pataca (320 réis por arroba).

Faziam os fazendeiros os servos trabalhar na fiação e tecelagem do algodão. Os aparelhos manufatores, rudes, do tempo, se resumiam aos teares. Em 1616 um tear com seus apetrechos se avaliava em três mil réis.

Em alguns documentos ocorrem descrições mais completas falando-se de pentes e seus liços, urdideiras, etc.

O pano de algodão mercava-se às varas (1,10m). Em princípios do século, em 1609, vemo-la valer 160 réis; em 1676

vendia-se a de algodão grosso a 70 réis e a do mais fino a 100 réis. A 80 réis caiu o preço em 1690.

Os tecelões pagavam-se com o próprio pano por eles fabricado com algodão alheio.

Em algumas fazendas havia como que pequenas manufaturas.

Assim quando se deu o assassinato de Antônio Pedroso de Barros (1651) nada menos de 700 varas de pano possuía o morto.

Frei Vicente do Salvador em 1627 fala-nos dos "grandes vinhedos" paulistanos.

O vasilhame do tempo para vinhos e azeites vinha a ser a peroleira, vaso de barro de forma afunilada, espécie de odre cuja capacidade habitual ignoramos qual haja sido. Devia contudo obedecer a determinado padrão e geralmente se avalia por preços de pequena variação.

Canaviais vemo-los também descritos nos inventários.

Apesar da frialdade do planalto plantavam-se em São Paulo já no século XVI. No inventário de Belchior Carneiro (1607) alude-se a um avaliado em 6 mil réis, ao lado de um algodoal de três mil réis.

Na vizinhança de alguns destes quartéis de cana, surgiam as casas de "estilar aguardente", com o seu "alambique de cobre

com sua carapuça e cano". Entre outras lavouras do tempo citemos a do fumo.

Sebastião Pais de Barros tinha em 1671 uma colheita de 40 arrobas de tabaco valendo 40 mil réis.

Os mandiocais também parecem frequentemente descritos.

Milho e feijão a cada passo ocorrem lembrados nos autos: valia o alqueire de feijão, em 1596, oito vinténs; em princípios do século XVII 200 réis; em 1626 caía a 80 réis. Subiu gradualmente para os fins do século; em 1685 a 280 réis e em 1698 a 600.

A mão de milho avaliada às vezes a vintém e a dez réis, estava em torno de 1630 a cinco.

Do arroz pouco se conhece. Pelos livros da mordomia de São Bento sabemos que se vendia caro. A 680 réis o alqueire, e em 1685, quando o feijão se avaliava em 100 réis.

Desde o século XVI tinham os pomares do planalto grande reputação.

A caixa de marmelada, nos inventários primevos, aparece-nos a pataca. Decai, para o fim do século a 160 e 120 réis. Aparecem alguns fabricantes produzindo milhares de caixetas. Com o *rush* aurífero subiu a unidade a 400 réis. O opulento Padre Guilherme Pompeu de Almeida despachava grande quantidade do doce da rosácea para os distritos mineradores.

Estão as atas da vila pejadas de referências às questões provocadas pela criação. Mais uma vez nele se comprovava que a base do capitalismo universal residiu no aproveitamento dos animais domesticados, exemplificando-se a milenária ligação de pecuária e pecúnia.

Nos pobres inventários quinhentistas toma o arrolamento das cabeças de gado por vezes páginas, pois a descrição dos animais, sobretudo dos bovinos, é feita com a maior minúcia.

No decorrer da era seiscentista a variação dos preços por cabeça não se mostra muito considerável.

Valem os bois de mil réis a 3$200, preço excepcional. Dois mil réis vêm a ser preço médio razoável. Orçam os novilhos entre 600 e 800 réis.

Bois e vacas eram então também usados como cavalgaduras.

Uma vaca para sela, de boa andadura, negociava-se bem a mil réis.

Os touros nem por isso se valorizaram. Afastadíssimos estavam ainda os tempos em que os reprodutores atingiram fortunas.

Assim se vendiam os "bois de semente" por 1$600 e 2$000.

Muito mais cotados os garanhões.

No fim do século XVII os preços do gado são mais ou menos os do princípio do centúria: por um boi de corte 2$000, por uma vaca 1$600, vitela 1$700 e novilho 1$200, tratando-se de animais grandes, bem entendido.

Sobem muito os preços com a descoberta das minas de ouro.

Chegam as vacas, a 4$000! Pudera, valiam nas Minas Gerais 100 e 150 mil réis!

Os rebanhos dados a avaliar apresentam-se em geral relativamente restritos, 109 cabeças em 1612 constituíam bom cabedal para um criador.

O Padre Pompeu, malgrado toda a sua riqueza, dispunha de poucas centenas de reses.

Os porcos de São Paulo gozavam de excelente fama. Haviam merecido até os louvores de um santo; o taumaturgo do Brasil.

Ativo se tornou o comércio das carnes salgadas que também corriam como moeda.

Valia uma boa porca de dois cruzados a dez tostões. Uma pataca por um porco alentado era preço corrente; corriam os pequenos a tostão, e os leitões a dois vinténs.

Os couros destes suínos, grandes, macios, excelentes, eram objeto de bom comércio. Os moradores deles faziam botas e assentos de cadeiras, diz Gabriel Soares, "achando-os mais proveitosos e melhores do que os das vacas".

Os rebanhos porcinos pouco vultosos se mostravam ainda.

Os inventários os revelam numa média de 20 a 40 cabeças.

Quanto aos equinos as manadas mostram-se muito menores do que o das pontas e varas de bovinos e suínos.

Se os solípedes são escassos, em compensação atingem preços relativamente elevados.

Vem o fim do século e as descobertas auríferas; aumenta prodigiosamente o preço da vida. E na ânsia do despejo para os distritos mineradores não há cavalgaduras bastantes para tantos *prospecters* alucinados do ouro.

Tomaram-se providências. Sob a presidência do Ouvidor Peleja, reuniram-se a Câmara e numerosos homens bons para que se não consentisse na saída de éguas para as minas.

Foi o gado ovelhum em São Paulo objeto de muito cuidado dos criadores. Era a terra muito fria, e a lã se tornava preciosa.

Apesar de Pedro Taques se referir aos "rebanhos grandes de ovelhas de que foi muito fértil o estabelecimento e povoação da cidade de São Paulo cujos habitadores não logram no tempo presente (1760) aquela abundância antiga da criação das ovelhas" os inventários não nos referem altas cifras para os plantéis.

A lã, esta se merca a 3$200 a arroba para o fim do século XVII.

Raras as alusões dos inventários ao gado caprino. Geralmente se vendem as cabras a pataca ou por preço em torno desta.

A falta de lã por deficiência de ovelhas atribuiu Pedro Taques a extinção de já velha indústria de chapéus de feltro em torno de 1700.

As aves mostram-se também assunto frequente de avaliação.

Quinze galinhas e um galo atingem 1$280 réis em princípios do século. Em 1623 vemos avaliarem-se as galinhas poedeiras a 60 réis.

Valem os galos cinquenta.

De 1695 a 1700 em época de grande alta passam as galinhas de 80 a 160 réis.

Em 1685 valia a dúzia de ovos 10 réis; uma perua 160; um pato 40 réis. Em princípios do século vendiam-se três peruas e um peru por 640 réis. Um casal de pombos por 160 réis.

Fato interessante; nas alentadas páginas dos inventários não há referências a cães, quer aos de guarda quer aos de caça. Deviam no entanto ser apreciadíssimos naqueles tempos de intranquilidade e anos em que os prazeres venatórios tanto concorriam para quebrar a monotonia da vida tediosa.

Numerosos os casos policiais devidos à passagem de animais doméstico de terras de um proprietário para outro. Frequentemente provocavam cenas violentas.

Em 1653, recomendou muito o Ouvidor-Geral Velho de Azevedo às Câmaras que "defendessem com penas e prisões a que se não pusesse fogo em terras lavradias e se coimassem os gados achados nas sementeiras e os matadores de criações pagassem-nas noveadas".

Acaso se tratasse de índios por eles fossem responsabilizados seus administradores. Estas depredações realizadas pelo gentio tinham por fito exclusivo a venda do couro dos animais motivo pelo qual se proibiu expressamente a qualquer mercador adquirir de escravos qualquer pele.

Colocava-se bem a courama. Um couro de vaca, embora dilacerado por onça, ainda assim mercava-se por 120 réis.

A 22 de agosto de 1671, via-se a Câmara forçada a exigir que só se adquirissem couros "de pessoas muito justificadas quando não fossem criadores".

Verificava-se considerável exportação de gado para Serra abaixo para o abastecimento das vilas litorâneas.

A questão do aprovisionamento de carnes frescas, contínuo escolho da administrações municipais, continuou a ser, no século XVII problema de contínua e quase inconciliável solução.

No decurso dos anos, inúmeros foram os indivíduos que se comprometeram "a dar carne a este povo" para geralmente, ao

cabo de pouco tempo, pedir a desobriga do compromisso alegando prejuízos.

Faltava a cada passo carne! Não havia a menor regularidade do fornecimento, queixavam-se os procuradores municipais um após outros. Não se queria obrigar "ninguém" ao corte, repetiam os termos, desoladoramente!

Se algum "obrigado" surgia era para dar bife incomível como em 1655 Franicisco Dias Leme que só abatia "bois e vacas magras que não se podiam comer".

Com o decorrer dos anos e das décadas pouco se regularizaram as condições do fornecimento. E subsistiram as queixas veementes.

Em 1687 exigiu o Ouvidor-Geral, Dr. Tomé de Almeida e Oliveira, a abertura de dois talhos, um para os seculares e outro para os eclesiásticos, sob o pretexto de assim "evitaren-se alguas pendências e ruínas".

Em janeiro de 1688 comprometia-se o obrigado a cortar duas vezes na semana "aos sábados e às terças, porquanto sendo só no sábado logo a carne criava bichos".

Com a descoberta do ouro e o encaminhamento das grandes pontas para as minas, subiu muito o preço da carne nos últimos anos do século. Em abril de 1696 estava a arroba a quatrocentos réis, preço inaudito que, em 1700, ainda mais se elevou.

Encarecera de quantro vezes em treze anos.

Começavam os criadores a expedir boiadas sobre boiadas para o centro do território mineiro. Não havia negócio melhor apesar da enorme distância e da perda de numerosos animais.

Uma rês adquirida em São Paulo por 2 ou 3 mil réis valia nas minas, conta-nos Antonil, oitenta e cem, chegando a 120 e 150 réis.

Capítulo X

ESCASSEZ DE NUMERÁRIO. AS DROGAS DA TERRA. A POBREZA DOS INVENTARIADOS NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS. OS RISCOS DO COMÉRCIO MARÍTIMO. AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS. POLICIAMENTO DO COMÉRCIO PELA MUNICIPALIDADE. IRREGULARIDADES FREQÜENTES. OS ABUSOS DO COMÉRCIO DO SAL

NÃO HÁ, entre as pessoas de mediana cultura quem ignore que o principal fator cultural e civilizador decorrente da descoberta da América proveio da enorme massa de metais nobres, sobretudo da prata subitamente arremessada nos mercados financeiros europeus, produzindo formidável acréscimo de bem-estar pelo avolumamento das transações e a intensidade da circulação da riqueza, como jamais até então se vira em tal escada.

No Brasil porém, ao invés do México e o Peru, nos dois primeiros séculos, insignificantes foram as contribuições de metais preciosos até a época do grande *rush* do ouro. Nulas mesmo, será mais exato dizê-lo.

Teve o meio circulante brasileiro de ser constituído pela compra de moeda portuguesa e espanhola, em troca das drogas da terra exportadas. Era natural que nas regiões do açúcar se encontrasse muito mais abundante numerário como se dava na Bahia no dizer precioso de Pyrard de Laval em 1610.

Em São Paulo primevo, tinham as transações pequenino vulto correspondente à escassez extrema da moeda.

O exame dos *Inventários e Testamentos* traz-nos as provas desta afirmação.

"Não há dinheiro na terra." "Os pagamentos serão em drogas da terra porque não há moeda." Avolumam-se as citações seiscentistas sobre a falta de espécie.

Dos inventários processados até a primeira metade do século XVII, muito poucos aqueles em que figura dinheiro amoedado.

Só mais tarde, nas cercanias do século XVIII, ganham volume as quantias arrecadadas; 647$640 no espólio de Catarina da Silva (1693), 700$000 no de Domingos da Silva (1681), 1:900$000 no de Antônio de Azevedo de Sá (1681) aliás negociante de excepcionais recursos.

Nas praças públicas raríssimos arrematantes podem pagar em espécie.

Ouro escassíssimo, sobretudo quando de modo algo avultado.

Aos sucedâneos do raro numerário, ainda por cima sujeito às oscilações da desmonetização e da remonetização, provocadoras, dos terríveis motins de fins do século, já historiadas, referem-se a cada passo os inventários.

Ora ao "assucar branco e rijo posto na villa de Santos às carnes de porco salgadas com sal do reino e bem

acondicionadas" (o de Cabo Frio era tido como muito inferior), aos couros, à banha, aos "feijões barubens" (?), às "mãos de milho", à farinha de guerra, mel, marmelada, couros e peles de animais silvestres.

Perfeito regime do escambo das eras primevas.

De todos os sucedâneos da moeda o que de mais estável curso se mostra é o pano de algodão. Com ele solvia a administração municipal compromissos. Figurava até nas contribuições para o donativo real.

Não havendo como realizar depósitos em lugar seguro capitalizavam os antigos paulistas comprando joias e alfaias de metais nobres.

Na era seiscentista, o que contudo aparece de prata em São Paulo é insignificante.

Vai avultando à medida que o século avança. Em 1632 num inventário de 264.220 réis, entra a prata por 25 arráteis pouco mais de 11 quilos.

Morre em 1670 o opulento Domingos Jorge Velho, em seu espólio de 1:451$320 apareceram mais de quilo e meio de ouro lavrado, por 347$600 (451 ½ oitavas) e 28 libras e meia de prata um pouco mais de 13 quilos (a 8 mil réis a libra) No livro borrador de negócios do Padre Guilherme Pompeu arrola-se o inventário da prata do creso parnaibano.

Realmente tinha grande e pesada prataria, avaliada, a 25 de novembro de 1705, em pouco mais de 460 marcos ou cerca de

105 quilos.

Era tal copa incontestavelmente notável, representando, no dizer do proprietário, mais de 2:500$000, a razão de 5$600 o marco.

Terra sem açúcar, sem um produto de forte utilidade mundial, teria São Paulo de viver na pobreza quando os outros núcleos principais do Brasil, Bahia e Pernambuco sobretudo, dispunham de muito maiores cabedais. O próprio Rio de Janeiro, pobremente esperava o seu grande surto comercial setecentista, reflexo da mineração aurífera.

Segundo os depoimentos de Gabriel Soares e Fernão Cardim ao passo que em Pernambuco e na Bahia de 1590 se processavam inventários de 80 a 60 mil cruzados (32 e 24 contos de réis) vemos no quinhentismo paulista os mais elevados espólios atingirem escassas centenas de mil réis.

Para o fim de século sobem as cifras dos montes, sobretudo na última década, o que é natural, dadas as primeiras descobertas do ouro.

Assim mesmo a grandes elevações não atingem os espólios.

Nem sempre deixam os maiores preadores de índios bens avultados.

Tem-se a impressão de que os lucros das armações eram consumidos pelas novas empresas desses insaciáveis afuroadores da selva eternamente irrequietos, possuídos pela ânsia do esporte florestal, sempre insatisfeita.

Cremos que nenhum espólio paulistano seiscentista haja atingido cinco contos de réis.

Talvez em todo o século uma única fortuna houvesse no planalto computável em duas ou três dezenas de contos de réis: a do Padre Guilherme Pompeu, cujo trespasse se deu em 1713.

No vilarejo do São Paulo seiscentista as escassas transações comerciais e bancárias se faziam sobretudo com as praças de Santos, Rio de Janeiro, Lisboa, Bahia, Angola, e, uma vez ou outra, com Buenos Aires.

Riscos de todos os lados ameaçavam os capitalistas a realizarem transações fora do restrito cenário de sua presença. Seria um dos maiores a ineficácia do cumprimento das leis que obrigavam os devedores afastados a executar os compromissos.

Havia ainda o aleatório dos negócios realizados com indivíduos que se ausentavam para a selva, por longos prazos, e entre os quais numerosos jamais regressavam a povoado. A isto acrescia a precariedade e o perigo das comunicações marítimas. E, além da tempestade, os corsários.

Viviam as águas do Brasil constantemente rondadas por piratas, sobretudo depois da descoberta das minas.

Nos inventários aparecem assaz frequentes as alusões aos prejuízos causados pelo corso.

Em relação aos negócios com o Reino a cada passo se nota nos inventários: "Se todas estas quantias vierem a salvamento", "foi tudo por conta e risco do defunto", "deve vir na frota e se chegar", etc., etc.

Em tempos seiscentistas possuir alguém em São Paulo, em dinheiro de contado quase dois contos de réis! Era simplesmente imenso!

O pouco dinheiro amoedado se concentrava nas mãos de alguns argentários e no cofre dos órfãos, cujo papel na vida econômica do burgo pode ser comparado *servatis servandis* ao dos estabelecimentos bancários hodiernos.

Quase sempre os bens dos herdeiros menores são vendidos em praça, a fim de se evitarem "descaminhos e desfraudos", e o produto aplicado em empréstimos vencendo, juros de 8% ao ano. Obrigava o prestamista sua pessoa e bens móveis e de raiz havidos e por haver, comprometendo-se a pagar a dívida ao pé do juízo, no cabo e fim de um ano, sem contradição alguma e sem a isto pôr dúvida nem embargo algum. Os empréstimos exigiam ainda a garantia pessoal de um fiador e principal pagador. Tão disputado o numerário que nunca permanecia no cofre do juízo, aparecendo logo quem o pretendesse.

Os prazos das transações, estes mostravam-se incertos: "de nossa chegada a seis meses"; "de nossa chegada deste descobrimento onde andamos à vila de São Paulo a um ano"; "à volta do sertão para onde estou a caminho, trazendo-me Deus a paz e salvo, como nele espero trazer-me".

Valiam-se os capitalistas de regular escrituração. Declara Lourenço Castanho Taques "possuir um livro rubricado pelos oficiais da Câmara de deve e há de haver em que estão as

pessoas que lhe são a dever de dinheiro dado a ganhos". Em outros processos mencionam-se livros de razão, onde o devedor reconhecia nos próprios livros do credor a veracidade dos seus débitos comprovando-os com a assinatura.

Quando devedor e credor estão "safos de contas", ficam as partes quites e livres "de hoje até o fim do mundo"...

A rubrica dos livros comerciais fazia-a a Câmara.

Operações por vezes avultadas se realizavam contudo em confiança.

Existe na documentação paulista, inédita, precioso elemento de exame: o livro borrador infelizmente fragmentário dos negócios do maior capitalista do século XVII, incomparavelmente mais opulento do que qualquer outro, o Padre Guilherme Pompeu de Almeida.

Suas mercês, os bons edis piratininganos, naqueles anos afastados e singelos da era seiscentista, não tinham a enfrentar a resolução de graves problemas financeiros. Nem solver as temerosas crises econômicas que atormentam os governantes modernos.

Limitavam-se-lhes os cuidados à interpretação, mais ou menos cuidada, da rispidez dos termos da Ordenação relativos a meros casos policiais. A tanto se reduziam as questões referentes aos fatos da vida comercial.

E, a não ser isto, o que havia era tomar, aqui ou acolá, alguma providência muito modesta, para atender aos reclamos da

timída opinião pública, manifestada por alguns homens bons "e onrados da guovernansa da tera" pessoas de vistas mais largas. E desejosos de ver, em sua vila natal, iniciativas e melhoramentos que lhe desse mais civilizado aspecto.

Tendo em eras seiscentistas, como até quase os dias de hoje, como único entreposto comercial, a Santos, precisava São Paulo estar atento às flutuações do comércio litorâneo. Numa vereança de 1601 ordenava-se aos chatins que faziam o transporte de mercadorias para o planalto "trouxessem sentido de como andavam, pois aos oficiais tinham que dar os seus pesos e medidas sob pena de multa de dez cruzados".

A 8 de agosto de 1603 meditava o Conselho sobre grave caso: Estava a chegar, em São Paulo, o Sr. Dom Francisco de Sousa "e mais gente com ele". Reconheciam todos a imprescindível necessidade de se ter na vila, "huma molher que vendesse" o que não se conhecia. Vendesse o quê? É o que não menciona o termo.

Declarava o Vereador Francisco Viegas que se encarregaria de solver o caso, desabonador dos foros civilizados de sua comunidade. E saiu-se brilhantemente: apresentou uma candidata a merceeira: "a cigana Francisca Roiz, a quem se deu juramento aos santos evangelhos", "para que bem e verdadeiramente servisse de vendedeira, tratando verdade, dando a cada um o seu".

Contra os tratantes bramava, em Câmara, a 14 de fevereiro de 1609, o solícito Procurador Antônio Camacho, a lembrar "que na vila havia muitas tabernas em as quais se vendia vinho muito ruim e muito caro por medidas muito ruins e pequenas".

Acudissem suas mercês a esta "eizurbitancia".

Se os tais taberneiros jamais haviam visto fiscal a lhes examinar tonéis e barris; a verificar-lhes o provável batismo do "generoso sumo", ou "visar as medidas de que se serviam"! Tabelas de preço?

Nem sinal! Medidas? Eram as que queriam, de pau ou de barro sem vestígio da aferição municipal.

Daria resultado a manifestação do Procurador Camacho?

Bem pouco provável...

Frequentemente eram os preços realmente "eizurbitantes".

Verdadeiramente extorsivos, por vezes. Assim o notava a Câmara de 1611 quando na sua última sessão, a 31 de dezembro, chamava a contas o ferragista Rodrigo Fernandes Ferreira. Intimado a dizer, sob juramento, na cruz da vara do juiz, qual o preço das ferramentas em Portugal declarou, insolente, que no reino tinham preço diferente. "Quá corre de outra maneira!" terminou escarninho e a zombar de Suas Mercês os edis, que, impressionados, assentaram necessário "chamar o povo para pôr tudo em ordem com os oficiais de todos os ofícios".

Em sua correição proibiu o Ouvidor-Geral, Dr. Miguel Cirne de Faria, aos oficiais "presentes e futuros" alterarem as medidas do pão, vinho, azeite e vinagre, tudo se vendendo e medindo pelos padrões antigos.

Os almotacéis que almotaçassem o vinho bom como bom e o mau como mau.

Comércio tão cheio de peias e ainda prejudicado pelo precário conjunto de pesos e medidas! A tudo agravava o detestável funcionamento do sistema de aferição. Se até desapareciam os modelos municipais de comparação!

A 5 de agosto de 1656 os mesmos vendeiros representavam à Câmara que "pereciam de não terem afilador".

As medidas impostas ao comércio de São Paulo pelo Ouvidor João Velho causaram reclamações gerais provocando afinal um "meeting" dos mercadores. Ordenara o juiz, por sua alta recreação, que os padrões fossem diminuídos! Estabelecera um sistema de pesos e medidas de sua invenção!

Invocando a tradição e a ancianidade da sua vida declararam os oficiais que era isto um "desfraldo deste povo", ordenando que tudo voltasse ao que fora "desde a povoasam desta terra, que pasa de sem anos".

Em presença dos negociantes quebraram-se os padrões do ouvidor e outros "mandados caducar pelo afilador na forma de que antes eram". E as varas "foram certas como de cinco palmos".

Terra de pequeno movimento, não havia ainda em São Paulo especializações comerciais. Assim a 18 de novembro de 1623, explicava à Câmara o barbeiro Gonçalo Ribeiro o seu "ganho" de vida. Assistia na vila com o seu ofício, e como tal (este como tal é bem pouco explicável!) *D. Jerônimo de Ataíde, Conde de Atouguia,*

Governador-Geral do Brasil pedia que lhe dessem algumas coisas a vender "de comida e bebida".

Singular anexo para uma barbearia!

Na sessão de 24 de janeiro de 1633, dizia o Procurador que os mercadores estavam empenhados com muitas dívidas. Ainda perduravam as consequências nefastas do ano de 1630 cheio de muitas "doenças de catarros e outras enfermidades". E ano de muita fome, declara um termo de dezembro do mesmo milésimo; motivo pelo qual não se consertara o Caminho do Mar, "Como era pubrico".

Sabedores da pouca resistência comercial dos de Serra Acima, continuamente procuravam os negociantes santistas praticar extorsões.

Açambarcadores notórios e inveterados mancomunavam-se com os atravessadores da vila paulistana.

Vivia Santos do que São Paulo lhe dava de comer. Se os chatins do litoral abusavam, escorcimando os contentes do planalto era natural que estes reagissem atuando sobre o estômago dos vorazes aproveitadores.

Proibisse a Câmara, pedia o Procurador, a exportação das farinhas e do gado, como em janeiro de 1611 já se fizera para a marmelada, e os desalmados açambarcadores praieiros abaixariam a grimpa.

Tão diferentes então as ideias e condições do tempo que aos poderes públicos paulistanos várias vezes preocupou a ideia do

cerceamento completo da exportação! Podia São Paulo viver no regimento da auto-suficiência.

A 11 de fevereiro de 1623 requeria instante o Procurador Luís Furtado que de todo se não consentisse na saída da farinha de trigo, carnes e couros, "per a terra ficar abastada". Esta conclusão é que a não imaginariam os economistas do século seguinte ao estabelecerem as bases de suas teorias sobre a circulação das riquezas!

A 14 de maio de 1652 vemos as duas câmaras, a do litoral e a do planalto, em luta acesa. Andavam, insaciáveis, os monopolistas do sal em Santos, vendendo o cloreto à razão de três patacas o alqueire, quando no Rio de Janeiro se negociava por uma! Assim, em represália, determinava a Câmara a proibição absoluta da exportação de farinhas e carnes, "sob pena de multa e confisco das mercadorias dos contraventores".

E em 1654 tal fome houve em São Paulo pela falta de trigo que para o sustento dos índios escravos precisou a rica D. Catarina de Góis esgotar os seus paióis até o último grão, nada podendo expedir do que reservara para a exportação.

Dos portos paulistas foi sempre considerável a remessa de mantimentos para o norte, ao Rio de Janeiro e à Bahia sobretudo. Abundam os atos oficiais neste sentido no decorrer de todo o século XVII.

O comércio dos produtos do planalto para a praça fluminense se manteve vivo desde os primeiros anos.

A notícia de que a exportação de São Paulo havia sido, em 1663, tributada no Rio de Janeiro sobremodo enfureceu os

paulistas. A 26 de agosto avisou o Procurador Pêro Vaz Muniz, aos colegas, de que os homens bons da vila lhe haviam requerido fizessem sessão naquele dia. Assim mandou-se repicar o sino da Câmara.

Convocados os repúblicos declararam que a terem de pagar direitos no Rio, preferiam que se interrompesse inteiramente o comércio entre as duas regiões: a paulista e a fluminense, onde os de São Paulo às vezes se abasteciam de sal.

Dentro em breve cessavam os motivos da ira do bom povo paulistano e voltavam atrás da decisão as autoridades cariocas.

Capítulo XI

REPRESSÃO DE CHATINS. MODÉSTIA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS. O AÇAMBARCAMENTO DO SAL E OS ABUSOS DELE DECORRENTES. VINHOS E AZEITES. REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS DE FAZENDAS. O MOTIM DE 1692. QUESTÕES DE ALMOTAÇARIA. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. OS OFICIAIS MECÂNICOS. VALIA DE PRÉDIOS E TERRENOS. ENSAIOS CENSITÁRIOS

COISA que enfurecia os edis e a população paulistana era a mercancia de forasteiros com os seus cativos. Fenômeno natural que sempre se deu e se dará em qualquer lugar onde exista a instituição servil.

Acudiam mascates e chatins em época em que os moradores se despejavam pelo Sertão. E aproveitavam o ensejo para fazer negócios com os escravos das fazendas.

Assim, a 17 de fevereiro de 1629, o termo municipal proibia expressamente a qualquer mercador, "assim de fora como da terra" tratar "com negros desta terra, assim com tapanhunos como negros da terra sob pena de seis mil réis de multa".

Crescera a vila bastante, mas era-lhe o comércio ainda o mais atrasado. A 5 de fevereiro de 1638, pedia o Procurador Cosme da Silva que a Câmara não permitisse aos oficiais acumularem ocupações da indús- tria e do comércio. "Usem de seus officios e não de vendedeiros", reclamava irritado, "e que haja

vendedeiros e taverneiros separados". Entenderam- lhe os colegas, porém, que não havia inconveniente em tal acúmulo.

Modestas vendolas as que continuavam a abrir-se na vila, onde todos os comércios se reuniam, "vendagem de fazendas secas, vinhos e mais alguns legumes da terra" (sic), dizia-se a 6 de outubro de 1640.

No fim de 1643, desagradável novidade veio aborrecer os bons paulistanos. Ordenava o capitão-mor da capitania que se recolhesse todo o dinheiro, sob recibo, para se o recunhar no Rio de Janeiro, marcando- se prazo de quatro meses para tal recolhimento. Enérgica, representou a Câmara, que tal "não seria possível, pelos desconvenientes que de presente avia".

E, com efeito, notícia lhe chegara de prejuízos e riscos à passagem do mar. Viesse um fundidor a São Paulo recunhar as moedas das vilas de Serra Acima.

Tão detestável a cunhagem, que o público, frequentemente, refugava as peças. Às vezes, precisava o Conselho tomar providências neste sentido, como a 4 de março de 1646. Muito limitada deve ter sido a atuação da Casa da Moeda local. Faltava-lhe o suprimento de metal precioso fornecido tão escassamente pelas pequeninas faisqueiras regionais.

Verdadeira calamidade afligiu os paulistas durante mais de duzentos anos: A carestia excessiva do sal, que não podia ser fabricado na sua marinha e era importado de Portugal mediante monopólio, a cada passo odioso.

Raramente o preço estipulado no contrato, com a Coroa, excedia de mil e duzentos e oitenta réis ou quatro patacas, por

alqueire.

Mas não era barato e a classe realmente pobre só podia fazer muito diminuto uso do gênero.

Certas eram as vantagens do contratante, que limitava o preço da venda do cloreto aos comerciantes e consumidores. Pouco satisfeito porém com o ganho lícito, lançava mão de expedientes diversos, que lhe permitiam alargar enormemente a margem de lucros, sem que com isto incorresse em responsabilidade civil ou criminal.

Cumpria as condições, a que se obrigara, mas os seus agentes, alheios a qualquer compromisso legal, armazenavam todo o carregamento, forçando a alta de preços por vezes enorme senão espantosa.

Seguros da impunidade, levavam os monopolistas algumas vezes o desembaraço e o descaso ao ponto de nem sequer retirar da Alfândega, o sal recebido de Portugal, ali mesmo vendendo-o aos intermediários pelos mais altos preços que a procura permitia.

As representações, motivadas pelo sofrimento dos povos e endereçadas ao Trono pelas câmaras municipais não se viam atendidas.

A Coroa se uma vez ou outra parecia querer dar ouvidos às queixas mandava que o arrematante informasse sobre se a quantidade de sal introduzido em Santos e o preço da venda estavam de conformidade com o contrato. E ele exibia certidões passadas pelos Oficiais da Alfândega, cuja veracidade não podia ser contestada, por serem de fato exatas.

Quando o suprimento fora cavilosa e propositalmente menor do que o contratual, a fim de forçar ainda maior alta de preços, alegava o arrematante as dificuldades oriundas da presença, no Atlântico, de numerosos piratas. Assim tivera de reter nos portos portugueses as embarcações destinadas ao Brasil.

O Governo aceitava tais desculpas que, se não verdadeiras, eram plausíveis, e tudo prosseguia no mesmo estado, proporcionando fabulosos ganhos ao contratador e seus agentes. E continuavam sem remédio nem justiça as queixas e o sofrimento das populações.

Em São Paulo frequentemente assumiu o conflito, a cada passo renovado, entre monopolistas e consumidores, os mais graves aspectos até atingir o máximo de intensidade em princípios do século XVIII.

As dificuldades do vencimento da serra tornavam a vida rude, no São Paulo seiscentista, frequentemente ilhado do litoral pelas chuvaradas que ao Caminho do Mar tornavam intransitável. O vinho, gênero de luxo, comportava as despesas avultadas do transporte, mas já não tanto o azeite.

Assim se fabricava o óleo na vila do Campo; o de amendoim para as necessidades alimentícias e o de carrapicho para a escassa e mortiça iluminação particular que a publica era a da lua e das estrelas...

O azeite do reino este figurava em casas abastadas e dele se fazia contrabando, referem numerosos termos.

Que se diria hoje do estabelecimento de feira por um juiz?

Singular inversão de poderes! E, no entanto, foi o Sr. Tomé de Oliveira quem por 1687 proveu que se vendessem os gêneros da terra, hortaliça e peixe na praça e terreiro da Misericórdia, livremente, sem almotaçaria.

Isto porque pensava que daí viria "aumento e grandeza da terra por aver em prasa e Ribeira".

Os lucros lícitos do comércio, frequentemente fixavam-nos as Câmaras, às vezes, como assessoras dos ouvidores. Assim na sessão de 21 de janeiro de 1688, assistindo a vereação, declarou o Desembargador Tomé que na sua opinião a percentagem arbitravel era de oito por cento .

"Por que he o que somente justamente podem levar pois nenhum risco correm do que se lhes dá a vender", explicou a justificar o voto.

Bom tempo este em que os comerciantes nenhum risco corriam a comerciar! Sem vencimento de letras nem limitações de crédito!

Não ligou a Câmara de 1690, ao que parece, grande importância aos reclamos populares, ou não pôde coibir os abusos dos mercadores de fazenda seca. E esta desídia provocou formidável reação dos munícipes, explodida a 3 de agosto, num dos mais pitorescos entre os numerosos motins do século XVII, em São Paulo, onde os houve tantos e sanguinolentos.

À tarde de 3 de agosto de 1692, subitamente ressoou, furioso, o rebate do sino do Conselho.

Não tardou que em frente ao Paço se reunisse numeroso ajuntamento de homens bons e prestantes repúblicos.

Às primeiras badaladas acudiram os juízes e vereadores em exercício. Acharam um menino a tanger o sino: ordenou Pedro Ortiz de Camargo que à cadeia recolhessem o pequeno alvorotador, mas já nesta ocasião estava o terreiro do Conselho cheio de gente, e os cidadãos, em altos brados, começaram a clamar contra o poder municipal.

Como cada vez mais se alçassem as vozes de rebeldia, indagaram os oficiais que queria o bom povo e a massa amotinada "requereu a voz alta que tinham que requerer à Câmara e que formassem Câmara a seu requerimento".

Era a situação crítica: em rápida confabulação, decidiram os oficiais obedecer aos reclamos da multidão.

Os chefes do movimento popular expuseram então as causas do levante. Exigiram que lhes fosse mostrado um termo de vereação sobre o preço das fazendas que devia ser lançado nas atas da Câmara .

Verificou-se então que com efeito já se achava lavrado mas não assinado. Por que se não cumpria o determinado pela Câmara de 1691? Indagaram entre furibundos e ameaçadores os amotinados.

Agora exigiam "lhe dessem cumprimento e a forma que tinham assentado o ano passado". E por aclamação escolheu o povo dois procuradores encarregados de fiscalizar a atitude municipal.

Passou-se a assinatura da ata redigida *ad hoc* às pressas declarando o escrivão "e o povo todo que se achou presente se davam por satisfeitos de tudo o que seus procuradores assentassem com os oficiais da Câmara".

E assim se dissolveu o ajuntamento, tendo-se deliberado que o ajuste de preços sobre as fazendas se faria incontinênti, ao que precisou aquiescer a Câmara, temerosa de novo tumulto.

Aproveitando o ensejo, resolveram os representantes do povo forçar a fixação do preço de outros gêneros e artigos. Assim se legislou que a libra de pólvora se venderia a 480 réis, e a de estanho lavrado a cruzado, o quintal de ferro a sete mil réis; a libra de aço a seis vinténs e a de sabão a doze, a dúzia de botões grandes a tostão, e o de pequenos a 600 réis, valendo o botão de prata um cruzado, etc.

Tiveram as paulistanas elegantes de pagar o preço exorbitante de dez patacas por um par de meias de seda "angreza" (inglesa) e três mil réis pela da portuguesa.

Vivia o Conselho no eterno clássico do "*plurimae leges*"...

Estava farto de saber que "algumas pessoas que vendiam aguardente com um barril vendiam muitos", não ligando a menor importância aos almotacéis.

Dada esta desorganização, não é de admirar que a cada passo estivessem burlados os contratos oficiais, por mais que a Câmara protestasse.

Era o que sucedia a 3 de maio de 1688, quando o Procurador declarou que se admirava da longanimidade do povo, a suportar os incríveis abusos do contratador dos vinhos, azeites e aguardentes do Reino, Luís Porrate Penedo, homem de grande prestígio. Deixava os gêneros de todo faltar, motivo pelo qual propunha que se lhe declarasse nulo e irrito o privilégio, aliás longo, pois cobria um prazo de dez anos.

Na sessão de 30 de dezembro de 1688 tornou-se clara a razão do péssimo cumprimento das cláusulas contratuais. Vivia Penedo em contínuas dificuldades financeiras.

Anos e anos calados haviam sofrido os bons repúblicos. Mas afinal, era demais, e assim anularam o contrato de tão detestável contratante.

O milho de 200 réis, em 1686, mercava-se agora a 2$560 o alqueire, quase treze vezes mais caro!

Também que preço nas minas atingia?! Conta-nos a preciosíssima relação de Antonil: O alqueire de farinha de mandioca, que custava em São Paulo 3$200, vendia-se nos distritos auríferos por quarenta oitavas de ouro 48$000, o açúcar valendo 120 réis lá se mercava dez vezes mais caro.

Tinham os demais gêneros a mesma e enorme disparidade.

Num núcleo de vida tão primitiva como São Paulo seiscentista, era a mais rudimentar a organização do trabalho, a "dos ofísios mequaniquos".

Procurando introduzir a maior ordem neste departamento tão importante da vida social, ordenava a Câmara de 1620, "que hera necessário fazer se taixa de novo para todos os ofísios para saberem o que iam levar de suas obras".

Tinham os tabelamentos de ser combinados entre um representante de cada ofício e outro da governança da terra. Foram designados os representantes dos alfaiates; sapateiros; ferreiros; carpinteiros e tecelões a quem coube a obrigação de "fazerem o regimento das obras que haverião de fazer".

Muita indisciplina reinava nos ofícios: a Câmara de 1639 intimou os seus diversos juízes a exibirem as suas taxas e regimento. E de tal não fizeram eles o menor caso, pelo que foram todos multados.

Termo pitoresco é o de 22 de outubro do mesmo ano.

Perante s. mercês compareceu o juiz dos seleiros. Declarou "ser hum omen velho e ter bens bastantes para poder sustentar-se sem usar do dito officio". Assim, dele desistia, "pera guozar das outras liberdades dos omes nobres", pois, "dele não queria uzar em tempo algu".

Assim passou "o mequaniquo" à categoria de "omen nobre", podendo servir os cargos da República, sem infringir as leis de S. Majestade.

Na sessão de 29 de novembro de 1636, tomou a Câmara notável deliberação contra certo Pêro Jorge, alfaiate. Era "forasteiro e facilmente se podia ausentar e levantar com as obras". Assim, só poderia cortar e coser depois de haver depositado em mãos do cliente o valor do pano recebido!

Em 1645, queriam os tecelões estabelecer inovações nos padrões das fazendas, o que motivou a proibição da Câmara.

Decidiu que: "nenhum possuidor de teares, fizesse o pano, a não ser pelo antigo, conforme posturas antigas e ninguém mandasse tecer pano nem tecesse sem ordens e licença da Câmara".

Crescia a vila: já apareciam os ofícios especializados, outrora incompatíveis com a rudeza e primitividade da vida.

A 30 de março de 1650, menciona-se a existência de um "espadeiro", também azulador, isto é, sabendo dar o matiz azulado dos aços de fina têmpera.

Existiam na vila, em 1623, vinte e cinco comerciantes e treze oficiais mecânicos.

É de crer que pedreiros e carpinteiros, oleiros não fossem assim considerados por serem jornaleiros ou quiçá não houvesse senão escravos empregados em tais misteres.

O exame dos Inventários dá-nos vultosa cópia de informes a respeito do valor de prédios e terrenos.

No espólio de João do Prado (1596) figuram as casas da vila de taipa, de pilão com dois lanços, cobertas de telhas, com seus chãos e quintais por dez mil réis.

Iam as telhas de canoa substituindo o colmo e o sapé, e as olarias trabalhavam nos sítios.

Há no inventário de Maria Gonçalves (1599) referência a "casas da vila sobradadas com seus quintais" e avaliadas por 32 mil réis. Mas como vimos já na era quinhentista existiam sobrados em São Paulo, pertencentes a Domingos Luís, o Carvoeiro.

Causa surpresa atingir a casa de Paula Fernandes, em 1614, 40 mil réis. A de Maria Jorge em 1613, com seus três lances cobertos de telha, três outões de palha e corredor, ascendeu a 30$000.

A de morada do ricaço Gaspar Barreto, o homem mais afortunado do São Paulo dos primeiros anos seiscentistas valia apenas 28 mil réis "com seus dois lanços, corredor e quintal".

Enriquece-se a vila e começam a aparecer as casas maiores "para o seu enobrecimento".

Já em 1648 Pedro Fernandes lega sobrado com um meio lanço, avaliado em 120$000 réis. De Luzia Leme, o seu prédio "na rua que ia para o Colégio" atingiu em 1635, 130 mil réis mas também era muito rica esta viúva do primeiro Pedro Vaz de Barros e mãe de tão notáveis sertanistas.

Para o fim do século devem ter avultado muito as dimensões e a importância das construções. No inventário do creso Pedro Vaz de Barros as suas casas da vila, de dois lanços e meio, com seu corredor e quintal, são avaliadas em 200 mil réis (1695).

O prédio do homem mais afortunado da vila, em seu tempo, Antônio de Azevedo Sá, "lanço grande de casas com seus repartimentos de tabuado, assobradado, corredor e quintal, na rua Direita da Misericórdia para Santo Antônio", foi avaliado em 150 mil réis.

Tinham os aluguéis de andar em correspondência com os preços, atribuídos aos prédios.

Em 1611 alegava uma viúva ao juiz de órfãos que suas duas casas nada rendiam. Pedia para trocá-las por outras em Santos. Constavam de dois lanços cobertos de telha com seus corredores.

Registram os inventários aluguéis de alguns vinténs, outros de tostões. Os de pataca (320 réis) e cruzado (400 réis) mostravam-se raros.

Quinhentos réis representava muito elevado alquiler.

Apesar disso escasseavam os pretendentes. Durante anos seguidos ficavam às vezes os prédios sem alugadores. Em 1668 Ana Tenória dava suas casas ao reverendo padre vigário para que nelas morasse por estarem devolutas, contanto porém que as reparasse à sua custa.

Os terrenos não podiam ser senão muito baratos em vilarejo frequentemente deserto.

Em 1656, na Rua Direita, a mais nobre de todas seis braças (13,20m) valem 40 mil réis.

Em 1651 um terreno capaz de conter três casas computou-se a 24 mil réis.

Os sítios dos subúrbios que custariam quando os terrenos urbanos tão rasteiros andavam? O de Diogo Sanches, em 1597, no Ipiranga, valia quatro mil réis. Mas no mesmo bairro, em 1623, o de Pero Nunes atingiria 35 mil réis. Significativo um termo em que no valor da propriedade suburbana se inclui o de um copo de vidro.

No fim do século XVI contava São Paulo 210 fogos.

O termo de 5 de agosto de 1602 refere-se ao "crescimento que há na vila".

Mas o primeiro que augurou a São Paulo rápido e grande aumento foi D. Francisco de Sousa que com a sua alucinação eldorado- maníaca via o seu caro vilarejo capital de uma região potosiana, a aumentar imenso.

"São Paulo, com o divino favor, há de ser cidade antes de muito tempo."

Por sobre o crescimento da vila também pairava a profecia do Taumaturgo, seu cofundador; haveria São Paulo de vir a ser,

um dia, o maior centro urbano da América do Sul. Por três e meio séculos latente a previsão do grande jesuíta viriam os anos da era novecentista trazer-lhe elementos da possibilidade de verificação que talvez a nossa centúria ainda consiga conhecer.

Com orgulho afirmava a Câmara de 1637 que sua vila contava "passante de seiscentos vizinhos".

Apesar dos enormes dispêndios de vidas exigidas pelo bandeirarantismo e a guerra civil tinha São Paulo na sua vila e termo uma população branca de mais de três mil homens, dizia Salvador Correia num bando de cinco de novembro de 1660. No entanto, muita gente se mudara para as vilas próximas.

De 1680 datam, ao que parece, os primeiros ensaios estatísticos realizados em terras paulistanas. Refere-se a ata de 29 de fevereiro "a informação de um mapa" que o Capitão-Mor Diogo Pinto do Rego pedira por ordem do Governo-Geral do Brasil com dados sobre a vida da Capitania.

Capítulo XII

NOMENCLATURA DAS VIAS PÚBLICAS. AS CONCESSÕES DE CHÃOS. IMPRECISÃO DE LOCALIZAÇÃO. ARRUAMENTOS. ALINHAMENTO. CÓDIGO DE POSTURAS PARA CONSTRUÇÕES. LIMPEZA PÚBLICA. O CAMINHO DO MAR

NA ÁREA restrita dentre Tamanduateí–Anhangabaú os principais alinhamentos da armação se desenharam no nosso atual Triângulo e suas adjacências quase como hoje, em suas disposições gerais.

Eram as ruas de São Bento, Direita, de Manuel Pais de Linhares, depois do Rosário, do Carmo, da Tabatinguera. Sobre o Vale do Anhangabaú nenhuma via estava a cavaleiro abaixo da de São Bento pois a de São José, hoje Líbero Badaró e alargadíssima, é de fins do século XVIII.

Nos remotos milésimos seiscentistas não se mencionava a situação exata dos imóveis. Em 1672, se dizia no inventário de Estêvão Furquim: "fez hypotheca de duas moradas de casas que possue nesta villa, que são sabidas".

A rua de São Bento teve o nome bem fixo durante todo o século XVII. Nunca lhe lemos o nome de Martim Afonso. Mas a tradição segundo Frei Gaspar da Madre de Deus o conservou.

Muitas destas vias públicas sem denominação especial ou oficial mudavam de nome desde que se faziam transferências

de propriedade.

Da velha nomenclatura alguns vestígios subsistem no centro atual de São Paulo: Tabatinguera, quiçá o mais antigo, São Bento, São Francisco, Carmo, Quitanda, Direita, Sé, representam nomes que devem ser conservados, com todo o carinho, como elos do presente à formidável tradição da cidade, tão desacompanhada como se acha de vestígios das antigas eras.

Alguns destes nomes correspondem até a preciosas evocações.

Assim o de Porto Geral, e alguns outros como o de Boa Vista, dado a uma rua cujas primeiras casas, alcandoradas sobre a várzea do Tamanduateí, tinham à frente o panorama risonho a que dominavam.

As "cartas de data de uns chãos nesta villa" são o que há de mais impreciso e seus característicos de assinalamento revestidos da maior precariedade.

Diz, por exemplo, uma doação de 1663 relativa a um prazo que começava no terreno da última casa da rua ou do pátio de São Bento.

Os prazos no centro da vila ficavam frequentemente devolutos.

Tal o caso da doação ao Capitão Luís Rodrigues Duarte servidor de Sua Majestade nas guerras de Pernambuco. Recebeu

os chãos solicitados "não sendo dados a outrem" para neles fazer casa onde vivesse.

A 20 de novembro de 1656 pôs-se o alcaide a passear pela rua a clamar: Posse! Posse! Uma e muitas vezes. Depois disto Luís Rodrigues dentro dos desejados chãos por três vezes gritou: Posse! Como ninguém nada objetasse a este cerimonial singelo ficou o capitão das guerras de Pernambuco senhor daquilo a que pretendia.

As rudimentares preocupações do urbanismo paulistano revelam- se desde os primeiros anos nas *Atas*.

A 5 de setembro de 1610 como estivesse a vila com muito má aparência mandava pôr a Câmara escritos à porta do conselho e da igreja matriz para que todos caiassem suas casas sob pena de dois mil réis de multa.

A 23 de julho de 1612 grande discussão a propósito de novos arruamentos. O procurador requereu que o poder municipal "atentasse pelas ruas abertas pela Câmara sua antecessora de acordo com a ordem do recém-falecido governador, D. Francisco de Souza". Sucedia, porém, que Manuel Afonso, protestava contra tais arruamentos porque invadiam o acesso e serventias de seu procurado. Alegou o juiz ordinário, que do Governador D. Luís de Sousa, ouvira formal proibição: "Não bulisse nisso." Em todo o caso convinha que S. Sas soubessem do que havia e fossem informados da verdade.

A 4 de dezembro de 1627, conversou-se sobre grave assunto de arruamento. Mandaram os oficiais que se lavrasse solene termo de que haviam tomado o beco em frente a Nossa Senhora do Carmo, para rua pública. Já aliás ali havia "posse municipal". Resolveu-se então a abertura de outra via.

Pouco depois estava a edilidade habilitada a fazer alinhamentos.

Já vivia em São Paulo engenheiro.

Foi ao que parece o patriarca da classe, em terras piratininganas, certo Pêro Roiz Guerreiro "homem do mar que entendia do rumo de agulha" declara o termo de 9 de julho de 1636. Prestou juramento aos Santos Evangelhos "pera que fizesse nesta villa o ofício de arrumador de todas as tereas, por ser hofisio ncesario ao bem comum deste povo".

Na sessão de 6 de fevereiro de 1638 reclamou o Procurador Cosme da Silva contra inqualificável abuso praticado por Aleixo Jorge.

Atirara um mundo de terra sobre uma via pública "o que era e em prejuízo dos moradores que anda na vila".

Intimou a Câmara ao remisso cidadão: "Deixasse a rua como dantes estava."

A edilidade de 1639 mostrou-se muito cuidadosa em trazer a vila "bem arrumada". Na sessão de 19 de novembro pedia o procurador que se mandasse consertar e aterrar a rua que ia da Misericórdia a Santo Antônio "por fazer nela lagoas". A culpa desta inundação cabia sobretudo a nove proprietários desidiosos, entre os quais Aleixo Jorge, useiro e vezeiro em infrações posturais. "Entupam suas testadas dentro de oito dias, em modo que a auguoa não represe e cora a rua direita", intimava- lhes a Câmara ameaçando-os de finta grossa.

Cada vez mais, organizava-se São Paulo. Em 1640, determinava- se que nenhuma pessoa edificasse casa nova, nem abrisse quintal, sem que pelos Srs. Oficiais se arruasse.

Declarava a Câmara que pelos arrabaldes queria realizar uma revisão das cartas de concessão de terras parecendo-lhe que isto fomentaria a construção de novos prédios, "pela nobreza desta tera".

Decisão curiosa, significativa, é a da vereança de 30 de agosto de 1642, primeira no gênero. Resolveu a Câmara se avaliassem os chãos de Francisco João e se lhes desapropriassem e pagassem "pera ai ficar a vila mais enobrecida e a praça della e que ficasse por assento que qualquer daquelas casas da mesma carreira que cahisse e se derrubasse se não levantasse mais".

A fim de dar maior solenidade aos atos das demarcações, resolveu o Dr. Tomé de Almeida Oliveira, em sua correição de 1687, que nenhuma se faria sem se consultar o Ouvidor da capitania, podendo este magistrado em pessoa realizá-la se assim entendesse.

O asseio das ruas e quintais preocupou o poder municipal desde os primeiros anos do século XVII.

Na sessão de 20 de janeiro de 1620 foram diversos moradores mutados por não derrubarem o mato atrás de suas casas.

A 15 de fevereiro, nas vizinhanças da procissão dos Passos decidia-se que cada morador "mandasse lá o seu negro com sua

enxada carpir o adro da igreja matris e a prasa desta dyta villa" e além disto "varresse e limpasse a sua testada".

Renovam-se, a cada passo, nas *Atas*, as intimações neste sentido.

Estradas rudimentaríssimas como as que comportava a pobreza da terra, verdadeiros sulcos, quando muito, qualquer chuva as transformava em formidáveis atoleiros. Tanto mais fácil era isto quanto serviam de passagem às boiadas.

Assim as toscas e frágeis pontes viviam em petição de miséria e a cada passo ressoavam em Câmara os ecos a isto relativos.

A 15 de janeiro de 1611 proibia-se o trânsito do gado pela Ponte Grande "para se não desmanchar".

Durante todo o século XVII repetem-se as alusões aos contínuos desconsertos das pontes, provocados pelos animais.

Por todo o século XVII, seria o Caminho do Mar o grande óbice a vencer-se para a civilização das terras de São Paulo.

A Câmara de 1615 convocou todos os moradores para que acudissem com ferramentas, foices, machados e enxadas e mantimentos para irem fazer as pontes do Caminho do Mar, "por assim ser necessário".

Amiúdam-se os termos sobre o conserto da vital estrada: convocações aos moradores, multas aos que faziam transitar gados, reparação das pontes, etc. Ninguém obedecia. Até

Amador Bueno, quando ouvidor da Capitania incorreu neste abuso, sendo autuado e multado.

Às vezes, negava-se o povo a concorrer às obras alegando estar na época da "pramta" ou haver "grande aperto de fome e doensas. Passadas as doensas e havendo mantimentos todos estariam prestes".

A 23 de maio de 1654 comentava-se que todos os caminhos "das serventias por esta villa e pera o mar estavão tapados e não havia quem por elles pudesse passar".

Curioso e pitoresco termo o de 19 de fevereiro de 1655, referente à segurança do Caminho do Mar. Andava ela muito precária e quem a perturbava não eram salteadores nem índios e sim enorme jaguaretê.

Verdadeiro êmulo dos famosos *meneaters* hindostânicos.

Mandavam Suas Mercês afixar quartel "que aquelle ou aquelles que quizessem ir a matar a dita onça lhe darião um tanto por seu trabalho".

Apaziguadas as lutas civis, pelo acordo de 25 de janeiro de 1660, resolveram os paulistanos, inspirados pelo seu pacificador o Ouvidor- Geral Dr. Pedro de Mustre Portugal comemorar a volta dos dias de bonança, por meio da fatura de grande obra de utilidade pública: o restabelecimento do Caminho do Mar.

Os principais caudilhos em luta, a tanto se comprometeram, solenemente.

A notável inteligência e espírito civilizador de Salvador Correia de Sá e Benevides levavam-no a pugnar com todas as forças pela melhoria não só do Caminho do Mar como de todas as estradas da região piratiningana.

Assim, pela primeira vez, viram-se pelo Caminho do Mar veículos transitar... Grandes sinais dos tempos...

Mas estas reparações eram as mais transitórias.

Em outubro de 1697, prestes a chegar a São Paulo, o Capitão-General Governador Artur de Sá e Meneses denunciava o Capitão-Mor Antônio de Medeiros o péssimo estado da via essencial planaltina e serrana.

Capítulo XIII

TENTATIVAS DE REAÇÃO NACIONALISTA ANTIESPANHOLA. ARRAS DE FIDELIDADE PAULISTA AO REI RECÉM-RESTAURADO EM PORTUGAL. ECOS DE ACONTECIMENTOS NOTÁVEIS NAS PÁGINAS DA DOCUMENTAÇÃO PAULISTANA

APESAR do episódio de Amador Bueno, espanhóis e portugueses continuaram a viver tranquilamente em São Paulo, uns ao lado dos outros, perfeitamente solidarizados. Ocorreu, porém, certa reação nacionalista, insuflada de Portugal. Na sessão de seis de dezembro de 1642 dizia-se em Câmara que em virtude de expressas ordens emanadas da Coroa nenhum estrangeiro podia exercer cargo público. João Martins de Heredia, no entanto, embora houvesse sido vereador de São Paulo em 1641 e agora exercesse o cargo de capitão-de-aldeia não queria, apesar de espanhol, deixar seu posto, pelo que sofreu a intimação da Câmara a que se demitisse.

Apesar desta explosão nacionalista vemos, no entanto, pouco depois, o castelhano D. Simão de Toledo Piza, juiz de órfãos.

Já tivemos o ensejo de nos reportar à embaixada da Câmara de São Paulo a D. João IV. Desta delegação se relata que autorizada pelo Rei a que lhe solicitasse alguma mercê, respondeu arrepiada: Aqui vimos para dar a Vossa Majestade e não para pedir. Nas *Atas* surge-nos pouco depois nova mostra de lealismo.

A Câmara de 1644 querendo dar arras de fidelidade à dinastia mandou fazer festas pelo nascimento de um infante.

Curioso porém que assuntos tocando muito mais de perto os paulistanos não tenham deixado eco nas páginas da sua documentação municipal. Assim nelas não encontramos um único vestígio referente à conclusão da ocupação holandesa em Pernambuco.

No entanto são frequentes as alusões ao auxílio prestado pelos paulistas, sobretudo em gêneros, "para as guerras do presídio da Bahia (sic!). Verdade é que na época vivia São Paulo em plena guerra civil.

Ao falecer o Príncipe Real D. Teodósio, o dileto discípulo de Antônio Vieira, reinou geral consternação dos povos. E havia de que.

Passava o herdeiro do trono a ser o degenerado Afonso, futuro Afonso VI, de tristíssima memória.

Associou-se São Paulo ao luto do resto da monarquia.

Havendo falecido D. João IV mandou a Câmara que se lhe fizessem exéquias solenes.

Escrevia do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides à Câmara, a 20 de abril de 1659, comunicando-lhe a grande nova da vitória do Conde de Castanheda em Elvas, sobre os castelhanos, na guerra da Restauração.

E patrioticamente avisava: "O sucesso foi digno de darmos graças a Deus. Vossas mercês o devem de ordenar assim nessa vila com luminárias e mais demonstrações de alegria que lhes parecer".

A 11 de fevereiro de 1662 preparavam-se os paulistanos a celebrar por ordem do capitão-mor da Capitania "festas ao recebimento da Sra. Infanta" devendo todo o povo "acodyr a esta vyla e festejar como tinha de obrygasão".

Era o noivado de Carlos II da Inglaterra e da feia Catarina de Bragança. Faria o dote da Infanta gemer por muitos anos os paulistanos que celebraram os reais esponsalícios com as danças dos seus "ofisios mequanicos".

Mas auspiciosíssimo era o acontecimento que significava a desistência das pretensões batavas sobre o Brasil. E isto representava imenso, a mais sólida e inesperada esperança de auxílio da Inglaterra em prol de Portugal recém-irredento. E para o Brasil muito maior tranquilidade...

A 8 de dezembro de 1665 chegaram a São Paulo as notícias tárdias da grande vitória do Ameixial, na interminável campanha da Restauração e a Câmara celebrou, do modo mais brilhante, tão assinalado feito das armas portuguesas.

Memorável vitória: que Nosso Senhor fora servido dar; a El Rei senhor D. Afonso, que Deus guardasse, nas fronteiras de Portugal; "Assentarão os oficiais que en fazimento de grasas; estivesse o sor. eisposto; na igreja matris a primeira outava do natal; donde se cantaria misa solene; com pregasão; he que se fizesse prosisão; pela vila; donde saísen os ditos ofisiais, en forma he bandeira real; con a mesma solenidade que se costuma fazer a *corpus cristi*".

Capítulo XIV

REFLEXO DA DESCOBERTA DAS JAZIDAS DE OURO DAS MINAS GERAIS. PERTURBAÇÃO ENORME CAUSADA POR ESTE FATO. A EXTRAORDINÁRIA ALTA DO CUSTO DA VIDA. SÃO PAULO: RETAGUARDA ECONÔMICA DA REGIÃO MINEIRA

ENCETOU-SE a existência setecentista de São Paulo em período de estranha agitação, fase do mais profundo abalo e perturbação das condições de vida, como consequência de formidável depressão decorrente do êxodo aflitivo de uma população já de si escassa.

A miragem do ouro empolgava todos os espíritos; as espantosas notícias das recentes descobertas maravilhosas no centro dos Sertões dos Cataguás, à margem dos rios, conturbavam, cada vez mais, todo o Brasil. E sobretudo São Paulo, terra dos descobridores.

Já, decorrido um lustro, haviam surgido os primeiros e extraordinários resultados da exploração dos eldorados do Espinhaço. Contavam- se coisas inacreditáveis da "grandeza das lavras", da "fertilidade das minas". E estas notícias desvairavam os mais sólidos e assentados espíritos.

Ouro e mais ouro! Só se falava em ouro!

Despovoava-se São Paulo dos mais eminentes cidadãos.

Entre os emigrados figuravam o Mestre-de-Campo Domingos da Silva Bueno, a primeira autoridade militar paulistana, Domingos Dias da Silva, Juiz Ordinário. José de Góis e Morais, o primogênito do velho Pedro Taques de Almeida, antigo capitão-mor governador da capitania.

Do êxito deste se apregoavam maravilhas. Tão bafejado pela sorte que não tardaria em pensar em comprar ao Marquês de Cascais a capitania de São Vicente. E tudo isto lhe dera como que instantaneamente o afloramento do solo das minas.

Seria um nunca acabar mencionarmos os paulistanos de prol emigrados então para o território mineiro.

Muitos destes republicanos de maior destaque voltavam opulentos das suas lavras minerais.

Verdade é que chegavam também as novas de alguns maus contrastes de tamanha felicidade; ora era um Miguel de Almeida que ao descobrir o ouro do arraial de Itaverava "o bárbaro gentio o matara nesta diligência", ora um José de Freitas trucidado pelos índios cataguás, etc.

Isto sem contar as numerosas vítimas da fome das moléstias e do desconforto das rudes paragens recém-desvendadas.

Intensa em todo o Brasil a crise determinada pela formidável perturbação aurífera, sob os pontos de vista social, econômico e sobretudo psicológico.

Daí proveio completa mutação de valores provocada pelas exigências do abastecimento da população mineradora.

Pagando esta o que consumia quase a peso do metal tão facilmente obtido, causou tal circunstância a mais desenfreada especulação por parte de mercadores e chatins de toda a espécie.

Vejamos, porém, alguns dados comparativos interessantes entre o preço dos artigos em São Paulo e nas minas, valendo-nos da tabela de Antonil e dos preciosos assentamentos dos Livros da Mordomia da Abadia de São Bento, paulistana:

	Em São Paulo	*Nas Minas*
Um alqueire de farinha de mandioca . .	640 réis	43.000 réis
Uma libra de açúcar.	120 ”	1.200 ”
Uma arroba de carne verde.	200 ”	6.000 ”
Uma caixa de marmelada	240 ”	3.600 ”
Uma galinha.	160 ”	4.000 ”
Um boi de corte.	2.000 ”	120.000 ”
Um cavalo	10.000 ”	120.000 ”

Um escravo negro que na costa valia 85 e l00$000, negociava-se no território das lavras pelo triplo e até pelo sêxtuplo.

Aquinhoavam as Minas, porém, a percentagens mínimas daqueles a quem atraíam, castigando, de modo cruel, a enorme maioria dos que a elas iam ter, certos da fortuna, aleatória quase sempre, como a que decorre dos pactolos, onde quer que surjam à superfície da Terra.

Com a formidável perturbação econômica e financeira reinante na vila paulistana em princípios do século XVIII, era natural que ainda se agravasse a velha e contínua falta de moeda.

Apareceram os açambarcadores de numerário como os que denunciava o Procurador João Vidal de Siqueira, em 1702.

Continuavam os atravessadores e em muito maior escala a fazer o seu delituoso comércio. De tal nos dão as *Atas* provas seguidas. E os povos queixavam-se amargamente.

As questões de aprovisionamento de sal, prosseguiam cheios de incidentes desagradáveis.

Em princípios de 1709 chegou a situação a verdadeira intolerabilidade.

Mas qual! Continuariam os abusos e as coisas tomariam tal pé que daí nasceria a famosa explosão de Bartolomeu Fernandes de Faria, o célebre régulo de Jacareí.

A 6 de janeiro de 1701 reuniam-se os vereadores para atender ao "grande bramo que ia pelo povo constrangido da necessidade".

A 11 de abril de 1703 estava a carne altíssima, a duas patacas (640 réis) a arroba.

Em 1704 era procurador do Conselho o inteligentíssimo Bartolomeu Pais de Abreu, o pai do ilustre linhagista da *Nobiliarquia Paulistana.*

E a sua atuação foi das mais profícuas em defesa dos povos.

A 8 de novembro, daquele mesmo 1704, bradava "contra os exorbitantes preços em que estavão de presente os mantimentos".

Continuavam as boiadas tangidas pelos campos afora! a tomar o rumo dos pactolos do Espinhaço, onde as redes atingiam o cêntuplo dos preços alcançados em São Paulo, constituído em verdadeira retaguarda econômica dos distritos de ouro.

A exportação para as minas impossível seria coibi-la.

Em maio de 1704 o sempre solícito Bartolomeu Pais de Abreu pretendia pôr cobro a tão penosa situação. Promoveu uma reunião plenária da Câmara, com assistência do ouvidor-geral e neste *meeting* conseguiu a aprovação de arbitrária medida.

Far-se-ia a discriminação dos rebanhos dos diversos criadores e cada um deles teria de fornecer à vila, todos os sábados, certo número de reses.

Dizem as *Atas* que numerosos destes pecuaristas não ligaram a menor importância à determinação municipal.

Debalde, bradava o enérgico procurador do Conselho pela necessidade da aplicação das penas cominadas em lei.

No São Paulo semideserto, a administração municipal, nos primeiros anos da era setecentista, se tornou ainda mais deficiente do que nos mais agudos períodos do bandeirantismo, quando a vila se despejava na selva onde os repúblicos "iam procurar o seu remédio".

Nos últimos tempos do século XVII, anos houvera, como em 1698 e 1699, depois do grande *rush* do ouro, em que os oficiais quase se não reuniam mais.

Entrou o novo século e lapsos grandes, às vezes enormes, decorreram entre as suas sessões.

Ocorrem numerosas as alusões seiscentistas à ausência de vereadores no Sertão. No século XVIII mudam de denominação estas retiradas; acham-se os oficiais nas Minas.

Continuavam os principais recursos do orçamento municipal a provir dos "subsídios" dos vinhos, azeite, aguardente do Reino e vinagre.

Provavelmente, como reflexo da riqueza da mineração e consequência da volta de numerosos paulistanos cheios de ouro, vemos em 1711 os "subsídios" relativos aos molhados serem arrematados, por duzentos mil réis.

Estão as *Atas* pejadas de indicações de quanto continuava o fisco defraudado pelos atravessadores e negociantes clandestinos.

Grave detrimento ao comércio trazia a existência de tavernas mantidas por escravos.

Se os negociantes abusavam dos poderes municipais, estes, por sua vez, não faziam a menor cerimônia em tratar a classe mercantil com o desembaraço de um quero, posso e mando realmente discricionário, ou antes, extorcionário.

Um dos graves defeitos da organização do tempo continuava a proceder da desídia dos almotacéis. Frequente e longamente viviam vagos estes cargos essenciais ao bom andamento das coisas.

Não eram só os gêneros alimentares que revelavam a excessiva alta do preço da vida em São Paulo. Estavam os objetos manufaturados e a retribuição dos serviços a acompanhar estas exorbitantes tabelas tão em desacordo com a modéstia do antigo viver.

As providências policiais de princípios da era setecentista surgem minguadas nas páginas das *Atas*.

Contra forasteiros perniciosos diversas medidas foram tomadas.

Continuava a vila a ser o teatro de sérias rixas sobretudo entre servos negros e vermelhos.

A 3 de abril de 1708 nova decisão se tomava, esta agora contra brancos e gente de qualidade, amigas de assuadas rixas, voltas, e arruídos.

Verdadeiro e justíssimo terror continuavam a causar entre as indefesas populações as epidemias de varíola, pavor aliás universal...

Em São Paulo, a frialdade do planalto agravava as condições da letalidade.

Daí o temor das populações paulistas, acerca das bexigas, proverbial em todo o Brasil, até mesmo em toda a monarquia lusitana.

Apesar de todas as medidas de ordem profilática, como os cordões sanitários, a proibição expressa de contato com os enfermos e outras, irrompiam frequentes as pandemias.

Ocorreu em 1702 fortíssimo surto mortífero.

É por assim dizer quase nulo o que de mais particularizado existe sobre a nosologia paulista nos nossos primeiros séculos.

A não ser as vagas referências de um ou outro tópico das *Atas*, nada a tal respeito se encontra.

Nem nos consta que outras epidemias sérias hajam surgido, então, além da varíola.

Se em anos anteriores, em que houvera maiores recursos, vivia constantemente arruinado o Caminho do Mar, que seria agora, com o despovoamento do planalto?

Em princípios de 1710, e à custa de ingentes sacrifícios, fez-se o conserto geral da estrada.

Muito mais abundantes, como então eram as águas do planalto, também se mostravam as inundações incomparavelmente mais espraiadas.

Assim o aterrado da Luz, que levava à Ponte Grande, exigia contínuo cuidado.

As boiadas eis as grandes arruinadoras dos caminhos e das toscas pontes. A Câmara de 1708, debalde afixava quartéis contra os abusos dos boiadeiros.

Fora a descoberta do ouro extraordinária causa de despovoamento das aldeias índias de São Paulo. Humanitária se mostrou a atuação de Artur de Sá e Meneses, procurando proteger os pobres aborígines da cobiça dos brancos.

Como patrono dos infelizes autóctones colocou o enérgico e bondoso Isidro Tinoco de Sá a quem D. Pedro II, em 1701, agradecia os serviços prestados aos seus vassalos de cor de cobre.

Viviam as Câmaras a alegar aos Reis a falta de índios a fim de se poder prosseguir na descoberta de novas minas, circunstância que bem sabiam quanto espicaçava a atenção real. A 9 de dezembro de 1701 ordenava D. Pedro II a Artur de Sá que lhe desse parecer sobre esta representação. Seu sucessor D. Álvaro da Silveira, respondendo em 1702, declarava à Coroa que a queixa da câmara de São Paulo se mostrava "intempestiva".

A 12 de julho de 1706 ordenava uma carta régia a D. Fernando de Mascarenhas, Governador do Rio de Janeiro, que desse toda a força a Pedro Taques. Escrevera-lhe este cientificando-o do miserável estado das Aldeias.

Houvera realmente, de 1686 até o fim do século, uma série de atos municipais, altamente lesivos aos índios, para quem mandara a Coroa, como se sabe, reservar largas áreas.

Esta carência de braços, imperiosíssima, num momento em que todas as energias se voltavam para a descoberta e exploração das jazidas minerais refletia-se cruelmente sob a forma de inaturáveis exigências feitas aos pobres indígenas.

Para os aliviar prometeu o Rei, que "a fim de que lhe não faltassem escravos para o trabalho das minas do ouro" se vendessem anualmente em São Paulo duzentos negros dos que iam de Angola ao Rio de Janeiro, e pelo mesmo preço dos da terra.

Pouco depois levava o Governador fluminense, D. Álvaro de Albuquerque, as queixas dos paulistas ao monarca, apoiando-as vigorosamente.

Mal podiam remediar às exigências das lavouras com tão diminuta quota. Nada lhes sobrava para o benefício das minas.

Resolveu D. João V, pela ordem de 24 de março de 1709, permitir a qualquer vassalo "poder navegar os escravos que lhe parecesse e vender para São Paulo e suas minas quantos lhe conviesse".

Perturbadas como se achavam, e profundamente, todas as funções sociais de mil e um modos se manifestavam os reflexos decorrentes de tal desordem.

Assim raras são as referências nas *Atas* às festas municipais na primeira década setecentista.

Associando-se a Câmara, como de esperar, a todos os grandes sucessos da Monarquia, os jubilosos e os de tristeza, celebrou exéquias por alma de D. Pedro II.

Capítulo XV

ECOS EM SÃO PAULO DA GUERRA DOS EMBOABAS. ORGANIZAÇÃO DA COLUNA DE AMADOR BUENO DA VEIGA VINGADORA DO MORTICÍNIO DO CAPÃO DA TRAIÇÃO. MALOGRO DESTA EXPEDIÇÃO. A HÁBIL POLÍTICA DE ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO. PACIFICAÇÃO DOS ESPÍRITOS. A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS DO OURO. ELEVAÇÃO DE SÃO PAULO A CIDADE CAPITAL

A TENSÃO de relações entre paulistas e emboabas reflete-se nítida nas *Atas da Câmara de São Paulo* e pela primeira vez em fins de 1707.

Os primeiros ecos nos acontecimentos sanguinolentos das Minas Gerais ressoam nas *Atas* a 15 de fevereiro de 1709. Lança a Câmara Paulistana alto brado de solidariedade, em solene e orgulhosa atestação dos direitos de sua gente sobre aquele território "nossa conquista".

Apelava para o veredicto de uma assembleia popular.

Foi então que "a instância e requerimento no Povo, todos universalmente e todos por uma voz, elegeram por cabo universal para qualquer invasão e defensa da pátria, bem comum dela e sua conservação ao Capitão Amador Bueno da Veyga, a quem haviam de obedecer como a seu cabo maior em tudo o que fosse em prol do que assim ficava dito".

Cento e dezessete cidadãos acompanharam a Câmara. A assinatura de Amador Bueno da Veiga, o eleito Cabo Maior, foi a primeira que surgiu após as dos oficiais.

A ela se seguiram as de muitos homens notáveis do bandeirantismo.

Curiosas as declarações restritivas de dois personagens da mais alta importância, em uma república: Pedro Taques de Almeida que declarou "assino constrangido" e Manuel Bueno da Fonseca que ainda mais longe foi: "Assino constrangido e molestado".

Quatro meses decorreram antes de se porem os paulistas em marcha para o revide do morticínio no Capão da Traição.

Interessante a declaração que Amador Bueno da Veiga deixou perante os camaristas. À expedição qualificava de "viagem para as Minas por bem da pátria".

A 24 de agosto clamou a câmara à sua presença o Cabo Maior e fez-lhe observações graves. Levaram estas o caudilho a compromissos sérios, tendentes a demonstrar que acima de tudo eram os paulistas leais vassalos de Sua Majestade.

Sabedor no que ocorria com São Paulo alvorotou-se o recém-nomeado Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a quem incumbira D. João V a pacificação na zona mineira. Empossado do governo, a 11 de junho de 1709, no Rio de Janeiro, partiu imediatamente para as Minas. Ali, como se sabe, obteve a submissão de Nunes Viana, excluído, aliás, da anistia régia, indo então a São Paulo, a ver se conseguia aplacar a justa ira dos paulistas.

Foi então que em Guaratinguetá encontrou acampado o corpo de exército de Amador Bueno da Veiga.

Não conseguindo desarmar os paulistas, e receoso de desacato, retirou-se para o Rio de Janeiro. Fracassou, porém, como tanto é sabido, a campanha de Amador Bueno ante a resistência dos emboabas assediados no Rio das Mortes mais tarde São João d'El-Rei. Hábil político de largas vistas começou Albuquerque a entabolar negociações com a Câmara de São Paulo a quem enviou um retrato de D. João V.

Era El-Rei que, embora em efígie, visitava os seus bons vassalos.

Assegurava-lhes anistia geral e proteção, para que no território mineiro, por eles descoberto, garantias houvesse, plenas, para todos os súditos da Monarquia.

A 22 de agosto escrevia D. João V ao seu delegado longa carta sobre a guerra dos Emboabas e seu feliz término.

Como complemento deste notável documento, a 8 de novembro de 1709, surgia a carta régia, criando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, autônoma, desligada do governo fluminense. E dela era provido Antônio de Albuquerque.

Com muito tato procurou o hábil e prudente delegado régio atrair a boa vontade dos seus jurisdicionados de suspeitosa fidelidade.

Nada mais brando nem mais político do que a carta que, a 26 de fevereiro de 1710, endereçou à Câmara de São Paulo, enchendo-a de promessas da mais elevada tolerância.

A 12 de junho de 1710 era novamente empossado, agora solenemente, em São Paulo, onde a Câmara tomara providências especiais para a sua recepção. Festa extraordinária devia ser esta. Chegado Albuquerque, os paulistanos o receberam com grandes demonstrações de júbilo e deferência.

Não tardou que convocasse junta geral de satisfação a estes bons e leais vassalos.

E deste *meeting* soleníssimo se fez não menos solene auto declarando que os convocados haviam, com toda atenção e obediência de verdadeiros vassalos, convindo uniformemente que a vista de S. Majestade se ter dignado de querer dar nova forma de governo, "a esta Conquista para reparo da atenuação dela ocasionada com as inquietações das minas, e sua alteração, não podiam duvidar em obedecer ao dito Senhor e em continuarem o mesmo Comércio, e continuação às minas, e sua assistência, na certeza de que se conservaram as que nelas assistiam, com justiça, e sem vexação alguma ocasionada pelos forasteiros".

Depois desta ressalva essencial assentou-se que de forma alguma seria inquietado o livre trânsito dos paulistas que da região mineira quisessem voltar às suas terras.

"Pareceu uniformemente a assembleia que se devia representar a S. Majestade a pouca, ou nenhuma observância que tinham as suas reais ordens expedidas para o sal, desobedecidas pelos contratadores".

Além da carência do fornecimento havia a vergonhosa exploração dos povos pelos monopolistas, insaciáveis escorchadores.

Assim procurasse o Governador conseguir que fossem algumas sumacas de Santos a buscar o gênero onde quer que o achassem, a fim de ser vendido por preços justos e acomodados.

Para remédio de tão grande dano, permitisse e ordenasse S.

Majestade navegassem diretamente do Reino para Santos dois navios, carregados de sal, anualmente.

Esperava a Junta, da real grandeza de Sua Majestade, fosse servido mandar considerar os danos que se seguiam dos muitos caminhos abertos para as minas. Não só pelo que daí resultava como descaminho dos reais quintos, como de por eles se introduzirem pessoas prejudiciais. Assim se deveria trancar o Caminho Novo para o Rio de Janeiro para que só o de São Paulo existisse como sucedia quando principiara a lavra das minas.

"E da mesma sorte pedia desde logo a S. Majestade que Deus guardasse e lhe seria proposto pela Câmara desta vila a justa razão com que merecia que S. Majestade a autorização com a mercê de lhe fazer Cidade desta dita vila."

"E, quando possível fosse, dar-lhe também Bispo, pois a distância em que viviam os do Rio de Janeiro, e as dificuldades que lhe ofereceram sempre para virem visitar estas suas ovelhas as tinha posto na maior necessidade e falta."

Respondeu Albuquerque, que tudo envidaria a fim de que as suas ações correspondessem à obrigação em que se achava de amparar e favorecer os povos de São Paulo conservando-os pacíficos como S. Majestade lhe ordenava, pois fiava de todos eles que soubessem assim merecer.

Entendeu o sensato delegado régio de ótimo alvitre pleitear estas pretensões junto ao monarca.

Grande domínio exerceu, embora de longe, sobre os seus governados, sendo os provimentos que fez das maiores autoridades da capitania acatados com a máxima deferência.

Afinal, a 11 de julho de 1711, surgiu a nova carta régia. Passava São Paulo a condecorar-se com o título de cidade! Mas quanto à sua elevação a diocese El-Rei contemporizava! Tratava-se de pagar! e como pagadores os Senhores Reis mostravam-se sobremodo timoratos.

Eis o teor do documento de agraciamento do título de cidade a São Paulo: "Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho – Amigo – Eu El-Rei vos envio muito saudar.

"Havendo visto a proposta dos oficiais da câmara da vila de São Paulo, e o que sobre ela me escrevestes, principalmente a em que me pedem se lhe dê o nome de cidade à vila e Igreja Catedral com bispo, fui servido por haver por bem que a vila de São Paulo tenha o nome e título de cidade. E assim vos ordeno o façais praticar e publicar, mandando registrar esta minha ordem nos livros da Secretaria desse Governo e Senado da Câmara e partes aonde convier. E sobre a concessão da Catedral e bispo, me pareceu ordenar-vos me informeis do número de famílias que há nessa vila e nos mais da terra e gente das minas

e donde poderá sair à despesa que se há de fazer com a nova Sé e côngrua do bispo e cônegos."

Aliás com esta decisão pagava El-Rei em palavras um pouco da grande dívida que dizia haver contraído para com os paulistas. A 2 de março de 1711 ordenava a Antônio de Albuquerque agradecesse à Câmara de São Paulo "o amor e empenho" que haviam demonstrado quando do assalto de Duclerc ao Rio de Janeiro.

Verificava-se a velha aspiração paulistana tão legítima e contrariada em fins do século XVII pela relutância, não menos legítima, mas desarrazoada, dos vicentinos.

Daí em diante jamais esqueceram os escrivães de lançar a indicação: "Em a casa do Senado da Câmara." E realmente elevada São Paulo a cidade, passava o Conselho vilarejo a nobre Senado.

Com a entrada do governo dos delegados Régios, munidos de tão latos poderes, obumbrar-se-ia a velha e soberba autonomia municipal paulistana.

Indo para as Minas Gerais o Capitão-General, entendeu a Câmara de São Paulo, a 4 de julho de 1712, provocar do Rei, formal explicação.

Seria realmente a sua cidade a capital da Capitania Geral de São Paulo e Minas do Ouro?

Esta o Rei lha deu por carta a 16 de dezembro do mesmo 1712, esquecendo-se, porém, que já elevara a vila a cidade:

"Pareceu-me dizer-vos que a assistência dos governadores há de ser nessa vila de São Paulo, como cabeça principal dessa capitania, porém, isto não tira que ele possa ir a todas aquelas terras, e partes, que a necessidade o pedir e for mais do seu serviço."

Foi um ato de prudência e providência este do Senado paulistano estabelecer a praxe de que a cerimônia de posse dos eventuais sucessores de Albuquerque ocorreria sempre em São Paulo.

Assim se deu com os seus substitutos imediatos, D. Brás Baltasar da Silveira, em 1713, e D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Açumar, em 1717.

Capítulo XVI

O ESTADO DA INSTRUÇÃO EM SÃO PAULO NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS. AS AULAS E OS GRAUS DOS PÁTIOS DO COLÉGIO JESUÍTICO. AUSÊNCIA DE LIVROS NAS CASAS PARTICULARES. ANALFABETISMO DAS MULHERES. PAULISTANOS DE RELEVO INTELECTUAL. A MÚSICA E A PINTURA. O ESPÍRITO DE CLASSE. PITORESCO EPISÓDIO

NUMA terra tão rude quanto o Brasil dos primeiros séculos, que se poderia esperar fosse a instrução ministrada?

Infatigáveis educadores, cabia aos jesuítas quase que a universalidade da atuação em prol do ensino do País.

No século XVII, segundo o depoimento, aliás lacônico, de Simão de Vasconcelos, deviam as aulas do Colégio de São Paulo ter sido primárias. Mas tal o prestígio dos alunos do colégio que vemos nos inventários do tempo alegrarem as autoridades jurídicas que este e aquele testamento fora redigido por "estudantes do colégio".

Nas aulas da Companhia, únicas no abandono em que a instrução pública vivia, ensinavam abalizados professores.

Graus científicos, literários e teológicos se atribuíam aos que completavam o curso, sendo o título de mestre em artes, tão apreciado quanto prestigiado.

Escassíssimos, ou antes, nulos, os recursos livrescos da vila do campo de Piratininga, dizem-nos os inventários.

Assuntos de piedade, em primeiro lugar, de militância, em segundo e quando muito, alguma coisa de cavalaria para representar a literatura do tempo.

Nos cenóbios, sobretudo no Colégio, existiam esboços de livraria.

Já em 1653 havia quem em São Paulo encadernasse livros! No inventário de Pedro Fernandes surge um "torno de emprensar livros" avaliado em 320 réis.

Em 1627 faleceu, em São Paulo, Manuel Vandala, personagem de exótico apelido como assonância tão diversa da dos patronímicos portugueses.

Pela leitura do seu testamento se vê que sua mulher estava perfeitamente a par dos negócios do casal, coisa raríssima nos meios lusitanos da época.

Sabia muito bem ler! Seria, em 1627, talvez a única dona viúva, de jerarquia, capaz de compreender a letra de forma e a manuscrita.

A não ser esta estrangeira indicam os *Inventários e testamentos* uma só mulher em meados da era seiscentista que em são Paulo parece haver sabido ler; a dona ilustre Leonor de Siqueira, baiana, viúva do grande sertanista Luís Pedroso de Barros.

O comum das mulheres do tempo era do tipo de Francisca Cardosa que pedia ao padre vigário, João Álvares, fizesse e assinasse o seu testamento: "por mim, por eu não saber fazer meu sinal".

Os *Inventários e testamentos* dão-nos escassos indícios de que poderia ser a instrução e o cultivo do meio pequenino seiscentista de São Paulo.

Além dos mestres do colégio jesuítico viviam um ou outro professor particular.

Livros escolares não os havia.

Alguma cartilhazinha quando muito venderia algum mercador.

O papel de escrever aparecia muito escasso, em uma ou outra mão destinada a usos comerciais e forenses.

Em fins do século XVII custava a mão de papel (cinco cadernos) 120 réis, dizem-nos os livros da mordomia de São Bento, preço exorbitante.

Qual a percentagem de analfabetos entre as populações do século XVII? Provavelmente muito elevada, pois vemos nos documentos municipais as numerosas cruzes de prestigiosos cidadãos, que, frequentemente, nem sabiam desenhar as assinaturas.

Mas, as pessoas de maior relevância social, estas pelo menos, sabiam escrever alguma coisa, muito embora fossem geralmente avessas a fazê-lo.

O cuidado pela instrução das crianças, transparece em numerosos inventários seiscentistas. E ainda, várias referências destes papéis nos ensinam que, às vezes, o próprio pai que ocupava-se em alfabetizar a sua descendência.

Dada a insuficiência cultural da época e das mulheres, cabia a fiscalização educativa dos meninos aos tutores, "doutrinando-os ou ensinando- lhes orações, criando-os no temor e amor de Deus, apartando-os do mal e chegando-os para o bem". "Ensinassem os machos a ler, escrever e contar, as fêmeas, a coser, lavar e fazer renda e todos os mais misteres que as mulheres por suas mãos usavam, e a todos os bons costumes."

Leem-se, em outros termos, como que uma fórmula uniforme que cobria todas as explicações relativas à educação das moças de boa família "a órfã era bem educada e ensinada, assistida com o necessário para bom tratamento e metida na costura além de já saber as orações da Santa Madre Igreja".

Os moços que iam além das primeiras letras eram os que se destinavam ao sacerdócio. Excepcionalmente ocorreria o caso de algum com aspirações à judicatura.

Raríssimos os que exerceram cargos de magistratura no século XVII, ou no professorado superior português.

Como exceção vemos aparecer o Dr. Alexandre Correia da Silva, lente de Coimbra durante muitos anos, desembargador

da Casa da Suplicação, corregedor do Cível da Corte e afinal conselheiro de Ultramar.

Das artes cultivadas no período colonial uma apenas dá sinais de existência nos nossos inventários e testamentos: a música.

Desde 1657 tinha a vila mestre de capela em sua matriz, o que implica certamente a existência de coro, embora desacompanhado de órgão ou realejo e quiçá; apenas apoiado por alguma harpa ou cítara.

A arte pictórica do planalto só podia ser o que foi, pobríssima ou, antes, nula. Com a inópia dos elementos essenciais da vida rude coetânea, onde achar terreno para uma eflorescência artística?

Os inventários são os mais omissos quanto a referências sobre quadros e objetos de arte existentes nas casas paulistanas.

Quadros só os de santos, toscas imagens que, ainda assim mesmo, raramente se dependuravam das paredes.

Matias Rodrigues da Silva, o creso, falecido em 1712, avô de Matias Aires, este possuía "três painéis grandes feitos na terra" e "dois painéis pequenos" avaliados os primeiros em 2$200 cada um e os demais em 800 réis.

Quem seriam os autores de tais painéis "feitos na terra"?

Estes fundadores da escola paulista de pintura, cujo desabrochar notável se daria na segunda metade para os fins do

século XIX, com Almeida Júnior?

Provavelmente leigos de ordens religiosas.

Os documentos que de tal arte nos restam são os mais escassos.

Retrato algum de paulista do século XVII subsistiu à devastação do tempo. Pelo menos ao que saibamos. E mais provável é que pouquíssimos filhos de São Paulo se hajam retratado, tal a dificuldade da reprodução pictórica, pela carência de artistas.

Se, no litoral onde as condições de acesso eram incomparavelmente maiores, muitíssimo poucos foram os personagens de quem possuímos as efígies! E realmente, dos maiores brasileiros dos séculos coloniais, quantos houve cujas feições autênticas nos transmitiram os pintores?

Uma dezena?

Houve pelo menos um paulista do século XVII retratado; o afamado *Redentor da Pátria:* Francisco Nunes de Siqueira, o negociador, em 1655, do primeiro acordo entre Pires e Camargos. "Por este merecimento lhe tributou a Pátria, di-lo Pedro Taques, uma obsequiosa lembrança, fazendo-o retratar com verdadeira efígie do mesmo modo com *História da Cidade de São Paulo* 163 que fez a sua pública entrada que foi a cavalo, vestido de armas brancas, em sela hierônima, com lança ao ombro, bigodes à Fernandina."

Perdeu-se este retrato equestre, preciosíssimo documento da nossa arte primitiva.

Os painéis de santos hoje existentes e datando do século XVII, raríssimos são. Nem sabemos se realmente algum subsiste, que os da Igreja de M'Boi já parecem da era setecentista.

Quanto à escultura seiscentista, desta nos restam também os mais fracos vestígios, algumas imagens ingênuas de barro, como as que existem na Abadia de São Bento.

Uma das mais notáveis demonstrações do espírito medieval de clã que entre os paulistas reinava, foi certamente a que Pedro Taques nos deixou longamente relatada na insubstituível*Nobiliarquia Paulistana*: o desforço tomado por um dos grandes "potentados em arcos" e "homens poderosos de grande séquito" de afronta feita a um seu parente.

Inexplicavelmente não fixou o linhagista a data do acontecimento, a respeito do qual escreveu cometendo diversos lapsos cronológicos.

Graças à documentação portuguesa do Arquivo de Marinha e Ultramar, podemos aproximadamente determinar a época em que ocorreu, a saber, em meados do último quartel do século XVII.

Estava D. Ângela de Siqueira, mãe do menino Timóteo Correia, casada em segundas núpcias com Pedro Taques de Almeida. E seu filho, do pai herdara o importante cargo de provedor e juiz da alfândega de Santos.

Como fosse uma criança, seu padrasto, e tutor, nomeou como seu substituto um escrivão, para despachar as cargas, que viessem à aduana.

Pouco depois entrava no porto santista uma embarcação, pertencente a certo José Pinheiro. Este personagem, zombando da autoridade do menino provedor, despoticamente retirou da alfândega mercadoria sem querer pagar os respectivos direitos. Sabedor do caso, ordenou Pedro Taques, ao escrivão, que o recolhesse à cadeia local.

Executou-se a ordem, embora ao preso protegesse Diogo Pinto do Rego, pessoa da maior autoridade na vila. Foi ele em pessoa ao cárcere pôr em liberdade o contraventor.

Causou a notícia a maior revolta em São Paulo, resolvendo Pedro Taques e seus parentes, entre os quais os mais poderosos potentados da vila, tirar completo desforço da injúria feita ao seu clã. Assim, sobre Santos marchou verdadeira coluna armada.

Avisado do que ia ocorrer, tratou Diogo Pinto do Rego de se precaver. Transformou a sua residência em verdadeiro fortim, e forneceu- se de água e mantimentos para sustentar largo assédio, recolhendo à improvisada "casa forte muita pólvora e bala, com fartura de víveres, e sustento de carnes secas". E chegando-lhe os avisos do dia em que o menino provedor e seu grande partido estariam em Santos, acastelou-se com sua filha, Pinheiro e numerosos apaniguados, escravos e agregados, "destros na pontaria das escopetas e arcabuzes".

Descreve o linhagista da *Nobiliarquia Paulistana* o que representava o pequeno corpo do exército desagravador da autoridade menos calhada do pequeno provedor apoiado por

seu "padrasto, tios, parentes e amigos poderosos em armas, e copioso número de índios administrados, em troço de mais de 500 homens, com um trem que formava na estrada de Santos um corpo de mais de mil pessoas".

Marchava o menino tendo ao lado a mãe e o padrasto, os opulentos Fernão Pais de Barros e Pedro Vaz de Barros, seus tios e grande quantidade de primos paternos e maternos a quem o genealogista enumera. E além do contingente paulista vinha outro de Parnaíba enviado pelo irmão de Pedro Taques, o opulento Guilherme Pompeu de Almeida: "soldados da melhor nobreza da vila".

Acampou a coluna paulista no sopé do Montserrate.

Afirma o narrador que Pinto do Rego tão obstinado estava que enchera o seu reduto de barris de pólvora a fim de o fazer voar aos ares se acaso o visse expugnado.

Mandaram-lhe os chefes paulistas um ultimato a que lhes entregasse José Pinheiro, "se não quisesse arruinar-se a si, a sua casa e família e mais parentes do seu séquito".

Debalde procuravam os religiosos de maior autoridade na vila de movê-lo da resistência.

Exigiam os adversários inflexivelmente que Pinheiro fosse conduzido à cadeia, e posto na mesma enxovia de onde o tirara Diogo Pinto.

Três dias decorreram "sem o menor efeito das embaixadas em que andavam os religiosos com as pessoas da maior

autoridade e respeito da vila de Santos, de uma para outra parte".

Foi então que Domingos Dias da Silva, sobrinho de Pedro Taques, lembrou a conveniência de se utilizar uma bateria de nove canhões de grosso calibre existente em um dos fortins santistas.

Valendo-se de cem índios de serviço, descavalgou as peças e as removeu assestando-as contra a casa forte de Diogo Pinto a quem se avisou de que seria bombardeado se Pinheiro não se entregasse.

"Neste lance reconheceu a sua inadvertência, tendo tanta experiência da guerra adquirida no tempo em que as fronteiras de Portugal, tinha, com distinta honra, ocupado o ardor dos anos."

Atendendo às súplicas dos "religiosos interessados a evadir uma total ruína com o estrago de tantas vidas e fazendas, persuadiu-se como católico, e rendeu-se como vassalo temente, e obediente a jurisdição dos ministros e reis".

Entregue José Pinheiro foi recolhido à enxovia, carregando aos pés grosso grilhão de ferro.

Durou o castigo duas horas apenas, no fim das quais mandou o provedor pôr em liberdade o preso. Estavam perfeitamente desagravadas a sua autoridade e a honra de sua gente.

Capítulo XVII

A REPUTAÇÃO DE INSUBMISSOS DOS PAULISTAS. DEPOIMENTOS ESPANHÓIS E PORTUGUESES. ESTRAMBÓTICAS NARRATIVAS SOBRE OS PAULISTANOS E SUA VILA

NASCIDOS de uma cruza reforçadora da mentalidade vermelha e da robustez muscular branca, no dizer feliz de Eduardo Prado, tiveram os paulistas, desde os primeiros anos seiscentistas, características bem definidas que lhes valeram, por parte de portugueses e estrangeiros indiscutível curiosidade de observação, daí decorrendo uma série de testemunhos. Verídicos, uns, exagerados, falsos e até grotescamente fantasiosos, outros.

Assim, entre a gente castelhana não havia duas opiniões: eram vassalos meramente nominais dos reis de Portugal, a quem obedeciam quando lhes dava a veneta. E isto mesmo quando levados com muito tato e complacência.

Vejamos, porém, alguns depoimentos portugueses seiscentistas concordantes e discordantes destas opiniões espanholas.

Oficiando a 16 de abril de 1652, ao Desembargador Luís Salema de Carvalho, sobre queixas que de São Vicente lhe haviam vindo, dizia, rancorosa e depreciativamente, o Governador-Geral do Brasil, Conde de Castelo Melhor, "o conhecimento que tenho do ânimo daqueles povos me obriga a entender que só se queixam dos que obram o que devem,

porque pelo contrário aplaudem os que se unem com eles e lhes dissimulam o mesmo do que vão a devassar".

Escrevendo a Pedro de Melo, Governador fluminense, a 20 de janeiro de 1663, comentava o Governador-Geral Francisco Barreto o que seu correspondente lhe contara acerca da dificuldade em se obter das autoridades paulistas a prisão dos muitos numerosos desertores da guarnição do Rio de Janeiro, refugiados em terras de São Paulo.

E a este propósito repetia o conceito antigo de que a vila piratiningana não passava de "uma Rochella", epíteto sobremodo injurioso naqueles tempos, de suma fé e piedade católicas.

Em 1674 informava o Ouvidor Manuel Barreto, ao Conselho Ultramarino do qual era secretário: "À vila de S. Paulo contém em si, e em seu recôncavo, sete vilas, e todas terão vinte mil vizinhos: é anexa à capitania de S. Vicente onde assiste capitão-mor e ouvidor de capa e espada postos pelo Donatário o Marquês de Cascais. Os ouvidores do Rio de Janeiro vão em correição a estas vilas, como corregedores da Comarca."

"A causa de não quererem consentir algumas vezes estes ouvidores para que persistam na dita vila (posto que os deixem entrar nela em correição), é que sendo amantes da justiça, experimentaram que estes Ouvidores a alguns criminosos, que a ela se acolhem os multam a dinheiro, sem lhes darem o castigo, que por seus crimes merecem e o que os Ouvidores publicam que estes moradores lhes não consentem fazer ali estas vexações".

"Sendo que os moradores daquela vila vivem conforme as leis do Reino e muito obedientes às ordens de Sua Alteza e depois

da concessão do perdão do Conde de Atouguia, não houve até o presente controvérsia alguma, antes estão unidas por casamentos umas famílias com outras, dando-se ao descobrimento do sertão, e a fábrica, e lavoura dos famintos da terra do que é abundante, provendo o Rio de Janeiro, e mais capitanias de farinhas, carnes, algodões, legumes e outros gêneros até a Bahia e por sua indústria tem fabricado vilas e outras muitas povoações, sem ajuda do braço de Sua Alteza."

"Em vários tempos todas as vezes, que foram chamados para o serviço de Sua Alteza o fizeram com muita prontidão, assim como as pessoas, como com o socorro de mantimentos, o que se experimentou no Sítio da Bahia e guerras de Pernambuco, em que tiveram diferentes encontros com o inimigo, cortando aqueles sertões, e fazendo-lhe grande dano."

Dentre os mais estrambóticos depoimentos antigos sobre os paulistas acha-se o de dois missionários capuchinhos, frei Miguel Ângelo de Gattina e frei Dionísio de Carli de Piacenza, que, nos anos de 1666 e 1667, percorreram o Congo, depois de tocarem em Pernambuco.

Muito devem tê-los impressionado o que no Recife ouviram sobre a gente de São Paulo.

Homens de boa-fé foram certamente vítimas de algum gaiato que lhes impingiu verdadeira história da carochinha: "A cidade de São Paulo e seu Distrito, que existem em determinada região do Brasil, podem ser chamados a terra do maná ou o país do rega-bofe. Nenhum estrangeiro que ali vá ter, por mais pobre que seja, deixa de ser recebido de braços abertos.

"Arranja logo mulher a seu gosto, contanto que se submeta a algumas condições que são: só cuidar de comer, beber, e

passear, mas também não se engraçar com nenhuma outra mulher senão com a própria.

Se por acaso der o estrangeiro o menor azo a suspeitas, terá que tratar de fingir, pois senão, morrerá certamente envenenado pela companheira.

Também se desta se agradar e lhe for fiel, ver-se-á retributivamente amado às deveras, pois cada qual destas mulheres faz o possível para exceder às outras em carinhos!"

Depois destas curiosas e inesperadas revelações sobre o temperamento das antigas piratininganas, ainda referem os bons barbadinhos coisas as mais extravagantes sobre a riqueza dos paulistas: "Sua fortuna procede de um rio que lhes banha o país e é tão opulento que pode enriquecer o mais miserável dos alienígenas que ali acaso apareça. Nada há mais a fazer do que explorar alguém as areias de tal rio para lhes retirar o ouro; dá-se apenas o quinto ao rei a título de vassalagem."

Depois de contar estas maravilhas, acharam os capuchinhos mais prudente não ir adiante.

Não que lhes não houvessem impingido outras patranhas: "Coisas muito mais curiosas e extraordinárias são narradas de semelhante terra, mas como lá não estive, repara frei Miguel Ângelo, porque se encontra na extremidade do Brasil perto do rio da Prata, não ouso dizer que tudo possa ser verdade."

Tão impressionado estava, porém, o cândido missionário com o percorrer terras exóticas que, imediatamente, acrescenta a fim de não prejudicar sua boa fama de informante, perante os leitores: "Note-se que a realidade nada disto deve ser tido à

conta de incrível para eles que se acham familiarizados com os hábitos extravagantes e os costumes absurdos das nações bárbaras."

Entre os depoimentos estrangeiros seiscentistas que na Europa tiveram grande divulgação arrola-se o do engenheiro naval francês Froger, que em 1697 visitou o Rio de Janeiro.

Afiançou este oficial que São Paulo, já grande cidade (sic), não era súdita e sim apenas tributária dos reis de Portugal. Constituía uma espécie de república cuja lei consistia, sobretudo, em não reconhecer a autoridade de governador algum.

Fala da inexpugnabilidade da cidade atingível apenas por desfiladeiro muito fortificado, das incursões dos bandeirantes que iam até o Prata e o Amazonas cativando índios, das suas descobertas de ouro, do que havia resultado o pagamento aos reis de Portugal de uma contribuição que orçava em novecentos marcos (uns cento e poucos quilos de metal). Mas este ouro não representava um tributo, pois mais poderosos eram eles do que o Monarca. Apenas a continuação de uma praxe de seus pais que outrora ainda não se sentiam bastante firmes para escapar à dominação dos Governadores do Brasil. Agora proclamavam-se os paulistas tributários e não súditos do soberano de Lisboa e certamente sacudiriam o jugo na primeira ocasião propícia que se lhes deparasse.

Estas informações foram a base das de conceitos iguais repetidas por dezenas de historiadores, geógrafos, dicionaristas, viajantes pelo século XVIII adentro, firmando a reputação da belicosidade dos paulistas.

Depoimento da mais alta relevância é o do Governador fluminense Antônio Pais de Sande, datado de 1693.

A D. Pedro II encareceu a extraordinária valia dos paulistas como devassadores de sertões e pesquisadores de minas. Depois de se referir ao seu caráter desconfiado, ao seu amor à independência e às condições de inexpugnabilidade de sua vila, ao clima magnífico da região piratiningana, afirmava serem os paulistanos "briosos, valentes, impacientes da menor injúria, ambiciosos de honras, amantíssimos de sua pátria, benéficos aos forasteiros e adversíssimos a todo o ato servil. Até aqueles cuja muita pobreza lhes não permitia ter que os servisse preferiam sujeitar- se a andar muitos anos pelos sertões em busca de quem os servisse do que servir a outrem um só dia".

Havia em São Paulo vassalos de grossos cabedais e não poucas famílias bastantemente nobres. E embora entre os seus moradores reinassem inimizades particulares, todos se uniam para a conservação de sua República. Eram as mulheres formosas e varonis, sendo hábito da terra que os maridos lhes deixassem o governo das casas e fazendas, por industriosas.

Sobre São Paulo existia uma profecia de José de Anchieta que seria um dia a metrópole do Brasil.

O que, porém, os paulistas temiam imenso era perderem a liberdade em que viviam. Receavam a sujeição de algum governo e regime burocrático, estabelecido pela Coroa, se acaso viessem a ser descoberto rico jazigo de ouro e prata.

Mas se Sua Majestade queria realmente ver aparecerem as minas do Brasil, não pensasse senão em servir-se dos préstimos dos vassalos de São Paulo.

Mas, com muito tato, com enorme prudência, devia procurar levar tão suspeitosos altanados e bravios vassalos temerosos de estranhos na mágoa de virem a perder a autoridade e poder que tinham no governo de sua República.

Calculou Pais de Sande que os paulistanos e os vizinhos das demais vilas da Capitania fossem uns vinte mil brancos.

Capítulo XVIII

CRIAÇÃO DAS CAPITANIAS DAS MINAS GERAIS E DE SÃO PAULO E MINAS DE SUA REPARTIÇÃO. ASSISTÊNCIA CONTÍNUA EM SÃO PAULO DOS CAPITÃES-GENERAIS GOVERNADORES. GOVERNO DE RODRIGO CÉSAR DE MENESES. O *RUSH* PARA AS RECÉM-DESCOBERTAS MINAS DE CUIABÁ. A EXPEDIÇÃO DO ANHANGÜERA, DESCOBRIDORA DOS JAZIGOS GOIANOS. GOVERNO DE CALDEIRA PIMENTEL. AS MALVERSAÇÕES DE SEBASTIÃO FERNANDES DO REGO. GOVERNO DO CONDE DE SARZEDAS.

A JUNTA DE 25 DE ABRIL DE 1735 CRIARA a provisão régia de 20 de fevereiro de 1720, a capitania autônoma das Minas Gerais, desmembrada da de São Paulo e Minas do Ouro e agora intitulada Capitania de São Paulo e Minas de sua Repartição, em virtude da descoberta dos jazigos do Cuiabá.

Capital fixa da circunscrição passaria a ser a cidade de São Paulo.

Nela, a 5 de setembro de 1721, se empossaria como Capitão-General Governador, o irmão do Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa, Rodrigo César de Meneses.

Os principais fatos que assinalaram o Governo desta sátrapa foram os *rushes* para as minas cuiabanas e goianas, que trouxeram novo motivo de despovoamento da cidade paulistana. E intercorrentemente o episódio sinistro de 1723, causador da morte dos cruéis régulos, irmãos Leme, cuja grande

fortuna cobiçava insaciável aventureiro Sebastião Fernandes do Rego, associado ao miserável Ouvidor-Geral Godinho Manso, fato que imenso abalou a opinião pública. Promoveu Rodrigo César tal execução como meio de afirmar a sua autoridade *ad instar* do que nas Minas Gerais acabara de fazer o Conde de Açumar.

Além destes acontecimentos, que tanto impressionaram a cidade, há a lembrar a organização da grande expedição de descoberta de minas de ouro chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera e seu genro João Leite da Silva Ortiz, bandeira cuja arrancada de São Paulo se deu a 30 de junho de 1722. Passou muito tempo por ter sido aniquilada e afinal conseguiu o seu propósito descobrindo o terceiro grande eldorado brasileiro, o de Goiás.

Tal notícia trouxe ao Capitão-General o Anhanguera ao regressar a 21 de outubro de 1725, com a denúncia do achado de novos e portentosos jazidos auríferos.

Como D. João V houvesse ordenado a Rodrigo César fosse organizar os descobertos do Cuiabá para lá partiu ele a 6 de julho de 1726, deixando o Governo ao paulista Coronel Domingos da Fonseca Leme que, a 15 de agosto de 1725, o transferiu ao novo Capitão-General, Antônio da Silva Caldeira Pimentel.

Voltando de Cuiabá que erigira em vila, em fins deste mesmo milésimo, encontrou Rodrigo César São Paulo alvoroçadíssimo com a nova de que os muitos avultados quintos reais, do ouro cuiabano, que fizera expedir ao Rei, haviam chegado a Lisboa transmutados em chumbo o que motivara rigorosa devassa sobre tão extraordinário crime.

Apontava a opinião pública a Sebastião Fernandes do Rego, então provedor da Real Fazenda e da casa da Fundição de São Paulo, além de Procurador da Coroa, como o autor desta substituição. E havia veementes indícios de que com ele se acumpliciara até o novo Governador Caldeira Pimentel.

Viviam os paulistanos sob o guante dos novos procônsules.

Rodrigo César embora despótico não era mesquinho nem ímprobo apesar de áspero escorchador dos povos como demonstrara em Cuibá.

Tinha Caldeira Pimentel a reputação de desonesto e vivia infligindo humilhações sobre humilhações aos governados.

Sócio quiçá de Sebastião Fernandes procurava por todos os modos prejudicar os descobridores do novo pactolo goiano, mentindo e caluniando. Inventou que Bartolomeu Pais de Abreu incitava seu irmão, Ortiz, e ao Anhanguera a expulsar os portugueses e forasteiros dos jazigos goianos, renovando a guerra dos emboabas.

Assim levou o denunciado aos calabouços da fortaleza de Santos onde incomunicável permaneceu largo lapso.

Mas, em meados de julho de 1728, descobriu-se que Sebastião Fernandes abria fraudulentamente o cofre dos cunhos carimbadores do ouro fundido na Casa de Fundição de São Paulo e desta nova proeza lhe veio a prisão e o confisco dos bens, em quantia, para o tempo enorme, de oitocentos mil cruzados entre 320 e 400 contos de réis.

Preso longamente, em Santos, só se libertou Bartolomeu Pais por ordem expressa do Trono, descobrindo-se então que Caldeira Pimentel era contumaz e inveterado violador da correspondência particular dos *História da Cidade de São Paulo* 175 seus governadores o que lhe valeu, entre parênteses, áspera admoestação régia.

Afinal, a 15 de agosto de 1732, era o mesquinho e prepotente sátrapa substituído pelo Conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora, após um quinquênio infindável, para a memória dos paulistanos, de vexações e humilhações impostas aos seus poderes municipais e aos simples republicanos. Desvairado de vaidade exigia o tiranete que lhe fossem prestadas homenagens e honrarias a que não tinha direito. E jamais se descuidou de procurar, de todos os modos, perseguir os descobridores de Goiás negando-lhes a entrega da arrecadação dos direitos de passagens dos rios e as terras de sesmaria da outorga de Rodrigo César, como recompensa régia de tão eminentes serviços.

Manteve o Conde de Sarzedas a tal respeito, a mesma linha de conduta inexplicavelmente injusta e ingrata.

Nada atencioso se mostrou para com a Câmara de São Paulo procurando falsear a aplicação do velho ajuste do Conde de Atouguia sobre a constituição das edilidades, acordo dos Pires e Camargos.

As suas atenções voltaram-se, sobretudo, para o desbravamento do território goiano e o desvendamento de novos jazigos auríferos.

Em 1737 deu larga à hostilidade contra os nacionalistas que pretendiam o cumprimento do ajustado pelo Conde de

Atouguia, e faziam oposição a que no Senado de sua Câmara entrassem reinos de recente incorporação ao meio paulistano. A este partido chefiava Pedro Taques Pires assessoriado por seu primo Pedro Taques de Almeida Pais Leme, o linhagista. Guerreava-os, do modo mais violento, o Ouvidor João Rodrigues Campelo, péssimo juiz de quem o Governador fazia, aliás, ao Rei as piores referências.

Interveio no caso chegando a mandar encarcerar ao genealogista e a Francisco de Aguirre os dois principais corifeus de Taques Pires.

Reiteradamente ordenava D. João V a Sarzedas fosse visitar os distritos auríferos de Goiás a exemplo do que fizera Rodrigo César no Cuiabá. E ele, aliás, homem muito enfermiço, ia dilatando o início de tão longa e cansativa jornada. Alegou, a princípio, a necessidade de organizar uma grande expedição punitiva dos paiaguás que tanto prejudicavam o trânsito das monções cuiabanas.

E assim postergava a execução das ordens régias.

Entrementes, em 1735, promoveu a realização de solene junta para se estudar a melhor forma de conservação das minas goianas e o melhor meio de arrecadação dos reais quintos.

Tal junta se reuniu a 25 de abril de 1735, congregando várias dezenas de deputados, militares e civis, juízes e funcionários graduados, homens de comércio, republicanos e sertanistas de destaque, além dos membros do Senado da Câmara de São Paulo.

Naturalmente impôs o Capitão-General as opiniões próprias às da assembleia, valendo-se do imenso prestígio da posição privilegiada.

Assim recomendou esta ao Rei a criação de capitanias independentes nos territórios de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso; a ereção, em Goiás, de duas vilas; a remoção da Casa de Fundição paulistana para Meia Ponte, a proibição do acesso às minas do sertão do Brasil, a não ser por São Paulo, e a do curso, como numerário do ouro em pó.

Foi aí que veio a público verdadeira monstruosidade imposta naturalmente por Sarzedas aos intimidados pseudoconselheiros.

Preconizou a Junta a extinção da Capitania de São Paulo que passaria à categoria de simples comarca regida pelo Governador da Praça de Santos, autoridade militar subordinada ao Capitão-General da nova capitania de Goiás e Cuiabá cuja criação se inculcava.

Os vereadores de São Paulo que haviam advogado a criação de uma Casa de Moeda em sua cidade viram tal pretensão repelida por "fora de razão e por bem de utilidade pública e da real fazenda".

Afinal não teve Sarzedas remédio, apesar da saúde combalida, senão obedecer às injunções régias. Partiu para Goiás em dezembro de 1736. Doentio como era, e submetido a penosas jornadas, viria a falecer no arraial de Traíras a 28 de agosto de 1737.

As vias de sucessão indicavam como seu sucessor eventual o Capitão-General, Governador do Rio de Janeiro, o famoso Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela já empossado do Governo a 10 de agosto de 1733.

Formidável imperialista conseguira, a 4 de janeiro de 1735, a Carta Régia que lhe entregava o Governo de Minas Geras. A 1º de dezembro de 1737 tomava, em São Paulo, posse do Governo paulista, a título interino, cargo que exerceria até 12 de fevereiro de 1739. Esta circunstância lhe permitiria obter a Carta Régia de 11 de agosto de 1738, desanexando da Capitania paulista os territórios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul daí em diante subordinados ao Governo fluminense.

Capítulo XIX

GOMES FREIRE DE ANDRADA E SEU IMPERIALISMO. GOVERNO DE DOM LUÍS DE MASCARENHAS. CRIAÇÃO DA DIOCESE PAULOPOLITANA. LUTA ENTRE GOMES FREIRE E O CONDE D'ALVA. EXTINÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO PAULO PELO ALVARÁ DE 9 DE MAIO DE 1748. PROTESTOS DA CÂMARA DE SÃO PAULO. A PERSEGUIÇÃO DE POMBAL À COMPANHIA DE JESUS. EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DE SÃO PAULO E DO BRASIL

A12 DE FEVEREIRO de 1739 empossou-se do Governo de São Paulo o oitavo Capitão-General, D. Luís de Mascarenhas, futuro Conde d'Alva e Vice-Rei da Índia, grande fidalgo da Corte de D. João V.

Como é de sobra sabido tentaram em 1735 e 1736 os espanhóis de Buenos Aires apossar-se da Colônia do Sacramento havendo sido heroicamente repelido pelo bravo Antônio Pedro de Vasconcelos.

A este ilustre militar restaria inestimáveis serviços de retaguarda a energia, decisão e capacidade de Gomes Freire.

Enorme o prestígio perante o Trono que de tal feto lhe adveio.

Concluída a paz entre as duas Coroas, em março de 1737, tratou Gomes Freire de promover a estabilização da posse de

sua nação com a fundação de São Pedro do Rio Grande do Sul por José da Silva Pais.

Vira com maus olhos a nomeação de D. Luís de Mascarenhas que, obedecendo, imediatamente, às ordens régias partira para Goiás onde, a 25 de julho de 1739, fundara Vila Boa de Goiás no antigo arraial de Sant'Ana.

Foi aí que o novo Capitão-General deu as mostras de nobreza do caráter e elevação de espírito, que tanto enaltecem a memória, mandando que a Provedoria da Real Fazenda entregasse ao Anhanguera quatro mil oitavas de ouro ou cerca de seis contos de réis. Era uma parcela do ajuste de contas entre os cofres públicos e os descobridores de Goiás pela cobrança das passagens dos rios das quais já havia o fisco arrecadado muito maior quantia. Praticou o futuro Conde d'Alva ato absolutamente inédito nos fastos brasileiros e ato, aliás, condenado pelo monarca.

Durante pouco mais de nove anos governou a capitania num período de profunda paz interna e sob normas muito mais humanas do que as dos seus antecessores.

Coube-lhe presidir a instauração da diocese paulistana criada a 6 de dezembro de 1745 pelo sumo Pontífice Bento XIV com a expedição da bula *Candor lucis aeternae.*

A 8 de dezembro de 1746 fazia o primeiro bispo de São Paulo D. Bernardo Rodrigues Nogueira entrada solene na sua cidade episcopal, cujo sólio ocuparia, aliás, por breve prazo pois viria a falecer a 7 de novembro de 1748.

De si deixaria a lembrança de prelado sobremodo virtuoso, cheio de intenções elevadas e iniciativas civilizadoras.

Incansável e surda luta desde muito movia Gomes Freire a Mascarenhas. Dispondo da mais considerável influência na Corte conseguiu que parte da proposta da Junta de 1735 obtivesse o *placet* régio. Daí os alvarás de 1744 criando as capitanias de Cuiabá e de Goiás, que subtraíam de São Paulo imenso território, atos confirmados, definitivamente, por outros de 9 de maio de 1748.

Já em 1738 advogara perante a Corte a entrega ao Governo do Rio de Janeiro, de toda a marinha paulista.

Em 1743 e a propósito de demarcação das fronteiras dos territórios paulista e mineiro sérios atritos mantiveram com o seu colega imediato do Sul.

Esta demarcação, a mais arbitrária, aliás, assustava notavelmente os paulistanos, pois a linha divisória, pretendida pelos mineiros, visava subtrair territórios da maior importância para a vida econômica de sua cidade, como o de Atibaia.

Em 1746 a tensão das relações entre Gomes Freire e Mascarenhas a tal ponto chegou que aquele afirmava ao Vice-Rei, Conde das Galveias, terem decorrido anos sem que do Capitão-General de São Paulo houvesse recebido resposta alguma às suas cartas e ofícios. Nem ainda quando se tratava de casos de urgente serviço real.

Afinal, triunfou Gomes Freire: obteve a expedição do alvará de 9 de maio de 1748 reduzindo a Capitania de São Paulo a

mera comarca da circunscrição fluminense.

Iria, Gomes Freire, durante quase quinze anos, exercer o Governo sobre todo o sul do Brasil.

Representava ao ato régio clamorosa injustiça para com aqueles vassalos que tanto e tanto haviam alargado o domínio da Coroa em desrespeito ao tratado tordesilhano.

Verdadeira desolação cobriu a cidade de São Paulo, mágoa cujas primeiras manifestações se fizeram pelas respostas de sua edilidade às cartas de despedida do bom capitão-general afastado do Governo.

Falecido D. João V pleiteou o Senado da Câmara, já em 1751, o restabelecimento de sua Capitania expondo a D. José o desgosto que avassalava seus munícipes e os povos de sua circunscrição.

A 12 de outubro de 1752 voltava à presença do soberano com eloquente memorial sobre os serviços dos paulistas na conquista do Brasil.

Entrementes se assinara o tratado de Madri, a 13 de janeiro de 1750.

A 31 de julho seguinte, desaparecia o, aliás, inutilizado D. João V e entrava em cena o autoritarismo incoercível e invencível de Sebastião José de Carvalho. Decidiu de acordo com as disposições do tratado promover, e do mais rápido modo, a demarcação das fronteiras das duas monarquias, na América do Sul. Bem sabia o futuro Marquês de Pombal o que representavam a capacidade e a energia de Gomes Freire. E

nunca pensaria em desgostá-lo para atender à súplicas dos longínquos vassalos de São Paulo.

Não havia remédio para os paulistas, e a Câmara de sua antiga capital, senão dobrar-se ante as exigências da política e a imposição do imperialismo do sátrapa fluminense.

Recaiu a cidade de São Paulo em sua modorra acentuando-se-lhe a depressão.

A demográfica enorme fora, com o êxodo do contingente fornecido aos novos distritos auríferos mineiros, mato-grossenses e goianos do último meio século. E esta circunstância refletia-se, de modo mais veemente, na situação econômica da cidade onde as rendas municipais tão escassas eram que lhe não permitiam pensar em melhorar de pouco que fosse as condições dos sumários serviços públicos. Nem conseguia ser assistida pelos cofres das capitanias de arrecadações também cada vez mais parcas.

No decurso dos quase dezessete anos da solução de continuidade dos governos paulistas assistiu São Paulo a entrada de seu segundo bispo D. Frei Antônio da Madre de Deus Galrão, a 28 de junho de 1751.

Encetavam-se as primeiras operações da demarcação interibérica, no extremo sul do Brasil, a que, no Rio Grande do Sul, presidia Gomes Freire. Surgiram as primeiras dificuldades entre os comissários das potências demarcadoras e os jesuítas espanhóis. Não se conformavam estes com a ideia de verem as suas reduções rio-grandenses passarem ao domínio de Portugal.

De 1754 a 1756 resistiram pela força os índios dos Sete Povos da Missão que acabaram facilmente batidos pelas tropas conjugadas de Gomes Freire e D. Pedro de Ceballos. Serviu isto de pretexto à virulenta campanha movida desde 1755 por Pombal, à Companhia de Jesus de onde decorreria, a 21 de julho de 1759, a carta régia ordenando a expulsão dos inacinos de todo o Brasil. Decreto este a que serviu de coroamento o alvará de 3 de setembro imediato declarando rebeldes e traidores os religiosos da Companhia, desnaturalizados e infamados, condenados a expulsão do Reino e suas conquistas.

O primeiro ato vibrado contra os inacinos, pelo onipotente ministro de D. José I, fora como tanto se sabe o da libertação dos índios do Maranhão, em 1755, a que se seguira a extensão da medida a todo o Brasil, pelo alvará de 8 de maio de 1758.

Na pessoa de Gomes Freire de Andrada, criado Conde de Bobadela, em 1758, contava Pombal o mais dedicado agente.

Já a 3 de novembro prendia toda comunidade jesuítica fluminense.

A 2 do mesmo mês o Desembargador Custódio Salazar faria o mesmo em São Paulo. A 20 de janeiro de 1760 partiram os jesuítas paulistanos para o exílio, ocorrendo, então, as mais pungentes cenas demonstradoras do pesar pelo qual a população da cidade os via partir, destacando-se no conjunto destas manifestações a assistência e conforto *História da Cidade de São Paulo* 183 que lhes deram o bispo D. Frei Antônio Galrão, os beneditinos e a simpatia constrangida do Ouvidor Filgueiras.

Outro e grande acontecimento do período de 1748 a 1765 veio a ser o da ocorrência do tremendo terremoto de Lisboa a 1º

de novembro de 1755, catástrofe que tão intensamente repercutiu em toda a Monarquia.

Como se sabe pediu o Rei a cooperação de todos os seus súditos, cis e transatlânticos, para a reconstrução da sua capital. E à Capitania de São Paulo coube uma quota de treze contos anuais, taxação que, sob o nome de novo imposto, deveria durar dez anos, lançada sobre os gêneros de importação e exportação. Em julho de 1756, procedeu a Câmara à regulamentação da nova imposição por meio de taxas majoradas sobre o preço da carne verde, aguardente, vinho, vinagre, azeite, trânsito de equinos e bovinos pelo distrito da cidade, etc.

Capítulo XX

O PERÍODO DEPRESSIVO DE 1748 A 1765. DESESPERADOS ESFORÇOS DA CÂMARA DE SÃO PAULO EM PROL DA RESTAURAÇÃO DA SUA CAPITANIA. MORTE DE BOBADELA. A CARTA RÉGIA DE 6 DE JANEIRO DE 1765. O NOVO CAPITÃO-GENERAL MORGADO DE MATEUS. SUA INTELIGÊNCIA E CAPACIDADE. O GOVERNO SINISTRO DE MARTIM LOPES LOBO DE SALDANHA. OS ÓTIMOS CAPITÃES-GENERAIS FRANCISCO DA CUNHA MENESES E FREI JOSÉ RAIMUNDO CHICHORRO DA GAMA LOBO. MELHORAMENTOS URBANOS. CONSTRUÇÃO DE NOVO PAÇO MUNICIPAL

OS ANOS se arrastam em São Paulo, no *statu quo* da solução de continuidade governamental e da *capitis diminutio* de 1748.

Com a morte de Bobadela, a 1º de janeiro de 1863, reanimou-se a Câmara renovando o pedido da restauração da sua Capitania.

Já a 12 de fevereiro D. José I apontava os enormes transtornos causados pela ausência de um delegado régio em sua cidade, sob o ponto de vista administrativo, judiciário, econômico, militar. Para reforço de sua pretensão apelou para a opinião e o apoio do Bispo Diocesano.

Afinal, transferida a Capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, o primeiro Vice-Rei, Conde da Cunha, representou ao Monarca sobre o miserável estado a que se achava reduzida a antiga Capitania de São Paulo. E Pombal atendeu ao pedido do

mais alto Delegado Régio da Colônia, pela carta régia de 6 de janeiro de 1765.

Para o novo recém-instaurado Governo foi nomeado D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, morgado de Mateus, que, a 7 de abril de 1766, tomou solene posse do cargo perante o senado paulistano.

Era homem muito inteligente e de iniciativas dignas de apreço, dispondo das faculdades do excelente administrador. Mas completamente submisso à influência de Pombal. Trazia ordens para a militarização interna da Capitania tendo em vista a política portuguesa na Bacia do Prata e inflexivelmente cumpriu as instruções do seu temível patrono.

Assim obrigou os paulistanos e paulistas a severo arrolamento nas fileiras das tropas auxiliares da Ordenança, criando seis unidades para toda a Capitania, das quais duas caberiam à cidade de São Paulo, de cavalaria e infantaria.

Em 1767 tinha sob as bandeiras 1.404 cavalarianos e 2.600 infantes além das ordenanças, companhias de pardos e tropa de índios.

Mais de 6.000 homens mobilizados dentro de uma população que escassamente alcançaria cem mil almas!

Pior, porém foi a nefasta ideia da fundação, na fronteira do atual Sul de Mato Grosso com o Paraguai, da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres mais conhecida pelo nome sinistro de Presídio de Iguatemi.

Recomendado com a maior insistência pelo onipotente Conde de Oeiras instalar-se-ia em meados de 1767, por meio de uma expedição de 326 homens a que comandava o ituano João Martins Barros. A esta primeira monção sucederiam diversas outras, até 1773, tornando-se o lôbrego posto avançado enorme cemitério de paulistas dizimados pela malária e outras moléstias do Sertão.

A recruta dos infelizes povoadores, à força, acompanhou uma série de cenas da maior violência contra os recrutados e suas famílias.

Grandes contingentes violentamente embarcados de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras, fizeram a temerosa navegação do Tietê ao Paraná e foram viver nas pestilentas paragens do Iguatemi. Quem quiser ter ideia de semelhante transplantação ficará perfeitamente a par da realidade na lúgubre relação da lavra de Teotônio José Juzarte em seu *Diário de Navegação*.

Ao mesmo tempo de São Paulo saíam forças para as lutas contra os espanhóis no Rio Grande do Sul. Daí em diante frequentes seriam novas remessas de tropas de São Paulo para as regiões meridionais.

A não ser a sua atuação militarizadora excessiva foi o morgado de Mateus bom administrador, cheio de excelentes ideias para a incrementação da agricultura e do comércio, com veleidades industriais até.

Devem-se-lhe excelentes observações sobre os costumes paulistanos, na correspondência trocada com Pombal.

Deve-se-lhe, também, o primeiro ensaio valioso censitário de São Paulo, operação defeituosa e sumária que arrolou em São Paulo, na parte urbana, 649 homens e 867 mulheres e na suburbana 632 homens e 694 mulheres, o que dava um total de 2.842 almas apenas, cifra menor do que a da renovação fragmentária do censo urbano em 1767 (779 homens e 1.006 mulheres).

Verdade é que no primeiro foram arrolados os moradores de 686 fogos e no seguinte só os de 424.

Encontrou o morgado os paulistas a viver sob normas de comércio e econômicas, as mais dignas de emenda. Havia ao seu entender a maior facilidade de crédito a favorecer imenso os velhacos, reinando excessiva propensão ao luxo por parte de população sumamente empobrecida e, no entanto, amiga de comprar artigos europeus de alto preço.

Além de tudo grandemente desorganizada em matéria de trabalho, mostrando-se os operários inertes às instigações do jornal. A população proletária afligia extraordinário pendor à preguiça, sobretudo por parte das mulheres.

Nos dez anos do decurso do Governo de D. Luís Antônio de Sousa vegetou a cidade de São Paulo na mais acanhada e tediosa vida, apenas perturbada por incidentes de nonada como, por exemplo, a descoberta de suspeita conspiração caricata contra a vida do Capitão-General e a ridícula pendência deste com o cabido metropolitano a propósito de precedência e etiqueta nas cerimônias solenes.

Deixando o Governo da Capitania, a 13 de junho de 1775, passou-o o morgado ao brigadeiro dos reais exércitos Martim

Lopes Lobo de Saldanha, personagem desequilibrado e de muito maus instintos.

Durante sete anos flagelaria os seus governados a quem recordaria os dias penosos de Caldeira Pimentel. Tiranete mesquinho tornar-se-ia o ferrenho perseguidor das Câmaras paulistanas imiscuindo-se nas eleições municipais, impondo a posse de seus bajuladores e apaniguados cometendo toda a sorte de desatinos e violências. Fez com que na cidade de São Paulo reinasse verdadeiro regime de terror ao exigir o acatamento aos seus absurdos caprichos.

Encontrou corajosa resistência por parte do terceiro bispo diocesano Dom Frei Manuel da Ressurreição e do Ouvidor Dr. Estêvão Gomes Teixeira.

Como únicos atos praticados com acerto pelo amalucado sátrapa citemos o empenho em melhorar o Caminho do Mar e os reiterados conselhos a Pombal a que mandasse extinguir o sinistro presídio de Iguatemi, o que afinal veio a realizar-se em virtude de agressão dos espanhóis do Paraguai.

O que Martim Lopes fez sofrer de vilanias aos camaristas paulistanos chega às raias do inacreditável. Submeteu-os a humilhações pesadas, ao mesmo tempo que deles mandava as piores apreciações aos ministros de Estado, qualificando-os de reles caixeiros e broncos almocreves.

Devia o sátrapa dispor de poderoso patrono na Corte, pois quando todos supunham que com a queda de Pombal seria demitido, manteve-se ainda no cargo durante cinco anos apesar da tremenda oposição sofrida por parte do Bispo, do Ouvidor-Geral, de alguns particulares como o beneditino Frei Felisberto de Lara Morais, o Padre Antônio de Castro e outros.

Afinal culminaram os despropósitos do tiranete com uma ilegalidade da maior gravidade, ao promover o enforcamento de um trombeteiro da Legião de Voluntários Reais, certo Caetano José da Costa, que esbofeteado pelo filho do sátrapa, reagira ferindo levemente o agressor. Submetido a Conselho de Guerra e defendido pelo Ouvidor foi condenado a galés perpétuas, mas Martim Lopes anulou a decisão e valendo-se de outro conselho, composto de apaniguados, arrancou a condenação a morte do soldado a quem fez executar, apesar dos gerais protestos contra o exorbitante emprego do poder.

Representaram contra o truculento personagem, o Bispo, o magistrado, o Senado da Câmara e afinal moveu-se a Coroa. Fato virgem, nos fastos paulistas, veio de Portugal, para tirar a residência do péssimo governador o Desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, o bem conhecido autor do *Hissope.* Mas de tal inquérito nada resultou como castigo do acusado.

A 16 de março de 1782 assumiu o governo da Capitania Francisco da Cunha Meneses, cujo prazo curto seria, para maior prazo dos paulistanos que se afeiçoaram muito ao substituto do perverso antecessor.

Verdadeira idade de ouro reinou em São Paulo numa fase de distensão de nervos e apaziguamento de ânimos.

Pôs o novo general todo o empenho em promover o calçamento da cidade, abriu rua do Pátio de São Bento em direção à Luz e fez construir sólido aterrado através da Várzea do Carmo, ligando a Cidade ao bairro do Brás.

Mostrou-se sobremodo generoso em favor da comunidade, pois esta última obra ele a realizou a expensas próprias.

Foi o grande animador da construção do novo e grande paço municipal e cadeia, instigando o juiz ordinário, José Mendes da Costa, a promover tal serviço. Assim deu toda a força ao zeloso edil a ponto de o fazer reconduzir ao exercício de suas funções, a bem do serviço de Sua Majestade.

Deixou Cunha Meneses a 4 de maio de 1786 o governo cercado de maior estima e saudade dos paulistanos e paulistas. O Senado da Câmara por diversas vezes, em anos subsequentes, recordou quanto aquele "fidalgo conservara o todo da capitania em uma tranquila paz por ser homem de todo o juízo prudencial".

Teve como sucessor, aliás interino, o Marechal de Campo Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, membro da ordem de Malta, cujo curto governo de dois anos também deixou as maiores saudades a seus governados.

Homem de vistas largas ordenou a abertura de uma rua paralela à de São Bento do lado do Anhangabaú, em terreno onde existia "esquisito e volteado caminho por detrás de vários quintais". Fez melhorar muito o Caminho do Mar no aterrado do Cubatão, "obra tão necessária ao público quanto antes era incômoda e perigosa aos viandantes".

Generoso mandou construir, no Acu, uma ponte de pedra sobre o Anhangabaú "despendendo nesta obra bastante dinheiro seu, por ver que a Câmara da cidade não podia com toda a despesa".

Capítulo XXI

O GOVERNO DE BERNARDO JOSÉ DE LORENA. NOTÁVEL ATIVIDADE PROGRESSISTA. CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE LINHA E DO CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA. EMPEDRAMENTO DO CAMINHO DO MAR NA SERRA. O PERÍODO GOVERNAMENTAL DE ANTÔNIO MANUEL DE MELO CASTRO E MENDONÇA. PREOCUPAÇÕES CIVILIZADORAS. INTRODUÇÃO DA VACINA JENNERIANA. ABOLIÇÃO DO ESTANCO DO SAL. MELHORIA DO CAMINHO DO MAR. GOVERNO DESPÓTICO DE ANTÔNIO JOSÉ DA FRANCA E HORTA. ADMINISTRAÇÃO ECONOMICAMENTE MAL INSPIRADA

A15 DE JULHO de 1788 transmitia Gama Lobo o Governo a Bernardo José de Lorena, mais tarde Conde de Sarzedas. Era um rapazola, de verdes anos e de Portugal haviam-lhe posto, à ilharga, um assessor administrativo, quase um preceptor, por nome José Romão Jeunot.

Os nove anos do Governo de Bernardo José Lorena assinalaram- se, sobretudo, pela atividade das obras de engenharia tendo-se o novo capitão-general cercado de valiosos colaboradores, membros do Real Corpo de Engenheiros. Cumpre destacar, dentre estes oficiais, João da Costa Ferreira, Antonio Rodrigues Montesinho, Daniel Pedro Muller, homens de real capacidade e singular operosidade.

Aos seus excelentes serviços deveu a cidade a sua primeira grande fonte pública, o Chafariz da Misericórdia, o quartel da força de linha da guarnição local, a construção da ponte sobre o Anhangabaú que ficou chamada do Lorena, o reforço do

calçamento, o levantamento da primeira planta urbana. Procedeu-se ao empedramento do aspérrimo trecho da Serra no Caminho do Mar, realizado sob a direção de Costa Ferreira, obra para aquele tempo realmente extraordinária, da qual decorreram consideráveis benefícios pelo aumento do trânsito dos gêneros de exportação. Os acontecimentos da Inconfidência Mineira quase nenhum eco encontraram na cidade e na Capitania de São Paulo, a não ser pela denúncia da troca de ofícios entre capitães-generais e o Vice-Rei.

Falecendo D. Frei Manuel da Ressurreição em fins de 1789 esteve a Diocese em sede vacante por longo prazo até que se desse a posse do quarto bispo o madeirense Dom Mateus de Abreu Pereira, a 31 de maio de 1797, ano em que a 28 de junho foi Lorena substituído pelo décimo Capitão-General Governador, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Queixaram-se os contemporâneos de Lorena do seu excessivo autoritarismo e descaso pela condição social dos vassalos a quem governava, fossem eles dos mais graduados.

Mostrou-se Antonio Manuel de Melo mais acessível e afável.

Era homem de bastante cultura como demonstram as suas preocupações pela organização de estatísticas de todo o gênero para a orientação do seu governo; o enorme empenho em divulgar o emprego da vacina antivariólica, o interesse tomado pela abolição do estanco do sal e a remessa de larga parcela do açúcar produzido na capitania para o exterior e a conserva e melhoria do Caminho do Mar. Chamara a São Paulo especialista a quem incumbiu do estudo de jazidas de salitre, caulim e outros minerais e do aproveitamento dos minérios de Ipanema.

No tocante à cidade de São Paulo tornou-se notada a sua preocupação pelo reforço e melhoria do abastecimento de água, o estabelecimento de feiras no bairro da Luz, as chamadas*feiras de Pilatos*, segundo a alcunha que lhe haviam posto.

Queixavam-se os seus contemporâneos porém de seu extraordinário pendor pela militarização e gosto de ostentar tropa numerosa e magnificamente fardada, muito acima dos recursos da terra.

Péssima impressão causou *Pilatos* da prepotência exercida contra o vereador de São Paulo, João Gomes Guimarães por ele encarcerado por mais de seis meses por lhe haver criticado os atos e mandado soltar, porque o julgava "suficientemente castigado".

Decorridos cinco e meio anos passou Antonio Manuel de Melo o governo a Antonio José da Franca e Horta a 10 de dezembro de 1802.

O novo capitão-general não deixou de si boa lembrança. Pelo contrário, mostrou-se, desde logo, sobremodo prepotente, arrogante, mesquinho e interesseiro, no consenso dos autores contemporâneos.

Cassou numerosas nomeações e patentes devidas ao antecessor a quem difamou, instituiu subscrições forçadas de dinheiro, estabeleceu normas policiais de espionagem pública e privada, desterrou vários cidadãos de alto-relevo, e a outros humilhou do modo mais grosseiro, como a Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada, tendo os atos desaprovados pelo Príncipe Regente. Cercou-se de delatores, caluniadores e intrigantes e valeu-se da posição para injuriar publicamente os desafetos.

Culminou-lhe a nefasta atuação governamental no terreno da economia pública quando proibiu o comércio de cabotagem direto dos portos paulistas, obrigando a concentração, em Santos, de todos os gêneros saídos da capitania o que levantou graves suspeitas sobre a sua honestidade.

De 1804 em diante as suas requisições de dinheiro tornaram-se insuportáveis, abrangendo todas as classes de modo frequentemente extorsivo.

Em 1820, ao imprimir Monsenhor Pizarro as suas *Memórias* escrevia os seguintes tópicos: "Proibindo o comércio de cabotagem das vilas obrigou os seus traficantes e lavradores a levar os gêneros a Santos onde se exportariam à Europa e como neste porto não houvesse mais que três ou quatro carregadores depressa se haviam unido estes indivíduos a 'armar um monopólio' impondo preços aos produtores que forçados se viam a vender os seus artigos. Daí resultou a ruína da florescente lavoura de Ubatuba e outras vilas marítimas."

A tal propósito comentou Saint-Hilaire: "Não me chegou ao conhecimento que se haja suspeitado da probidade de Horta. Se houve conivência entre ele e os mercadores de Santos força é convir que tudo fez para que pudesse ser suspeito de tal indignidade cedendo ante às instigações de malfazejo capricho hoje absolutamente inexplicável."

Teve aliás o déspota os atos severamente comentados e anulados pelo Príncipe Regente logo ao chegar ao Rio de Janeiro.

Com a abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas muito lucrou a capitania paulista. Mas não tardaria que a política do Príncipe Regente, impelindo Portugal a levar as fronteiras do Brasil à margem setentrional do Prata viesse impor-lhe sérios sacrifícios.

As atividades militares no Rio Grande do Sul provocaram acontecimentos de cuja memória ficou a mais triste lembrança na capital paulista as cenas de recrutamento para se preencherem os claros da Legião de São Paulo destinada a ir pelejar nos campos de batalha do Sul.

Ordenou Franca e Horta, em 1808, que no dia de *Corpus Christi* se procedesse ao princípio de tal engajamento forçado, ocorrendo então o mais doloroso espetáculo quando, reunida grande assistência de acompanhadores do préstito sacro, foram o Pátio do Colégio e ruas adjacentes cercados por tropa.

Relata Machado de Oliveira: "Foi apreendido indistintamente o povo ali assistente e levado tumultuariamente ao quartel dentro de grande círculo de soldados, e ali passaram o dia e pernoitaram amontoado, sem abrigo e provimento. E o governador das janelas do palácio presenciava este grande atentado com o desdém da superioridade brutal. No dia seguinte, os homens válidos para o serviço militar viram-se inscritos no alistamento dos recrutas da legião e postos imediatamente em uniforme e na aprendizagem das armas."

Verdadeira onda de desespero abateu-se sobre a cidade, "esvaneceram- se as esperanças concebidas pela chegada da Corte ao Brasil".

Já em janeiro de 1809, deslocava-se para o Sul a Legião Paulista.

Escreve Machado de Oliveira, cheio de reminiscências penosas: "Teve este corpo em todo o tempo que serviu no exército pacificador, de lutar com horríveis privações em terra estranha, com marchas consecutivas de centenas de léguas estorcendo-se sob o brutal e sanhudo despotismo dos generais que o comandavam."

Os maiores elogios fez Saint-Hilaire a esses soldados que encontrou em campanha no Rio Grande do Sul.

"Demonstravam que em suas veias circulava o sangue dos velhos paulistas. Dava-se-lhes alimentação a que não estavam habituados, carne sem farinha e sem sal; durante mais de dois anos não receberam soldo."

Em 1820 com eles se avistou o ilustre botânico. Havia 27 meses que a Legião não vira um ceitil do soldo e as roupas lhes caíam aos pedaços.

"Suportavam todas as privações, todas as fadigas com admirável constância combatendo a pé e a cavalo. Não eram inferiores aos inimigos na arte de laçar percorrendo as vastas campinas uruguaias com inconcebível rapidez.

Não menos intrépidos que seus companheiros de armas rio-grandenses observavam muito melhor do que estes as leis da disciplina."

Devera-se-lhes o êxito da batalha decisiva de Catalão de onde decorrera a rendição de Montevidéu.

Eram enormes as queixas dos povos contra Franca e Horta.

Foi chamado à Corte de modo que de junho a outubro de 1808 esteve afastado do governo, passado a uma junta composta do Bispo diocesano D. Mateus de Abreu Pereira, do Ouvidor Miguel de Azevedo Veiga e do Intendente de Marinha Joaquim Manuel do Couto.

Conseguiu, porém, absolver-se ante os olhos do fraco Príncipe Regente e assim, de outubro de 1808 a 31 de outubro de 1811, ainda governou a capitania.

Acusa-o Machado de Oliveira de malversação e aliás encontra- se na documentação municipal paulista papéis relativos ao confisco que intentou fazer de enorme área confrontante do Caminho do Mar, para si e sua família. Apossamento realizável unicamente por intermédio da apropriação dos bens de numerosos proprietários foi por estes energicamente repelido e anulou-se.

Algumas iniciativas louváveis teve Franca e Horta como a de se interessar pelo ensino médico em São Paulo como assinalou Sousa Campos.

Mas em conjunto os nove anos de seu período governamental foram a causa das mais penosas recordações para os seus governados, submetidos a um regime de contenção, espionagem e delação que excedera talvez os dos lapsos governamentais de um Caldeira Pimentel e de um Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Capítulo XXII

GOVERNOS DO MARQUÊS DE ALEGRETE, DA JUNTA TRINA DE 1813-1814, DO CONDE DA PALMA. JOÃO CARLOS D'OEYNHAUSEN, ÚLTIMO CAPITÃO-GENERAL DE SÃO PAULO

O TIRANETE Franca e Horta veio substituir fidalgo de alta e velha linhagem, o primeiro grande titular realmente digno de tal nome, que exerceu o Governo paulista, o Marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva, cuja situação no pariato português era mais elevada do que a dos Condes de Sarzedas e de Alva, e do morgado de Mateus.

Homem de maneiras de *grand seigneur* e marido de senhora não menos digna de merecer o epíteto de *grande dame*, no dizer do viajante sueco Gustavo Beyer que com o casal conviveu bastante semanas em 1813. Infelizmente, muito doentio era o marquês, "general da escola do Conde de Lippe, mas por consciência, ou pela compleição frouxa e doentia, sem as brutezas dos seus doutrinários nem os desvarios dessa instituição", observa Machado de Oliveira.

Removido para o Rio Grande do Sul passou o Governo a ser exercido por uma Junta Trina interina composta pelo Bispo D. Mateus, o Ouvidor D. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitz e o Intendente de Marinha Chefe de Esquadra Miguel de Oliveira Pinto, empossada a 26 de agosto de 1813.

Governaria até 8 de dezembro de 1814.

Na cidade de São Paulo ficaria assinalado o Governo do Marquês de Alegrete pela criação do seu primeiro monumento em praça pública a singela pirâmide do Piques, ainda hoje existente, levantada por ordem do Capitão-General sob a direção e plano do Tenente-Coronel de Engenheiros Daniel Pedro Muller, rústico e modestíssimo padrão destinado a embelezar o local onde se construíra um chafariz.

A mais despretensiosa inscrição votiva nele se esculpiu: – *Ao zelo do bem público, 1814.* É o que nos informa Azevedo Marques. A milesimação indica-nos que não coube ao grande fidalgo a inauguração da obra de sua iniciativa, levado a cabo pela Junta sua sucessora.

Sob o ponto de vista municipal apagadíssimo foi o período de seus quinze meses de governo, transmitido, a 8 de dezembro de 1814, a outro grande fidalgo o sexto Conde da Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, da casa dos Condes de Sabugal e Marqueses de Ponte de Lima, ex-Governador de Goiás, e de Minas Gerais. Menos de três anos serviria pois nomeado Capitão-General da Bahia passou o Governo de São Paulo, a 19 de novembro de 1817, à mesma Junta de 1814, que o exerceria por quase ano e meio até 25 de abril de 1819.

Como fatos locais de relevo sob o Governo do Conde da Palma há as medidas tomadas pela ocorrência da revolução republicana de 1817 em Pernambuco, que aliás nenhuma repercussão teve em território paulista. Continuaram os arrolamentos à força para preenchimento dos quadros da Legião Paulista empenhada na campanha do extremo sul.

Em fins de 1817 e princípios de 1818 data-se a curta permanência, em São Paulo, dos famosos naturalistas João

Batista von Spix e Carlos Frederico Filipe von Martius os primeiros sábios que a São Paulo visitaram. Em sua companhia trouxeram o pintor Tomás Ender. A este se deve uma dúzia de vistas de ambientes paulistanos, os mais antigos dos até hoje divulgados e os primeiros posteriores ao sumário esboço de D. Luís de Céspedes Xeria, por nós divulgado.

Em 1818 à Junta Trina preocupou a possibilidade da perturbação de ordem em virtude da influência da leitura de um jornaleco tido como libertário – *O Português*, suposição aliás gratuita.

A 31 de dezembro de 1818 o censo efetuado deu para São Paulo, São Bernardo e Santo Amaro 23.894 almas a que corresponderia a uma população urbana aglomerada de suas 15.000 almas.

A 25 de abril de 1819 passou a Junta o Governo ao último Capitão- General Governador de São Paulo João Carlos Augusto d'Oeynhausen Gravenburg, transferido de Mato Grosso depois de haver exercido igual cargo no Ceará. Trazia bela reputação de cultura e capacidade administrativa.

No mesmo ano permaneceu na cidade, assaz largo número de dias, o terceiro cientista notável que a visitava, Augusto de Saint-Hilaire, o ilustre botânico francês tão altamente reputado pela probidade e a inteligência das informações.

Corria placidamente o Governo d'Oeynhausen quando estalou no Porto o movimento constitucionalista de 24 de agosto de 1820.

As modificações introduzidas por D. João VI no Governo da Monarquia já antes da morte de D. Maria I em 1816, haviam trazido a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve pela Carta da Lei de 16 de dezembro de 1815. Insignificante repercussão tivera o ato em São Paulo, apenas pontuada pela celebração de festividades oficiais. Menos de trinta meses mais tarde deu-se a aclamação de D. João VI, como soberano da tríplice coroa, a 6 de fevereiro de 1818.

O movimento portuense facilmente triunfante no Reino causou, como se sabe, profundíssima impressão no Brasil e verdadeiro assombro ao Rei e sua Corte.

Em janeiro de 1821 a ele aderia o Pará, em fevereiro a Bahia, o que arrastou D. João VI a decretar o acatamento à futura Constituição que as Cortes reunidas em Lisboa iam votar. A 24 de fevereiro de 1821 desaparecia a monarquia absoluta portuguesa.

Resolveu-se o tímido e hesitante monarca a voltar a Portugal deixando em seu lugar como Regente do Brasil ao Príncipe Real, D. Pedro.

Reinava forte agitação em todo o País, novas adesões de províncias à causa constitucionalista realizaram-se e no Rio de Janeiro a efervescência nacionalista tornou-se extraordinária.

Capítulo XXIII

A PARTIDA DE D. JOÃO VI PARA PORTUGAL. INÍCIO DA ATUAÇÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO EM PROL DA INDEPENDÊNCIA. A INSTITUIÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO DE SÃO PAULO. O MOTIM DO CHAGUINHAS. A CONSTITUIÇÃO DA BANCADA PAULISTA ÀS CORTES DE LISBOA. A ATITUDE DO GOVERNO PROVISÓRIO DE SÃO PAULO ANTE OS DECRETOS RECOLONIZADORES. PARTIDA DE JOSÉ BONIFÁCIO PARA O RIO DE JANEIRO E SUA NOMEAÇÃO PARA MINISTRO DE ESTADO

A 26 DE ABRIL de 1821 deixava D. João VI, e para sempre, o Brasil num estado do mais profundo acabrunhamento.

É de sobra sabido, que ao despedir-se do filho aventou a hipótese da próxima Independência brasileira, ou, antes, profetizou-a. De tal frase há uma interpretação peremptória por parte de vários historiadores.

Adotou Varnhagen uma fórmula dubitativa: "Se o Brasil se separar, antes seja para ti que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros."

Estes acontecimentos espantosos, que tanto haviam vindo perturbar a existência tranquila do Brasil não se refletiram, de modo especial, no âmbito da cidade paulistana.

A 16 de abril de 1822, baixou Oeynhausen edital regulamentando as futuras eleições às Cortes de Lisboa.

Provocou tal decreto em Itu acontecimento de suma relevância.

Por proposta de Nicolau Vergueiro, Paula Sousa e Álvares Machado, deferiu o Ouvidor local aos eleitores o juramento à futura Constituição portuguesa.

Na capital paulista ninguém diria que se preparava a irrupção de movimento revolucionário em largo estilo, cuja vitória traria para São Paulo a maior relevância no conjunto dos acontecimentos, dos quais resultaria a criação da Nação brasileira quinze meses mais tarde.

Ia entrar em cena uma figura primacial cuja atuação lhe valeria o título magnífico, imposto pelo consenso da opinião pública, de Patriarca da Independência Nacional, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Em 1819, sentira o imortal santista invencível nostalgia da Terra natal. Havia quase quarenta anos que ao Brasil deixara.

Ao despedir-se da Academia Real de Ciências, pronunciou famoso discurso, cheio de profundas antecipações dos tempos.

Referindo-se ao Brasil perorara: "Que país este, senhores, para uma nova civilização e para um novo assento da ciência! Que terra para um grande e vasto Império!"

Em fins de 1819 estava instalado em Santos ocupado em filosofar, em rever os trabalhos inéditos e classificar as

preciosas coleções.

Constantemente a meditar sobre as vantagens de um Brasil independente acolhera, jubiloso, as notícias da revolução constitucionalista do Porto. Desde aí começou a agitar a opinião pública da sua Capitania em prol da adesão desta ao movimento em favor das novas ideias.

A superioridade cultural de José Bonifácio sobre os seus compatriotas contemporâneos era, simplesmente, extraordinária. E do reconhecimento de tal desnível lhe provinha o mais considerável prestígio, não só entre paulistas, como entre todos os brasileiros.

Ao filho deixara D. João VI o governo em miserável situação financeira e o mais agitado ambiente de indisciplina e confusão de ideias.

Terrível crise economica abateu-se sobre o Rio de Janeiro.

Continuavam a chegar a São Paulo más notícias da Corte. A 5 de junho a guarnição portuguesa da cidade submetera o Regente a considerável humilhação exigindo que reiterasse o juramento público de fidelidade às bases da Constituição portuguesa e demitisse o Conde dos Arcos.

Neste ínterim ocorriam em São Paulo acontecimentos que iriam ter a máxima importância.

Era geral o anelo pela instalação de um Governo Provisório composto de homens livres capazes e patriotas.

Vendo-se impopular, chegou Oeynhausen a pedir ao Príncipe a demissão.

A 3 de junho ocorreu séria sedição no Batalhão de Caçadores, tropa, aliás, notada pelo espírito de disciplina.

Dia a dia se generalizava a fermentação da qual decorria geral sobressalto e temor da anarquia.

Desde algum tempo vinham José Bonifácio e seus amigos preparando o movimento constitucionalista.

Marcou-se a manhã de 23 de junho para a sua deflagração. A ela e de antemão haviam aderido o Senado da Câmara, os comandantes e a oficialidade dos corpos da guarnição, inúmeras pessoas gradas e cidadãos de todas as classes.

Pela madrugada foi Pedro Taques Alvim incumbido de tocar a rebate o sino do Paço Municipal. Era o sinal convencionado para a junção do povo e tropa.

Chegando a notícia ao quartel de caçadores o comandante deste corpo, Coronel Lázaro Gonçalves mandou que a sua tropa marchasse "em auxílio do povo".

Não tardou que no mesmo pátio de São Gonçalo surgisse o Primeiro Regimento de Milícias tendo à testa o seu Coronel-Comandante, Francisco Inácio de Sousa Queirós. E quase ao mesmo tempo o Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo

também à frente de sua tropa, o Primeiro Regimento de Cavalaria miliciana.

Mandaram os três chefes militares um capitão de cada corpo para, em nome do povo e tropa, convidar José Bonifácio a assumir a chefia do pronunciamento. Duas deputações convocaram o Ouvidor e o Senado da Câmara a que viessem ter ao Paço Municipal.

"Apenas apareceu a primeira trazendo consigo aquele ilustre sábio da Nação (sic) conhecido em toda a Europa pelo nome de Monsieur de Andrada, escreve um depoente, os ares retumbaram com este grito muitas vezes repetido: Viva o Sr. Conselheiro!"

Subiu o aclamado à Sala das Sessões do Senado "acompanhado por imenso povo" e ali proferiu as seguintes palavras: "Senhores sou muito sensível à honra que me fazeis, elegendo- me Presidente do Governo Provisório que pretendeis instalar. Pela felicidade de minha Pátria farei os mais custosos sacrifícios até derramar a última gota de meu sangue."

"Esta eleição senhores só pode ser feita por aclamação unânime, descei à Praça e eu da janela vos proporei àquelas pessoas, que por seus talentos e opinião pública já por vós há pouco manifestada, me parecem dignas de serem eleitas."

"Senhores. Este deve ser o dia da reconciliação geral entre todos.

Desapareçam ódios, inimizades e paixões. A Pátria seja a nossa única mira. Completemos a obra de nossa regeneração

política com sossego e tranquilidade imitando a gloriosa conduta dos nossos irmãos de Portugal e do Brasil."

"Mas se outros são os vossos sentimentos, se o vosso fito não se dirige somente ao bem da ordem, se pretendeis manchar a glória que vos pode resultar deste dia e projetais desordens então eu me retiro. Ficai e fazei o que quiserdes."

A estas nobres palavras respondeu o unânime clamor da multidão que apinhava as salas do Paço Municipal.

"Não senhor! (responderam a uma voz) nós temos toda a confiança em Vossa Senhoria, toda! toda! continua o depoente anonimo."

– "Pois bem, redarguiu José Bonifácio, descei à praça e aprovai daqueles que eu nomear os que mais vos merecem."

Numa das janelas do Paço apareceram os Senadores a quem acompanhavam o Ouvidor, e o Juiz-de-Fora. À outra assomou José Bonifácio.

Fitando o povo em breve e enérgica fala exortou-o a que se portasse com honra e boa ordem.

Em seguida e com resolução indicou a João Carlos Augusto de Oeynhausen para Presidente do Governo Provisório que se ia formar.

Diz o depoente segundo Azevedo Marques que logo após o anúncio do nome do ex-Capitão-General nova manifestação

popular ocorreu: Para Vice-Presidente queremos Vossa Senhoria, Sr. Conselheiro! gritavam todos. Continuou o grande Andrada a indicar os nomes dos membros do futuro Governo paulista: Secretário do Interior e Fazenda: Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Secretário da Guerra: Coronel Lázaro José Gonçalves, Secretário da Marinha: Chefe de Esquadra Miguel José de Oliveira Pinto.

Vogais da Junta ou Deputados (como no tempo se dizia): *Pelo Eclesiástico*, duas das mais altas figuras do cabido: o Arciprestre Felisberto Gomes Jardim e o Tesoureiro-Mor da Sé Catedral João Ferreira de Oliveira Bueno.

Pelas armas, os Coronéis Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e Daniel Pedro Muller.

Pelo Comércio, o Coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós e o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão.

Pela Agricultura, o Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Tenente-Coronel Antonio Maria Quartim.

Pela Ciência e Educação Pública, o Padre Francisco de Paula Oliveira e o Professor André da Silva Gomes e Castro.

Foram os aclamados ter à Sala da Câmara onde se lavrou a ata de vereança. Depois saíram todos e dirigiram-se à Casa do recém-aclamado Presidente do novo Governo.

"A marcha foi ordenada deste modo. Marchava em frente a música do Batalhão de Caçadores. Seguia-se logo a Câmara com o seu estandarte no meio dos Deputados eleitos. Após,

marchava o povo de mistura com os oficiais de todos os corpos, cantando o hino constitucional que a música ia tocando.

"Fechava a marcha a música do Primeiro Regimento de Milícias.

E, acima de toda a expressão e entusiasmo, estrugia o contentamento com que de espaço em espaço eram repetidos os vivas."

Assim chegaram à presença do ex-Capitão-General Governador que aceitou a aclamação e partiu imediatamente para o Paço Municipal.

Aí prestou juramento a El-Rei, ao Príncipe Regente, às Cortes, às bases da Constituição e aos colegas do Governo Provisório.

"O mesmo juramento foi dado pelo Ex.mo Bispo D. Mateus pelo Ouvidor e Câmara, por todos os Deputados por quantos estavam presentes e afinal por todos, povo e tropas que se achavam na praça."

Findo este ato, saíram todos e dirigiram-se à Catedral onde se cantou solene *Te Deum*.

À noite iluminou-se a cidade, e a representação teatral esteve brilhante. "Apareceu o retrato de Sua Majestade e à sua vista o entusiasmo foi levado a seu auge."

Para evitar suscetibilidades que podiam ser insanáveis recusara o grande Andrada a Presidência deixando-a a

Oeynhausen que se resignara a grande *capitis diminutio* da posição anterior.

Repercutiu, grandemente, em todo o Brasil, a notícia de pronunciamento de 23 de junho, sobretudo no Rio de Janeiro, como de esperar.

Afervoravam-se as esperanças dos patriotas que na presença de José Bonifácio à testa do Governo de São Paulo viam novo penhor de próxima vitória.

Não tardou que o exemplo paulista fosse em Minas Gerais imitado.

A adesão de São Paulo trouxera singular aumento de prestígio à autoridade do Príncipe Regente que não tardaria em estreitar relações com José Bonifácio.

A influência deste fez-se logo sentir no terreno intelectual.

Propos que, por bando, fossem convidados todos os homens de letras e pessoas zelosas do bem público a comunicar ao Governo as suas ideias sobre todos os ramos na Administração, por intermédio de memórias ou representações, a fim de que se executassem umas e fossem outras informadas e submetidas à apreciação do Regente.

A 2 de julho imediato grande alarme. Soube-se que em Santos irrompera gravíssima ocorrência, a revolta do Primeiro Batalhão do Regimento de Caçadores, cuja soldadesca cometera os maiores desatinos.

Ocupara a vila obrigando as autoridades e pagar-lhe os soldos atrasados.

Dominada a sedição, com efusão do sangue de muitos amotinados foram sete sentenciados a morte e vinte a perpétuo degredo em África.

Decidiu o Governo que dois dos condenados à pena capital Francisco José das Chagas, vulgo "Chaguinhas," e Joaquim José Cotindiba subissem à forca em São Paulo, sendo os demais executados em Santos, a bordo de um brigue de guerra.

Haveria o suplício de *Chaguinhas* de ferir imenso a imaginação pública e trazer as mais largas discussões no tempo e, muito mais tarde, entre cronistas e historiadores. E as mais acerbas acusações à Junta, sobretudo a Martim Francisco, acoimado de haver sido instigado a cruel decisão tomada por um caso de desforço pessoal.

Constituiu uma das causas célebres antigas de São Paulo, sobretudo, por ter servido como uma das principais bases de acerba hostilidade aos Andradas.

Enorme impressão causou o motim em toda a Província.

Jamais se vira coisa igual em terras paulistas por parte da tropa de linha.

Mandou o Senado que a cidade se iluminasse por três dias e se dessem as demonstrações públicas de geral contentamento

de todos os cidadãos pela repressão da revolta.

Cogitava-se agora das eleições às Cortes.

Tal processo compreendia quatro graus.Os fregueses elegiam os compromissários, estes aos eleitores paroquiais, que reunidos, nas cabeças das respectivas comarcas escolheriam os eleitores da comarca. A seu turno a estes, reunidos na capital da província, competia escolher os Deputados.

À vereança de 28 de julho compareceu uma comissão popular pedindo à Câmara assinasse uma representação endereçada ao Governo Provisório a fim de que os dois Andradas não fossem eleitos às Cortes "por ser a assistência de ambos necessária à regeneração política da Província e da Nação".

Preponderara imenso na composição da bancada paulista a influência dos Andradas. Haviam conseguido nela incluir três compatrícios; os quais um irmão e um sobrinho e o discípulo direto de Martim Francisco, Silva Bueno.

Incontestável é: mais brilhante não poderia ser a deputação paulista a cuja liderança se havia posto um tribuno da altitude de Antonio Carlos.

Levaram os Deputados paulistas para Lisboa copiosa documentação sobre o estado de sua Província e as reivindicações nacionais.

Continuou o Governo Provisório a dar arras do seu constitucionalismo.

A 22 de agosto ordenou que o Escrivão Municipal passasse, por certidão, os nomes de pessoas que até então haviam jurado as bases constitucionais. Pediu ao Regente que fizesse voltar a São Paulo as tropas da Legião Paulista, destacada no Sul e cuja conduta então foi muito louvada ao se declarar que "se haviam comportado como leais paulistas e honrados soldados jurando a Constituição".

Os primeiros atos e D. Pedro na Regência dão a entender de que ele não se achava muito inclinado a crer na possibilidade da realização da previsão anunciada pelo Pai ao se despedir.

Em todo o caso, inteligentíssimo como era, compreendia que o Brasil não se resignaria a ser mera colonia.

A transformação que se operou em seu espírito se deveu muito às picuinhas sofridas por parte de certo grupo de Deputados brasilofobos das Cortes à cuja testa se achavam insensatos exaltados.

Para um homem imperioso, violento, impulsivo, cheio de melindres, era fatal que tamanha impolítica o levasse a achegar-se cada vez mais ao partido nacionalista brasileiro.

Pareciam as Cortes tomadas de insânia em seus propósitos recolonizadores.

Depois de decidirem reforçar as guarnições portuguesas do Brasil passaram a discutir nefasto plano: o de se intimar o Príncipe Regente a deixar o Poder, e o Brasil, sob o pretexto de precisar conhecer as principais Cortes europeias.

A 30 de setembro decretava-se a criação no Brasil de governos independentes por meio de Juntas provinciais provisórias subordinados ao Parlamento.

Afinal a 1º de outubro surgiu o decreto ordenando a volta do Príncipe Real à Europa.

Enquanto isto, desabaladamente trabalhavam os patriotas instigados por homens do relevo de José Clemente Pereira, Ledo, Januário Barbosa, Santa Teresa Sampaio, Alves Branco e outros no sentido de se dar ao Brasil governo perpetuamente livre.

Continuava São Paulo em calma, porém.

Como verdadeira bomba estourou a notícia da intimação das Cortes ao Regente provocando geral e fortíssima repulsa.

Vacilava D. Pedro ou antes contemporizava. Já a 12 de dezembro recebia respeitosa representação pública para que não partisse.

A publicação dos decretos recolonizadores causou o mais forte alvoroço. Reuniu-se o Governo Provisório em sessão extraordinária a 21 de dezembro.

Foi unanimemente acordado que se pedisse ao Príncipe a suspensão da execução das ordens parlamentares enquanto ao Rio de Janeiro não chegassem os delegados pelo Governo paulista escolhidos para com ele se entenderem.

Coube ao Senado de São Paulo a primazia do encabeçamento, em terras paulistas, do grande movimento nacional que daria em resultado o triunfo no Rio de Janeiro, da manifestação do dia famoso do *Fico*, 9 de janeiro de 1822, ponto inicial da série de acontecimentos culminados a 7 de setembro, como é desnecessário lembrar.

A 22 de dezembro reuniu-se novamente a Câmara acordando mandar ao Rio de Janeiro uma deputação de solidariedade ao Regente por parte da Tropa, Nobreza e Povo da Cidade de São Paulo. Seriam seus Deputados José Bonifácio e o Coronel Gama Lobo. A esta delegação se reuniria, na qualidade de cidadão republicano, o Marechal José Arouche de Toledo Rendon.

Entrementes haviam chegado a São Paulo dois emissários dos patriotas fluminenses, João Evangelista de Faria Lobato e Pedro Dias Pais Leme pessoas pertencentes à mais alta hierarquia social brasileira.

Foi certamente das conferências de Lobato e Pais Leme com José Bonifácio que este se decidiu a partir para o Rio de Janeiro. E tal decisão ocorreu depois de 29 de dezembro.

A 24 deste mês oficiara a Junta de São Paulo à de Minas Gerais propondo-lhe aliança ofensiva e defensiva contra quaisquer atos arbitrários e inconstitucionais das cortes tendentes a recolonização do Brasil.

A chegada de José Bonifácio ao Rio de Janeiro ocorreu a 12 de janeiro de 1822.

Sete dias mais tarde era ele nomeado Ministro de Estado do Reino e Estrangeiros, no primeiro gabinete brasileiro. E daí em diante passaria a ser a alma do movimento que, conduzido com a maior habilidade, permitiria a 7 de setembro a ruptura completa e irremediável dos laços governamentais que prendiam o Brasil a Portugal.

E destarte terminou o ano de 1821 que aos paulistanos trouxera tão extraordinárias novidades e sucessos de sua modorrenta vida colonial. Desde muito nenhum outro milésimo lhe causara motivos de tamanhas apreensões e sobressaltos.

Se 1821 correra entre as grandes inquietações, perturbadoras da tranquilidade habitual dos bons e pacíficos cidadãos muito maiores emoções traria o milésimo seguinte.

Época de ímpares emoções decorreu para pessoas acostumadas a pacata existência, uniforme, de tantos e tantos decênios.

Em fins de 1821, geral ansiedade em todo o Brasil reinava.

Submeter-se-ia ou não, o Príncipe Regente, às injunções das Cortes partindo para a Europa?

Só a 10 de dezembro de 1821, se soubera no Rio de Janeiro do teor dos decretos recolonizadores.

Desenhou-se logo fortíssima reação dos partidários do Príncipe.

Vacilou este e nos primeiros dias pendeu para a desobediência e depois fez saber que obedeceria ao ultimato das Cortes.

Agiram os seus partidários célere e energicamente.

Agitou-se a ideia da assinatura de representação popular monstro, pela qual os cidadãos ao Regente pediriam que se não retirasse do Brasil.

Capítulo XXIV

AS CONSEQÜÊNCIAS DO *FICO* EM SÃO PAULO. PARTIDA PARA O RIO DE JANEIRO DA BRIGADA DOS LEAIS PAULISTANOS. BOATOS DA VINDA A SÃO PAULO DO PRÍNCIPE REGENTE. A BERNARDA DE FRANCISCO INÁCIO DE SOUSA QUEIRÓS

AO SENADO da Câmara fluminense a que presidia José Clemente Pereira e a 2 de janeiro de 1822 endereçou o corpo comercial um requerimento para que, em vereação extraordinária, se propusesse ao Príncipe não desse execução aos decretos das Cortes.

Aprovada esta sugestão requereu a edilidade uma audiência solene ao Regente. E esta lhe foi concedida para 9 de janeiro. Neste dia acumulou-se a população da cidade nas imediações do Largo do Paço, em massa enorme.

Já então não hesitava mais o Príncipe.

Nesse memorável 9 de janeiro apresentou-se ao Paço da Cidade o Senado da Câmara e a D. Pedro instante suplicou que para evitar grandes males ao Brasil e à Monarquia, adiasse a partida até nova deliberação do Parlamento.

Não foi, a princípio, decisiva a resposta do Regente.

Como porém impressionasse desagradavelmente esta tergiversação, exposta em edital afixado nesse mesmo nove de janeiro, consentiu que outra se publicasse no dia seguinte segundo a qual fora a sua resposta a famosa frase intitulada o *Fico*: "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação estou pronto, diga ao povo que fico."

Não tardaria porém a esboçar-se a reação reinol.

A 12 de janeiro ocupava o General Jorge de Avilez o morro do Castelo em atitude ameaçadora de quem pretendia depor o Regente.

Mas por seu lado os brasileiros não esmoreceram. Os dois mil soldados portugueses viram-se na iminência de enfrentar uns dez mil patriotas militares e civis. Seu general propos ao Príncipe que se fizesse desarmar, a seus partidários ele também recolheria sua gente a quartéis.

Respondeu D. Pedro peremptório: se a guarnição rebelada lhe desobedecesse ele "a mandaria e ao seu general pela barra fora".

Afinal consentiu Avilez em transferir-se com a sua tropa à Praia Grande, como se sabe.

Entrementes chegara ao Rio de Janeiro a deputação de São Paulo. Enorme impressão causou José Bonifácio ao Príncipe.

Era fatal que tal aproximação conduzisse ao Governo imposto pelas circunstâncias da nova ordem de coisas.

Enquanto estes acontecimentos extraordinários sucediam no Rio de Janeiro qual seria a situação em São Paulo?

De que se achava o Governo da Província certo da iminência de precisar socorrer ao Regente não pode haver dúvida possível.

A 14 de janeiro ainda nada se soubera em São Paulo dos acontecimentos do *Fico*. E o Governo Provisório começou a tomar providências bélicas.

A 2 de janeiro de 1822 a Câmara Municipal, pelo órgão de cinco dos seus seis oficiais, dirigia-se ao Governo Provisório em veemente tom.

Resolvera mandar ao Rio de Janeiro uma deputação a Sua Alteza pedindo-lhe em representação popular que não desamparasse o Brasil.

Perto de trezentos nomes se apuseram à mensagem numa tumultuária mistura onde as firmas dos eclesiásticos se entremeiam às dos militares, às dos capitalistas, às dos cidadãos desprovidos de haveres etc. Nem sequer se observa a menor ordem em relação à hierarquia militar.

A notícia dos acontecimentos do *Fico* parece haver atingido São Paulo a 16 ou 17 de janeiro, trazido pelo Capitão Quintiliano José de Moura que apenas chegado entregara ao Governo uma Carta expressa do Regente.

Reclamava o Príncipe que o Governo de São Paulo mandasse "para guarnecer a defesa de sua Corte uma força armada em quantidade que, não desfalcando a Província, ajudasse a do Rio de Janeiro".

Era o assunto de tal gravidade que o Governo deliberou manter- se em sessão permanente até se expedirem todas as ordens necessárias para o pronto cumprimento daquilo que Sua Alteza Real requeria.

Sem perda de tempo tomaram-se as necessárias providências para a mais rápida resposta ao angustiado apelo.

Não tardaria em marchar o vultoso corpo de tropa, de primeira e segunda linha de infantaria e cavalaria, comandado por Lázaro Gonçalves.

A 30 de janeiro de 1822 agradecia o Príncipe e do modo mais efusivo a remessa da Brigada dos "Leais Paulistanos", "briosa tropa a que ornavam as qualidades que a tornavam digna da reputação de que sempre gozara".

"A História perpetuaria os altos feitos dos soldados de São Paulo" proclamou Martim Francisco ao partir a Brigada.

"Quando, firmada a permanência do Regente do Brasil e a existência de uma Constituição, voltassem ao seio de suas famílias receberiam por prêmio das honrosas fadigas não o vil metal (cobiçado pelas almas venais e mercenárias) e sim os agradecimentos e bênçãos de seus compatriotas."

Empossado da pasta do Reino e Negócios Estrangeiros, ia José Bonifácio encetar a campanha magnífica dos oito meses epilogados a 7 de setembro de 1822.

Proibiu-se todo e qualquer contato da soldadesca deportada com os habitantes da Praia Grande. A 8 de fevereiro, embarcou o Regente a bordo da fragata *União*, onde convocou à sua presença Avilez, e *História da Cidade de São Paulo* 217 diversos oficiais superiores. Fez-lhes então saber que se não partissem seriam tratados a ferro e fogo.

Capitulou Avilez e afinal, a 11, começou o embarque de sua Divisão.

Não tardaria que os acontecimentos provassem quanto bem avisado havia sido o Regente em agir com tamanha decisão e presteza.

A 9 de março surgia à barra da Guanabara a esquadra portuguesa do Vice-Almirante Francisco Maximiano de Sousa. Intimou-se-lhe o regresso imediato à Europa, acedendo o chefe Sousa ao ultimato.

No *Registro Geral* e nas *Atas* há diversos ecos da reação popular paulistana ante os acontecimentos do *Fico* e suas consequências.

A 19 de janeiro punha a Câmara editais historiando os acontecimentos "visto que a Câmara e todo o povo paulistano muito apreciavam a permanência de Sua Alteza Real no Reino do Brasil".

A tal propósito expendeu Saint-Hilaire notável apreciação, tanto mais valiosa quanto partindo de um homem eminente tem por si ainda provir de testemunha ocular dos acontecimentos comentados.

"Pode-se dizer em abono da verdade que a Capitania de São Paulo salvou o Brasil pela energia de sua repulsa às medidas da Corte de Lisboa e a fidelidade de que deu provas para com o Príncipe".

Tal fidelidade é, nos paulistas, uma espécie de instinto, mas não deixa de ser verdade que nada se teria feito aqui, ou antes só se teriam feito talvez mais asneiras do que em outros lugares, se dois homens de grande talento não estivessem à testa do Governo: José Bonifácio de Andrada e Silva e seu irmão Martim Francisco. Todo bem que se operou nesta capitania foi obra sua.

Falava-se muito que o Príncipe Regente estava para vir em visita oficial aos seus leais partidários de São Paulo.

Partiu D. Pedro, porém, inesperadamente para a capital mineira, a 26 de março de 1822.

Triunfal foi-lhe a recepção dos povos e completo o triunfo sobre a indecisa Junta Provincial então deposta sem ousar tentar qualquer resistência.

No sentido de tumultuar os acontecimentos resolveram os liberais cariocas a 13 de maio de 1822, aclamar o Príncipe Defensor Perpétuo do Brasil.

A 15 de abril participava o Governo Provisório à Câmara que havia "alguma certeza" da próxima vinda de S.A.R. o Sereníssimo Senhor Príncipe Regente à Província de São Paulo.

Pouco depois ocorria na capital paulistana o movimento armado que imenso daria que falar de si, a famosa "Bernarda de Francisco Inácio", graças à qual correram rios de tinta, de 1895 para cá, sobretudo.

Questões pessoais foram, a nosso ver, o motivo da ruptura entre os dois irmãos Andrada e o seu colega de Governo Provisório.

Não é possível estabelecer-se confronto entre os dotes intelectuais dos dois ilustres santistas e o seu adversário paulistano, bravo militar aliás com reais serviços de guerra nas campanhas peninsulares, antinapoleonicas e representante do grande elemento capitalista da Província.

Eram todos os três, sobremodo, imperiosos e autoritários e, certamente, se desavieram nos debates do Governo Provisório.

A posição eminente de José Bonifácio, a partir de janeiro de 1822, dera, naturalmente, o maior prestígio ao irmão que continuara no Governo paulista. E Martim Francisco não era homem a quem fácil fosse dominar, duro e autoritário como sempre se mostrara.

Por outro lado contava Francisco Inácio alguém muito chegado à Ilharga do Regente, seu concunhado e grande amigo, Estêvão Ribeiro de Resende, futuro Marquês de Valença, aliás sobremodo apreciado pelo Príncipe e seu ministro itinerante.

Entende Antônio Piza que o movimento projetado em São Paulo teria, certamente, articulações no Rio de Janeiro o que é muito plausível. A elas não se acharia alheio o próprio Ministro da Guerra o Marechal Joaquim de Oliveira Álvares.

Em princípios de maio, começavam os conciliábulos dos conspiradores, conluio de que comparticipavam Oeynhausen e o Ouvidor Costa Carvalho.

Urgia agir, pois o Príncipe expedira portaria provavelmente inspirada por Martim Francisco ao irmão, chamando Oeynhausen à Corte.

Procederam os conspiradores com grande dissimulação.

Deliberara o Governo que na ausência de Oeynhausen ficaria Martim Francisco em sua Presidência interina. Foi este o pretexto para explosão.

Às quatro da tarde de 23 de maio de 1822 amotinou-se a guarnição da cidade, a cuja testa apareceu Francisco Inácio de Sousa Queirós.

Enquanto isto, outro conspirador Pedro Taques Alvim, pela violência, obrigava o Presidente do Senado da Câmara, Leite Penteado, a presidir a uma vereação extraordinária a fim de se expor ao povo e tropa "quanto era útil a conservação do Ex.mo Senhor João Carlos Augusto d'Oeynhausen, como Presidente do Governo Provisório da Província".

Ao mesmo tempo aventava-se quanto seria "conveniente para o sossego da Província a depositação (sic) de Martim Francisco e seu colega Manuel Rodrigues Jordão".

Declararam os Senadores intimidados que a reclamação popular e militar, "fora feita mui sisudamente" (sic). Neste sentido despacharam uma representação ao Governo Provisório.

Manteve-se a Câmara à espera da resposta governamental e esta lhe veio imediata.

Declarou o Governo que não cumprir ordens do Regente constituía verdadeiro ato de desobediência. Não tinha atribuições para demitir dois de seus membros eleitos pelo povo e detentores da sanção do próprio Príncipe.

Mas os ameaçados sabendo da vontade do povo e tropa e desejosos de em tudo concorrer para o sossego da Província haviam apresentado imediatamente a renúncia do mandato.

Declarando-se constrangido declarou Oeynhausen permanecer no posto até resolução de Sua Alteza Real.

Assentou-se que Francisco Inácio tomasse a chefia da Polícia da cidade pela qual ficaria responsável.

De todas as deliberações resolveu o Governo dar ciência à Câmara Municipal para que esta as transmitisse ao povo e à tropa.

No dia imediato ao do golpe de Estado, se é possível assim chamá-lo, reuniu-se o Senado da Câmara "a requerimento do povo e tropa".

Vinham os triunfadores da véspera assegurar a suas Mercês "que se obrigavam pela sua conduta a conservar o sossego público da província". O que havia praticado não fora por insubordinados nem obra de revoltosos e sim "para que o povo e tropa pudessem levar à presença de Sua Aleza Real, sem receio de violência ou despotismo, tudo quanto fosse a bem da Província e dos cidadãos, oprimidos quase por espaço de um ano por meio de leis arbitrárias".

Seria inacreditável imaginar que o Príncipe deixasse o seu primeiro Ministro, cujo valimento se achava em fase ascensional, sofrer tamanho *capitis diminutio* em sua situação política, na própria província natal, como essa decorrente da expulsão violenta do irmão a quem o ligava a mais estreita amizade.

Viria fatalmente a reação no sentido de se reporem as coisas no antigo estado.

Procurou o Governo Provisório completar seu fácil triunfo.

O seu primeiro empenho foi o afastamento de Martim Francisco e Jordão. Do primeiro sobretudo o que pouco depois se deu.

Trataram os bernardistas de, sob favoráveis cores, expor ao Príncipe Regente, o seu pronunciamento.

Entenderam que a sua representação teria melhor encaminhamento sob a forma de grande petição popular abrangendo representantes de todas as classes.

Longa e terrível diatribe se redigiu então contra Martim Francisco, acusado de pretender depor os colegas e provocar uma guerra civil.

Depois de mil protestos de respeito à pessoa do Príncipe e acatamento à sua autoridade pediam os peticionários que sua Alteza aprovasse a sua atitude.

Mandasse o Regente instalar o Governo Provincial de São Paulo pelo modo prescrito pelas Cortes.

Capítulo XXV

O EFÊMERO TRIUNFO DA BERNARDA. A REPULSA DE ITU E SUA COMARCA. AMEAÇA DE ASSALTO A SÃO PAULO PELA GUARNIÇÃO DE SANTOS. RETROCESSO DA COLUNA DO MARECHAL CÂNDIDO XAVIER. PROTESTOS DE FIDELIDADE AO PRÍNCIPE REGENTE POR PARTE DOS BERNARDISTAS E APELOS PARA QUE VISITE SÃO PAULO

DURA lhes correria a partida, bem sabiam os chefes da Bernarda.

A virulência de sua representação tal sentimento denota. Graves motivos de preocupação não tardaram em anuviar-lhes a mente de efêmeros vitoriosos.

Souberam que o Marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa, Governador da Praça de Santos, dispondo de tropa de linha e artilharia se pronunciara contra a sua assuada. E ao mesmo tempo que o interior da Província também se preparava para reagir. Ainda que no Norte paulista o Marechal Arouche também dispunha de elementos de reação.

Assim ficaria São Paulo entre três núcleos de vultosas forças adversas.

Logo que soubera dos acontecimentos de 23 fizera Cândido Xavier cessar as comunicações da praça a que comandava com

São Paulo. E esta deliberação causou grandes receios aos revoltosos.

Soubera-se em São Paulo que em Itu, a 28 de maio, a notícia do motim provocara os mais veementes protestos seguidos de sérios preparativos militares.

Viam-se os bernardistas cada vez mais fracos.

A sua famosa "Tropa coadjuvante" compunha-se de milicianos bisonhos e mal armados.

Já não se reunia mais o Governo expurgado. A 6 de junho participava o Marechal Arouche que o Regente o nomeara Governador das Armas da Província estando iminente o regresso a São Paulo da coluna dos Leais Paulistanos.

Mandou o Governo ao encontro desta tropa o Brigadeiro Bauman.

Com este tendo conferenciado achou Arouche mais prudente voltar ao Rio de Janeiro.

Sobremodo assustados viram os bernardistas que o seu principal inimigo expulso era nomeado, a 4 de julho de 1822, Ministro da Fazenda.

Não tardaria que o Marechal Arouche aparecesse em São Paulo a 16 de julho trazendo uma carta régia de 25 de junho pela qual o Príncipe ordenava a Oeynhausen e a Costa Carvalho que a ele fossem apresentar- se no Rio de Janeiro.

Não houve remédio senão apor o *cumpra-se.*

Os ituanos cada vez mais excitados haviam tomado atitude progressivamente hostil ao Governo Provisório.

Às Câmaras da Comarca da qual era Itu cabeça solidarizaram-se com o movimento.

Já a 16 de julho acharam prudente os chefes bernardistas mandar cumprir a carta régia relativa ao Marechal Arouche.

Ao cair da noite de 19, ocorreu enorme alarma em São Paulo.

À sede do governo compareceu Sousa Queirós a comunicar que "concorria o povo armado ao Quartel, em consequência de se haver espalhado a notícia de que o Marechal Cândido Xavier marchava com um corpo de tropas e quatro peças de artilharia, sobre a cidade.

Logo depois chegou mais positiva notícia: já se encontrava próxima uma guarda avançada da tropa do Marechal.

Com esta notícia se amotinaram os bernardistas concorrendo armados, em grande número, aos seus quartéis. Delegou o Governo a Francisco Inácio a manutenção de ordem.

Fez este partir para o Caminho do Mar o Coronel Daniel Pedro Muller, portador de um ofício pelo qual se exigia que a tropa santista fizesse alto.

Ao mesmo tempo leu-se uma proclamação com o fim de se aquietar o povo. Conseguiu o chefe bernardista dominar o tumulto e os seus partidários mantiveram-se em armas declarando não se dissolverem enquanto não obtivessem certeza da retirada da força adversária.

A noite de 19 para 20 de julho foi verdadeira vigília de armas.

Reinava o pânico na cidade entre os pacíficos moradores. Houve geral êxodo das famílias espavoridas com a ideia de que a soldadesca santista cometesse toda sorte de desatinos na praça conquistada a exemplo do que se verificara em Santos.

Amanheceu o dia 20 e a ansiedade era geral. Como não regressasse a Deputação da véspera, supuseram todos que Cândido Xavier a houvesse preso.

Pensavam os bernardistas em por-se em marcha para libertar os seus emissários no que foram obstados pelo Governo que despachou ao Marechal novo ajudante-de-ordens. Significava-lhe a imposição de que a sua tropa de forma alguma deveria aproximar-se. Viesse Cândido Xavier a São Paulo conferenciar.

Acedeu o oficial general à proposta e a 21 deu-se o seu encontro com os chefes bernardistas.

Declarou-lhes que vinha em desempenho da comissão expressamente determinada por Sua Alteza Real.

Para tomar qualquer resolução precisaria entender-se com Arouche.

Avisado este correu a palácio e de tal conferência resultou que a tropa de Santos regressaria a quartéis.

A 22, à tarde, soube-se em São Paulo que a coluna retrocedia para a sua base. E com esta notícia populares e milicianos abandonaram os pontos em que se achavam à espera do assalto. A 23 resolveu o Governo empossar Arouche mas esta resolução provocou nova e forte agitação.

Assim o recém-empossado declarou desistir da posse.

Que pensar destes esquisitos acontecimentos?

Uma única explicação parece plausível: inventou José Bonifácio a passeata militar para fins de mera intimidação. Tinham os dois marechais instruções formais para que ela não passasse de demonstração de força e ameaça.

Mas bem sabiam os chefes do motim de 23 de maio que qualquer embate de sua gente com as forças de linha de Santos redundaria na mais fragorosa derrota.

Aparentemente conseguira Francisco Inácio nova vantagem.

Durante os dois meses da dominação bernardista afastaram-se por completo das vereanças os edis eleitos para 1822 à exceção do Procurador do Conselho, Luís Manuel da Cunha Bastos, exaltado partidário.

Em junho, a atitude política da Câmara consistiu em exortar ao povo e tropa que se contivessem na antiga moderação mantendo o sossego público.

Entrementes terminara a eleição da representação da Província ao Conselho de Procuradores do Rio de Janeiro.

Declarou o Governo Provisório que estimava tão oportuna ocasião a fim de prestar "a adesão que professava à justa e digna causa do Brasil, para que nunca toda a província de São Paulo deixasse de ser uma só e única família, ligada pelos mesmos sentimentos de amor à augusta pessoa de Sua Alteza e Sereníssimo Senhor Príncipe Regente Protetor e Perpétuo Defensor do Brasil e pelo desejo de promover a felicidade do Reino do Brasil e em União com o de Portugal".

Circulavam acentuados boatos de que o Príncipe estava a partir para São Paulo e o Governo Provisório oficiava à Câmara de que havia a quase certeza de tal viagem.

Era preciso pois que ela tomasse as mais enérgicas providências para o melhor e mais aparatoso recebimento do mesmo Augusto Senhor a fim de que "em São Paulo não o fosse com menos ostentação do que em Minas Gerais pois os moradores de São Paulo não cediam aos mineiros em fidelidade e amor ao Generoso Príncipe Regente Perpétuo Defensor do Reino do Brasil".

Más notícias partiam do Rio de Janeiro. Cada vez mais se achegava o Príncipe a José Bonifácio. E afinal surgiu a confirmação de novidade a mais desalentadora.

Nomeara o Príncipe a Martim Francisco, Ministro da Fazenda!

Um ofício da Câmara de Itu colocara o Senado paulistano e os bernardistas em difícil situação.

Depois de lhe comunicar que havia perfeita identidade de vistas entre os ituanos e o "Ilustre Povo da Corte do Rio de Janeiro, único meio de se salvar a nação de horrorosa tempestade," contava-lhe que "endereçara a Sua Alteza Real muito expressa representação de sua obediência, amor, gratidão e reconhecimento".

Ironica e maliciosamente exprimia: "Talvez sejamos na verdade muito repreensíveis por ousarmos despertar em Vossas Senhorias sentimentos de que sempre nos têm dado lições".

A 17 de julho ecoou na Câmara desanimadora notícia.

Anunciava o Governo Provisório que resolvera de seu dever cumprir a ordem de Sua Alteza mandando que ao Rio de Janeiro se recolhessem Oeynhausen e Costa Carvalho.

Esperavam os demais e poucos membros do Governo, Oliveira Pinto, Muller, Francisco Inácio, que suas Mercês "apesar destas alterações concorressem a promover o sossego público".

Pouco após a retirada de Cândido Xavier, realizou-se vereança ocorrida em ambiente cheio de inquietações, presentes numerosos cidadãos de todas as classes sociais.

Estes elementos estranhos declararam que do Senado exigiam mandasse ao Rio de Janeiro uma deputação para representar a Sua Alteza Real, que a Província de São Paulo vivia em perfeita paz e não se achava submersa na anarquia como talvez, mal informado estaria por pessoas inimigas da Província e da boa ordem. Pedir-lhe-ia a delegação que suspendesse quaisquer medidas hostis, solicitando-lhe, com toda a energia, que pessoalmente viesse conhecer o que eram os corações fiéis dos leais paulistas ansiosos pela real presença.

Como corresse que Francisco Inácio pretendia ausentar-se do território paulista, requereram os circunstantes que o Senado imediatamente oficiasse ao Governo pedindo-lhe fizesse sustar a viagem do Coronel, até que Sua Alteza Real, bem informado dos seus relevantes serviços, determinasse o que fosse do seu real agrado.

Descomedira-se Sousa Queirós, diversas vezes deixando-se levar pelo temperamento violento.

Ainda em meados de julho e em público, chegara ao despropósito de proferir que se o Príncipe mantivesse no ministério a José Bonifácio "ainda haveria de levar com um chicote no Rio de Janeiro".

Em outra ocasião, ainda mais grave imprudência cometera a dizer que dispunha de muita pólvora e bala para o Príncipe Regente.

Capítulo XXVI

ATITUDE AMEAÇADORA DA COMARCA DE ITU. PARTIDA DO PRÍNCIPE REGENTE PARA SÃO PAULO. VIAGEM TRIUNFAL. RECEPÇÃO EXTRAORDINARIAMENTE FESTIVA NA CAPITAL PAULISTA

RESOLVERAM os mentores da reação ituana acelerar o ritmo de sua atuação hostil.

A 23 de julho, cientes das ocorrências da marcha da coluna de Cândido Xavier, oficiavam às Câmaras de Sorocaba, Porto Feliz, Campinas, pedindo-lhes a solidariedade para a atitude que iam assumir passando a uma fase de mobilização dos seus milicianos, a fim de encetar hostilidades contra os rebeldes de São Paulo.

Grande impressão causou aos chefes bernardistas este incidente.

Declarou-se em ata que o Governo tomara a deliberação de rogar a Sua Alteza Real, que viesse com prontidão a São Paulo para, com a sua desejada presença, serenar estes tumultos.

Queria, porém, deixar bem frisada a situação pacífica da cidade.

A livre ação do Governo no exercício de suas funções indicava quanto ele não se achava despojado de suas atribuições.

Esfrangalhava-se a resistência bernardista.

Reza uma ata de julho do pobre Governo Provisório que cartas do Rio de Janeiro noticiavam estar a partir Sua Alteza Real com toda a brevidade, em visita à província.

Assim, os quatro remanescentes dos antigos quinze membros Oliveira Pinto, Muller, Quartim e Sousa Queirós declararam que haviam reiterado as precisas ordens para "se apresentar tanto pela estrada como na cidade todo o necessário para o mais pomposo recebimento do Augusto Senhor".

A 19 de agosto, celebrava o moribundo Governo Provisório, eleito a 27 de junho de 1821, a derradeira sessão cuja ata é a mais insignificativa e vem assinada pelos mesmos Pinto, Muller, Queirós e Quartim.

À vista dos graves sucessos de São Paulo, resolveu o Regente para lá encaminhar-se.

A 13 de agosto, assinou um decreto confiando o governo à Princesa Real D. Leopoldina e a 14 partiu.

Em Santa Cruz, apareceu-lhe Oeynhausen que se dirigia ao Rio de Janeiro. Recusou recebê-lo, mandando que se apresentasse à Princesa Real e a José Bonifácio.

Vinha D. Pedro sobremodo encolerizado.

Antes de sair da capital, escreve Varnhagen, havia tido conhecimento do ocorrido nas sessões das Cortes.

Lera o discurso em que fora duramente tratado por Borges Carneiro e escarnecido.

Com as notícias da reação lusitana da Bahia, haviam os recolonizadores tomado alento.

Entende Varnhagen que já o Príncipe se achava "quase" resolvido a declarar a Independência como demonstrava a circular de José Bonifácio ao Corpo Diplomático nesse mesmo dia 14 de agosto.

"Tendo o Brasil que se considerava tão livre como o reino de Portugal sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar e passando a proclamar a sua Independência e exigir uma assembleia legislativa dentro de seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa"... era o cabeçalho da circular.

Prosseguindo a jornada, passou o Príncipe por São João Marcos, Areias e Lorena.

Aí expediu o decreto dissolvendo o Governo Provisório de São Paulo.

Encolerizado, declarou haver dispensado a Guarda de Honra que ele lhe oferecia. Já ordenara que se compusesse "outra e legítima Guarda de Honra" por ele próprio criada.

Em Guaratinguetá e sobretudo em Pindamonhagaba e Taubaté, teve triunfal recepção.

Não menos cordial a acolhida em Jacareí e Moji das Cruzes.

As *Atas* paulistanas não se referem à marcha do Príncipe. Não vinha ele tão rapidamente que não houvesse atingido a São Paulo, com alguns dias de antecedência, a notícia de sua aproximação. A 17 de agosto, mandava-se aterrar os buracos das ruas "que fosse preciso fazer desaparecer para a chegada de Sua Alteza Real". E elegeu o Senado dois cidadãos republicanos "para irem ao encontro do mesmo Augusto Senhor".

A estes emissários e aos do Governo bernardista recusou D.

Pedro receber em Moji das Cruzes.

Caminhava o Príncipe cautelosamente. Assim, a 24, resolveu dormir na Penha.

À noite, ordenou que o Major Canto e Melo e o *Chalaça* fossem incógnitos à cidade "a fim de observarem o estado em que ela se achava. Regressaram à meia-noite dando notícia da perfeita quietação em que a tinham encontrado".

Foi então que D. Luís de Saldanha da Gama, ministro itinerante, expediu um aviso régio à Câmara de São Paulo "de ordem de Sua Alteza Real" e em termos ríspidos. No dia 25, deveria achar-se às portas da cidade para recebimento do Augusto Senhor, mas só presentes "aqueles vereadores que

legalmente serviam antes da desordem do dia 23 de maio e, em sua falta, os próximos transatos".

Alvoroçou-se o Senado logo reunido em vereança extraordinária.

Assumindo a presidência, declarou Leite Penteado que o juiz *ad hoc* Guimarães não podia acompanhar os seus pares à presença de Sua Alteza Real. Iriam ele Penteado, e presidente em 1822, e os Vereadores José Mariano Bueno e José de Almeida Ramos, e o Dr. Manuel Joaquim de Ornelas. Este "por ter suficiência para falar e representar por parte da Câmara o que fosse preciso".

Foi o escrivão municipal encarregado de convidar "outros vereadores transatos" para, quando da entrada de Sua Alteza, "pegarem no Pálio e no Estandarte Real".

A resposta a D. Luís de Saldanha da Gama consigna que ao meio-dia deveria estar o Senado da Câmara a postos para receber o Regente, às portas da cidade.

Ordenava D. Pedro "saíssem obrigativamente da cidade os principais fomentadores dos movimentos subversivos de 23 de maio e 19 de julho".

Queria dar severa lição aos atrevidos adversários.

Aparavam o desferimento dos golpes tanto o ministro itinerante como o Coronel Gama Lobo. O último, prudente e circunspecto, conseguiu que a pena imposta aos proscritos se limitasse ao mínimo, o afastamento, mas em plena liberdade.

A entrada do Regente em São Paulo assinalou formidável ovação por parte de enorme concurso de povo, que o vitoriou estrondosamente, a formar alas desde a Penha (a 12 quilometros) até a cidade.

A ata de 25 de agosto consigna que o corpo municipal saiu de seu Paço coberto com o Real Estandarte e foi postar-se sob o primeiro arco triunfal armado em frente à porta do Exmº Sr. Bispo, na Ladeira do Carmo. Foi ali que Sua Alteza Real descavalgou, passando para baixo do pálio.

Deste ponto, foi o cortejo à Sé, onde se cantou *Te Deum*. Finda a solenidade, partiu D. Pedro sempre sob as mais vivas aclamações para o Palácio onde deu beija-mão "à Câmara em primeiro lugar e depois às mais autoridades".

No dia 26, no auge do júbilo que lhe trouxera o tão fácil *veni, vidi, vici,* deu o Príncipe solenes cortejo, beija-mão e audiência à Câmara Municipal.

Saiu esta do Paço coberta com o Real Estandarte. Chegando ao Palácio, mandou o Regente que fosse a primeira a entrar.

Pediu o juiz presidente Bento Penteado vênia a V. A. para fazer a sua gala e este lhe respondeu que sim.

Aí "fez ou recitou" o Dr. Ornelas o seu discurso "de que o mesmo Real Senhor ficou muito satisfeito", diz uma ata.

Apostrofando o Augusto itinerante, desfechou-lhe o orador uma série das mais altissonantes e prodigiosas louvaminhas.

Voltando-se para os paulistas, clamou o arroubado autor de tão retumbantes metáforas: "Alegra-te, Pauliceia! Exalta de prazer! Despe as enlutadas roupas em que te envolveste quando, traspassada da maior dor, viste rompida a tranquilidade em que vivias!"

Em flux de tropos, deixou-se o Dr. Ornelas levar a verdadeira orgia de louvores.

Terminando a sua fala, levantou vivas à religião católica, às futuras Cortes do Brasil, a El-Rei Constitucional, o Sr. Dom João VI, ao Príncipe Real e à sua sereníssima, augusta e querida esposa. À família Real e a toda a Casa de Bragança, à união e tranquilidade, coroando este longo vivório por um. "Vivam finalmente os honrados portugueses de ambos os hemisférios".

Findo o grande surto oratório do Dr. Ornelas começou o desfile dos concorrentes ao beija-mão. Havia enorme expectativa a propósito de um encontro e este se deu ocasionando desagradável cena.

Mostrava-se o Príncipe "alegre e prazenteiro", quando, entre os que desfilavam, viu adiantarem-se Francisco Inácio e Oliveira Pinto, conta-nos Canto e Melo.

Tornou-se severo e reservado. Negando-lhes a mão ordenou, que ambos seguissem, imediatamente, para a Corte, o que cumpriram.

Não era possível que deixasse de haver algumas represálias contra os bernardistas. Foram as mais brandas aliás. Cifraram-se ao afastamento das principais figuras do movimento.

Demorou-se em São Paulo dez dias o extraordinário andarilho que era D. Pedro, agora entregue aos arroubos da recentíssima e violenta paixão inspirada por formosa dama, dentre em breve sua favorita.

Capítulo XXVII

A JORNADA DE SETE DE SETEMBRO. O MEMORÁVEL ESPETÁCULO DO TEATRO DA ÓPERA. EPISÓDIOS DIVERSOS. PARTIDA DE D. PEDRO PARA O RIO DE JANEIRO. AGRACIAMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO COM O TÍTULO DE IMPERIAL. A JUNTA TRINA INTERINA DE SETEMBRO DE 1822 E O GOVERNO PROVISÓRIO DE JANEIRO SEGUINTE

A 5 DE SETEMBRO de 1822, resolveu o Príncipe Regente descer a Santos.

O motivo da viagem era examinar o estado das suas fortificações e "visitar" a família de seu amigo José Bonifácio de Andrada.

Precipitava-se o desenlace.

A 28 de agosto chegavam ao Rio de Janeiro notícias de que em Lisboa haviam sido votadas nas Cortes várias resoluções fortemente compressoras.

Consentia-se na permanência do Regente no Rio de Janeiro até a promulgação da Constituição, mas sujeito a El-Rei e às Cortes: e seriam seus ministros nomeados por D. João VI.

A chegada destas notícias encontrou no Rio de Janeiro o mais tenso ambiente.

Para dar conhecimento ao Regente de tais ocorrências resolveu José Bonifácio, após haver reunido o Ministério, sob a presidência da Princesa Real, expedir-lhe um correio expresso. Assim partiu sem detença.

Paulo Bregaro, oficial de secretaria a quem recomendou o ministro "se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho nunca mais será correio".

Chegado na manhã de 7 de setembro a São Paulo e sabendo que o Príncipe estava em Santos, para lá partiu Bregaro encontrando-o no alto do Ipiranga à tardinha.

Leu D. Pedro os ofícios e cartas enviados pela Princesa Real e José Bonifácio. E, ao percorrê-los, depois de um momento de reflexão, bradou: "É tempo! Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!"

Em ato contínuo, arrancando o laço português que trazia no chapéu, arrojou-o para longe e desembainhando a espada, ele e os mais presentes, prestaram o juramento de honra que para sempre os ligava à realização da ideia da liberdade brasileira.

Trinta e oito, além do Príncipe, foram os presentes à memorável cena ocorrida às quatro e meia da tarde de 7 de setembro de 1822, no campo deserto do Ipiranga.

Partiu D. Pedro em desapoderada carreira para São Paulo e a passagem daquela grande cavalgada, a todos causou imensa surpresa.

Do modo mais célere espalhou-se a notícia por toda a cidade.

Encheram-se as ruas de povo e os sinos das igrejas começaram a repicar festivamente. É tradição que o primeiro toque partiu da torre da Igreja da Boa Morte.

Fez imediatamente o Príncipe um molde da legenda "Independência ou Morte". Levado ao ourives Lessa, serviu para que, às seis horas desta mesma tarde estivesse pronta. Com ela o Príncipe apresentou- se em público.

Nesse ínterim compos o Regente o Hino da Independência que na mesma noite deveria ser, como foi, executado durante o espetáculo do Teatro da Ópera. "Logo que o Príncipe chegou ao camarim, bradaram ao mesmo tempo o Padre Ildefonso Xavier Ferreira e o Alferes Tomás de Aquino e Castro: Independência ou Morte! Viva a Independência do Brasil! O que foi repetido por todo o povo com entusiásticos e prolongados vivas".

"Neste momento, tocou o entusiasmo do povo ao delírio, e por longo espaço foi tal a confusão e o rumor que mal se podia distinguir o que se passava. O povo em massa saudava nos transportes de mais intensa alegria o glorioso ato da emancipação nacional."

"Entrando na plateia o Padre Ildefonso e tomando posição fronteira ao Príncipe, soltou o brado: Viva o primeiro Rei brasileiro!"

Houve um momento, rapidíssimo aliás, de suspensão geral dos espíritos imediatamente dissipado.

Fez D. Pedro um sinal de aquiescência o que determinou uma explosão de vivas, repetidos por toda a assistência.

Foi então que irrompeu o Hino em coro dirigido pelo próprio compositor.

Avalie-se a sensação causada no auditório ao ver o próprio Príncipe dirigir o coro das senhoras paulistas!

"O Hino que então se cantava era o real português e também o das Cortes constituintes."

No Dia da Independência, cantando-se este hino, à "Divinal Constituição", houve quem substituísse o verso "Vivam lusos valorosos" por "Viva o Brasil Venturoso"!

Foram entoados ambos os hinos, pela plateia várias vezes em quase todos os entreatos e com o maior entusiasmo.

Pretendeu alguns autores que muito de indústria dispusera José Bonifácio que partisse o Príncipe para São Paulo, a fim de caber à sua província natal a grande glória de ser a primeira zona do Brasil liberta da união lusitana.

Sedimentou-se fortemente tal versão nascida de hipótese lançada por Drumond.

Vamos contestá-la, apresentando irrefragável documento, de que jamais cogitou o Patriarca de fazer com que D. Pedro proclamasse a Independência do Brasil em terras de São Paulo.

Se tal fato ocorreu, deveu-se a um destes atos irreprimíveis de arrebatamento muito do feito impulso do Regente.

Leu os despachos do seu ministro, e da Princesa, irritou-se sobremaneira e, dando largas à cólera, precipitou notavelmente os acontecimentos. Surpresa devem ter tido, com a chegada da notícia da cena do Ipiranga, José Bonifácio e D. Leopoldina.

A proclamação da Independência estava por dias a se fazer, mas deveria realizar-se no Rio de Janeiro. Antecipou-se D. Pedro.

Entre muitos documentos, andradinos valiosos, acerca da Independência, oferecidos pelo Dr. Paulo de Sousa Queirós ao Museu Paulista, figura uma minuta da carta, que deve ter sido a última escrita pelo patriarca ao Príncipe, antes de 7 de setembro. Está datada de 1º de setembro, dia em que Paulo Bregaro deixou o Rio de Janeiro.

Infelizmente, só nos resta o final desta missiva, de capital importância, que parece dever ter sido longa exposição do estado geral dos negócios do País e do progresso do movimento para a consumação da Independência.

Termina-a José Bonifácio pela apóstrofe concitadora à rebelião que devia trazer a libertação brasileira.

Neste incitamento, está perfeitamente claro que o ministro pretendia realizar a proclamação da Independência no Rio de Janeiro.

"Senhor! O dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores."

"Venha V. A. Rev.ma., quanto antes, e decida-se; porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido e uma desgraça."

Muitos paulistas recorreram ao Príncipe pedindo-lhe o beneplácito para a formação de uma guarda cívica que, jurando a Independência do Brasil, tivesse por especial atribuição defendê-la pessoalmente.

Consentiu D. Pedro na organização desse corpo que teria a denominação de *Sustentáculo da Independência Brasileira* e agradeceu "muito e muito" a lembrança patriótica do povo paulistano.

Quer nos parecer que a coorte dos *Sustentáculos* jamais passou de projeto.

De quanto nas primeiras semanas após o regresso de D. Pedro ainda não se sabia o que viria a ser o Brasil demonstra-o o ofício da Junta da Fazenda ao Senado da Câmara, já a 20 de setembro de 1822, cobrando certa contribuição por provisão de Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Regente Constitucional, Defensor Perpétuo do Reino do Brasil e nele lugar-tenente de El-Rei seu Senhor e Pai.

Passado o primeiro momento de surpresa causada pela explosão de *Sete de Setembro* apresentou-se à mente do Príncipe e de todos os seus adeptos a certeza da reação lusitana que tão forte se vinha desenhando na Bahia e no Maranhão, comandada

por Madeira e Fidié. Não havia tempo a perder. Assim, a 10 de setembro, partiu o Proclamador da Independência para o Rio de Janeiro sob as aclamações de enorme concurso de povo. E sua despedida foi "um símile do triunfo com que em Roma eram recebidos os vencedores na guerra". Deixaram em São Paulo, como Governo, um triunvirato composto pelo Bispo Dom Mateus de Abreu Pereira, o Juiz-de-Fora Correia Pacheco e o Marechal Cândido Xavier.

Os agitados acontecimentos pelos quais se vinha processando a sujeição de todo o território brasileiro à autoridade do primeiro Imperador na Bahia, Piauí, Maranhão e Cisplatina não tiveram quase repercussão em São Paulo.

Terminava a era colonial. A 17 de março de 1823 concedia D. Pedro I à cidade de São Paulo o título de *Imperial* em lembrança e gratidão dos serviços à causa da Independência e à comarca de Itu o de *Fidelíssima.*

Capítulo XXVIII

INCERTEZAS E DIVERGÊNCIAS. CONSULTA À CÂMARA DE SÃO PAULO SOBRE A CONVENIÊNCIA DE ACLAMAÇÃO IMEDIATA DO PRÍNCIPE. SOLIDARIEDADE PAULISTANA COM OS FLUMINENSES. A ACLAMAÇÃO SOLENE DO IMPERADOR A 12 DE OUTUBRO DE 1822. AS ELEIÇÕES À CONSTITUINTE E DO GOVERNO PROVISÓRIO. A DEVASSA CONTRA OS BERNARDISTAS.

SÚBITA E INESPERADA ANISTIA GERAL EM SUA ojeriza a José Bonifácio e sobretudo a Martim Francisco, inimigo pessoal, afirma Varnhagen que a ideia da rápida aclamação do Príncipe como soberano do Brasil, a 12 de outubro de 1822, foi devida à Maçonaria, exclusivamente. Nada mais fizera José Bonifácio do que conformar-se com tal exigência.

Mas Rio Branco valendo-se do arquivo do Grande Oriente demonstrou a inanidade de semelhante proposição.

Descambando para um constitucionalismo extremado que reduziria o futuro soberano a mesquinha situação, fizeram Ledo e José Clemente expedir uma circular dirigida às Câmaras da Província do Rio de Janeiro e às demais do País, circular em que existia a cláusula pela qual se obrigava o Imperador a prévio juramento prestado à Constituição que a Assembleia Constituinte elaborasse.

Com o maior critério fez José Bonifácio frente a esta exigência obrigando a Câmara do Rio de Janeiro a não o formular.

Daí se originou o rompimento entre o primeiro-ministro e Gonçalves Ledo e seus partidários.

Alguns dias após a partida do Príncipe recebia o Senado de São Paulo longo ofício do Rio de Janeiro pedindo-lhe a solidariedade para uma iniciativa patriótica.

Embarcavam na Europa, anunciava-lhe, contingentes de tropas para a Bahia em reforço às baionetas enristadas contra os brasileiros.

A única resposta a tão incríveis atos contra o Defensor Perpétuo do Brasil seria aclamá-lo imediatamente soberano constitucional dando-lhe todos os atributos do Poder Executivo.

Extraordinária impressão causou aos paulistanos a divulgação de tais fatos. Foi concorridíssima a vereança de 28 de setembro. Presentes todos os Senadores declara a ata que a ela concorreram "clero, nobreza e povo desta cidade".

Lida a mensagem fluminense "por todos foi unanimemente acordado que concordavam com a Câmara da Corte e Cidade do Rio de Janeiro".

À Câmara declarou achar-se com ela em plena solidariedade de sentimentos.

A Dom Pedro se significou que o clero, nobreza e povo da cidade de São Paulo queriam vê-lo investido de todas as atribuições do Poder Executivo, em forma constitucional.

Só por este modo poderia o Brasil triunfar seguramente de seus inimigos e ir a ser uma das mais poderosas e afortunadas nações da terra.

Mal acabava a opinião pública de se manifestar chegava a São Paulo segunda consulta da mesma origem.

Resolvera o Senado fluminense aclamar, a 12 de outubro, "o Senhor D. Pedro de Alcântara, atual Príncipe Regente do Brasil e seu Defensor Perpétuo, como Primeiro Imperador do Brasil".

Acordaram os Senadores paulistanos que também em sua capital se efetuasse tão solene ato, no mesmo dia "por ser esta a vontade geral da nobreza, povo e tropa de São Paulo, tão energicamente desenvolvido no momento em que se divulgara tão interessante resolução".

Foram imediatamente lavrados editais determinando luminárias por nove dias sucessivos a partir de 12 de outubro.

Aos seus munícipes expôs o Senado a necessidade da adesão de São Paulo "a tão importante e glorioso ato de mais a mais indispensável, nas circunstâncias vigentes", achando-se El-Rei Constitucional, o Senhor Dom João Sexto, no estado de prisioneiro, em Lisboa, e sem a menor ação para o livre exercício do Poder Executivo, por haverem as Cortes arrogado a si todos os poderes da soberania e constrangido a El-Rei a executar quanto lhes agradava contra os direitos e interesses do Brasil, a quem ameaçavam com os horrores de uma guerra.

Declarava o edital que a notícia da resolução fluminense fora recebida "pelo povo e tropa da cidade de São Paulo com tanto entusiasmo e contentamento que espontaneamente a cidade se iluminara só se ouvindo pelas ruas as vozes de Viva o Príncipe Imperador do Brasil, o Senhor Dom Pedro! A aclamação do novo soberano se efetuaria no próprio dia do seu aniversário natalício, cerimonia para a qual eram convidados povo e tropa, às nove da manhã de 12 de outubro de 1822 em frente os Paços do Concelho".

Raiou no meio da maior expectativa a mais intensa curiosidade geral o tão desejado *doze de outubro.*

Infelizmente não conhecemos nenhum relato concernente ao desenrolar da extraordinária cerimonia então ocorrida.

Coube ao escrivão João Nepomuceno de Almeida lavrar a mais notável das atas da Municipalidade de São Paulo de todas quantas até então haviam sido redigidas.

Mencionou a presença de todos os membros do Excelentíssimo Governo Atual Provincial e do Senado, autoridades, povo e tropa. Haviam acordado unanimemente "declarar a sua Independência dos Reinos de Portugal e Algarves. Por ela protestavam dar a própria vida".

Terminante resolveu o Senado que, sem perda de tempo, fosse cópia de tão patriótico documento enviado ao novo Imperador, mensagem que lhe seria pessoalmente enviada por especial deputação.

A 30 de outubro de 1822 realizaram-se as primeiras eleições no Brasil independente.

Havia na Comarca de São Paulo 114 eleitores, dos quais 47 na cidade e seus distritos.

Os bernardistas não se deixaram intimidar e concorreram às urnas, não sofrendo constrangimento algum.

Veio a apuração provar quanto os sentimentos do eleitorado eram pouco andradistas.

Dos 101 eleitores presentes, 33 havia bernardistas rubros, tendo 23 votado em Oeynhausen.

Triunfaram largamente os bernardistas que sufragaram os nomes de três de seus principais chefes, membros do antigo Governo Provisório. Um dos maiores corifeus do motim de 23 de maio e um personagem inócuo.

Os mais votados para os cinco lugares foram:

Chefe da Esquadra Miguel de Oliveira Pinto..... 43 votos

Coronel Daniel Pedro Muller ..... 42 "

Cel. Francisco Inácio de Sousa Queirós..... 33 "

Brigadeiro Joaquim José Pinto de Morais Leme .... 31 "

Padre João Gonçalves Lima ..... 31 "

Dos cinco apenas um passava por andradista, assim mesmo moderado. O Padre Lima, vigário de Parnaíba.

Uma série de indivíduos anonimos recebeu muito maior número de sufrágios do que vários cidadãos do mais alto mérito como Paula Sousa, Vergueiro e Cândido Xavier.

Mas, as eleições ocorridas em toda a província tão estrondosa vitória deram aos candidatos nacionalistas que o resultado geral anulou completamente a votação da capital.

Assim se constituiu o novo Governo Provisório:

Marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa . . . . . – Presidente

Dr. José Correia Pacheco e Silva . . . . . – Secretário

Dr. Manuel Joaquim de Ornelas. . . . . – Deputado

Coronel Anastácio de Freitas Trancoso. . . . . – ”

Capitão-Mor João Batista de Silva Passos . . . . . – ”

Coronel Francisco Correia de Morais . . . . . – ”

A 9 de janeiro de 1823 empossava-se o novo Governo que iria reger a Província até primeiro de abril de 1824.

Para a Assembleia Constituinte coube a representação paulista nove cadeiras num total de cem para todo o Brasil.

Por São Paulo foram eleitos cinco dos seis antigos Deputados às Cortes, Vergueiro, Antonio Carlos de Andrada, José Ricardo da Costa Aguiar, Paula Sousa, Fernandes Pinheiro. Para as demais cadeiras o Desembargador Veloso de Oliveira, o Marechal Arouche e seu irmão, o modesto e distintíssimo magistrado e erudito Diogo de Toledo Lara e Ordonhes e José Bonifácio de Andrada e Silva. Apenas como Primeiro-Suplente surgiu Martim Francisco.

A 13 de outubro de 1822, completaram-se as solenidades jubilares com pontifical e sermão pelo qual "solenizou o Exmº Prelado em ação de graças ao Todo Poderoso pela felicíssima aclamação do Primeiro Imperador do Império do Brasil, o Senhor Dom Pedro de Alcântara".

Assim, decorreram os últimos atos pelos quais a cidade de São Paulo comemorou a sua integração na comunidade da Nação brasileira, criada em sua vizinhança, cinquenta dias antes.

A 19 de outubro a Metternich escrevia o Barão Wenzel de Mareschall, Ministro da Áustria no Rio de Janeiro: "A ideia da República desvaneceu-se de todo. Admitindo a monarquia ninguém pode lutar com o Príncipe. E os brasileiros veem-se muito lisonjeados com os títulos de Império e Imperador."

O Juiz-de-Fora de Taubaté deu-se pressa em proceder à devassa de que fora incumbido contra os bernardistas.

Já a 16 de setembro procedia-se à inquirição de testemunhas.

A 18 de setembro, porém, expediu D. Pedro um decreto pacificador dos espíritos.

Admitia a existência "ainda" no Brasil de dissidentes da grande causa de sua Independência que os povos haviam proclamado e ele jurara defender.

Estes indivíduos viviam induzidos por crassa ignorância ou cego fanatismo e era isto o que os levava a espalhar rumores nocivos à união e tranquilidade dos bons brasileiros. Tornava-se até possível que semelhante gente ousasse formar prosélitos.

Mas, ele Regente, desejoso de sempre aliar a bondade à justiça e ouvido o Conselho de Estado, queria decretar anistia geral para todas as passadas opiniões políticas até aquela data.

Parecia inexplicável tão súbita reviravolta. Não seria decisão influenciada pelos Andradas que não passavam por cordatos. Com certeza vira-se o Príncipe assediado por mil e um pedidos não só do grande partido que enfrentava José Bonifácio como ainda do futuro Marquês de Valença, concunhado de Francisco Inácio.

E mais que provavelmente já de São Paulo viera trabalhado pela sua enfeitiçadora recente que votava funda antipatia aos Andradas.

Em todo o caso, uma restrição foi posta a medida de tão excepcional cordura. Comunicou José Bonifácio, a 25 de setembro, ao Governo provincial que embora Sua Alteza Real por sua Alta Clemência houvesse perdoado os indivíduos compreendidos na devassa, não queria que deste ato de sua grande benignidade resultasse prejuízo algum à causa pública nem motivo que abalasse a tranquilidade e segurança dos povos

de São Paulo. Ficariam as pessoas compreendidas na devassa sob a mais rigorosa vigilância e em São Paulo.

Pretende Varnhagen, sempre muito pouco amigo dos Andradas, que o decreto de 23 de setembro lavrou-se à revelia de José Bonifácio e Martim Francisco. Ao dele terem conhecimento, chegaram ambos a apresentar a sua demissão, retirada ante as explicações do Príncipe.

Afirma ainda que os Andradas atribuíram o decreto a influências maçonicas. E desde aí promoveram a maior guerra ao grupo que nela dominava, o de Gonçalves Ledo.

Mas Rio Branco valendo-se dos arquivos do Grande Oriente Fluminense demonstrou o erro do ilustre sorocabano.

Capítulo XXIX

AS CONDIÇÕES GERAIS QUE REGIAM A VIDA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII E NOS ANOS COLONIAIS DO SÉCULO XIX. LARGO PERÍODO DE ESTAGNAÇÃO E DECADÊNCIA. UNIFORMIDADE DA VIDA MUNICIPAL. A ADMINISTRAÇÃO E A POLÍCIA. AS ESCASSÍSSIMAS RECEITAS MUNICIPAIS. OBRAS RECLAMADAS E ADIADAS SEMPRE. AS EPIDEMIAS. DECLÍNIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

DURANTE todo o século XVIII e o primeiro quartel da centúria seguinte, alteração alguma de vulto se pode verificar no ritmo da existência coletiva da cidade.

Viveu pacífica e modorrentamente, de 1701 a 1821. Nenhum grande acontecimento veio perturbar-lhe a quietude de uma época de acentuada e profunda depressão economica progressiva, provocada principalmente pelo despovoamento em prol das três grandes regiões do ouro desvendada pelas bandeiras em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Assim não há grande coisa a assinalar, quer nas normas da vida governamental da capitania e da cidade quer nas da vida comum.

A militarização provocada pela política da Coroa aferrada à posse das terras uruguaias e sul-rio-grandenses contribuiu fortemente para a decadência da região paulista com a recruta dos seus homens válidos para as campanhas pombalinas do Sul. E, após 1808, a que D. João VI mandaria levar a cabo na

prossecução do velho sonho dinástico bragantino o de conduzir as fronteiras do Brasil à margem setentrional do Prata.

Bons e maus capitães-generais governadores, conheceram como vimos a cidade e a capitania.

Maus e bons ouvidores teve a comarca paulistana no lapso que em conjunto examinamos.

Alguns péssimos como Godinho Manso, Campelo, Peleja, concussionários, larápios, mas outros ótimos, como Pardinho, muito bons como Filgueiras, Estêvão Teixeira, alguns honestos mais insuportáveis e prepotentes, gênero, Domingos Rocha, ao lado de outros apagados insignificantes.

Contou o sólio episcopal quatro ocupantes cujas memórias se tornaram dignas de todo o acatamento.

O que no período colonial da vida da cidade se acentua é a progressiva anulação dos poderes municipais ante a prepotência dos capitães- generais, que tantas vezes intervieram na constituição das edilidades.

A documentação setecentista, muito mais abundante do que a do século anterior, revela que as normas do viver coletivo não tivera grandes alterações em suas linhas essenciais.

Continuou quase a mesma imprecisão nas concessões de chãos e cartas de data, pagamentos de foros fixos, indeterminação das demarcações dos terrenos devolutos e invasão do patrimonio territorial do município, embates dos títulos de posses, etc.

O computo da arrecadação das Câmaras mostra-se melhor documentado, mas, ainda assim, muito lacunoso. A grande fonte informativa vem a ser as alusões escassas das *Atas* e do*Registro Geral*. A pormenorização da arrecadação e da despesa nos é quase desconhecida.

Surgem, às vezes, alusões à responsabilização dos procuradores do Conselho pelo mau emprego dos dinheiros recebidos.

Os recursos financeiros da cidade eram mínimos, porém, e desfalcados por pagamentos elevados em relação ao seu vulto, das propinas, a magistrados e a vereadores, e as despesas com a aposentadoria dos ouvidores. Para obras públicas pouco sobrava quando se tratava das mais indispensáveis, como as referentes à construção do Paço e Cadeia ou da Sé Catedral. Para levar a efeito a edificação do Paço ou a instalação de fontes públicas recorreram os Capitães-Generais às "subscrições voluntárias" dos cidadãos, contribuições que nada tinham de graciosas e representavam atos altamente compulsórios.

Continuava a cidade por calçar e as Câmaras não dispunham de meios de levar a efeito a tão desejada pavimentação. O restauro das pontes e aterrados sofria soluções de continuidade por vezes sobremodo extensas. Queixavam-se os empreiteiros da impontualidade municipal.

O mesmo sucedia com a estrada vital do Caminho do Mar.

Por diversas vezes, e por longos lapsos, obras de capital importância como as que asseguravam o trânsito pela Ponte Grande sobre o Tietê e a de Pinheiros se adiaram levando

homens e animais a atravessar caudalosos rios em canoa e a nado.

Outra obra constantemente postergada a do Paço e Cadeia fez com que durante longa série de anos não pudessem as edilidades dispor de meios de contenção dos numerosos facínoras por cujo encarceramento eram responsáveis.

Só para os fins do século XVIII é que conseguiria a cidade dispor de cárcere com gradeado de relativa solidez embora de taipas embarrotadas, em seu âmago.

Arrastavam-se os trabalhos públicos não se conseguindo a efetivação de promessas, algumas vindas da própria Coroa como a do subsídio para a construção da Cadeia e o conserto da Catedral arruinada.

A principal fonte da receita municipal provinha como desde muito do arrendamento do contrato dos chamados "subsídios" sobre azeites, vinhos e aguardentes. Durante largos anos rendeu trezentos mil réis e para o fim do século algum tanto avultou.

Outra fonte de arrecadação principal decorria do arrendamento do corte da carne verde, cobrada a tanto por boi abatido e mediante o controle dos agentes municipais à vista das orelhas das reses, para a comprobação do abate.

Encareceu a carne (que se cotava a 200 réis por arroba, em termo médio, no fim da era seiscentista) durante o século XVIII. Acompanhando a alta geral da vida subiu ao dobro e a pouco mais. As condições do seu aprovisionamento decorreram

deficientes, irregulares, insuficientes, promovendo contínuas queixas e reclamações.

Ora os contratadores do fornecimento se viam perseguidos pelas manobras da politicagem de campanário e rompiam os contratos, ora deixavam de cumprir as cláusulas contratuais alegando a concorrência do abate clandestino, generalizado, e frequentemente realizado às claras até por militares, eclesiásticos e particulares de alta situação social.

Continuava o suprimento anti-higiênico, insuficiente e de má qualidade. Períodos melhores, de anos seguidos houve como, por exemplo, quando o contratador João Esteves Correia que aliás constantemente reclamava a assistência do Poder municipal para poder combater a concorrência desleal dos magnatas da cidade. Faziam estes vir bois de seus sítios e fazendas, matavam-os nos próprios quintais e mandavam que sua carne fosse por seus escravos vendidas pela cidade.

O mesmo ocorria nos quartéis e conventos. Os acusados a seu turno alegavam a cada passo que a carne do "obrigado" era má, de bois curitibanos, estafados pela marcha de incontáveis léguas.

Esta situação encontramo-la vigente em todo o século XVIII.

Grande melhoramento contemporâneo do último quartel da era setecentista foi a instalação do primeiro mercado municipal, as chamadas *Casinhas* estabelecidas em 1793 e onde se vendiam sobretudo toicinho e cereais.

As condições de fiscalização municipal não melhoraram na décima oitava centúria. Repetem-se numerosos os editais

exigindo por parte dos negociantes a aferição dos pesos e medidas e a obediência às exigências dos almotacéis.

Reclamavam estes, a cada passo, contra os abusos de padeiros e vendeiros, furtando no peso do pão e impingindo aguardente da terra em lugar da do Reino, ou então quando tentavam coibir a alta despropositada dos gêneros em luta constante contra os açambarcadores, na época denominados atravessadores.

Indivíduos estes às vezes tão atrevidos que motivavam a intervenção dos capitães-generais quando procuravam desviar para Santos a exportação volumosa de carnes e cereais, tão considerável que arriscavam provocar verdadeira penúria, se não fome, na cidade e sua redondeza.

A cada passo precisava os juízes da almotaçaria contrariar as manobras destes antepassados dos nossos modernos e insaciáveis *tubarões*.

No século XVIII houve ensaios de feiras livres e esboçou-se a regulamentação da venda dos peixes do Tietê, seus afluentes e ipueiras.

Em matéria policial a organização setecentista continuou a ser a do século anterior a dos alcaides, meirinhos, carcereiros, funcionários de exercício instável, a cada momento substituídos. Não conseguiu a Câmara que a S. Paulo se concedesse um Juizado-de-Fora cuja presença melhoraria a situação policial.

Multiplicaram-se as posturas e editais contra os desordeiros, jogadores, vagabundos, atropeladores de transeuntes, mascates

velhacos e quantos mais indivíduos de má conduta. Mas os resultados destas medidas se mostravam ineficientes, por não serem aplicadas a rigor. E a elas escapavam os contraventores quando favorecidos pela situação social, o que aliás sucedia frequentes vezes, e muito decorria aliás das disparidades legais consignadas nas *Ordenações do Reino*.

No decorrer dos anos setecentistas continuaram os surtos variólicos a flagelar as populações paulistanas. Algumas destas epidemias foram simplesmente pavorosas como a de 1737 e a de 1793. Para o fim do século o Capitão-General Antonio Manuel de Melo moveu intensa campanha em prol da vacinação jenneriana como vimos. Sob os governos do morgado de Mateus e de Martim Lopes períodos houve de grande e imprecisa mortalidade.Atribuiu-se o primeiro a um surto de *febre ictérica* de difícil caracterização. E o segundo a outra moléstia ou a diversas simultâneas que levaram o sátrapa a tomar medidas profilácticas as mais extravagantes como a da circulação pela cidade de pontas de gado vacum e rebanhos de carneiros para atraírem sobre os animais as influências pestilentas que afligiam os humanos.

Nota-se no século XVIII muito maior número de médicos, cirurgiões e clínicos, estabelecidos na cidade, havendo-os até de partido. A Santa Casa de Misericórdia começa a aparecer, timidamente, e esboça-se, sob o morgado de Mateus, o movimento de segregação de hansenianos.

Há referências à existência de alveitares e dentistas e cresce o número de boticários.

Sob o ponto de vista de cultura também progrediu a capital paulista. O número de livros apontados nos inventários mostra-se incomparavelmente maior do que nos séculos transatos. Em

1770 ocorre a solene instalação da Academia dos Felizes, criada pelo morgado de Mateus, primeiro grêmio literário de que há notícia em terras paulistas e sociedade aliás de vida efêmera.

A expulsão dos jesuítas trouxe notável *capitis diminutio* à instrução.

Verdadeiramente calamitosa, no dizer do Visconde de São Leopoldo.

Procurou o Governo régio remediar a tal situação mas do modo mais defeituoso abrindo escolas públicas primárias e cátedras de humanidades onde se ensinavam o português e letras e excepcionalmente a geometria: no gênero do ensaio pitoresco do morgado de Mateus que para as aulas da ciência euclidiana angariava alunos ameaçando-os de os recrutar para os regimentos de linha se não se matriculassem.

Nasceram em São Paulo no decorrer do século alguns homens de elevada projeção intelectual como o grande linhagista e cronista Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714–1777) o notável ensaísta Matias Aires, e sua irmã Teresa Margarida da Silva e Orta, a primeira romancista brasileira, o autor ascético Padre Ângelo de Siqueira, o ilustre astronomo e geodeta Lacerda a Almeida.

Capítulo XXX

INSIGNIFICANTE PROGRESSO SETECENTISTA EM MATÉRIA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E CRIAÇÃO DE INDÚSTRIAS RUDIMENTARES. LIBERDADE CONCEDIDA AOS ÍNDIOS. IMPORTAÇÃO DE AFRICANOS. COMÉRCIO SOBREMODO ACANHADO. MELHORIA DOS PROCESSOS FORENSES. AUSÊNCIA DE ESTRANGEIROS. PATRANHAS DIVULGADAS SOBRE OS PAULISTAS. MELHORIA URBANÍSTICA

NO COMEÇO DO SÉCULO XIX COMO indústria e organização do trabalho fabril nada adiantou o século XVIII sobre o seu antecessor. Apareceram na cidade alguns artífices mais especializados como ourives de obra fina, armeiros, etc. Mas as grandes indústrias básicas da tecelagem, do calçado, da ferraria, da marcenaria, não apresentaram melhoria sensível. A organização do trabalho, também não se alterou. Manteve-se no velho *statu quo* como a constituição dos ofícios mecânicos.

A lei pombalina da abolição da servidão dos autóctones melhorou as condições de vida destes, apesar das muitas violências que ainda se praticaram no decurso da segunda metade do século contra os desprotegidos e ingênuos habitantes das antigas aldeias do real padroado.

Violências postas em relevo pelas memórias do Marechal Arouche e de Machado de Oliveira.

Cresceu a importação de africanos como era de esperar numa sociedade, cuja organização se baseava no regime servil. Daí a

elevação do coeficiente atribuído à percentagem preta nos censos de princípios do século XIX.

O comércio da cidade e do planalto continuou a sofrer o terrível tropeço do vencimento da Serra Marítima apesar do muito notável melhoramento devido à iniciativa de Bernardo de Lorena, o famoso empedramento da calçada serrana que lhe tomou o nome. A exportação que por São Paulo passava, ressentia-se de duas causas: a fraqueza demográfica da região, tributário do Porto de Santos e os óbices do transporte.

Daí provinha o insignificante movimento da navegação no fundeadouro santista.

Era o açúcar o único gênero compensador da exportação.

Mas, com os preços depressos durante todo o século XVIII. E o único veiculador desta mercadoria pesada e barata vinha a ser a mula cargueira.

Mas está, no século XVIII, só começou a descer as encostas da Paranapiacaba depois da calçada Lorena, que aliás trouxe ao comércio da capitania razoável incremento imediato.

Em 1792 escrevia Frei Gaspar da Madre de Deus que acabara o comércio com o Reino por falta de gêneros que se transportassem. A Santos chegavam anualmente dois e até mesmo um único navio, geralmente carregado de sal. Apenas aberta ao trânsito a calçada Lorena mudara o ambiente. "Eu sou o mesmo, dizia o ilustre beneditino, que me via incrédulo quando me dizia que de Santos havia de sair para Lisboa uma corveta carregada de drogas desta terra e ela saiu com efeito! E a todos deixou atonitos."

Por volta de 1792 já, para o Tejo, cinco embarcações haviam zarpado.

A questão do sal durante toda a centúria amargurou a vida das populações de serra acima, chegando ao ponto de provocar a extraordinária explosão de 1710. Durante os anos setecentistas muito padeceram os paulistanos com as irregularidades, de toda a espécie, do suprimento do cloreto, graças às manobras dos estanqueiros de Santos a quem o monopólio sempre enriqueceu notavelmente.

Afinal veio a decisão de D. Maria I, liberando o comércio salino, trazer notável benefício aos súditos.

A lavoura e a pecuária setecentista pouco diferiram da seiscentista.

Em torno de São Paulo continuaram as propriedades rurais de pequena área, com rebanhos diminutos de bovinos e equinos, havendo quase desaparecido os ovinos.

A secular produção tritícola decresceu, consideravelmente, até vir a extinguir-se gradualmente.

As condições do meio circulante é que melhoraram como de esperar, dada a produção das minas da Capitania. Não se notou a premente carência da moeda que conflagrara a vila seiscentista. E a política monetária do Governo colonial mostrou-se muito mais equilibrada e sensata.

A Casa de Fundição de São Paulo pouco produziu e chegou a ter suspenso o funcionamento durante largo lapso, mas a cunhagem nela procedida chegou a corresponder às necessidades locais, satisfatoriamente.

Nenhum esboço de aparelhamento bancário se notou na cidade. Continuou o cofre dos órfãos a ser a grande fonte de aprovisionamento de capitais para as limitadas transações da época, realizadas sempre em espécie.

Também as taxas de juros vigoraram geralmente modestas, mas as garantias exigidas pelos prestamistas, estas continuaram muito elevadas, atribuindo os credores hipotecários valores insignificantes à propriedade imobiliária.

Tão singelo o aparelhamento crediário da cidade que causaram geral surpresa os processos de grande capitalista dos fins do século XVIII, o Brigadeiro Luís Antonio de Sousa, propondo-se a pagar juros aos depositários das quantias confiadas à sua guarda, a modo dos correntista dos bancos atuais. Conta-se que tão surpresos ficaram que, ao receberem tais juros retribuíram ao banqueiro dando- lhe presentes!

Os processos forenses aperfeiçoaram-se no século XVIII, sobretudo desde que em São Paulo houve ouvidores fixos. Apareceram advogados formados em muito maior número, muitos deles detentores da licença coimbrã, portugueses, e para o fim do século paulistanos como os irmãos Arouche e outros.

O notariado contou mais titular, passando a existir dois cartórios do cível.

Em suma, o aparelhamento civilizado da cidade tornou-se muito mais sensível do que o fora na centúria precedente, fato que aliás ocorria em todo o Brasil, como de esperar, com o acréscimo de população.

A afluência de estrangeiros é que se revela praticamente inexistente durante a época que estamos a examinar. Um ou outro surgiu de longe em longe, geralmente militar, ao serviço de Portugal.

Viajante alienígena é que se não encontra um só. A vigilância nas fronteiras da Capitania era a mais severa não constando que um só ádvena de certa categoria haja passado pelo São Paulo setecentista.

Deste afastamento proveio a persistência das antigas patranhas dos viajantes do século XVII sobre as condições da vida dos paulistas reproduzidas nas páginas de muitos autores como Raynal, Charlevoix o anônimo das *Anedotas Americanas,* Dom Vaissette, Lorde Anson, La Harpe e tantos mais acolhedores de informes fantasistas.

Pelos primeiros anos do século XIX a dentro revela-nos a documentação que pouco se modificaram as normas pelas quais se regiam as velhas condições da urbanização em São Paulo.

Continuou a construção a ser feita em taipa.

Cada vez pior se tornava o corrimento de terras da grande vassoroca chamada o *buracão do Carmo*, desbarrancado contra o qual desde muito lutavam as Câmaras.

Exclusivamente com os recursos municipais não haviam meios de se por paradeiro a tal desmoronamento. O Capitão-General Franca e Horta exprimia quanto constituía uma vergonha para uma cidade capital tal estado de coisas.

Mandou o Senado por em praça o serviço. Mas ninguém apareceu como licitante ao trabalho de tapagem da "grande ruína fronteira ao Convento do Carmo".

Diante do malogro da subscrição pública então aberta resolveu a Câmara recorrer ao próprio Príncipe Regente. Cada vez mais se arruinava a principal entrada da cidade junto ao palácio residencial dos Bispos e outros muitos edifícios. "Cada dia se esperava a ruína maior e prejuízos com terríveis desgraças ameaçando até privar a cidade da comunicação dos povos que a abastavam dos necessários víveres e outros interessantes serviços dos moradores".

Rendera pouco a primeira subscrição continuava a Câmara; uma segunda solicitação resultara negativa. Os republicanos "pensionados com outras despesas" não haviam podido adiantar as suas ofertas.

Concordou a assembleia dos cidadãos que se lançasse novo imposto, módico aliás, sobre a entrada e saída dos animais e veículos em circulação de comércio pelas pontes.

Apesar de tudo isto o muro de arrimo à esplanada do adro da Igreja dos Carmelitas e dos Terceiros seria muito posterior à Independência.

Cogitava-se já do alargamento de certos becos como por exemplo o de que descia da Rua de São Bento para a Ponte do

Marechal em 1810.

Tratava-se também de dar melhor aspecto às ruas onde as taipas dos muros intermináveis das grandes chácaras apresentavam muito desagradável aspecto.

Queria o Senado, em 1813, que os proprietários os cobrissem de telhas, rebocassem e caiassem "para evitar a disformidade que causavam".

O pouco cuidado que os condutores de carros punham em guiar os veículos pelas ruas provocava sérios estragos nas calçadas e levava a Câmara a reclamar, constantemente, contra tal desídia.

Desde muito se revolvera que todos os possuidores de carros e carreiros fossem obrigados a dar anualmente quatro carradas de pedras gratuitamente, a bem das obras municipais.

Em 1820 o ouvidor Siqueira Queirós ameaçava, por edital, os muitos proprietários de carros remissos de confisco das viaturas, em virtude de sua resistência ao cumprimento da postura.

Capítulo XXXI

OS PRIMEIROS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. AS BELAS ADMINISTRAÇÕES DO VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO E DO BRIGADEIRO RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR. MEDIDAS PRESIDENCIAIS DE DIVERSOS PERÍODOS TENDENTES À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SÃO PAULO. A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS. A PRIMEIRA VISITA DE D. PEDRO II A SÃO PAULO. AS PRESIDÊNCIAS PIRES DA MOTA E NABUCO

COM A promulgação da Constituição Imperial de 25 de março de 1824, começaram as Províncias a ser governadas por presidentes da escolha do Monarca e demissíveis *ad nutum*.

No período de governo do primeiro presidente, Lucas Antonio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campos (1824–1827), diversas medidas se tomaram que muito contribuíram para a melhoria das condições da capital paulista.

Assim se fundaram o Seminário da Glória, destinado à educação de meninas órfãs e pobres, a biblioteca pública, estabeleceu-se a roda de Expostos na Santa Casa de Misericórdia e restaurou-se o antigo Horto Botânico então em quase completo abandono.

Outro grande melhoramento veio a ser a reforma do Caminho do Mar no trecho de Cubatão a Santos.

Prestou o Visconde de Congonhas grandes e reais serviços à Província da qual foi prestantíssimo presidente.

O Bispo Diocesano D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade governou, como vice-presidente do obscuro Presidente Garcia de Almeida (1827–1828), quase um semestre, em 1828. Zelosamente tratou da restauração da Sé Catedral de cujas dependências aumentou a área "construindo o lanço esquerdo da Igreja com acomodações para o Cabido e as aulas".

Empossado da presidência após a efêmera e apagadíssima Primeira Presidência de Almeida Torres, futuro Visconde de Macaé, governou o Prelado em 1829 procurando melhorar as precárias condições dos asilos da cidade. Novamente no exercício da presidência interina, como vice-presidente, teve dificuldades grandes a vencer como quando em 1830 se deu o assassinato do médico italiano e violento jornalista Líbero Badaró, extremado adversário do Governo de D. Pedro I. Procurou dentro dos limitados recursos manter em boas condições quanto possível, o Caminho do Mar e outras estradas principais. Declarou ao Conselho do Governo da Província que, ao seu ver, a instrução pública achava- se em situação florescente na capital havendo muita animação para a matrícula do recém-criado Curso Jurídico a 11 de agosto de 1827, fundação que para a cidade fora motiva de incalculável relevo.

As efêmeras presidências de Aureliano Coutinho, e do Coronel Araújo Azambuja, em 1831, não se refletiram por assim dizer na situação da cidade.

O sexto presidente provincial veio a ser um dos mais eminentes paulistas de seu tempo o Brigadeiro Rafael Tobias de

Aguiar. Governou de 17 de novembro de 1831 a 11 de maio de 1835.

Homem sobremodo inteligente e cheio de iniciativas felizes tratou de melhorar a instrução pública na sua capital e cuidou com o maior esforço da conserva e o aperfeiçoamento das estradas. Mas o seu grande triunfo foi conseguir que a Província de São Paulo gozasse em largo lapso da mais profunda paz quando o Brasil regencial vivia semianarquizado pelas ferozes contendas dos partidos.

Na cidade de São Paulo muito maus resultados deu a experiência de se nomear prefeito municipal, em virtude do contínuo conflito existente entre esta autoridade e a Câmara dos Vereadores, desde a criação do cargo pela lei de 1º de abril de 1835.

O Governo dos sucessores imediatos de Tobias de Aguiar o Vice-Presidente Francisco Antonio de Souza Queirós, futuro Senador Barão de Sousa Queirós e o Presidente José Cesário de Miranda Ribeiro, futuro Visconde de Uberaba, em seus curtíssimos periódicos muito pouco deixaram de particular quanto a providências sobre assuntos municipais.

O oitavo presidente, Brigadeiro Bernardo José Pinto Galvão Peixoto (1836–1838) procurou incrementar a arte tipográfica. O seu sucessor, Dr. Venâncio José Lisboa, queixou-se em 1839 à Assembleia provincial do mau preparo cultural dos vereadores eleitos às Câmaras municipais a declarar que os seus códigos de posturas não passavam de verdadeira letra morta, sem exceção para o caso da capital da Província.

Pretendeu melhorar o Jardim Público, que estava maltratado, e bateu-se pela construção de uma cadeia pública e

casa de correção pois a que existia estava em péssimas condições, além de superlotada.

Entendia que tal edifício devia ser levantado no bairro da Luz. Também propugnou em prol da ereção de um monumento no Ipiranga comemorativo da cena de 7 de setembro.

Durante o Governo do Dr. Lisboa procedeu-se a severa limpeza do curso do Tamanduateí na várzea do Carmo e do restauro da muito danificada Ponte Grande. Seu sucessor o Desembargador Manuel Machado Nunes governou de 1839 a 1840 e pouco se ocupou das obras municipais.

Com a promulgação da Maioridade de Dom Pedro II voltou Rafael Tobias à Presidência de agosto de 1840 a julho de 1841. Interessou- se vivamente pela melhoria do Caminho do Mar e a reforma da Ponte Grande, advogou a criação de uma Diretoria de Obras Públicas e incentivou os trabalhos de construção da Cadeia nova e Casa de Correção.

Derrubado o seu partido em março de 1841, teve de se demitir a contragosto. Seu sucessor, o chefe da esquadra Miguel de Sousa Melo e Alvim, homem ilustrado e bom, no semestre de Governo, de 1841 a 1842, empenhou-se em fazer com que se restabelecesse o Gabiente Topográfico primeiro ensaio de escola de engenharia em terra de São Paulo, em propagar, com o maior empenho, a vacinação e intensificar a iluminação da cidade e a restauração do Jardim Público.

No semestre seguinte de 29 de janeiro a 17 de agosto de 1842 governaria o décimo-terceiro Presidente Barão de Monte Alegre, cujo período foi o mais agitado em virtude da malquerença dos liberais recém- privados do poder pelos conservadores dos quais era ele um dos maiorais.

Contra sua pessoa voltou-se a fúria da Assembleia Provincial, em sua quase totalidade liberal. Redigiu esta Câmara uma representação ao Imperador nos mais inconvenientes e altanados termos elegendo uma comissão de três dos seus membros para pessoalmente entregar tal mensagem ao monarca. Recusou-se este a receber a delegação e as sessões da Assembleia encerraram-se num ambinete prenunciador da irrupção de graves ocorrências.

Não tardou que a 17 de maio de 1842 estalasse o movimento revolucionário de Sorocaba, chefiado pelo Brigadeiro Rafael Tobias a quem assessoravam alguns dos maiores próceres do seu partido como Diogo Feijó, Vergueiro, Paula e Sousa. Declarado deposto, o presidente organizou-se numa coluna para se apossar da Capital. Nunca se vira porém movimento tão leviana e imprudentemente levado a cabo.

Pareciam os chefes do pronunciamento convictos de que bastaria a simples declaração de rebeldia para que a ela sucedesse a adesão em massa da província e do País.

Devia a revolução liberal paulista, que representava o fruto do despeito de alguns políticos alijados do poder, ser desfechada em conjugação com idêntico movimento dos liberais mineiros. Dominados pela sofreguidão, Rafael Tobias e seus conselheiros tal não fizeram, dispensando indispensável coordenação.

Nem sequer procuraram os chefes insurretos tomar providências sérias para se apossarem da chave mestre da Província, a sua capital.

Fizeram inepta tentativa neste sentido fracassado do modo mais completo.

Costa Carvalho inteligente, astuto e rápido desde muito se se prevenira. Conseguira do Governo Imperial a remessa de força de marinha para Santos e valendo-se da navegação a vapor, já a 13 de maio de 1842 trazia o Gabinete informado da revolta que iminente estalaria em Sorocaba.

A 23 chegava o Barão de Caxias, com pequeno contingente de tropa de linha a São Paulo onde Monte Alegre, senhor da praça, armara a guarda nacional além de seus correligionários. Tomou Caxias providências, as mais adequadas, para fortificar a cidade e partiu a enfrentar os rebeldes que avançando sobre a capital haviam estacado em Pirajuçara a alguns quilômetros. Eram uns mil e poucos homens sem a menor eficiência militar, soldados bisonhos, armados do modo mais ineficientes e heterogêneo, recrutas de última hora, em geral pobres roceiros arrancados às suas casas pela violência de chefetes.

Marchando Caxias sobre tão débeis adversários provocou, com a simples avançada, extraordinária debandada em verdadeiro pânico, desagregando-se a 28 de maio, e por completo, as hostes revolucionárias.

Ao mesmo tempo formavam-se centros de resistência legal circunscrevendo a sublevação sorocabana em Tatuí, Jundiaí e Campinas.

A 7 de junho eram os liberais de Campinas completamente derrotados no combate de Venda Grande, malgrado a bravura de Boaventura Amaral e seus companheiros.

Prosseguindo em seu verdadeiro passeio militar, Caxias ocupou Sorocaba, a 20 de junho, fugindo Rafael Tobias para o Sul.

Prendeu o vencedor a Feijó. Por outro lado foram os liberais do norte- paulista pouco depois totalmente desbaratados pelos legalistas em Areas e Silveiras. A 12 de julho findava o movimento liberal de São Paulo como pouco tempo depois seria o mineiro em Santa Luzia do Rio das Velhas, inteiramente batido pelo mesmo Barão de Caxias.

E assim terminou esta tentativa de apossamento do Governo que, vinte anos mais tarde, seria caracterizado por um de seus mais ilustres chefes, Teófilo Ottoni, como a mais intempestiva e insensata manifestação política desnecessária do recurso às armas.

Mostraram-se os vencedores generosos. Limitaram as represálias à curta detenção e deportação dos principais chefes e corifeus do pronunciamento.

A 14 de março de 1844, menos de dois anos após a irrupção do movimento, concedia o Governo Imperial anistia plena a todos os insurgentes paulistas e mineiros de 1842.

Restituído à liberdade teve Rafael Tobias a mais estrondosa manifestação de público apreço, que jamais se vira em São Paulo, ao voltar à sua casa.

Não foram grandes os prejuízos causados pela intentona de 17 de maio na cidade de São Paulo, a não ser quanto à perturbação dos serviços municipais, tendo sido a Câmara

desalojada de seu Paço tomado para local de detenção de presos políticos.

A política do Presidente Almeida Torres (1842–1843) sucessor de Monte Alegre foi de tolerância para com os vencidos a quem aliás em sua mensagem presidencial à Assembleia em 1843 profligou severamente a notar quanto o movimento prejudicara a Província.

Ao sucessor do Visconde de Macaé, Coronel de Artilharia Joaquim de Sousa coube o mais apagado período em 1843.

Durante todo o resto da era imperial jamais viria a cidade de São Paulo qualquer movimento sério perturbador da ordem.

No curto Governo de Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1843–1844) expos este administrador inteligente e operoso, em mensagem à Assembleia Provincial, quanto era urgente o estabelecimento de cemitérios públicos, da intensificação do vacinamento, o reforço da deficientíssima iluminação pública, a canalização do Tamanduateí e o enxugo das várzeas deste rio e do Tietê, assim como a melhoria do Caminho do Mar.

Frisou quanto precisavam os cofres provinciais acudir à municipalidade para melhoria do abastecimento d'água da cidade e levar-se a cabo a reforma da Cadeia Pública e a construção da Casa de Correção.

Verberando o movimento de 1842 fez notar quanto prejudicara o giro dos negócios impedindo a criação do projetado Banco Paulistano.

A Manuel Felizardo sucedeu o Marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva, futuro Barão de Suruí, que durante três anos presidiu a Província.

À Assembleia pediu recursos para fazer em São Paulo um Mercado Central "amplo, comodo e asseado", novo matadouro público, edifício para a Assembleia Provincial, obras de saneamento e a ereção de um monumento no Ipiranga.

Construiu aquedutos supridores da cidade, melhorou o calçamento das ruas, cuidou dos aterrados e das principais pontes e continuou a construção da Casa de Correção. Mas havia imenso o que fazer em matéria de obras públicas! Frisou constantemente em seus relatórios.

No período do Barão de Suruí ocorreu a primeira visita de D. Pedro II à Província de São Paulo.

Depois de longa e triunfal excursão ao Rio Grande do Sul, recém pacificado por Caxias, desembarcaram o Imperador e a Imperatriz em Santos, a 18 de fevereiro de 1846, chegando a São Paulo dez dias mais tarde sob as mais vivas demonstrações do agrado popular e solenidades jamais em tal escala presenciadas.

Vinte dias permaneceu o ainda adolescente monarca na capital visitando-lhe detidamente todas as instituições e estabelecimentos civis, militares e religiosos.

Partiu, a 16 de março, para o Interior visitando Sorocaba, Ipanema, Porto Feliz, Itu, Campinas e Jundiaí. Ao cabo de quinze dias regressou a São Paulo onde permaneceu até 12 de abril recebendo então novas e estrondosas manifestações.

Celebrou pessoalmente a cerimonia do Lava-pés na Catedral, e presidiu ao magnífico baile que lhe ofereceu a viúva do Brigadeiro Jordão, esplêndida festa como jamais se vira no dizer da cronica coetânea.

Ao curto governo em 1848 do Visconde de Araxá interrompeu reviravolta política geral com a ascensão dos conservadores que entregaram a administração da Província ao enérgico correligionário Padre Dr.

Vicente Pires da Mota cujo período presidencial seria de quase três anos (1848–1851).

Autoritário como raros e sabendo fazer-se obedecer prestou Pires da Mota bons serviços à sua capital, concluindo o restauro da Catedral, e o primeiro dos raios da Penitenciária. Manteve muito bem e melhorou o trânsito do Caminho do Mar agora percorrido por veículos bastante carregados.

Realizou a canalização do pequeno trecho do Tamanduateí, nas vizinhanças de sua foz.

A 1º de janeiro de 1850 desabou sobre a cidade enorme tromba d'água motivando o arrombamento dos açudes e a inundação do vale do Anhangabaú. Verdadeiro dilúvio, durou seis horas, carregando a Ponte do Açu, e arrasou diversas casas causando algumas vítimas.

Áspero como era, teve o Padre Vicente questões sérias com os poderes municipais chegando em certo momento a suspender os edis do exercício de seus mandatos.

Seu sucessor o Conselheiro Nabuco de Araújo (1851–1852) era dos mais destacados homens públicos do Brasil. A sua atuação no âmbito paulistano não pôde ser considerável nos oito meses de sua permanência no Governo. Coube-lhe instalar em edifício próprio o hospício dos alienados, melhorar as condições da cadeia e sobretudo as da penitenciária, e da iluminação pública.

Pediu a atenção da Assembleia para o péssimo sistema do calçamento da cidade e a conveniência da canalização, em tubos de ferro, da água aos chafarizes, a necessidade da criação de um corpo de bombeiros tanto mais premente quando ocorrera gravíssimo incêndio no centro da cidade, ameaçando fazer arder quase um quarteirão todo. Também se interessou muito pelo estabelecimento do telégrafo elétrico entre São Paulo e Santos.

Dos Presidentes Joaquim Otávio Nébias e Josino do Nascimento Silva (1852–1854) o primeiro nada fez pela cidade, envolvido em questões políticas que provocaram violenta denúncia ao Trono contra ele e o Vice-Presidente Hipólito Soares de Sousa. O segundo pouca eficiência pôde ter.

Capítulo XXXII

A EFEMERIDADE DOS GOVERNOS PROVINCIAIS. A CONSTRUÇÃO DA LINHA DA SÃO PAULO RAILWAY, DE SANTOS A JUNDIAÍ. A COOPERAÇÃO MILITAR DE SÃO PAULO PARA A CAMPANHA DO PARAGUAI. AS FESTIVIDADES DO TÉRMINO DA GUERRA. ILUMINAÇÃO DA CIDADE A GÁS. ESTABELECIMENTO DAS LINHAS DE BONDES. A FECUNDA PRESIDÊNCIA DE JOÃO TEODORO XAVIER DE MATOS. INAUGURAÇÃO DA LINHA FÉRREA SÃO PAULO–RIO DE JANEIRO. VISITAS IMPERIAIS À CIDADE E PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

O GRANDE mal das administrações imperiais nas províncias era a da extraordinária curteza dos prazos presidenciais. Impedia a eficiência dos delegados do Governo-Geral, desmoralizando o papel dos presidentes a cada passo substituídos ou ausentes em comissões extra- provinciais.

De 1856 a 1865 estiveram no Governo de São Paulo nada menos de oito presidentes e cinco vice-presidentes! Como conseguir qualquer continuidade administrativa, eficiente, em prazos de média semestral?

O Presidente Francisco Diogo de Vasconcelos, em 1856, reclamou paço para a Assembleia provincial, e o andamento das obras do único teatro da cidade. Seu sucessor Fernandes Torres, em 1857, melhorou o calçamento da cidade, sobretudo da Rua de São Bento e nas ladeiras que demandavam o Piques. De modo geral este presidente aprimorou a pavimentação das ruas, assim como se esforçou para também minorar os defeitos

do abastecimento d'água. Também ativou as obras do Teatro de São José cuja primeira pedra se lançou a 9 de abril de 1858.

Nas efêmeras presidências do Dr. Policarpo Lopes de Leão e Antônio José Henriques (1860–1861) intervaladas pelas dos Vice-Presidentes Drs. Antônio Roberto de Almeida e Manuel J. do Amaral Gurgel nada de notável ocorreu a não ser as inaugurações – estas da maior relevância – em Santos, a 15 de maio de 1860, e em São Paulo, a 24 de novembro imediato, dos trabalhos da construção da estrada-de-ferro de Santos a Jundiaí, a São Paulo Railway devida, principalmente, à persistência do benemérito Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, o extraordinário pioneiro, em tantos setores, do progresso e da civilização do Brasil.

Ia renovar-se dentro em breve a fácies da província e da cidade de São Paulo, a cujo progresso o vencimento penosíssimo da cordilheira marítima havia três séculos empecia.

O Presidente João J. de Mendonça procurou incentivar a construção do monumento do Ipiranga e reforçar o abastecimento d'água da cidade cuja precariedade apontava à Assembleia. E insistiu pela criação do Corpo de Bombeiros à vista de grande incêndio que tomara as maiores proporções ameaçando consumir diversos quarteirões centrais.

Voltou Pires da Mota a presidir a Província, de 1862 a 1864, tendo de promover a reconstrução do Palácio cujo estado era ruinoso.

Afinal a 4 de setembro de 1864 inaugurou-se o Teatro São José, embora ainda com as obras não concluídas. O semestre da administração do Barão Homem de Melo viu a inauguração do

primeiro plano inclinado da Serra e o assentamento de trilhos entre São Paulo e São Bernardo.

Ao trigésimo primeiro presidente, Conselheiro João Crispiniano Soares, coube estar à testa do Governo de novembro de 1864 a julho de 1865 ao arrebentar a Guerra do Paraguai, portanto. Esforçou-se para que a Província concorresse para as forças nacionais com bom contingente.

Em sua gestão organizou-se o Sétimo Batalhão de Voluntários da Pátria que tantas glórias conquistou nos campos de batalha. Incorporou- se o Corpo Policial da Província à coluna que de São Paulo, a 10 de abril, marchou para Uberaba e de lá fez a campanha de Mato Grosso e passou pelos horrores da Retirada da Laguna.

Antigo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo conhecia Crispiniano as necessidades de sua cidade mas nada pôde fazer de profícuo em tal sentido.

Teve Crispiniano como sucessor o Conselheiro João da Silva Carrão (1865–1866). Em sua administração ocorreu o grave desastre com o trem de experiências na São Paulo Railway, a 6 de setembro de 1865. Causou diversas vítimas e impressionou penosa e vivamente a população.

A 15 de agosto de 1866 correu o primeiro trem de Santos a Jundiaí.

Expôs Carrão à Assembleia Provincial a precariedade do serviço de abastecimento d'água em termos eloquentes, reiterando as observações dos seus antecessores.

Três mil e duzentos homens foram mobilizados para a guerra até a data da passagem do Governo de Carrão ao Dr. José Tavares Bastos.

O prazo deste presidente não chegou a um ano e ele quase só se ocupou com a obtenção de recursos militares para as operações de campanha do Paraguai o que lhe valeu grandes contrariedades.

Tocou-lhe inaugurar a primeira praça de mercado digna deste nome de que a cidade dispôs.

Contou com o sucessor o Dr. Joaquim Saldanha Marinho cuja Administração, de apenas um semestre, de outubro de 1867 a abril de 1868, mostrou-se fecunda. Envidou todos os esforços em favor da extensão da rede ferroviária da Província devendo-se à sua iniciativa a fundação da Companhia Paulista de Vias Férreas. De modo geral prestou os mais relevantes serviços ao plano geral de viação da Província.

Também tratou, com todo o empenho, do problema de abastecimento d'água a uma população "péssima e escassamente servida" sem conseguir, porém, eficientes resultados. O Teatro São José estava por se concluir, malgrado já haverem os cofres provinciais despendido mais de 171 contos de réis.

Com a subida ao poder dos Conservadores, a 16 de julho de 1868, veio a ser Presidente de São Paulo o Dr. Cândido Borges Monteiro, mais tarde Visconde de Itaúna, que governou oito meses em 1868 e 1869.

Neste pequeno prazo aformoseou-se notavelmente o Jardim da Luz. Quinze meses governou o seu sucessor, Dr. Antônio Cândido da Rocha, que em 1869 e 1870 se esforçou por manter o Caminho do Mar transitável.

Pensava-se em vista da falta d'água estabelecer-se uma estação elevatória que se utilizasse do Tamanduateí. Outra solução se apresentava a da adução do afastado ribeirão da Pedra Branca na serra da Cantareira.

Cogitava-se muito de ligar São Paulo a Sorocaba e a Jacareí por meio de ferrovias.

Em abril de 1870 enormes festejos se fizeram em São Paulo ao regressarem do teatro de guerra no Paraguai os Voluntários da Pátria.

Duraram estas festas oito dias, constantes de iluminações gerais, banquetes públicos no Campo da Luz, cerimônias religiosas, missas e *Te Deum*, espetáculos teatrais, paradas militares, etc. Solenemente foi depositado na Sé Catedral o estandarte do Sétimo dos Voluntários que tanto se distinguira no combate da ilha da Redenção e em outras refregas.

O trigésimo sétimo Presidente, Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, nem chegou a governar um semestre! em 1870 e 1871. Já nesta época haviam começado os trabalhos para se iluminar a cidade a gás e cogitava-se de ligar, por estrada-de-ferro, a capital à ponta dos trilhos da D. Pedro II que já penetrara em território paulista.

Ao Conselheiro Costa Pinto sucedeu o Conselheiro João Fernandes da Costa Pereira Júnior Presidente por treze meses

de 1871 a 1872.

Daquele milésimo datam dois decretos importantes para a vida da Província e de sua Capital o que permitiu o funcionamento da Cia. Carris de Ferro de São Paulo, construtora de linhas de bondes e o que criou a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração.

A primeira linha construída foi a do Largo do Carmo à estação da Luz.

A notícia da promulgação da Lei do Ventre-Livre trouxe as mais ruidosas manifestações populares, sobretudo por parte dos acadêmicos de Direito que testemunharam o aplauso ao Presidente da Província, aos jornais abolicionistas e aos próceres libertadores.

A excepcional geada de 21 a 23 de junho de 1870 a que se seguiu outra a 6 de julho prejudicou imenso a lavoura cafeeira da Província.

Causou notável depressão na arrecadação provincial que baixou de 805 contos, quantia para a época muito considerável.

A 31 de março de 1872 inaugurou-se a iluminação pública, a gás, da cidade, sendo colocados nas ruas e praças setecentos combustores.

Seis meses durou, em 1872, o Governo do sucessor de Costa Pereira, o Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, depois Barão de Pinto Lima, que atravessou mau período econômico consequência ainda do fenômeno frígido de 1870. Durante o seu

Governo encetaram-se os serviços da construção da Estrada-de-Ferro Sorocabana, a 13 de junho daquele milésimo.

A 21 de dezembro de 1872 assumia a presidência da Província o Dr. João Teodoro Xavier de Matos cujo governo duraria até 30 de maio de 1875. Homem de brilhante inteligência e notável capacidade administrativa, era cheio de excentricidades que se tornaram célebres entre os paulistas.

Prestou os melhores serviços à cidade de São Paulo, abrindo através de grandes chácaras numerosas ruas, cujos traçados se impunham como o que ligou o Brás à Luz, hoje Rua João Teodoro. Melhorou as principais vias do Brás e ligou este bairro ao centro pela Rua Municipal, hoje General Carneiro. Aterrou os terrenos lodosos da Várzea, escorando e embelezando ao mesmo tempo o morro do Carmo. Abriu a Rua Glicério, e pôs em comunicação a Consolação com o Arouche e o largo dos Curros (Praça da República), construiu o prédio da rua do Tesouro onde mais tarde passaram a funcionar a Câmara Municipal e a Prefeitura.

Ao fazer a resenha dos benefícios da administração de João Teodoro recorda Eugênio Egas: instalou a Caixa Econômica e Monte de Socorro, procedeu ao recenseamento da população, com ótimos resultados e promoveu uma exposição provincial dos produtos de indústria paulista que deveriam figurar na Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876.

Tornou-se convicção pacífica entre os paulistas que o primeiro verdadeiro e grande beneficiado da sua capital veio a ser João Teodoro Xavier.

O primeiro e decisivo impulso dado à cidade no caminho das obras de saneamento e embelezamento partiu de seu Governo.

"Foi durante a sua administração que começaram os ricos lavradores do interior a construir casas na capital, nelas estabelecendo domicílios permanentes ou temporários."

"João Teodoro queria a capital engrandecida, circundada nos atrativos e gozos que chamassem os grandes proprietários e capitalistas da província para nelas formarem seus domicílios temporários e periódicas residências."

Como verdadeira antecipação nos tempos afirmava o Presidente, com a sua mensagem à Assembleia, em 1873, que a cidade de São Paulo, florescente, anteriormente, graças ao considerável comércio externo via agora estancada copiosa fonte de riqueza graças ao fato de deixar de ser entreposto. Teria de recobrar o terreno perdido seguindo uma orientação industrial.

De grandes estabelecimentos fabris precisaria lançar mão como recursos poderosos de transformação econômica. Lembrava ainda a conveniência da fundação de colônias próximas da capital a fim de que a abastecessem, o famoso cinturão verde no qual tanto hoje se fala.

Precisava São Paulo do amparo, do forte amparo nos cofres provinciais para salvar do abatimento cidade tão digna do auxílio. Em 1873 pedia que se lhe concedesse, para as suas obras públicas, um auxílio de cinquenta contos de réis.

Foi João Teodoro Xavier o grande promotor de um empréstimo de 650 contos de réis para abastecimento d'água numa época em que duas das freguesias urbanas, a do Brás e a

de S. Ifigênia, estavam de todo privadas de um suprimento que até na Sé se mostrava insuficiente.

Sujeitava-se a produção ao uso de líquido, de muito má qualidade, sendo urgente dar-se lhe abundante e boa linfa.

Durante o grave surto variólico de 1873 prestou João Teodoro os melhores serviços assistindo aos enfermos com ótimas providências.

Grande construtor e restaurador de edifícios revelou-se o incansável presidente que, além de tudo, aplaudia e acoroçoava todas as iniciativas privadas de ordem filantrópica.

Ainda no seu Governo, a 1º de janeiro de 1874, instituiu-se em São Paulo a prática do sistema decimal de pesos e medidas.

Acontecimento de maior relevância veio a ser a instalação solene, a 3 de fevereiro do mesmo ano, do Tribunal da Relação de São Paulo, Corte constante de sete desembargadores.

Criou o presidente ainda o Instituto de Educandos Artífices e como o Senador Barão de Sousa Queirós pretendia fundar instituição idêntica, nele aplicando a fortuna legada pela filantrópica Senhora D. Ana Rosa de Araújo, de quem era o testamenteiro, pensou o presidente fundir as duas fundações o que não se levou a efeito. Criou o Senador a Associação Protetora da Infância Desvalida, a que, tanto ele como os filhos e netos, fizeram consideráveis doações. Daí resultou o Instituto D. Ana Rosa, hoje uma das maiores instituições da caridade privada no Estado de São Paulo e no Brasil.

Ainda sob a presidência de João Teodoro ocorreram diversos fatos dignos de menção como a realização em São Paulo dos primeiros congressos republicanos em 1873 e 1874, como consequência da Convenção de Itu, a 18 de abril daquele ano, daí decorrendo a eleição da Comissão Permanente do Partido.

Em 1875 decretou-se a falência do Banco Mauá que tão grandes prejuízos trouxe à economia provincial. Afirma Egídio Martins que de tal quebra se originou o receio geral dos particulares em aplicar capitais em negócios bancários. Daí resultou grande interesse pela construção de prédios e o consequente desenvolvimento dos bairros da capital beneficiados pela presença de boas residências.

Ainda na presidência de João Teodoro fundaram-se em São Paulo a Caixa Econômica Imperial e o Monte de Socorro, assim como se lançou a pedra fundamental do monumento a ser ereto no Ipiranga em honra ao sete de setembro, passados cinquenta anos da primeira tentativa neste sentido, do Visconde de Congonhas.

Em 1875, também, deu-se a instalação do Instituto dos Advogados de São Paulo, a abertura da primeira exposição provincial e em agosto deste milésimo a segunda e muito rápida visita de D. Pedro II, e da Imperatriz, à Província. Percorreu o Imperador a rede de viação férrea indo a Sorocaba, Ipanema, Itu, Campinas e Jundiaí e inaugurou o primeiro trecho da Mojiana de Campinas a Moji-Mirim.

O sucessor de João Teodoro, Dr. Sebastião José Pereira teve de governo pouco mais de dois e meio anos (1875–1878). Ao deixá-lo assinalava o notável desenvolvimento da rede ferroviária provincial.

Nada menos de 1047 quilômetros. A 8 de julho de 1877 completou-se a ligação da Estrada de Ferro D. Pedro II à linha da Companhia São Paulo–Rio de Janeiro, ficando unida diretamente a cidade de São Paulo à Capital do Império.

Inaugurou-se o percurso total com a presença do Conde D'Eu, representantes da Nação, estadistas notáveis, elevado número de estrangeiros, numerosos brasileiros de destaque e a presença de grande massa popular.

Ainda em 1877 cogitou-se do problema capital de se dotar a cidade de distribuição domiciliar de água e de uma rede de esgotos.

Levara João Teodoro o abastecimento d'água ao Brás e comprara os tubos de ferro necessário à canalização destinada às freguesias da Sé a de Santa Ifigênia.

No ano seguinte se assentaria a pedra fundamental da primeira grande caixa d'água, na Consolidação e em presença do Imperador.

No período do Dr. Sebastião Pereira reconstruiu-se o edifício do Largo de São Gonçalo do qual saiu a antiga cadeia pública, resevando-se o prédio para sede da Câmara Municipal e da Assembleia Provincial.

Apesar de forte crise econômica, consequência da baixa das cotações cafeeiras, pôde o Presidente Pereira realizar apreciáveis obras construindo escolas, ampliando o Hospício de Alienados e a Penitenciária, melhorando as condições dos aterrados da Várzea do Carmo, etc.

Em 1878 deixaram os conservadores o poder. Com a ascensão dos liberais foi nomeado Presidente o Dr. João Batista Pereira que governou dez meses em 1878.

No fim do ano vieram pela terceira vez a São Paulo os imperantes que na Província se demoraram 22 dias, dos quais quatro na Capital.

Quis D. Pedro II conhecer os novos trechos da rede ferroviária entregues ao tráfego.

Pouco pôde o Presidente Batista Pereira fazer em prol da cidade de São Paulo, tendo a sua administração sido muito hostilizada pela Assembleia Provincial quase toda ela composta de conservadores.

Capítulo XXXIII

AS ÚLTIMAS PRESIDÊNCIAS DA ERA IMPERIAL. MELHORIA CONSIDERÁVEL DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CIDADE. A DISTRIBUIÇÃO DOMICILIAR DA ÁGUA. A PRIMEIRA REDE DE ESGOTOS. REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. A FECUNDA PRESIDÊNCIA DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA. A AGITAÇÃO ABOLICIONISTA E REPUBLICANA. PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

NO BIÊNIO de 1879–1881 presidiu à província o Dr.

Laurindo Abelardo de Brito que bastante se interessou pela cidade.

Reforçou-lhe a iluminação pública e em 1880 contratou com o progressista empreiteiro Júlio Martin a construção de um viaduto sobre o vale do Anhangabaú ponte desde muito reclamada pela opinião pública. Ativaram- se as obras de adução de vários ribeirões volumosos da serra da Cantareira, por meio de encanamento de quase quinze quilômetros. Cogitava- se muito de se dotar o porto de Santos de um cais que substituísse os anacrônicos e ineficientes trapiches.

Ocupou-se ainda o Dr. Brito em promover o progresso da instrução pública. Neste sentido fez reabrir-se a Escola Normal fechada desde 1874.

Seu sucessor, o Senador Florêncio de Abreu em semestre e pouco de administração, em 1881, destacou-se pelas obras de reconstrução do palácio do Governo. Infelizmente realizada do modo mais sôfrego e precipitado causou tal reedificação muito graves danos, ao que afirmam os contemporâneos, aos grandes arquivos públicos da Província e da Capital que no antigo colégio jesuítico se encontravam concentrados.

O sucessor interino de Florêncio de Abreu, o futuro Marquês de Três Rios assinalava, em princípios de 1882, o notável avanço das obras de abastecimento d'água e o reforço da iluminação pública. Previa-se ao mesmo tempo a colocação de numeroso hidrantes destinados ao serviço de extinção de incêndios. As obras da Companhia Cantareira e esgotos deveriam terminar dentro de um ano.

O quadragésimo quarto presidente, Conselheiro Francisco Soares Brandão, governou a Província um ano (1882–1883). Pediu a atenção da Assembleia para a imperiosa necessidade de se levarem a efeito os melhoramentos da canalização do Tamanduateí e do Tietê, único meio de se evitarem os danosos extravasamentos, anuais, dos dois rios e conseguir-se o aproveitamento de vastas áreas de várzeas. Continuavam morosas as obras da Cantareira.

Na sua curta presidência o Dr. Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, assinalou quanto a capital crescia a isto correspondendo a extensão das novas linhas de bondes que agora atingiam a Ponte Grande e o bairro de Santa Cecília. A situação financeira da Província era má, porém em virtude da séria crise cafeeira. Assim mesmo, mandou o Presidente Raiol atacar as obras de desobstrução do Tietê.

A seu sucessor, Conselheiro José Luís de Almeida Couto (1884–1885), coube, a 25 de março de 1885, o lançamento da pedra fundamental do edifício que mais tarde abrigaria o Museu Paulista, o *Monumento do Ipiranga*, como no tempo se chamava, padrão assinalador da cena de 7 de setembro de 1822. Era a consagração definitiva de projetos aventados sessenta anos antes.

Depois de longos debates sobre a colocação do edifício e sobre o destino que se devia dar à instituição a que deveria abrigar, resolveu-se executar o projeto apresentado pelo ilustre arquiteto italiano Tomás Bezzi, que construiu um dos mais formosos, harmoniosos e imponentes edifícios do Brasil e da América do Sul, infelizmente executando-se apenas o seu corpo central. Crescia notavelmente a cidade de São Paulo. Pelas linhas de sua rede de bondes aumentava continuamente o número de passageiros, assinalava o Presidente Couto. Assim também se dava com o ramal férreo em construção, que ligaria Santo Amaro a São Paulo.

O suprimento d'água do novo abastecimento já se mostrava apreciável, de 25 milhões de litros diários e já 4.002 prédios da cidade estavam ligados à rede de esgotos.

Depois de um período deplorável em que o seu edifício "mais parecia casa abandonada do que a sede de instituição de instrução superior", fora a Faculdade de Direito restaurada graças ao zelo de seu diretor, Conselheiro André Fleury. Nela estudavam 535 moços e a turma de bacharéis recém-formados atingira a 103. Possuía a faculdade a mais rica biblioteca da província, contando 15.847 volumes. A tal propósito, o Presidente Couto insistiu para que na capital se fundasse uma biblioteca pública assim como um Museu Provincial. O estabelecimento deste gênero ali existente era a coleção particular do antiquário Joaquim Sertório.

Em agosto de 1885, caindo a situação liberal, foi nomeado Presidente da Província o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, cujo governo, de um semestre, mais uma vez lhe revelou a capacidade de administrador e o espírito progressista, demonstrado como Ministro do Império do Gabinete de 7 de março de 1871. Beneficiou a cidade de São Paulo, notavelmente, graças às suas iniciativas. Ao engenheiro Revy incumbiu de regularizar o leito do Anhangabaú e ao engenheiro Bianchi o de fazer o mesmo quanto ao Tamanduateí. Pretendia o Presidente transformar as várzeas em grande e magnífico parque, a ser delineado pelo eminente botânico Augusto Glaziou. Criou a Comissão Geográfica e Geológica cuja direção entregou ao sábio geólogo Orville Derby.

Congregou este, em torno de si, um bloco de especialistas de alto valor.

De outra iniciativa de maior alcance, resultou a notável monografia realizada, sobretudo, por Adolfo Pinto, o *Relatório Estatístico da Província de São Paulo*, livro básico para o estudo do desenvolvimento do progresso paulista. Procedeu também à remodelação dos serviços administrativos da província e do Arquivo Provincial "que se achava em estado deplorável", ativando-se ao mesmo tempo, fortemente, os trabalhos de construção do Monumento do Ipiranga.

Com a maior justiça, pôde o Conselheiro Rodrigo Silva declarar que jamais se vira presidente que em tão curto lapso houvesse reunido tantos elementos para a prosperidade da província!

Como sucessor, teve João Alfredo o Conde de Parnaíba. Ano e meio durou seu governo em 1886 e 1887. Era homem de

notáveis recursos de inteligência e capacidade administrativa.

Coube-lhe acompanhar os imperantes em sua quarta e última visita à cidade e Província de São Paulo de 18 de outubro e 19 de novembro de 1886.

Percorreram os monarcas as zonas servidas pelas ferrovias e as linhas de navegação fluvial muito se admirando do avanço de São Paulo, já então vanguardeiro do progresso em relação às demais províncias brasileiras, na própria opinião do Imperador.

Abrigava nesta ocasião a cidade para cima de cinquenta mil habitantes e as suas linhas de bondes em tráfego contavam 24.512 metros de trilhos, projetando-se a abertura de novos ramais. Inaugurara-se a linha férrea de São Paulo a Santo Amaro, com quase 20 quilômetros; reforçara-se muito a iluminação a gás, pública e particular; havia distribuição d'água a domicílio em 3.418 prédios, existindo 4.450 dispondo de esgotos.

Cogitava-se da construção do Viaduto do Chá, trabalhava-se na retificação e cobertura do leito do Anhangabaú e da canalização do Tamanduateí, assim como do arrasamento das corredeiras próximas ao Tietê.

Ampliava-se os edifícios da Penintenciária, do Hospício de Alienados e da Escola Normal. Dia a dia aumentava o surto imigratório.

A princípio se encaminhara quase todo para as lavouras cafeeiras do *hinterland* paulista.

Em 1886, entraram na província 9.127 imigrantes e em 1887, 31.710 colonos, em imensa maioria italianos. E o Conde de Parnaíba, previdentemente, construiu a vasta Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, como centro de distribuição destes advenas. Excelente medida, pois, em 1888, tal afluxo subiria a 92.000 pessoas desembarcadas em Santos.

O sucessor do Conde de Parnaíba foi o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, cujo período veio a ser muito curto, de apenas cinco meses (novembro de 1887 a abril de 1888). Neste lapso, passaram a província e a sua capital pela agitação crescente provinda da marcha triunfante do movimento abolicionista.

Os corifeus do abolicionismo incitavam os escravos a abandonar as lavouras e assim grandes levas desciam do interior demandando à capital e Santos, onde se acoutavam no refúgio do Jabaquara. E os republicanos se valiam deste estado de coisas para intensificar a campanha contra as instituições imperiais.

Com a entrada do Conselheiro Antônio Prado para o gabinete de 10 de março de 1887 deu-se enorme incremento à introdução de migrantes no Brasil, sendo a corrente, sobretudo, encaminhada para São Paulo, atraída pelo pujante cafezal já existente.

Em sessenta anos recebera a Província 177.040 imigrantes dos quais 129.040 italianos, 23.794 portugueses, 3.030 espanhóis, 1.676 austríacos e alemães, 19.500 de diversas outras nacionalidades. Entre 1882 e 1887 o afluxo de imigrantes fora de 56.866 quase um terço do total dos seis decênios. E a Assembleia Provincial queria que se trouxessem cem mil novos.

Esperava-se no primeiro semestre de 1888 nada menos de 20.000.

O sucessor de Rodrigues Alves, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, esteve na presidência em curtos meses de junho de 1888 a abril de 1889.

Substituiu-o o Vice-Presidente, Conselheiro Francisco Dutra Rodrigues, que em curto período de quase dois meses de presidência interina presenciou a promulgação da lei de 13 de maio recebida pelos paulistas, afirmou, "como uma homenagem devida à civilização".

No período do Dr. Pedro Vicente ocorreram na cidade de São Paulo os graves acontecimentos de 24 de novembro de 1888, nascidos de conflito entre soldados do corpo policial e os do 17º Regimento de Infantaria do Exército do qual resultou a demissão do Chefe de Polícia, e a remoção da unidade.

Enorme afluxo de imigrantes acorria às terras paulistas. Nada menos de 58.565 passaram pela hospedaria de São Paulo em 1888.

Em princípios de 1889, fortíssimo surto de febre amarela causou numerosíssimas vítimas em Santos e Campinas. Veio em março visitar as cidades flageladas o Príncipe Conde d'Eu que pôde perceber, sobretudo em São Paulo, o enorme progresso de propaganda republicana.

Dois meses de presidência couberam ao Barão de Jaguara, sucessor do Dr. Pedro Vicente. Tocou-lhe procurar minorar os

terríveis estragos da epidemia de tifo icteróide.

Com a queda do partido conservador e a constituição do gabinete de 7 de junho de 1889, presidido pelo Visconde de Ouro Preto, foi nomeado Presidente de São Paulo o Dr. José Vieira Couto de Magalhães o último dos delegados imperiais enviados a governar a Província.

O lapso de seu mandato foi de cinco meses e cinco dias.

Declinava o Império visivelmente ante a audácia crescente dos republicanos, agora apoiados nas Forças Armadas.

A 15 de novembro encerrava-se o longo e patriótico, como mais não poderia ter sido, reinado de Dom Pedro II.

Nenhuma oposição fez o General Couto de Magalhães à entrega do poder a 16 de novembro ao triunvirato aclamado pelo povo da capital, junta composta dos Drs. Prudente José de Morais Barros e Francisco Rangel Pestana e do Coronel Joaquim de Sousa Mursa.

Capítulo XXXIV

A CIDADE DE SÃO PAULO E O ABOLICIONISMO. A PROPAGANDA REPUBLICANA

"O BRASIL é o café e o café é o negro" expendia Silveira Martins na década de 1870 a 1880 para sintetizar o que representaria para o País a abolição precipitada do elemento servil capaz de arrasar a economia nacional.

Mas apesar destes receios que eram os dos nossos homens de estado vinha-se processando, lentamente, desde 1850 o movimento em prol da extinção da sinistra instituição milenar a mais forte demonstração do prolóquio veemente do *homo homini lupus*.

Os antecedentes eram isolada e escassamente representados pela atuação de filantropos como a dos inimigos do tráfico, já sob Dom João VI.

A lei de 7 de novembro de 1831 abolindo o negregado comércio, com consequência da pressão britânica encabeçada pelo grande Wilberforce, foi letra morta durante vinte anos, burlada pelos imperativos econômicos da expansão cafeeira.

No reinado de D. Pedro II novas vozes esporádicas generosas mas desprestigiosas ainda perante a opinião pública levantaram-se mas sem lograr êxito em campanha para pelo menos atenuar os males decorrentes do cativeiro. Graças à

energia de Eusébio de Queirós, aniquilou- se o sinistro trafegar dos tumbeiros. O Imperador não se integrara positivamente ainda no movimento abolicionista, embora tivesse dado toda a força a Eusébio de Queirós.

Afirma Joaquim Nabuco que de 1865 em diante deu-se a sua completa conversão ao abolicionismo, em virtude de seu contato com Mitre e Flores em Uruguaiana e "o seu vexame de sentir que a escravidão era o labéu que o Paraguai atirava ao nosso Exército e a inferioridade que descobriam em nós os nossos próprios aliados".

Vinham o escárnio e a humilhação de todos os lados.

Voltando ao Rio de Janeiro combinou com Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente a proposta de lei de 23 de janeiro de 1866, promovendo a abolição lenta mas gradual da escravatura. E pouco depois libertava o muito considerável número de servos da Coroa.

Terminada a Guerra do Paraguai travou-se a grande batalha parlamentar e jornalística da libertação dos nascituros a que o Monarca e depois sua Filha, a Princesa Imperial Regente, deram todo o apoio e culminou pela vitória arduamente disputada de 28 de setembro de 1871, e a promulgação da famosa *Lei do Ventre Livre.*

Na Província de São Paulo o número de escravos avultava não tanto contudo quanto em diversas outras como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

O censo nacional de 1872 daria para uma população de 837.354 almas a existência de 156.612 escravos! Mais de 18 por

cento.

Nas quatro paróquias urbanas da cidade de São Paulo viviam 16.377 livres e 3.000 escravos ou dezoito por cento do total.

Nas cinco suburbanas e da zona rural eram os livres 11.090 e os escravos 827 em muito menos percentagem portanto, de quase sete apenas. Muito longe estava o município de São Paulo de apresentar as cifras dos grandes municípios cafeeiros como por exemplo Bananal onde os escravos eram mais numerosos que os livres, e Campinas onde vinham a ser quase cinquenta por cento, etc.

Em São Paulo foi a Faculdade de Direito o mais antigo foco do abolicionismo e aos grandes poetas que nela estudaram como Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, e sobretudo Castro Alves, muito se deveu no sentido de se incentivar o movimento redentor.

Em fins da década de 1870 era o núcleo abolicionista o mais forte, comprovaram-no as manifestações entusiásticas provocadas pela promulgação da Lei do Ventre Livre.

Mas em 1880 é que irromperia a fortíssima e irreprimível ofensiva geral do partido abolicionista no Rio de Janeiro com extraordinária repercussão em todo o País.

Em São Paulo os primeiros grandes corifeus da propaganda foram Luís Gama, Xavier de Silveira, José Bonifácio, o moço, e Antônio Bento de Sousa e Castro o ardoroso e indefeso promotor da reação dos escravos contra os senhores.

Continuavam os acadêmicos de Direito a lhes dar toda a assistência em seus jornais e revistas, ou em conferências públicas.

No decorrer dos anos da última década imperial, sobretudo de 1882 em diante, converteu-se São Paulo em um foco de abolicionismo ardente pela sua imprensa e sobretudo pela campanha intensa dos líderes abolicionistas, entre os quais se destacavam Antônio Bento de Sousa e Castro com os seus "caifazes" e Luís Gama, mestiço de extraordinária inteligência, pelo inexcedível zelo em prol da causa.

Começou a processar-se o movimento de êxodo dos escravos das fazendas para o centro e litoral onde os abolicionistas de Santos os acoitavam no grande quilombo Jabaquara.

Em 1887 fundava-se em São Paulo a eficiente Sociedade Emancipadora dos Escravos vindo os republicanos em reforço dos abolicionistas.

Afinal, a 13 de maio de 1888 deu-se a saudação da Lei Áurea extinguindo a escravatura no Brasil e assinada por dois ministros, paulistanos, Antônio Prado e Rodrigo Silva.

Em princípios de 1887 diz-nos o *Relatório da Comissão de Estatísticas* viviam na Província de São Paulo 107.329 escravos dos quais 62.688 homens. O número destes infelizes domiciliados no município da capital era insignificante. Numa população de 47. 000 almas existiam 493 cativos, quando Campinas com 41.258 habitantes abrigava 9.986.

Assim de pouco mais de um por cento vinha a ser a população servil paulistana. O valor destes escravos correspondia a

338:306$000. Ao lado destes homens e mulheres privados da liberdade viviam 921 ingênuos, ou *ventres livres*, como no tempo se dizia, os libertos ao nascer.

Opinião corrente no Brasil é que se a Monarquia brasileira derrotou a Francisco Solano López, tal triunfo veio a ser verdadeira vitória de Pirro a causar-lhe a queda pelo fato de fazer com que o Exército brasileiro, graças ao contato com os republicanos do Prata, se desapegassem da instituição imperial.

Tivera esta nos primeiros anos adversários mais ou menos pertinazes e violentos, mas o deplorável ensaio de caráter tipicamente republicano dos anos regenciais desiludira muita gente da apregoada necessidade da mudança do regime nacional. Firmara-se o respeito ao Trono fortemente com os primeiros decênios do reinado de Dom Pedro II, fase magnífica de paz, prosperidade, liberdade, moralidade governamental a que presidia o Monarca, a quem Oliveira Lima, tão eloquentemente, cognominou o ditador da moralidade pública nacional.

Em 1870 deram-se os passos iniciais da propaganda republicana efetiva a que assinalaria a publicação do primeiro manifesto do partido, de 3 de dezembro desse milésimo, manifesto a que se assinaram alguns paulistas.

Daí em diante aumentou o número de republicanos de São Paulo fundando-se clubes em Itu, Campinas, Piracicaba, etc.

Depois de uma reunião preparatória a 17 de janeiro de 1872 efetuou-se no ano seguinte, a 18 de abril e em Itu a, tão conhecida assembleia a que se deu o nome de Convenção de Itu. A ela concorreram cento e trinta e três representantes de dezesseis municípios.

A primeiro de julho imediato, presentes delegados de vinte e nove municípios efetuou-se em São Paulo o primeiro Congresso Republicano Paulista que elegeu a Comissão Permanente do Partido.

No ano seguinte, efetuou-se novo Congresso notando-se o progresso das ideias republicanas pela frieza com que em 1874 foi recebido o Príncipe Consorte da Princesa Imperial.

Já em 1877 sentiam-se os republicanos assaz fortes para pleitearem cadeiras na Assembleia Provincial conseguindo a eleição de três correligionários: Prudente de Morais, Martinho Prado e Cesário Mota.

Já então haviam surgido jornais do seu partido.

Em 1880 reforçou-se o número de republicanos com numerosas adesões, sobretudo em Campinas a que se atribuiu a antonomásia de Meca do republicanismo.

Tal a extensão tomada pela propaganda que o partido se abalançou a pleitear a inclusão de dois de seus principais chefes na bancada da Província enviada ao Parlamento do Império.

Foram, em 1884, eleitos deputados Prudente de Morais e Campos Sales.

A imprensa republicana da cidade paulistana começou representada por pequenas folhas de efêmera duração,

redigidas e publicadas por acadêmicos de Direito como a *Propaganda* em 1871, o *Rebate*, em 1874, vigoroso paladino da mudança do regime e a *Província de São Paulo*, em 1875, a princípio imparcial e algum tempo mais tarde veementemente republicana tornando-se um dos mais fortes esteios da propaganda nos anos vizinhos de 1889.

Em 1876 surgiu *A República* órgão do Clube Republicano Acadêmico que duraria até 1886, em 1884 o *Diário Popular*. Entre diversos outros, em 1888 o *Grito do Povo* que se destacava pela virulência e era distribuído largamente pelos colégios, oficinas e quartéis.

De todos estes periódicos dois apenas subsistiram: a *Província de S. Paulo* que, em 1890, passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo* e tornou- se um dos maiores jornais do Brasil e da América do Sul como tanto se sabe e o próspero *Diário Popular*.

Para a 20ª Legislatura do Império (1886–1889) não lograram os republicanos êxitos. Mas a sua propaganda não esmoreceu.

Continuaram a enviar representantes à Assembleia Provincial de 1878 a 1889, exceto quanto à legislatura de 1880–1881.

Em 1887 demonstraram as sessões do Congresso Republicano de São Paulo a notável pujança do partido cujos principais chefes eram Prudente de Morais, Campos Sales, Rangel Pestana, Bernardino e Américo de Campos, Francisco Glicério, Américo Brasiliense, Pereira Barreto. E como incansável e eloquente propagandista itinerante Silva Jardim.

Em 1888 intensificou-se muito a propaganda.

Em fins de novembro de 1888, a 24, ocorreram na capital graves conflitos entre soldados de linha e de polícia. Esteve a pique de provocar gravíssimo incidente a se enxertarem à já antiga e séria *questão militar* recém-adormecida graças à habilidade do Ministro da Guerra, Conselheiro Tomás Coelho.

Em 1889, ao irromper terrível surto de febre amarela em Santos e Campinas, veio o Conde d'Eu à Província visitar, em nome da Família Imperial, as localidades flageladas. Aproveitaram os republicanos o ensejo para insuflar o ânimo das populações contra o Príncipe.

Cada vez mais se intensificava a atuação do republicanismo.

No primeiro semestre de 1889 vieram a São Paulo, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva que dos correligionários receberam estrondosas manifestações.

O regresso do Marechal Deodoro, de Mato Grosso ao Rio de Janeiro, em setembro de 1889, trouxe ao partido ensancha magnífica para a precipitação do movimento derribador do Trono. Como era de esperar, entrosavam-se as manobras dos conspiradores do Rio de Janeiro às dos de São Paulo.

Hesitava Deodoro em aceder aos argumentos de Benjamim Constant e Quintino Bocaiúva. Novos e fortes indícios mostraram a positiva fraqueza do governo do Visconde de Outro Preto, impotente ante a onda republicana militar.

Assim descreve Aureliano Leite, em sua *História da Civilização Paulista* a marcha em São Paulo, dos acontecimentos de

novembro de 1889, anteriores aos do dia 15.

"Aos 6 de novembro recebe Campos Sales a primeira comunicação de Aristides Lobo de que se acha próximo o movimento revolucionário republicano. Francisco Glicério é enviado ao Rio de Janeiro como representante dos Republicanos paulistas."

"Daí a pouco Medeiros Albuquerque chega à Capital trazendo a confirmação da marcha dos acontecimentos, mandada por Aristides Lobo a Quintino Bocaiúva."

Os republicanos, à frente Campos Sales, possuem novas notícias de que até 9 do mesmo mês, "alguma coisa sumamente grave se passará". Mas, a 9 nada aconteceu.

Afinal, a 15 de novembro, após os primeiros avisos dos acontecimentos da Corte, já Prudente de Morais, que se achava em Piracicaba, chamado por telegrama a São Paulo, este e Campos Sales não conseguindo obter a coadjuvação de Américo Brasiliense, adotam as medidas que a situação reclamava.

Era presidente da Província o General honorário do Exército Dr. José Vieira Couto de Magalhães, homem sobremodo inteligente e erudito, cheio de serviços à causa pública, sobretudo durante a Guerra do Paraguai. Mas segundo se dizia já afetado pela moléstia que em breves anos o levaria ao túmulo.

Nenhuma tentativa de oposição fez nem poderia tê-la feito ao convite dos chefes republicanos quando a 15 de novembro o intimaram a que deixasse o poder sendo então substituído pelo

triunvirato composto por Prudente de Morais, Rangel Pestana e Coronel Sousa Mursa.

Nesta ocasião soube-se que Campos Sales fora chamado a ocupar a pasta da Justiça do Governo Provisório.

A 18 aderiram à nova ordem de coisas a ala do partido conservador, da chamada União Conservadora obediente à chefia do Senador Antônio Prado e os liberais liderados pelo Dr. Augusto de Sousa Queirós.

E alguns dias mais foi Prudente de Morais nomeado governador do novo Estado de São Paulo, cargo que exerceu durante quase um ano quando a 18 de outubro passou o Governo ao Dr. Jorge Tibiriçá Piratininga.

Capítulo XXXV

A TRANSFORMAÇÃO DOS COSTUMES OPERADA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX. COMPARAÇÕES FEITAS POR VIAJANTES

AO PASSO que os cento e cinquenta anos da capitania e da província haviam decorrido sem que grandes transformações sociais se observassem no São Paulo do último terço do século XIX verificar- se-iam profundíssimas mudanças de costumes derrocadoras das velhas usanças coloniais e imperiais.

O retraimento, a tendência ao isolacionismo, a desconfiança eram as características principais da população planaltina no consenso não só dos seus comprovincianos do litoral como do resto dos brasileiros.

Não estava a maioria dos paulistanos habituada ao contato com os estrangeiros. Os primeiros viajantes alienígenas que a São Paulo foram ter no século XIX trazem-nos referências, assaz numerosas, a tal respeito como em 1807 as de John Mawe cuja presença causou verdadeira curiosidade aos piratininganos dada a sua qualidade de inglês.

A sociabilidade era limitada, mas não tanto quanto pretendem certos julgadores afoitos prontos à generalização. Existem depoimentos diversos do que as reuniões da sociedade paulistana decorriam animadas e brilhantes como Beyer disse das do Marquês de Alegrete, Saint-Hilaire e Eschwege das de João Carlos d'Oeynhausen, Azevedo Marques, o *Mestrinho*do

baile de 1828 em honra da Marquesa de Santos, os correspondentes dos jornais fluminenses das grandes recepções oferecidas a Dom Pedro II e à Imperatriz por Tomás Luís Álvares e D. Gertrudes Galvão de Lacerda, os saraus descritos por Francisco Otaviano e Álvares de Azevedo.

Corria a vida geralmente tediosa e a sociabilidade resumia-se em reuniões familiares limitadas a pequenas rodas de famosos "chás paulistanos" tão falados em todo o Sul do Brasil e dos quais resultaram muitos casamentos de estudantes de Direito de outras províncias com paulistanas.

Realmente, chamava a atenção a ausência de mulheres entre os transeuntes da cidade. Se algumas apareciam eram em geral pessoas de condição modesta ou de costumes fáceis, ao cair da noite; às passeantes diurnas caracterizava o uso das mantilhas e rebuços que ainda em 1865 se assinalavam nas ruas onde até 1875 ainda existiam as rótulas perseguidas pelo Presidente João Teodoro Xavier.

As procissões e outras festas religiosas davam ensejo a que se estabelecessem soluções de continuidade à vida reclusa feminina.

Na série de quadros caricaturais dos costumes paulistanos que Ângelo Agostini estampou no *Cabrião* em 1867, com desenvoltura para o tempo notável, vemos retratadas as mesmas cenas que Debret surpreendera no Rio de Janeiro quarenta anos antes. O mesmo "caminho de roça" carioca da família que ia à missa em 1825 reproduziu o caricaturista italiano em 1865 no ambiente paulistano.

O mesmo se dá com as cenas de visita de família e outras. Os reparadores da segregação feminina paulista, sobretudo os que

se meteram a escrever apressadamente sobre coisas brasileiras, mostram ignorar que os costumes brasileiros pouco diferiam em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Afirma Gustavo Aymard que o estabelecimento das linhas de bondes na capital do Império em 1867 provocou enorme transformação nos hábitos femininos. Deixou o Rio de ser cidade de fácies muito menos muçulmana. Ali como em São Paulo senhoras de certa posição social só concorriam aos espetáculos teatrais nos camarotes. Nenhuma se atreveria a tomar uma cadeira da plateia.

W. Hadfield em 1868 observou que na récita a que assistiu haviam concorrido no Teatro São José numerosas senhoras muito bem vestidas, tal qual vira suceder nas principais capitais sul-americanas.

O teatro progredira notavelmente ao passo que Saint-Hilaire, Spix e Martius haviam assistido a verdadeiras borracheiras representadas por atores e atrizes de ínfima categoria; quarenta anos mais tarde ocupavam o teatro paulistano as melhores companhias de artistas nacionais como em 1865 a de Joaquim Augusto, tido como sucessor, aliás muito inferior, de João Caetano. Este nunca veio a São Paulo, naturalmente devido às dificuldades da viagem serrana.

Aos espetáculos perturbavam as chalaças e apóstrofes malignas dos espectadores mal-educados interpeladores de pessoas de destaque de camarotes e plateia. Mas este hábito grosseiro, emigrado da metrópole e corrente aliás em muitos países europeus, era geral em todo o País, especialmente no Rio de Janeiro e perdurou até as primeiras décadas da nossa era.

O conflito provocado certa noite de meados do século XIX pelas chufas endereçadas à Marquesa de Santos, defendida pelo segundo Martim Francisco não passava de coisa corriqueira em todas as grandes cidades do Brasil.

O mesmo se dava com as brutalidades do entrudo comuns em todo o Brasil.

No Rio de Janeiro eram extraordinárias, provocando a indignada verberação de grande quantidade de viajantes do século XIX. Sabemos todos que este selvagem divertimento imperou soberanamente em todo o país até princípios do século XX, desafiando as multas e a prisão acenadas numa série de posturas reiteradas e nunca cumpridas das principais edilidades do país.

Um dos principais reparos feitos ao atraso dos costumes paulistanos das primeiras décadas imperiais era a ausência de hotéis e albergarias.

Saint-Hilaire em 1819 anotava com espanto a não existência de uma hospedaria na capital da capitania onde só existia a sórdida espelunca do português Bexiga.

Nas vizinhanças de 1850, Ida Pfeiffer e Samuel Arnold queixavam- se da mesma ausência de hotéis. Mas estes em 1856 eram três e em 1863 sete. Em 1865 gabava o Visconde de Taunay o excelente passadio do hotel do francês Planet.

Vencera-se a extraordinária aversão dos velhos paulistas à promiscuidade das casas de hospedagem.

Com exação observa Afonso de Freitas que os paulistas de antes de 1850 não teriam ânimo de se alojar em hotéis receosos de infalível suspeição por imoralidade.

"A vida coletiva de tais casos feria-lhes a suscetibilidade, era incompatível com o regime de tacanho recato, cheio de reservas e retraimento que só se abrandava após largo período de convívio, refratários como eram à sociabilidade convencional, sem compreender convivência alheia à amizade e só permitindo expensões aos íntimos afetos."

A reserva traduzia-se pelo tratamento cerimonioso da segunda pessoa do plural, não só entre os mais íntimos amigos como até de pais para filhos como entre irmãos. Com o decorrer dos anos o vós e o vosso desapareceriam substituídos pelas flexões da terceira pessoa, correntes em todo o Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul.

"As famílias não saíam à rua sem que as acompanhassem os respectivos chefes e só apareciam às visitas quando se compunham de senhoras.

Os homens sós eram recebidos exclusivamente pelos donos da casa."

Era isto a regra geral no Brasil, aliás, e em 1842 levava a propósito de fluminenses e mineiros o Conde de Suzannet a escrever considerações irritadas e depreciativas sobre o atraso dos brasileiros.

Segundo Afonso de Freitas tais praxes se tornavam em São Paulo exageradas.

"O contato da mais leve cortesia, embora, de família paulista com pessoas estranhas tomava até meados do século XIX as proporções de liberalismo revolucionário."

Julga este autor que esta excessiva desconfiança "provinha dos ciclos centenários da colônia como consequência e ensinamento das extorsões e insídias do colonizador" no que não concordamos, pois era o regime homogêneo em todo o Brasil e até durante mais de século e meio vivera São Paulo numa como que ampla autonomia da qual os demais brasileiros nem de longe gozavam, protegidas pela situação topográfica criada pela serra do Mar.

Essa aversão à vida hoteleira viria atavicamente como reflexo de hábitos antigos dos primeiros anos da vila, quando esta, sede de distrito integralmente ruralista de pequenos lavradores que viviam durante prazos maiores e menores em suas casas de roça, só vinham à vila aos domingos e dias santificados. Por isto vivia deserta. Tal fato não era privativo de São Paulo e sim a repetição de caso ocorrente em todo o Brasil não litorâneo.

Afirma Freitas que nas primeiras hospedarias e hotéis instalados em São Paulo só se alojavam forasteiros: "para a maledicência provinciana as mulheres que aí aparecessem não poderiam deixar de ser pessoas de costumes fáceis".

Começaram a aparecer em 1852 restaurantes, mantidos por franceses, sem hospedagem porém. De 1855 em diante principiaram a existir hotéis. Em 1857 cinco havia que não passavam de pequenas estalagens.

Os trabalhos da São Paulo Railway foram os determinantes do aparecimento de tais casas que acabaram extirpando da prevenção popular a injustificada idiossincrasia.

Já por volta de 1865 se criticava em São Paulo o carrancismo de antanho do qual decorria a prática das hospedagens graciosas com preconceito social e prejuízo econômico.

O sequestro das mulheres aos olhos dos estranhos à família dominava nos anos imperiais em todo o Brasil central em maior e menor escala. Certamente, muito menos no litoral do que no interior das terras. Existia mitigado no Rio de Janeiro e ferrenho em mais remotas povoações do Brasil.

A facilitação das comunicações trazida pelas estradas-de-ferro o avolumamento considerável do número de brasileiros que a navegação a vapor conduzia à Europa foram os grandes determinantes do abrandamento do ciúme semimuçulmano-ibérico que imperava no Brasil. E São Paulo integrou-se mais tarde nesta corrente de ideia em virtude de seu afastamento da costa.

Precioso depoimento de transformação dos costumes paulistanos deu-nos *Junius* (Paula Ramos Júnior) em suas *Notas de Viagem* (1882).

Trinta anos havia que este autor não visitava a cidade onde se bacharelara. O modorrento São Paulo que deixara, encontrou, sobremodo admirado, cidade cheia de movimento e animação. As ruas de antanho, semidesertas e só frequentadas em dias festivos, viu-as cheias. Quando outrora as famílias só saíam de casa para procurarem parentes, escoltados pelos respectivos chefes, perambulavam agora livremente desacompanhadas de tais cérberos. Não existiam outrora

hábitos de passeio nem por diversão nem por necessidade higiênica. E agora se manifestavam, vivazes. Acorria a São Paulo numerosa população flutuante composta de paulistas do interior e de brasileiros de outras províncias.

Às ruas animava a passagem de bondes, carruagens e outros veículos.

Já não corriam os anos em que, no dizer de Vieira Bueno, acudiam todos às janelas para divisar uma da meia dúzia de seges existentes na cidade. A iluminação pública, excelente, contristava com as trevas das ruas de antanho, outrora desertas e agora largamente transitadas pela noite a dentro.

Uma das coisas que mais surpreendeu o viajante fluminense foi ver a radical transformação operada nos hábitos femininos.

Senhoras passavam sós, a passeio ou a compras, frequentavam as lojas de modas, costureiras e confeitarias.

Progredira o comércio de modo extraordinário. Novas especializações haviam surgido e as velhas casas se tinham modernizado e melhorado, notavelmente, não só quão ao sortimento como quanto às instalações.

Outrora, se alguém se decidia dar uma festa ou preparar um banquete precisaria, e com grande antecedência, fazer encomendas de vitualhas e bebidas, frequentemente encomendadas até a Santos e ao Rio de Janeiro. Agora dentro de pequeno lapso preparava-se um festim para larga assistência de convivas.

Um sopro de progresso cada vez mais acentuado animava a capital paulista onde se ofereciam os artigos da indústrias moderna europeia.

No São Paulo de 1850 inútil seria esperar encontrar casas de brinquedos, músicas, pianos, óptica, marmorarias, etc.

Capítulo XXXVI

O EXTRAORDINÁRIO SURTO DO PROGRESSO DA PROVÍNCIA E DA CAPITAL DE SÃO PAULO POVOADO PELAS FERROVIAS E A EXTENSÃO DA CULTURA CAFEEIRA

EM 1815 segundo o Conde da Palma, a população da capitania de São Paulo, constituíam 209.219 almas.

A imigração até os anos da Independência fora sempre mínima e só de portugueses, sobretudo açorianos, cujo arquipélago estava superpopulado.

Sob D. Pedro I veio, em 1826, uma leva de cerca de um milheiro de imigrantes alemães para as cercanias de São Paulo em Santo Amaro.

Portugueses e alemães trouxe o Regente Vergueiro em limitada, mas notável, experiência colonizadora em 1840. Desta tentativa digna de verdadeira admiração, para a época, resultaria, como se sabe, grande incentivamento da corrente imigratória e considerável passo a frente a favor da substituição do braço escravo pelo livre.

Mas na cidade de São Paulo, até 1870, o número de estrangeiros mostrou-se muito limitado; os poucos ádvenas nela residentes eram sobretudo alemães, franceses, ingleses e italianos. Nela viveram alguns profissionais de destacada situação, médicos como Líbero Badaró e Betoldi, italianos; Ellis,

inglês; Engler, alemão; engenheiros como Martin d'Estadens, Bastide, franceses; Rath, Bresser, Hendriksen, alemães; Vyzenski, polaco; D. Fox, Brunless, ingleses; Moreli e Gerardi, italianos.

Durante os primeiros quatro e meio decênios da era imperial o grande empecilho imposto ao progresso da cidade de São Paulo proviera do agravo da transposição da serra de Paranapiacaba.

Mas a remoção do garrote asfixiador do progresso, por intermédio dos trilhos da São Paulo Railway, só se tornou possível em virtude de irresistível empuxo econômico. E este veio do café.

A estrada-de-ferro, vencido o grande socalco litorâneo, não encontrou mais obstáculos sérios e por toda a parte um único óbice grave se opôs ao alargamento da área cafeeira: a geada.

Vinha a erosão provocando o rápido declínio da lavoura do vale do Paraíba.

Com a abertura do tráfego da São Paulo Railway começaram a Província e sua capital a receber a alusão de já sensíveis contingentes alienígenas.

Mas estes tomariam vulto à medida que o cafezal do oeste se avantajaria pois ainda não havia condições de trabalho para a fixação de massas de imigrantes.

Foi o café o grande catalisador das imigrações europeias; quando estas atingiram o litoral paulista estavam as lavouras

da terra roxa a se multiplicar. Foram elas os atratores e os fixadores dos ádvenas.

E o reflexo deste enorme aumento da população paulista que em menos de uma década quase a dobrou teve o reflexo imediato na cidade de São Paulo cuja situação climática a livrara do flagelo dos surtos amarílicos devastadores de Santos e de Campinas.

Em 1886 contava a cidade de São Paulo 44.030 almas quando em 1822 teria 16.000, em 1836: 21.993, em 1872: vinte e quatro mil, em 1883: trinta e cinco mil.

Já para fins da era imperial contaria 64.934 almas, e a Província 1.221.394 em 1886 e 1.384.753 três anos mais tarde.

Verdade é que só no biênio de 1887–1888 haviam entrado em território paulista 126.710 colonos quase todos italianos.

Até 1888 e a partir de 1827 contavam-se, segundo os dados aduzidos por Aureliano Leite, 177.040 estrangeiros, dos quais 129.040 italianos e apenas 23.794 portugueses, 3.030 espanhóis, 676 austríacos.

O *Relatório da Comissão da Comissão de Estatística* acusou para a população paulistana, em 1887, um total de 12.290 estrangeiros no conjunto *História da Cidade de São Paulo* 325*Rua Alegre (Brigadeiro Tobias) em 1860* dos 47.697 habitantes da capital. Destes eram: italianos 5.717, portugueses 3.502, alemães 1.187, espanhóis 379, franceses 351, austríacos, 340, ingleses 255, africanos 205, de diversas outras nacionalidades 354.

Avolumara-se continuamente o afluxo da imigração à Província até 1882 em diante, nele preponderando extraordinariamente os italianos; 1.857 em 1882 e 3.005, 2.215, 3.270, 5.785 e 28.840! de 1883 a 1887.

Aos 54.972 italianos contrapunham-se em segundo lugar os portugueses com 11.052 pessoas apenas.

O futuro da Província estava nas terras do oeste, cuja capital geográfica era São Paulo. O frete da arroba em 1860, em lombo de mula, era tal que não permitia pensar-se em plantar café além do Rio Claro.

Assim a fênix paulistana começara a renascer das cinzas graças ao alento do cafezal de Oeste, de produção cada vez mais considerável, atraindo as pontas dos trilhos para mais e mais longe, saltando por sobre os cerrados para atingir as grandes manchas ferazes como sucedeu com Jaú e Ribeirão Preto. São Paulo cresce como reflexo do cafezal do Ocidente. E este espraiou-se graças à existência da São Paulo Railway e suas tributárias Paulista, Ituana, Mojiana, Sorocabana.

Expressiva caricatura de Ângelo Agostini bem exprime este fato.

Nela se vê a caminharem paralelamente um comboio ferroviário e uma tropa muladeira. E do trem fazem, maquinista e passageiros, esgarres aos tropeiros a lhes significar que se encerrava o ciclo da utilização daquelas admiráveis solípedes do sul do Brasil que tanto serviram à nossa civilização, e a Eschwege arrancaram verdadeiros ditirambos consagrados à sua vitalidade e resistência.

Santos, em 1882, teria a sua exportação a sobrepujar a da Guanabara.

Tal a importância da economia cafeeira que em 1872 a receita municipal de Campinas (49:650$) ultrapassara a de Santos (48:520$) e quase atingira a de São Paulo (52:542$). E o valor econômico de seu município de muito se sobrepunha ao de sua rival.

Não foi imediato o reflexo do opulentamento do interior sobre a capital paulista, mas sensível o progresso desta desde a abertura ao tráfego da linha completa da São Paulo *Railway* e a expansão jamais detida da viação férrea provincial.

Nas vizinhanças de 1880, o lúcido Couty assinalava quanto o espírito público paulista se inclinava para a imperiosidade do intenso povoamento da Província por meio de grandes massas de imigrantes europeus, cujo rendimento de trabalho era incomparavelmente superior ao dos escravos.

Convictos os paulistas de que a abolição era coisa iminente preparavam a substituição intensiva do braço cativo.

Se a maior parte do reforço demográfico alienígena se localizava nas lavouras de café, já boa percentagem de recém-vindos se fixara na capital da Província.

Foi o que permitiu que a cidade de 1872 a 1886 tivesse a população quase dobrada, e apresentasse em 1890 um acréscimo na relação de 100 para 150, dobrando ao cabo do triênio seguinte.

Assim em vinte e um anos quase se lhe sextuplicara o número de habitantes (130.775 em 1893).

A ocorrência, no interior, das terríveis rajadas de febre amarela, em 1889 e 1892, trouxe notável cópia de elementos ao progresso paulistano devidos, sobretudo, à transmigração de fazendeiros abastados.

Em suma, beneficiara São Paulo imenso da cultura cafeeira.

Sem ela continuaria crescendo modestamente e seu *hinterland* não se teria povoado na escala em que tal se deu.

Dada a similitude de colocação geográfica seria uma segunda Curitiba, em ponto maior, não beneficiada ainda pela posse de um artigo de produção de maior importância mundial, qual o café como agora vem sendo a capital paranaense de modo tão notável. Sem o cafezal a corrente imigratória italiana, outro rumo tomaria. Ela já encontrou formados os talhões da rubiácea, implantados em grande área produzindo em larga escala quando se integrou na província a que trouxe o magnífico contingente de sua operosidade, inteligência, ânsia de progresso e enriquecimento.

Uma vez entrada na via do desenvolvimento tomaria São Paulo a embalagem espantosa que lhe daria em 65 anos uma multiplicação demográfica na proporção de um para cinquenta.

Decorreria largamente tal fenômeno de um simples invento o do anel de Zenóbio Gramme, ponto inicial da imensa carreira da electrotécnica, aplicada à captação e transmissão de energia, invento revolucionador da civilização como um século antes operara o gênio de James Watt.

A São Paulo traria a era do dínamo um motivo de espantoso desenvolvimento. E agora a cordilheira marítima, que tanto isolara a vila, a cidade colonial e imperial e que tanto a afastara do convívio do mundo, passaria a ser o serviçal prodigiosamente prestimoso de sua arrancada e progresso.

Nascido em suas cumeadas o Tietê, que tanto reagira à audácia dos seus navegantes com a fúria das maretas das corredeiras e do tombo dos saltos, passou a ser o oferecedor submisso de sua energia aos captadores de sua força.

Veio a *São Paulo Light and Power* inicialmente trazer à cidade, sequiosa de propulsão para a sua indústria incipiente, os kilowatts provindos do Tietê para, no correr dos anos e graças ao talento criador de Aza Billings, transformar a antiga muralha, empecedora máxima do avanço paulista, em admirável fator de progresso e civilização numa escala a que de longe não poderia aspirar à utilização das máquinas térmicas em áreas sem jazigos de combustíveis minerais.

Em expressivo simbolismo houve quem, em 1927, publicasse sugestiva alegoria em que se vê uma balança onde em um dos pratos, o mais pesado, se encontra um cafeeiro e noutro um arranha-céu lembrando quanto o segundo dependera do primeiro. Passado um quarto do século muito natural seria que o compositor de tal alegoria pusesse ao lado do cafeeiro o dínamo dele decorrente.

Capítulo XXXVII

A IMPRENSA PAULISTANA SOB O IMPÉRIO. A EXTRAORDINÁRIA INFLUÊNCIA CULTURAL DA FACULDADE DE DIREITO

EM MONOGRAFIA sobremodo trabalhosa: *A Imprensa Periódica de São Paulo*, arrolou Afonso A. de Freitas nada menos de quatrocentos e quarenta e nove periódicos editados na capital paulista de 1823 à queda do Império.

A grande maioria destas publicações teve a mais efêmera vida.

Comentando o desenvolvimento da imprensa paulistana recorda o erudito autor que na década do aparecimento d'*O Paulista* (1823), do *Farol Paulistano* (1827) e d'*O Observador Constitucional* publicaram- se quatro jornais.

No decênio seguinte dezoito, havendo em 1840 seis folhas na capital.

De 1840 a 1850, quarenta e sete, no decênio seguinte 55. De 1861 a 1870, sessenta; de 1871 a 1880, oitenta e um e de 1881 a 1890 duzentos e vinte e quatro!

Escreve o erudito monografista: "A grande massa dessas publicações deram apenas alguns números; outros periódicos,

principalmente os jornais literários aca- dêmicos, em número não pequeno, tiveram a duração do tempo decorrido entre duas estações florais: nasciam em maio ou junho após a abertura das aulas e feneciam em novembro, com o encerramento do ano letivo."

Poucas as publicações que venceram alguns anos de vida como os jornais acadêmicos *Revista Mensal do Ensaio Philosóphico Paulistano* (1851–1860) e *Ensaio Literário do Atheneu Paulistano* (1852–1863).

Centro de grande assimilação racial como São Paulo se tornou há três quartos de século, era de esperar que em sua imprensa aparecessem órgãos de colônias estrangeiras, já na época imperial.

De 1878 é a *Germania*; de 1885 *L'Imigrante*, *Il Garibaldi*, dos anos seguintes diversos outros órgãos da colônia italiana e em 1889 o *Volapuk*, representante dos adeptos da disseminação desta língua artificial que não logrou grande carreira e foi a predecessora do *Esperanto*.

Analisando as correntes de ideias dominantes na imprensa paulistana escreve Freitas judiciosas observações: "Na primeira fase do jornalismo político o aventamento das questões partidárias só não chegou a tomar em São Paulo o caráter acentuadamente pessoal e violentamente azedo a que atingiu em outros centros do País, e ao qual o próprio grande Evaristo da Veiga não se pôde furtar, por que ali, mais do que em qualquer outra parte, as medidas de repressão de abusos de imprensa, com excessivo rigor aplicadas dentro e fora da lei, convertiam-se em espantalho e pesadelo do jornalista de antanho."

Além da perspectiva da prisão havia sobretudo a do desforço pessoal que levara Líbero Badaró ao túmulo e tentara tirar a vida a Evaristo.

Assim passavam os redatores a falar "dos adversários por alegorias arredando de si a responsabilidade dos *communicados* insertos com a exigência de assinatura".

Quando, porém, o assunto tratado pelo articulista era melindroso ou demasiadamente desabusada a linguagem por ele empregada, além dessas, outras precauções eram tomadas pelo apavorado redator, mandando imprimir em separatas, sob o título – Correspondência – tais artigos.

"Este pavor acabou, entretanto, por desaparecer e uma parcela, felizmente pequena dos jornais de São Paulo, caiu no extremo oposto passando a usar da máxima liberdade que descambava, não raro, para o terreno da mais ampla licença."

Assim se deu sobretudo em torno de 1842, quando a exacerbação das paixões políticas culminaram no destempero das diatribes *d'O Tibiriçá* que não tiveram o corretivo dos tribunais.

"Daí por diante, continua Freitas, ninguém mais se temeu dos rigores da lei do *arrolhamento* e se os jornais que se consideravam orientadores da opinião pública conservaram inalteradas as linhas do comedimento e da ponderação, mantendo sempre inteira calma e observando todas as regras do mais perfeito cavalheirismo e requintada cortesia nas polêmicas e nos ataques aos adversários, periódicos adventícios não tardaram em aparecer pulando em intermitências de vida e picando o campo da verdadeira imprensa de pontos negros no seu caráter de pasquins."

"Jornais de diatribe política, anônimos quase sempre, distinguiam- se, em geral, pela insolência da linguagem e desfaçatez nos insultos, em forte contraste com a linguagem e argumentação timoratas da primeira fase do jornalismo paulistano."

Nos últimos anos imperiais já desaparecera o feitio virulento dos órgãos das províncias menos desenvolvidas onde imperava infrene politicagem da campanário.

Com razão observa Freitas: "Desaparecido o tom sentencioso e dogmático com que eram tratadas as questões doutrinárias, e com ele o feroz e esterilizante partidarismo, desapareceram também os formidáveis – artigos de fundo –."

Maciços, tão derramados que frequentemente transbordavam da primeira à segunda página.

Outro feitio moderno que assumiram os jornais paulistanos veio a ser a utilização, cada vez maior, pelo "comércio das vantagens do preconício, acabou por adotar a propaganda pela publicidade periódica, fazendo inserir seus primeiros anúncios, mal redigidos e inestéticos, em linhas corridas, numa lastimável sovinice, de espaço, na última coluna da última página, passando cada vez mais à prática do ostentoso reclamo, reflexo da concorrência comercial e da evolução das ideias e processos modernos."

Das centenas de periódicos nascidos na era imperial subsistem, três apenas, o *Correio Paulistano*, nascido em 1854, a *Província de São Paulo*, hoje *O Estado de São Paulo,* em 1875; o*Diário Popular* datado de 1884.

A imprensa ilustrada satírica surgiu em 1864 com o *Diabo Coxo* de Ângelo Agostini que mais tarde, em 1866, redigiu e ilustrou o *Cabrião* e cujo desabrimento não sabemos como não lhe valeu algum atentado. Não ultrapassou de um ano, aliás, a vida de tal jornaleco.

Dos periódicos de propaganda política é de se notar a existência *d'A República* que viveu de 1876 a 1887.

Como órgãos de caráter científico surgiu em 1889, pioneiro, o *Boletim da Comissão Geográfica*, publicação de verdadeira valia e relevo, que viveu até 1904 a que dirigia Orville Derby, secundado por Teodoro Sampaio, Gonzaga de Campos, Hussack, Leofgren, Florence.

A *Revista da Faculdade de Direito* só apareceria em 1893 e a *Revista do Museu Paulista* em 1897.

O primeiro almanaque de São Paulo surgiu em 1857 e foi devido a Joaquim Roberto de Azevedo Marques, fundador do *Correio Paulistano*. Já em 1873, imprimir-se-ia outro de muito vulto o de Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, abrangendo a cidade e a Província com notável cópia de informações dignas de todo o apreço.

Extraordinária influência exerceu a Faculdade de Direito não só sobre a vida cultural paulistana como sobre os costumes e a fácies da cidade. Tal influxo constatavam-no, do modo mais frisante, não só vários dos viajantes estrangeiros que visitaram São Paulo como observadores nacionais. Entre os primeiros lembremos o Barão von Tschudi, ilustre naturalista e diplomata

suíço, em 1860, Carlos von Koseritz, publicista alemão em 1883 e o médico italiano Dr. Lomonaco, em 1886.

Extraordinário prestígio cercava o corpo professoral da Faculdade, prestígio aliás frequentemente nocivo ao bom andamento dos cursos pois os titulares das cátedras paulistanas eram a cada passo afastados do magistério para ocuparem os mais altos cargos da administração pública e postos parlamentares.

Em meados do século XIX e até 1880 era São Paulo como que uma cidade "heidelbergiana", verdadeiro burgo de estudantes, com toda a exação observa Ernâni da Silva Bruno.

"Os estudantes, instalados alguns em chácaras dos arredores, outros em celas de conventos, mas a maioria em pequenas 'repúblicas', numerosas em certos bairros, praticamente tomaram conta da cidade.

Foram os maiores frequentadores dos seus primeiros hotéis, restaurantes e cervejarias, os animadores mais frequentes de suas festas de rua, os dinamizadores do seu teatro.

"O 'corpo acadêmico' formava na cidade uma espécie de corporação, como escreveu Bernardo Guimarães, respeitada e temida dos 'futricas' (nome que tinham os estranhos ao corpo acadêmico) e que participava da existência urbana em todas as suas manifestações. Mas tinha também a sua existência própria."

De futrica de origem portuguesa coimbrã criou-se *futréca,* sinônimo de cafajeste, de beldroegas.

Se havia uma irmandade privativa de lentes e estudantes, a de São Francisco de Assis, em compensação havia sociedades recreativas, como a chamada "Concórdia Paulistana", que promoviam bailes a que só podiam comparecer três ou quatro estudantes como convidados e nunca como sócios. Uma desforra dos "futricas".

Era o que fazia Zaluar, em 1860, observar: "Os habitantes da cidade e os cursistas da Academia são dois corpos que não se combinam senão produzindo um precipitado monstruoso.

No entanto, apesar de toda a diversidade de pensamentos, de hábitos, de costumes, que caracteriza os dois ramos da população da cidade, é esta uma das condições infalíveis de sua prosperidade. Tirem a Academia, de São Paulo, e esse grande centro morrerá inanido. Sem lavoura e sem indústrias em grande escala, a capital da Província, deixando de ser o que é, deixará de existir."

Com extraordinária paciência suportava a população as *estudantadas* frequentemente ultrapassadora das raias da tolerância a ponto de provocarem a atuação policial merecida.

Era "incrível o grau de perfeição a que chegara a cidade de São Paulo na troça e na gaiatice", escreveu Lúcio de Mendonça evocando, nas "Horas do Bom Tempo", seus anos de Academia de Direito.

Havia porém notável reverso da medalha as demonstrações intelectuais do espírito acadêmico nos setores da jurisprudência e da literatura que em grande e até então desconhecido destaque punha o nome de São Paulo.

"Por volta de 1870, escreve E. Bruno, começavam a se desenhar sinais de decadência desse espírito que fizera do pequeno burgo paulistano oitocentistas uma alegre cidade de estudantes e um centro particularmente intenso de atividades artísticas e intelectuais."

Não que desaparecesse o ambiente do *gaudeamus igitur* as estudantadas ainda se faziam lembrar e foram-se amortecendo gradativamente.

O Prof. Braz Arruda com justeza atribui a decadência de tal importância ao novo regime do ensino livre abolidor da frequência obrigatória às aulas. Foi ele nefasto a exuberância estudantil e as associações e clubes literários existentes à sombra das arcadas.

Os alunos não indo senão excepcionalmente à Faculdade, "afrouxaram-se os laços fraternos que os uniam, desapareceram as vaias, as festas acadêmicas, os prazeres em comum, as alegrias e dores compartidas por toda a classe". "As festividades, as ligas para os acintes aos profanos ou para as pirraças aos calouros, as serenatas, os passeios, as ceias, tudo ligava a mocidade acadêmica antes da cisão pelo ensino livre".

Observa Bruno com toda justeza que a verdadeira causa da depressão da importância estudantil proveio do crescente e cada vez mais considerável ritmo da amplificação decidida criada pela São Paulo Railway e seus reflexos sobre a cultura cafeeira.

Ainda assim aos acadêmicos de Direito caberia saliente papel nas campanhas em favor da Abolição e da República.

Capítulo XXXVIII

ÍNDICES DO PROGRESSO PAULISTANO DOS ÚLTIMOS DECÊNIOS IMPERIAIS. O ALMANAQUE LUNÉ E O RELATÓRIO DA COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA

EM 1873 segundo o excelente Almanaque de Luné e Fonseca obra para o tempo notável existiam em São Paulo doze irmandades, duas ordens terceiras e três igrejas protestantes de seitas diversas.

Sociedades de escopos vários, literário, jurídico, beneficente, artísticomusical, e clubes familiares contavam-se dez. Quatro eram as lojas maçônicas.

Três agremiações altruísticas havia alemãs e uma portuguesa, a Portuguesa de Beneficência, três colégios particulares brasileiros para meninos e cinco para meninas; um americano e três alemães. Além da caixa filial do Banco do Brasil funcionavam uma agência do Banco Mauá e duas casas bancárias. Contavam-se 44 capitalistas e 38 proprietários abastados.

Nas profissões liberais figuravam 28 advogados, doze médicos e cirurgiões, dos quais quatro estrangeiros, três dentistas (dois dos quais estrangeiros), dez engenheiros civis, uma parteira diplomada, estrangeira.

Oito eram os farmacêuticos, oito os professores de piano e canto e três de "música marcial", três de línguas, um de desenho, três de primeiras letras, dois os fotógrafos.

Ao comércio representavam casas de comissão (13), atacadistas de fazendas (4), de ferragens (1), lojas de fazendas (26), de fazendas e perfumarias (5), de roupas feitas (9), de chapéus (5), de modas (4), todas francesas, de ferragens (5), couros, arreios e colchões (2), armarinhos (6), lojas de calçados (6), de móveis (10), de louças (9), de quadros e molduras (3), de artigos de papelaria (2). Três eram os mascates. Depósitos de materiais de construção existiam três.

Livraria só havia uma a de Anatólio Garraux e uma senhora francesa, Mme. Guilhem tinha um gabinete que alugava livros.

Um único comerciante vendia música mas não exclusivamente pois também negociava em perfumes. Existiam um único marmorista e um único madeireiro e no bazar do inglês Fox ao lado de instrumentos ópticos e musicais, vendiam-se calçados, arreios e sementes de flores e hortaliças. Havia já quem em seu armazém oferecesse gêneros norte-americanos. Os negociantes de louças também comerciavam em molhados.

Os varejistas de secos e molhados, à antiga, negociando em fazendas eram seis, os empórios de vulto 16, havendo uma casa especialista em vinhos "estrangeiros e nacionais". Os pequenos varejistas vinham a ser 193. Entre eles apareciam quinze nomes alemães, um ou outro inglês, francês e italiano.

Entre os artífices arrolou J. B. de Luné 16 alfaiates, 7 costureiras, 2 cabeleireiros, 11 barbeiros, 22 sapateiros, 1 tamanqueiro, 2 tintureiros, 3 vidraceiros, maquinistas ferreiros (2), canteiros (3), serralheiros (2), 10 funileiros, um tanoeiro,

um espingardeiro, 2 caldeireiros, 10 carpinteiros mestres-de-obras, 2 curtidores, pedreiros mestres-de-obras, 5 pintores de janelas e forradores de papel 3. Dez eram as olarias.

Os "armadores de anjos de gala para procissões e para festividades" eram duas senhoras e cinco homens, e dois fogueteiros preparavam os indispensáveis rojões requisitados para os préstitos festivos de antanho.

A nascente indústria paulistana assim se discriminava: fábricas de chapéus de seda, castor e lebre de todas as qualidades (4), de chapéus-de-sol (1), fundição de ferro e bronze (1), oficinas de marcenaria (17), de objetos de selaria especialmente arreios (6), torneiras de madeiras e metais (2).

Existia uma única serraria a vapor, uma fábrica de bilhares, quatro de seges, duas de carroças, uma de livros em branco, três encadernações.

Cinco se contavam as tipografias importantes e sete as oficinas de impressores tipográficos. Notavam-se duas litografias, oito relojoarias, todas de estrangeiros, quatro oficinas de douração e prateação.

Os hotéis já eram seis, as confeitarias duas, assim como as casas de pasto, dois os cafés, doze as padarias, um botequim apenas e três as cervejarias. Duas as fábricas de licores, uma de chocolate, seis refinações de açúcar, e uma fábrica de chá representavam a indústria de comestíveis e de bebidas.

Funcionavam uma fábrica de cerveja, duas de vinagre e seis viticultores que produziam vinho.

Sete eram os negociantes de ouro e prata e pedras preciosas, joalheiros e ourives, existindo ainda um encanador e dourador de imagens.

Seis bilhares se contavam, uma casa de banhos públicos, dez cocheiras alugadoras de animais, carros e seges e duas empresas funerárias.

A indústria de fumo se representava por três fábricas de charutos, duas de cigarro, e duas de "tabaco canjica" (rapé?).

Em 1888 imprimiu-se *o Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*, memorável trabalho a que já nos temos referido não só para o tempo como por ainda hoje merecer subidos louvores.

Consubstanciando os dados do recenseamento geral da Província realizado a 30 de setembro de 1886 valeu-se a comissão, cujo relator era Adolfo Pinto, da oportunidade para reunir os mais úteis e volumosos dados de toda a espécie, estatísticos e descritivos da Província sob o ponto de vista demográfico, climatológico, geológico e mineralógico, faunístico e botânico, histórico, corográfico a que se anexam capítulos sobre finanças, imigração e colonização, catequese, agricultura, comércio, indústria, viação, instrução pública, verdadeira pequena enciclopédia paulista referente às condições provinciais em 1886. A esta cópia de dados completam 124 capítulos descritivos das condições dos outros tantos municípios em que se subdividia o território provincial.

Verificou a Comissão que a população paulista passara de 837.354 almas em 1872 a 1.221.394 em 1886.

A do município da capital sofrera a seguinte alteração: a das quatro freguesias urbanas (Sé, Santa Ifigênia, Consolação, Brás) subira de 19.347 a 38.997, mais do que dobrara portanto; a das freguesias suburbanas (São Bernardo, Penha e Ó) de 6.693 a 8.700. Assim aos 26.040 de 1870 contrapunham-se os 47.697 de 1886. E dado o contínuo afluxo de imigrantes calculava-se que a 31 de dezembro de 1887 contaria a cidade 60.000 habitantes.

Com o extraordinário desenvolvimento dos últimos anos, comentava Adolfo Pinto, haviam os limites urbanos sido ultrapassados pelas edificações que se multiplicavam por toda a parte, dilatando consideravelmente o perímetro da cidade.

À parte central dominava o antigo feitio documentador e defeituoso sistema da edificação colonial, com a acanhada visão de proporções sem plano ou regularidade, como também em 1889 observaria Alfredo Marc. Mas era indubitável que a capital paulista já apresentava sob o ponto de vista de edificação notáveis melhoramentos.

Em 1887 contava 7.012 prédios, dos quais 479 de dois pavimentos e 14 de três, sendo o valor locativo total da importância de 3.012:574$280 o que correspondia a um termo médio, anual, por prédio, de 423.$926 réis. A média de habitantes era por prédio de 5,2. Desde 1872 havia iluminação pública e particular a gás. Existiam nos logradouros públicos 1.307 combustores e 1.430 casas se beneficiavam de tão grande regalia. E estava em via de realização a iluminação elétrica.

Fora muito melhorada a pavimentação da cidade, cujas principais ruas e praças eram calçadas por paralelepípedos de granito. Algumas praças e ruas haviam recebido arborização. E trabalhava-se no vencimento do profundo vale do Anhangabaú

por intermédio de grande viaduto metálico o que beneficiaria imenso o vasto e plano bairro do Chá.

As linhas de bondes, ligando o centro aos bairros da Liberdade, Mooca, Brás, Luz, Santa Cecília, Consolação, apresentavam um desenvolvimento total de 25 quilômetros e um movimento anual de um milhão e quinhentos mil passageiros.

Desde 1883 recebia a cidade a excelente água dos ribeirões da Cantareira por meio de canalização de ferro numa extensão de 14 e meio quilômetros.

Distribuíam-se em 1887, diariamente, dois milhões de litros a 4.155 prédios e a seis chafarizes públicos, havendo possibilidades para se dobrar, imediatamente, tal distribuição.

Crescia diariamente a rede de esgotos cujo coletor terminal se despejava no Tietê a um quilômetro a jusante da Ponte Grande. Tal rede valia-se de material como de melhor não se poderia na época dispor. Já *Estação da São Paulo Railway (1872) na Luz* 4.767 prédios se valiam do imenso conforto decorrente de tal regalia.

Afirmava Adolfo Pinto: "Assim como o serviço de abastecimento d'água, o sistema de esgotos de São Paulo é o melhor possível. Nenhuma cidade do Brasil e muito poucas da Europa poderão competir com a capital paulista nestes dois ramos da hidráulica urbana."

Atingira o progresso outro ramo do serviço público o de fornecimento de carne fresca, outrora tão defeituosa. Em 1887 instalara-se o matadouro municipal em edifício recente,

dispondo de acomodações adequadas ao abate. Nesta data era diariamente de 50 bovinos, 30 suínos e 5 ovinos.

Continuando a descrever o progresso paulista assinalava A.

Pinto o bonito ajardinamento do largo fronteiro ao Palácio do Governo, a construção da Tesouraria Geral da Fazenda, na mesma praça, edifício de grande beleza arquitetônica, o chamado Monumento do Ipiranga, grandioso edifício em construção, destinado a comemorar a proclamação da independência nacional e a abrigar um estabelecimento de instrução superior; o novo grande e estético hospital da Santa Casa de Misericórdia, no bairro do Arouche, o vasto Seminário Episcopal, na Luz, o grande Teatro São José, a vasta Hospedaria de Imigrantes, situada no Brás, o hospital da Beneficência Portuguesa, o Liceu do Sagrado Coração de Jesus.

Entre os edifícios dignos de menção sobressaíam os do Tesouro Provincial, o Palácio Episcopal, antigo solar da Marquesa de Santos, o antigo convento de São Francisco, recentemente reformado e sede da Faculdade de Direito e seu Curso Anexo, a Penitenciária da Luz, o Hospício de Alienados, da Várzea do Carmo, o novo teatro, o Mercado Municipal, o mosteiro de São Bento e o convento do Carmo.

E ainda as estações ferroviárias da Luz e do Brás, o Quartel de Linha, o Seminário das Educandas.

Entre as 12 igrejas citadas várias desapareceram com a nova urbanização da cidade a começar pela Sé Catedral.

Preciosa tabela de preços correntes de víveres, em 1886, anexou- se à descrição da cidade, mostrando a notável elevação

do custo da vida nos quase sete decênios últimos. Lembremos alguns itens deste quadro dentre os mais significativos: valia o quilograma da carne fresca bovina, em termo médio, 320 réis. O litro de arroz 400 réis e o de feijão 410 réis, o de milho 400 réis, o quilograma do café moído 1$100 réis, uma galinha 650 réis, um peru 5$000 réis, uma dúzia de ovos 500 réis.

Tratando das artes e ofícios conta-nos o Relatório que o município de São Paulo contava as seguintes oficinas de: sapateiros 105, alfaiates 82, carpinteiros 14, marceneiros 26, ferreiros e caldeireiros 32, serralheiros 5, seleiros e carroceiros 7, relojoeiros 13, ourives 2, pintores 4, chapeleiros 4, encadernadores 4, estofadores 1, guarda-chuveiros 3, fogueteiros 2.

Quatorze eram as tipografias, três as litografias, cinco as tinturarias, duas as marmorarias, quatro as chapelarias.

Pela tabela dos salários máximos ficamos sabendo que os mais altos jornais eram sete mil e seiscentos réis para os ajustadores, sete mil réis para os tipógrafos, entalhadores, modeladores; seis para os maquinistas, chapeleiros e pintores, cinco para os alfaiates, canteiros, caldeireiros, ferreiros, funileiros, torneiros, estofadores, quatro para os cabeleireiros, 4$500 réis para os sapateiros, pedreiros e carpinteiros, 3$500 ganhavam os calceteiros, 3$000 os foguistas e barbeiros, 2$500 os carroceiros e trabalhadores não especializados "camaradas".

Mas havia muitos operários vencendo diárias muito menores.

Dos empregados domésticos o salário mensal oscilava entre 25 e 60$000 para um cozinheiro; entre 20 e 40$000 para um copeiro. Os barbeiros venciam entre 60 e 80$000 e os cabeleireiros entre 60 e 120$000.

As profissões liberais representavam 58 advogados, 40 médicos, 8 engenheiros, 10 dentistas. Publicavam-se em São Paulo onze periódicos dos quais seis diários. Destas folhas oito se estampavam em português.

Existiam 80 escolas públicas primárias, das quais 33 masculinas com 1.319 alunos e 47 femininas com 1.238. Funcionavam também muitas escolas primárias particulares, brasileiras, e ainda outras italianas, alemãs e inglesas.

Além do Curso Anexo à Faculdade de Direito, de humanidades, existiam numerosos colégios. O Seminário Episcopal com 400 estudantes.

O Seminário de Educandas, a Escola Normal, formadora de professores primários, o Liceu de Artes e Ofícios mantido, desde 1873, pela Sociedade Propagadora de Instrução Popular com cerca de 600 alunos, operários na maior parte e o Instituto D. Ana Rosa, mantido pela Associação Protetora da Infância Desvalida, fundada pelo Barão de Sousa Queirós, que além de escola primária vinha a ser um instituto profissional de tipografia, ferrovia, sapataria, funilaria, pintura.

O Liceu do Sagrado Coração de Jesus recém-fundado pelos salesianos prometia os melhores resultados.

Índice de progresso constituía o movimento postal que em 1886 realizara 5.765.556 expedições para a Província e 2.331.906 para o resto do Império e fizera 122.418 outras de correspondência estrangeira.

Era avultado o saldo do movimento postal.

Funcionavam em fins de 1887 oito bancos dos quais dois ingleses apresentando as seguintes cifras do movimento de fundos.

Dinheiro em caixa. . . . . 4.056 contos e fração
Desconto de letras . . . . . 9.588 " " "
Empréstimos. . . . . 21.307 " " "
Valores caucionados . .. . 37.030 " " "
Depósitos e prêmios. . . . . 25.453 " " "

Negociavam-se na Bolsa de São Paulo além das ações bancárias 24 títulos de sociedades anônimas dos quais 9 de companhias ferroviárias, três de seguros contra fogo e três de engenhos e centros açucareiros.

As rendas municipais paulistanas no quinquênio de 1881–1886 haviam aumentado assaz:

1881–1882. . . . . 201:137$000
1882–1883. . . . . 244:639$000
1883–1884. . . . . 265:517$000
1884–1885. . . . . 255:781$000
1885–1886. . . . . 337:621$000
Média do quinquênio. . . . . 260:939$000

Com o desenvolvimento da exportação cafeeira lucrava Santos do modo mais considerável havendo arrecadado neste

mesmo período uma média de 263:508$000. Campinas, que disputara a São Paulo a primazia já lhe vinha muito atrás com 91:807$000.

Longe corriam já os anos em que a receita municipal paulistana fora humilhada pela competição efêmera das de Bananal e Ubatuba. No exercício de 1886–1887 arrecadaria São Paulo 380:980$000.

O comércio já apresentava especialidades inteiramente desconhecidas em 1856, como fossem artigos para viagem, pesca, carnaval, lojas de bandeiras, cirurgia, farmácia, odontologia, laboratório, casa de estofadores e tapeceiros, instrumentos de música, máquinas agrícolas e industriais e de costura, aparelhos de ótica, casas de papéis, molduras e estampas, lojas de paramentos, de pianos, etc.

Ao único daguerreotipista de outrora haviam sucedido cinco fotógrafos.

O confronto dos dados dos almanaques de São Paulo o primeiro (de 1856) e o de fins do Império traz-nos interessantes depoimentos sobre o notável progresso da cidade.

Assim quanto às profissões liberais:

Anos		
1856	*1889*	
Advogados	17	102
Médicos	12	47
Engenheiros	-	33

Dentistas	3	10
Farmacêuticos	4	26
Oculistas	1	5
Professores de música	8	19
Professores particulares de línguas e ciências	–	19
Etc.		

Quanto aos estabelecimentos comerciais fora o aumento, também, considerável.

Anos	
1856	*1889*
Lojas de fazendas	50 78
Armarinhos	3 28
Casas de ferragens	17 39
Casas de louças	5 8
Livrarias	2 5
Ourivesarias e joalherias	10 15
Sapataria e calçados	18 54
Alfaiatarias	14 38
Fotografias	1 5

Quanto às casas de comestíveis o aumento se mostrara o mais sensível.

Anos	
1856	*1889*

Cafés	1	26
Hotéis	3	16

E em relação aos artífices notava-se

Anos		
1856	*1889*	
Ferreiros, serralheiros	10	27
Fundidores	1	3
Carpinteiros, mestres-de-obras	11	17
Douradores	5	5
Abridores	2	3
Relojoeiros	4	25
Entalhadores	4	–
Etc.		

Capítulo XXXIX

AS CIRCUNSTÂNCIAS ECONÔMICAS QUE CARACTERIZAVAM A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO AO SE ENCETAR O REGIME REPUBLICANO. ÍNDICES DO MAIS AUSPICIOSO PROGRESSO. SÃO PAULO SOB OS PRIMEIROS GOVERNOS REPUBLICANOS. A GRANDE CRISE CAFEEIRA DE FINS DO SÉCULO XIX

NOS ÚLTIMOS anos imperiais tomara a cidade de São Paulo tal desenvolvimento que não havia quem lhe não divisasse o mais promissor futuro.

Refletia ela o surto econômico extraordinário causado pelo enorme alargamento das lavouras cafeeiras de oeste em terras feracíssimas.

E isto quando as cotações da arroba eram as mais auspiciosas. Vencida a depressão de meados do decênio de 1880–1889 verificava-se a mais considerável alta em ascensão durante mais de um quinquênio. Estas condições extremamente favoráveis já haviam atraído ao solo paulista centenas de milhares de imigrantes europeus a quem o cafezal fixara. Repercutia poderosamente esta particularidade sobre o crescimento da cidade. E a estas ainda viera beneficiar o afluxo de avultados elementos dinheirosos provocado pela imigração de capitalistas campineiros a partir de 1889 em virtude da terrível rajada de febre amarela que flagelara a sua cidade e repetir-se-ia intensa em 1892, atingindo então e duramente numerosos municípios.

Veio a instalação do novo regime encontrar em São Paulo verdadeiro clima de euforia financeira que, no quinquênio cafeeiro de altos preços da saca, causaria verdadeiro espanto não só a todo o Brasil, como ao Exterior, determinando novas e das mais consideráveis avalanches imigratórias de europeus.

Em consequência deste estado de coisas e como centro condensador da prosperidade da região de que era a capital, a cidade paulistana veria sua população passar dos 26.020 habitantes recenseados em 1872 a 47.697 em 1886, a 64.394 em 1890, a 130.755 em 1893.

Mais que dobrara em três anos! Em princípios do século XX estaria a ultrapassar a cifra de duas centenas de milhares de almas. E melhoraria imenso o seu aspecto urbanístico e o seu aparelhamento civilizado mercê dos largos anos do superávit das rendas estaduais e da judiciosa aplicação destes recursos a notáveis trabalhos de saneamento, aprovisionamento e edificação e à instalação de institutos de instrução e pesquisa científica.

Curto período presidencial coube ao sucessor de Prudente de Morais, Jorge Tibiriçá Piratininga, que, promulgada a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, convocou a Assembleia Constituinte estadual a 7 de março seguinte.

Nomeado Presidente de São Paulo pelo Governo Provisório o Dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo, sérias desavenças ocorreram entre os principais próceres republicanos.

Entrava no Brasil numa fase de verdadeira insânia coletiva na era do famoso *Ensilhamento* de 1890 e 1891, arruinador das finanças nacionais e particulares.

Imensos danos causaria no Rio de Janeiro e muito menores em São Paulo, onde a jogatina de bolsa assumiu proporções muito menores.

Mas os resultados imediatos de semelhante febre amarela lawesca ocorreriam anos mais tarde muito graves, pois a derrama de numerário provindo de enorme inflação do meio circulante proporcionaria a extraordinária proliferação dos cafezais, com a consequente superprodução do grão arábico e o aviltamento dos preços da arroba.

A oposição fortíssima do Congresso Nacional ao Marechal Deodoro e seus ministros desatinados determinou o golpe de estado por este desfechado a 3 de novembro de 1891 dissolvendo o Parlamento. Viria a reação vinte dias mais tarde, como todos sabem, deposto Deodoro pelo pronunciamento do Contra-Almirante Custódio José de Melo e a ascensão ao poder do Vice-Presidente da República Marechal Floriano Peixoto.

Américo Brasiliense, eleito a 11 de junho Presidente do Estado, solidarizara- se com o presidente deposto. Hostilizado pelos principais líderes republicanos e resistente à intimação a que renunciasse, viu-se a seu turno deposto, a 15 de dezembro de 1891 passados dois dias de arruaças e tiroteios pelas ruas de São Paulo e o empastelamento dos órgãos governistas.

Assumiu então o poder o Vice-Presidente Dr. José Alves de Cerqueira César que o exerceu durante alguns meses da intranquilidade geral reinante em todo o País.

Foi a Assembleia Legislativa estadual dissolvida e as câmaras municipais do Estado depostas. Obra construtiva realizou

Cerqueira César em seu curto prazo de governo, reorganizando as secretarias de Estado, regulamentando o ensino público, encetando as obras de saneamento de Santos e ativando diversos serviços urbanos importantes em São Paulo.

A 23 de agosto de 1892 assumiu o governo Bernardino de Campos, recém-eleito Presidente do Estado.

Foi esta primeira presidência de Bernardino de Campos brilhantíssima.

Se por um lado houve a embaraçá-la a situação política do Brasil conflagrado pela guerra civil, por outro os fartos recursos financeiros decorrentes da alta cafeeira permitiram ao presidente dar larga expansão às notáveis qualidades de administrador.

Relativamente aos melhoramentos sobremodo consideráveis de que foi beneficiária a capital paulista, há a considerar os grandes trabalhos para a retificação dos rios Tamanduateí e Tietê, secular e ardentemente desejada pela população, a criação da Escola Politécnica de São Paulo, a inauguração do Museu Paulista no magnífico edifício do Ipiranga, a fundação do Ginásio do Estado, da Biblioteca Pública, do Instituto Bacteriológico, do Hospital do Isolamento e Desinfetório Central, a drenagem de várias e largas áreas do centro urbano, etc.

Para os meados de 1893 a situação geral do País assumiu gravíssima feição, com os sucessos da guerra civil sul-rio-grandense.

Afinal, a 6 de setembro, explodiu a rebelião da esquadra na Guanabara, encabeçada pelo Almirante Custódio de Melo.

Foi Bernardino de Campos dos maiores sustentáculos do Marechal Floriano nesta difícil conjuntura e sua atuação à testa do governo, em tão torvo período, mostrou-se sobremodo enérgica no sentido de refrear perseguições políticas, nascidas de ódios particulares.

Deveu-se-lhe depois da vitória legalista, em 1894, forte pressão em favor do apaziguamento dos espíritos, como já muito preponderara para a eleição de Prudente de Morais à Presidência da República.

A primeiro de maio de 1896 transmitia a presidência estadual a Campos Sales que pouco depois de empossado se veria a braços com sanguinolentas arruaças generalizadas nas principais ruas de São Paulo.

Vitimaram numerosas pessoas, na chamada questão dos *protocolos*, pendência internacional relativa a indenizações pleiteadas por colonos italianos e discutidas no Congresso Nacional. A tais conflitos veio provocar a atitude exaltada de irrefletidos estudantes a que sofregamente revidou o cônsul italiano, Conde de Brichanteau, antecipando-se às providências policiais prometidas pelo governo estadual para o desagravo do pavilhão italiano que os acadêmicos haviam queimado em frente à Faculdade de Direito.

Esta questão que poderia ter ocasionado gravíssimas consequências foi feliz e cabalmente resolvida por via diplomática.

Em fins de 1896 comemorou-se em São Paulo o tricentenário da morte do venerável José de Anchieta por meio de uma série de notáveis conferências promovidas por Eduardo Prado. No ano seguinte em março o desastre militar da coluna do Coronel Moreira César, em sua investida com os jagunços de Antônio Conselheiro, em Canudos, provocou grandes arruaças sob a acusação de que os fanáticos eram insuflados por monarquistas. Permitiu o governo que se empastelasse o *Comércio de São Paulo*, órgão restaurador e mandou fechar o Clube Monarquista de São Paulo.

Esboçavam-se os primeiros sintomas da crise cafeeira, decorrente da superprodução e Campos Sales convocou os diversos Estados co-produtores para uma campanha em favor da defesa do produto.

Escolhido candidato à Presidente da República para o prazo de 1898–1902 passou em maio de 1897 o governo ao Vice-Presidente Dr.

Francisco de A. Peixoto Gomide.

Em meio da agitação política, cada vez maior de oposição ao governo da República, ecoou dolorosamente em São Paulo a terrível cena de 5 de novembro de 1897 na qual e por milagre deixou Prudente de Morais de ser vitimado pelo soldado Marcelino Bispo.

Jamais se vira coisa igual no Brasil, tão grave atentado contra a vida do Chefe de Estado.

Falho o golpe que levou vários destacados políticos à prisão, governou Prudente de Morais com férreo pulso, e manteve em

paz o País até o término do mandato presidencial. O período imediato ao de Campos Sales, seria o da penosa recuperação do equilíbrio cambial e consequente saneamento das finanças nacionais, obra ingente e benemérita que fez a glória do Presidente.

Ao Dr. Gomide sucedeu o Coronel Fernando Prestes de Albuquerque empossado a 10 de novembro de 1898.

A ocorrência de um surto de febre bubônica em Santos e São Paulo, aliás rápida e vigorosamente debelada, levou o novo presidente à fundação de uma das mais célebres instituições paulistas e brasileiras, o Instituto Serunterápico do Butantã entregue à sábia direção do Dr. Vital Brasil.

Além deste grande serviço, a Fernando Prestes deveu a cidade de São Paulo a prossecução, em larga escala, das obras de saneamento.

A 7 de maio de 1900 correram pelas ruas paulistanas os bondes das primeiras linhas eletrificadas que vinham substituir as de tração animal, mas não muito rapidamente em virtude de contenda judicial entre a *The São Paulo Light and Power* e a Companhia Viação Paulista, proprietária do privilégio dos transportes urbanos.

No duodecênio de 1889–1900 registraram as estatísticas a entrada em terras paulistas de quase um milhão de imigrantes: 907.789, dos quais 618.721 italianos, 108.658 espanhóis, 86.289 portugueses, 36.723 brasileiros e 19.437 austríacos. Atingiu a população do Estado 2.282.000 almas. Avaliava-se a da capital em cerca de 200.000, havendo em 1893 sido recenseados 130.755 habitantes.

A situação econômica do Estado piorara muito como reflexo da crise cafeeira, consequência fatal da superprodução. Exportara o Brasil 5.100.000 sacas em 1890 e 9.155.000 em 1900. O valor médio da saca em 1890 de 37$168 réis atingira 80$854 em 1895 para cair a 48$203 em 1899.

E os prognósticos de baixa maior, eram os mais sombrios.

Já anos havia que Bernardino de Campos tinha alertado o País a propósito da temerosa crise que se vinha avizinhando. Seriam seus reflexos os mais graves para a economia paulista cuja base essencial era a cafeicultura.

Em 1900 registrar-se-ia o mais auspicioso fato para a vida e o progresso de São Paulo: o início das obras da primeira grande instalação hidrelétrica em Parnaíba, levada a cabo pela*The São Paulo Light and Power*, primeira dessas extraordinárias obras que poriam à disposição da indústria paulistana centenas de milhares de watts.

Ao Coronel Fernando Prestes sucedeu na presidência do Estado o Conselheiro Francisco de P. Rodrigues Alves que, como vimos, já fora presidente da Província.

Encontrou penosa situação devida ao acentuamento da crise cafeeira.

Verdadeira avalanche de café despejavam as lavouras paulistas ao assumir o governo o Presidente. Às 2.820.278 sacas de 1893 contrapunham- se as 6.111.82 de 1900. Havia grande

mal-estar o que se refletia nas cifras da imigração. Em 1900 entraram 22.802 imigrantes e saíram outros em maior número.

Candidato à presidência da República passou Rodrigues Alves, a 13 de fevereiro de 1902, o governo ao Vice-Presidente Dr.

Domingos de Morais que a 3 de julho o transmitiu a Bernardino de Campos, eleito a 21 de maio. Menos de dois anos duraria esta segunda presidência pois a primeiro de maio de 1904 a transmitiria a Jorge Tibiriçá.

Foi o seu governo atribulado pelo agravamento extraordinário da crise cafeeira por ele prenunciada como infalível, quando Ministro da Fazenda de Prudente de Morais.

Continuava enorme a superprodução. Em 1901 havia São Paulo produzido nada menos de 10.334.272 sacas, para em 1902 e 1903 concorrer com 8.471.652 e 7.894.624. Isto quando o Brasil todo exportara 14.760.000, 13.157.000 e 12.927.000 sacas.

Apesar das aperturas da época, resolveu Bernardino de Campos fazer com que o Estado concorresse à Exposição Universal de São Luís do Missouri com maior eficiência possível. Ao mesmo tempo empenhou- se em largas obras para o reforço de abastecimento d'água à capital. Em fins de 1903 tinha São Paulo 20.074 prédios servidos por esgotos domiciliares numa rede de 750 quilômetros de canalização.

Capítulo XL

A GRAVE CRISE CAFEEIRA DE PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX. O CONVÊNIO DE TAUBATÉ E AS OPERAÇÕES DA VALORIZAÇÃO. O REFLEXO DA CRISE SOBRE A CIDADE

ASSUMINDO o governo paulista encontrou Jorge Tibiriçá angustiosa situação. Da receita computada em 39.744 contos para 1903, só se arrecadara um total de 34.127 contos. O valor da saca de café caíra de 34$526 réis em 1901 a 31$150 em 1902 e a 29$728 em 1903.

Apenas empossado passou pelo forte sobressalto do pronunciamento militar que em 15 de novembro de 1904 quase derrubou o Presidente Rodrigues Alves.

Em socorro da legalidade ordenou o presidente paulista a partida para o Rio de Janeiro de vultoso contingente da força pública estadual.

A agitação ocorrida na capital da República repercutiu em São Paulo dando azo a arruaças de estudantes e elementos desordeiros.

Apesar das más condições financeiras empreendeu Tibiriçá largas obras de reforço da adução de água potável à cidade de São Paulo, cujo suprimento se mostrava muito deficiente, dado o seu grande e con- tínuo crescimento. Assim também

prosseguiram os trabalhos de canalização do Tamanduateí prolongada do Carmo à confluência do Ipiranga.

A situação financeira e econômica do Estado continuava afetada, do modo mais grave, pela crise cafeeira e Tibiriçá encetou a série de operações conhecidas sob o nome de *Valorização*. Esta corajosa iniciativa agitou imenso não só o Brasil como o mundo ocidental provocando infindáveis debates entre partidários e adversários da operação. Não cabe aqui historiar tão complicada questão cujos trâmites evoluíram lentamente até a assinatura do famoso *Convênio de Taubaté* a 25 de fevereiro de 1906 entre os presidentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para a defesa do gênero substancial da economia de seus Estados.

Coube, como era de se esperar, ao governo de São Paulo liderar tal movimento e o fez com firmeza e inflexibilidade dignas de admiração.

Não era um salto na treva como apregoavam os opoentes irredutíveis à operação. Assentava-se em meditado estudo, larga e honestamente documentado, das condições do mercado cafeeiro mundial das probabilidades de êxito da defesa.

Executou-se esta após o inquérito demorado procedido nas grandes zonas de produção por Augusto Ferreira Ramos e de acordo com o plano largamente debatido por especialistas brasileiros como Alexandre Siciliano a quem coube o papel de maior relevo na confecção do plano de campanha – Augusto da Silva Teles, Francisco Ferreira Ramos e outros. Ouvidos, cerravam Tibiriçá e seus conselheiros ao alarido dos retumbantes brados de alarma, lançados por alguns dos maiores pontífices da Economia Política coetânea, a começar

por Leroy Beaulieu tido como o *pontifex maximus* dos economistas do seu tempo.

No próprio Brasil existia enorme oposição, e a mais qualificada, à execução do plano valorizador.

A começar pela que lhe movia o Presidente da República Rodrigues Alves, cujo sucessor, Afonso Pena, mostrou-se contudo favorável à tentativa das três principais unidades federadas do País.

Foi a campanha das mais árduas e assinaladas, mas deu o tempo plena razão aos valorizadores em cujo jogo havia positivamente trunfos de indiscutível valia.

Sem a intervenção levada a cabo pelo Presidente Tibiriçá teria o Estado de São Paulo e, com ele, o Brasil, sido o teatro de verdadeira catástrofe econômica de imprevisíveis consequências, destruidora do patrimônio essencial da lavoura que esteava a fortuna pública nacional, e desorganizadora do trabalho em proporções imprevisíveis.

Amparado pela restrição essencial do plantio de novos cafezais e também pelos favores meteorológicos da fortuna, malgrado a ocorrência da enorme "safra grande" de 1906–1907, deu o *corner* de Taubaté excelentes resultados. Subiu o valor da saca de 20$959 rs. em 1906 a 39$644 em 1910. Assistiu a década seguinte a verdadeiro renovamento cafeeiro com os mais poderosos reflexos sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Terminou Jorge Tibiriçá em 1908 o seu quatriênio, tendo introduzido nas normas de administração diversas e felizes

modificações e inovações. Entre estas a que criara a polícia de carreira, iniciativa de seu Secretário de Justiça Washington Luís, a da chamada de uma missão militar francesa para a instrução da Força Pública. Recebida hostilmente por certa corrente, tal aversão deu em resultado grave atentado vitimador de um oficial francês e do outro, brasileiro, crime do qual felizmente não decorreram outras consequências funestas.

A 1º de maio de 1908 transmitiu Tibiriçá a presidência ao Dr.

Manuel J. de Albuquerque Lins. Dedicado secretário da Fazenda do seu antecessor já encontrou este a situação cafeeira menos melindrosa, embora ainda incerta.

A questão da sucessão presidencial de Afonso Pena é que traria o maior sobressalto à capital do Estado de São Paulo. Esboçou-se forte movimento de reação à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca imposta pela corrente, senhora da política federal a que lideravam o próprio Vice-Presidente da República em exercício, Nilo Peçanha, e sobretudo o Senador Pinheiro Machado.

Encetou-se a campanha civilista em defesa das candidaturas de Rui Barbosa à Presidência da República e Albuquerque Lins à Vice-Presidência.

A 1º de março de 1910 realizaram-se as eleições presidenciais obtendo a chapa civilista em São Paulo enorme vantagem sobre a sua antagônica.

Vitoriosa a corrente hermista no resto do País, encetou-se com a posse do Marechal Hermes um período assaz longo de

desassossego agudo nascido das más relações entre os governos da União e do Estado.

Tal situação causou o maior sobressalto na capital paulista receosa de um movimento armado que deporia os poderes estaduais.

Malogrou-se a projetada intervenção federal graças à hábil política de Albuquerque Lins e à energia do seu Secretário da Justiça Washington Luís.

Fora, entrementes, a diocese de São Paulo, pelo breve de 7 de julho de 1908 do Sumo Pontífice São Pio X, elevada à categoria da arquidiocese tendo como sufragâneas as dioceses de Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Taubaté, Botucatu e ainda a de Curitiba.

Foi eleito primeiro arcebispo de São Paulo o então bispo de Curitiba Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Continuando a sua política firme obediente, ao plano pré-traçado, conseguira o governo paulista o endosso da União para o lançamento do grande empréstimo chamado da Valorização, sem o qual o plano de defesa do café teria provavelmente fracassado.

Veria Albuquerque Lins ainda em seu quatriênio os resultados da vitória pois passara a saca de 29$095 em 1908 a 31$603 em 1910 e a 53$875 em 1911.

Ganhara o Estado de São Paulo a árdua partida, tendo ainda alcançado a posse do instrumento que era o grande regulador

dos mercados mundiais os estoques que adquiriu e armazenara na Europa.

Puderam o Estado e a cidade, em franco desafogo, realizar valiosas obras públicas e ao mesmo tempo proceder a vultosas transformações urbanas.

Assim se iniciou a construção da nova Sé Catedral e a da nova Abacial de São Bento.

Efetuaram-se, no coração da cidade, grandes desapropriações a fim de se dotar a projetada Catedral de larga praça dela condigna.

Derrubada a ala dos fundos do velho Palácio Presidencial adquiriu Albuquerque Lins, para a residência dos presidentes, o belo palácio dos Campos Elísios.

Renascera o ritmo dos negócios e novo surto de prosperidade beneficiou a região paulista.

Sob as presidências Tibiriçá e Lins notavelmente se reforçou o suprimento da água à cidade e estendeu-se a rede de seus esgotos, ao mesmo tempo se construíram muitos edifícios públicos.

Durante longos anos tivera São Paulo como prefeito o Conselheiro Antônio da Silva Prado, cuja administração se assinalara por iniciativas bem orientadas graças às quais haviam procedido melhoramentos em larga escala.

Desde os anos imperiais vira-se São Paulo visitado por numerosas e eminentes personalidades, cientistas, homens de letras, artistas, políticos, homens de estado, etc.

Nos primeiros anos do século XX avolumou-se a corrente de hóspedes ilustres, pela presença de muitas das maiores celebridades mundiais como por exemplo: Saint Saëns, Paderewski, Clémenceau, E.

Ferri, Mascagni, Anatole France, R. Kipling, etc., etc.

Capítulo XLI

RETOMA A CIDADE O SEU FORTE RITMO PROGRESSISTA. DIFICULDADES CAUSADAS PELA PRIMEIRA CONFLAGRAÇÃO MUNDIAL. A PANDEMIA DE 1918

EM SUA última mensagem a 1º de maio de 1912 pôde o Presidente Albuquerque Lins alegar quanto a situação geral do Estado era mais florescente do que quatro anos atrás, sob todos os pontos de vista, chamando a atenção do Congresso Estadual para o rápido aumento da população paulistana e o alargamento da área edificada da cidade.

A receita estadual arrecadada em 1908 fora de 42.693 contos e em 1911 de 63.946.

A exportação paulista no mesmo lapso passara de 314.855 a 381.177 contos. Verificaram-se déficits, para todo o quadriênio, de quase 80 mil contos mas eram eles devidos a grandes obras públicas sobretudo em Santos, e com a Sorocabana e a Exposição Nacional de 1908. Constituíra esta, aliás, verdadeiro triunfo como demonstração da pujança da nascente indústria paulista.

No quadriênio imediato de 1912–1916 exerceu a presidência de São Paulo e pela terceira vez o Conselheiro Rodrigues Alves que em suas mensagens fez valer quanto crescia e notavelmente a produção industrial paulista, quase toda procedente do parque paulistano. Se em 1908 fora de 96.217 contos, em 1911 atingira 110.885.

Notáveis modificações se haviam efetuado na cidade de São Paulo como o alargamento da rua Líbero Badaró, os melhoramentos do vale do Anhangabaú, remodelação da larga área central que rodeava a Sé, etc.

Tendo-se licenciado do governo por motivo de moléstia e por espaço de 14 meses, exerceu a presidência o Vice-Presidente Dr. Carlos Pereira Guimarães de outubro de 1913 a janeiro de 1915.

A superveniência da conflagração mundial de 1914 a 1918, encetada em agosto daquele milésimo, traria universal perturbação com os maiores distúrbios no Brasil e sobretudo em São Paulo duramente afetado em sua economia cafeeira.

Grande florão do governo de Rodrigues Alves veio a ser a fundação, em 1915, da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, instituição que muito se deveu à tenaz instigação do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho.

Melhorara muito a situação cafeeira mas a conflagração europeia trouxera os mais graves distúrbios no comércio mundial com extraordinários reflexos sobre a economia paulista e brasileira. Os anos de guerra foram de déficit geral. E o governo de São Paulo viu confiscados os seus grandes estoques de café da Valorização, em Hamburgo e Antuérpia, por ordem do governo alemão.

Sob o ponto de vista do progresso material da cidade no período Rodrigues Alves verificou-se a grande extensão dada às linhas adutoras de água, das redes de esgotos e telefônica, a continuação da canalização do Tamanduateí.

Havia em 1915 em São Paulo 44.322 prédios com distribuição de água domiciliar e 44.043 servidos por esgotos. Em cinco anos, de 1909 a 1914, recebera o Estado 366.816 imigrantes.

O sucessor de Rodrigues Alves foi, de 1916 a 1920, o Dr. Altino Arantes Marques, que teve metade de seu quatriênio profundamente perturbado pelas agruras dos dois últimos anos da conflagração mundial, ocorrendo ainda a circunstância de que o Brasil se viu na conjuntura imperiosa de também se envolver no conflito em 1917. Ainda em meados de 1918 viu-se o Estado atingido por geada de extraordinária extensão e intensidade que destruiu inúmeras lavouras e trouxe enorme redução das safras aos anos imediatos.

Espírito de elevada cultura tratou o Dr. Altino Arantes de fazer com que as comemorações projetadas para a celebração da passagem do centenário da Independência Nacional fossem as mais brilhantes a começar pela criação de grande monumento assinalador do local da cena de 7 de setembro.

O Estado prosperava e com ele a capital. Já a indústria se fazia notada pela importância nos róis da exportação. Em 1915 atingira 162.958 contos. A receita estadual subira de 63.946 contos em 1911 a 77.897, em 1915.

Em outubro de 1918 viu-se a cidade de São Paulo assolada pela peste pandemia, a que se deu o nome de gripe espanhola.

Irrompeu com prodigiosa violência. Mais de 8.000 óbitos ocorreram em limitado lapso de semanas, cifra enorme para uma população de cerca de 500.000 almas.

Tomaram as autoridades civis e eclesiásticas, as associações religiosas e civis medidas eficazes de assistência à população flagelada.

O Prefeito Washington Luís, com todo o devotamento superintendendo os serviços de socorros aos enfermos e sepultamento dos inúmeros vitimados, contou para a incansável tarefa com a dedicação ímpar do Dr. Alarico Silveira.

O serviço sanitário com o Dr. Artur Neiva à testa cooperou do modo mais eficiente. O Arcebispo Dom Duarte à frente das associações religiosas secundava os esforços dos médicos e enfermeiros dos 41 hospitais provisórios, abertos pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. As grandes comunidades religiosas converteram seus edifícios em hospitais como se deu com os beneditinos, cujo abade D. Miguel Kruse se mostrou dos mais abnegados combatentes da pandemia.

Na Mensagem Presidencial de 1919 exaltou o Dr. Altino Arantes em palavras de estrita justiça a atuação desvelada de seu Secretário Dr. Oscar Rodrigues Alves, dos médicos e dos funcionários do Estado, bem como a mocidade acadêmica da Faculdade de Medicina, recordando a dedicação do Dr. Neiva de quem um dos principais auxiliares fora o Major Luís Ferraz, diretor do Departamento Estadual do Trabalho e a cuja energia e capacidade muito deveu a coletividade paulistana.

Jamais se vira afetada a cidade de São Paulo por flagelo de tão terríveis proporções como o dessa rajada de peste.

Apesar de tudo crescia a indústria paulista cuja produção atingira 562.381 contos em 1917, malgrado as dificuldades comerciais do após-guerra. A enorme geada de 1918,

aniquilando quase uma safra inteira, fizera com que o valor da safra de café dobrasse. De 47$390 réis em 1918, passara a 94$612 no ano seguinte.

A 1º de maio de 1920 deixou o Dr. Altino Arantes o Governo do Estado passando-o ao Dr. Washington Luís Pereira de Sousa. No seu quadriênio destacara-se o Presidente Altino pela operosidade, viajando muito para verificar de viso as necessidades dos municípios. Meticulosas mensagens anuais redigidas com a maior exação e probidade de dados atestavam a eficiência de seu período governamental.

Washington Luís antigo secretário de Justiça e durante seis anos prefeito de São Paulo destacara-se pelo espírito progressista e as iniciativas da melhor inspiração sobretudo quanto ao afã de alargar a rede rodoviária municipal, o que lhe havia angariado a reputação de administrador de larga visão.

Deixara feitos trezentos quilômetros de estradas municipais perfeitamente carrossáveis.

Deveu-lhe a cidade a criação do belo parque da Avenida Paulista, os melhoramentos do vale do Anhangabaú e os embelezamentos do Largo do Piques.

Apenas empossado procurou dar todo o impulso às obras que balizariam as festividades projetadas para 1922, a criação do parque do Ipiranga e a ereção do monumento da Independência que se ligaria ao edifício do Museu Paulista por grandioso ajardinamento de bosques e fontes.

Apesar da crise econômica que determinara a baixa da saca do café de 100$418 a 79$162 em 1920 recuperavam as lavouras

tão duramente prejudicadas e a saca se vendera em 1921 a 86$810 rs. A receita estadual subira constantemente atingindo neste ano 150.000 contos, para passar a 202.722 em 1923.

A exportação por Santos chegara a 753.177 contos. Recomeçara a corrente imigratória.

O cafezal paulista continuava a crescer rapidamente. Admitia- se que a capital em 1893 contasse 130.755 habitantes para em 1914 chegar a 484.901.

O censo nacional de 1920 lhe arrolaria 522.000, multiplicados para 1.060.000 em 1940 e para 2.200.000 em 1950 aglomerados em torno do maior parque industrial sul-americano e um dos mais consideráveis do Globo.

Magníficas, foram, em São Paulo, as comemorações da passagem do primeiro centenário da Independência Nacional, com a inauguração do grandioso Monumento do Ipiranga e do lindo e vasto parque que o envolve; a remodelação e a larga ampliação pelas quais passara o Museu Paulista, entre as mais destacadas realizações assinaladoras da gloriosa efeméride de Sete de Setembro.

Outras e notáveis ocorreram paralelamente, em Santos, com desvendamento do belíssimo monumento consagrado aos Andradas e da estátua levantada ao precursor da aeronáutica Bartolomeu Lourenço de Gusmão; a inauguração do solene Pantheon dos Andradas e da suntuosa Bolsa do Café. E entre São Paulo e Santos, ainda, a dos tão expressivos "ranchos", balizadores artísticos da mais ilustre de nossas grandes vias nacionais, o Caminho do Mar, agora transformado em excelente pista oferecida à viação motorizada.

Um século decorrera, exatamente, do momento em que à face do Mundo atestara Dom Pedro I o aparecimento de mais uma nação...

Naquela imorredoura cena da tarde de sete de setembro, ocorrida em afastado e semideserto subúrbio da cidade de São Paulo, agora englobado em sua área urbana. Era como que o augúrio do surto espantoso de cidade duas e meia vezes milhonar, colossal árvore provinda da minúscula semente lançada por Manuel da Nóbrega aos campos de Piratininga e para uma missão a que tão exatamente traduz o dístico votivo do *Magnam ferit nostra Brasiliam gens*, que ao Monumento das Bandeiras propusemos.

SOBRE O AUTOR

Afonso d'Escragnolle Taunay nasceu em Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, SC, em 11 de julho de 1876, e faleceu, em São Paulo, em 20 de março de 1958.

Era filho de Alfredo d'Escragnolle Taunay, patrono da Cadeira 13, e Cristina Teixeira Leite Taunay, visconde e viscondessa de Taunay.

O professor, historiador, tradutor, lexicógrafo é segundo ocupante da Cadeira 1, eleito em 7 de novembro de 1929, na sucessão de Luís Murat.

Entre suas obras estão: Leonor de Ávila, romance brasileiro seiscentista, publicado em 1ª edição com o título de "Crônica do tempo dos Filipes"; Ensaios de bibliografia (2ª parte: língua estrangeira); Nicolau A. Taunay (documentos sobre sua vida e sua obra); Pedro Taques e seu tempo; A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão, biografia; Obras diversas de Bartolomeu de Gusmão; Escritores coloniais (1925). HISTÓRIA: São Paulo nos primeiros anos (1920); História geral das bandeiras paulistas, 7 vols. (1924-1936); História seiscentista da vila de São Paulo, 4 vols. (1926-1929); História do café no Brasil, 11 vols. (1929-1941).